SOCIOLOGIA

NÚMERO TEMÁTICO | 2014

CIGANOS NA PENÍNSULA IBÉRICA E BRASIL: ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Maria Manuela Mendes

Juan F. Gamella

Manuel Carlos Silva

Belén Arranz Núñez

Stefano Piemontese

Maria da Conceição Tomé

Virgínia de Araújo Souza

Alejandro Quesada Garrido

Vânia Martins

Santiago González Avión

Olga Magano

Giuseppe Beluschi-Fabeni

Elisa Martín Carrasco-Muñoz

João Filipe Marques

Sílvia Gomes

Nuno Segurado

Lisabete Coradini

Sofia Rebelo Santos

Emilio Lucio-Villegas

Departamento de Sociologia | FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOLOGIA

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Nº TEMÁTICO – CIGANOS NA PENÍNSULA IBÉRICA E BRASIL: ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

PORTO • 2014

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais

DIRETOR:
Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:
Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; João Teixeira Lopes, FLUP/ISFLUP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:
Alice Duarte, FLUP/ISFLUP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/ISFLUP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/"Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations" (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/ISFLUP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Víctor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO DO NÚMERO TEMÁTICO:
Maria Manuela Mendes, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa.
Olga Magano, Universidade Aberta e Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:
Marta Lima, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:
Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.

OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A *PEER REVIEW*.

SUMÁRIO

EDITORIAL 7

NOTA DE APRESENTAÇÃO 9

ARTIGOS

1. Ciganos e políticas sociais em Portugal
   Olga Magano e Maria Manuela Mendes 15

2. O Rendimento Social de Inserção e os beneficiários ciganos: o caso do concelho de Faro
   Sofia Rebelo Santos e João Filipe Marques 37

3. Teatro do oprimido como ferramenta de inclusão social no bairro Horta da Areia em Faro
   Vânia Martins e Emilio Lucio-Villegas 57

4. Condições e trajetórias de vida de reclusos e reclusas de etnia cigana em Portugal
   Sílvia Gomes e Manuel Carlos Silva 77

5. Mulheres ciganas, criminalidade e adaptação ao meio prisional
   Nuno Segurado e Olga Magano 97

6. Representações do cigano na literatura juvenil portuguesa
   Maria da Conceição Tomé 117

7. Convivencia, expectativas educativas y éxito escolar en la población gitana en Vilaboa (Galicia)
   Belén Arranz Núñez e Santiago González Avión 133

8. Entre organización social y políticas públicas. Pautas residenciales de familias rumanas romaníes en Granada
Stefano Piemontese e Giuseppe Beluschi-Fabeni 153

9. New methodological approaches in the anthropological demography of Romani groups. An example from the study of the evolution of the infant and child mortality of the Gitanos or *Calé* of Spain (1871-2007)
Juan F. Gamella, Elisa Martín Carrasco-Muñoz e Alejandro Quesada Garrido 175

10. Os ciganos do Rio Grande do Norte: caminhos e trânsitos
Lisabete Coradini e Virgínia de Araújo Souza 205

ESTATUTO EDITORIAL 231

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS 233

EDITORIAL

"Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais" é o tema que estrutura o número especial da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* de 2014. É publicado um conjunto de artigos, de autores nacionais e estrangeiros, que se debruçam sobre a situação social, em termos globais, de pessoas ciganas em contextos territoriais específicos, embora com padrões de relacionamento entre si, como Portugal, Espanha e Brasil.

Uma particular atenção é conferida às políticas públicas implementadas naqueles países e abrangentes das pessoas ciganas. Questionar tais políticas, num registo que deve ser heuristicamente positivo, é, em nossa opinião, um ato, teórico-metodológico e de intervenção política mesmo que radicado no espaço académico, a que não se deve eximir o cientista social. Os artigos que se apresentam, no que a este aspeto dizem respeito, expressam contributos que são relevantes e importantes para a compreensão da população em causa. Mas tal qualidade é igualmente patente quando os textos nos facultam um olhar sobre a situação social, nas suas múltiplas vertentes, da população cigana.

A direção da Revista endereça às coordenadoras do presente número especial, Maria Manuela Mendes e Olga Magano, um especial agradecimento pelo seu trabalho e empenhamento.

O diretor da Revista

Carlos Manuel Gonçalves

NOTA DE APRESENTAÇÃO

(Coordenadoras do número temático)

A ideia da compilação deste conjunto de artigos para a *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* emergiu no contexto da organização de dois painéis por iniciativa das coordenadoras desta edição – Maria Manuela Mendes e Olga Magano – mais concretamente, o Painel 27 (*Ciganos na Península Ibérica e Brasil*) e o Painel 56 (*Ciganos e políticas públicas em Portugal, Espanha e Brasil*), que decorreram no âmbito do V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, que teve lugar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, na cidade de Vila Real, em Setembro de 2013. Este número temático resulta, assim, da partilha de saberes sobre as pessoas ciganas em Portugal e de outros países que mantêm com Portugal relações de proximidade, como Espanha e Brasil. Esta reflexão e discussão que agora se dá à estampa organiza-se em torno de dois eixos temáticos: por um lado, os estudos mais recentes sobre as pessoas e famílias ciganas; por outro, a análise centrada nos impactos das políticas públicas sobre estas pessoas em Portugal, Espanha e Brasil. Esta discussão é oportuna na medida em que, nas últimas três décadas, têm sido implementadas medidas e políticas públicas promotoras de bem-estar social mais consentâneas com um Estado social moderno e democrático, principalmente no território da Península Ibérica.

Algumas destas medidas, embora não especificamente dirigidas a indivíduos e a famílias ciganas, têm produzido efeitos importantes, mas ainda pouco conhecidos, sobre as trajetórias de vida das famílias ciganas, com impactos na sua cultura e nos seus processos de construção identitária. Assim, procurámos dar a conhecer medidas e políticas públicas, bem como projetos e estratégias de intervenção mobilizados por serviços públicos, mas também por Organizações Não Governamentais promotores de mudança social e de uma maior igualdade de acesso ao exercício efetivo da cidadania entre pessoas e família ciganas. Pretendeu-se, desse modo, questionar e discutir, no referente às realidades destes três países, qual a situação atual e estratégias reprodutivas, produtivas, migratórias e identitárias que os ciganos enfrentam/constroem e resistem em face de tal situação, e quais os efeitos deste património de saber já acumulado na

produção e na implementação de medidas e políticas sociais promotoras de uma maior coesão social, assim como questionar qual o envolvimento e a participação dos ciganos nos estudos efetuados.

Este domínio de estudos aparece geralmente como subsidiário de outras áreas e linhas de investigação, tendendo a ocupar uma posição marginal e até invisível, aparecendo ora associado aos estudos sobre imigrantes, ora a outras temáticas convexas. As coordenadoras desta edição têm vindo a tentar autonomizar esta linha de investigação enquanto área científica das Ciências Sociais, sobretudo na Sociologia e na Antropologia, tendo em vista a compreensão dos contornos históricos, políticos, culturais, sociais e económicos no que se refere ao aprofundamento de algumas dimensões de análise pouco exploradas em Portugal, mas que se revelam, de igual modo, importantes para a compreensão global de regularidades, mas sobretudo de configurações singulares ínsitas ao fenómeno social e facto sociológico que é a persistência da exclusão dos ciganos e das desigualdades sociais.

Este número temático da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* estrutura-se em torno de dez artigos que se focalizam sobre os contornos e configurações singulares das condições de existência das pessoas e famílias ciganas residentes em Portugal (seis artigos), Espanha (três artigos) e Brasil (um artigo).

No primeiro artigo intitulado "Ciganos e políticas sociais em Portugal", da autoria de Olga Magano e de Maria Manuela Mendes, é abordada a relação complexa e não isenta de ambiguidades entre ciganos e políticas sociais. Mais concretamente discute-se os impactos de algumas políticas sociais sobre as condições de vida das pessoas ciganas e também sobre a sua reconfiguração identitária.

Numa perspetiva de complementaridade e aprofundamento, encontra-se o artigo "O Rendimento Social de Inserção e os beneficiários ciganos: o caso do concelho de Faro", de Sofia Rebelo Santos e João Filipe Marques, que se centra na análise da política social ativa do Rendimento Social de Inserção, entrecruzando a perspetiva dos técnicos responsáveis pela atribuição e gestão desta prestação social e a perspetiva dos beneficiários no concelho de Faro.

Ainda sobre este território mais a sul de Portugal, no artigo de Vânia Martins e Emilio Lucio-Villegas ("Teatro do oprimido como ferramenta de inclusão social no bairro Horta da Areia em Faro") é explorada a metodologia "teatro do oprimido" como ferramenta de inclusão social.

Por sua vez, os artigos "Condições e trajetórias de vida de reclusos e reclusas de etnia cigana em Portugal", de Sílvia Gomes e Manuel Carlos Silva, e "Mulheres ciganas, criminalidade e adaptação ao meio prisional", de Nuno Segurado e Olga Magano, trazem um enfoque renovado sobre os ciganos em contexto de reclusão prisional. Mais em concreto, o artigo de Sílvia Gomes e de Manuel Carlos Silva analisa a relação entre as pessoas ciganas e o crime, estudando as suas posições de vida objetiva e as suas trajetórias de vida, enquanto o artigo de Nuno Segurado e de Olga Magano explora os perfis sociais das mulheres ciganas reclusas e o impacto da reclusão da mulher cigana na família.

Ainda sobre o território nacional, através de uma análise centrada na literatura infanto-juvenil portuguesa, no artigo "Representações do cigano na literatura juvenil portuguesa", Maria da Conceição Tomé desvenda um conjunto de estereótipos sobre as pessoas ciganas que coloca à discussão de estudantes, propondo a edificação de todo um percurso de desconstrução dessas representações sociais.

Sobre os ciganos em Espanha contamos com três contributos: um sobre questões de educação; outro sobre organização social e políticas públicas; e outro sobre antropologia demográfica em grupos ciganos espanhóis.

Desta forma, o artigo da autoria de Belén Arranz Nuñez e Santiago González Avión, intitulado "Convivencia, expectativas educativas y éxito escolar en la población gitana en Vilaboa (Galicia)", dá a conhecer uma experiência metodológica de intervenção intercultural numa escola da Galiza.

Por seu lado, Stefano Piemontese e Giuseppe Beluschi-Fabeni (em "Entre organización social y políticas públicas. Pautas residenciales de familias rumanas romaníes en Granada") problematizam o direito à habitação por parte dos imigrantes em Espanha, concretamente por parte das famílias ciganas romenas em Granada, interligando este direito com a intervenção pública local e a etnicização da exclusão.

A fechar este conjunto de contributos sobre os ciganos em Espanha, Juan Gamella, Elisa Martín Carrasco-Muñoz e Alejandro Quesada Garrido ("New methodological approaches in the anthropological demography of Romani groups. An example from the study of the evolution of the infant and child mortality of the Gitanos or *Calé* of Spain (1871-2007)") apresentam uma aproximação metodológica sobre a evolução demográfica dos ciganos neste país, abordando os processos de declínio quer da mortalidade infantil, quer dos níveis de fertilidade entre os ciganos, o que teve implicações na sua integração social.

Por último, sobre os ciganos brasileiros, Lisabete Coradini e Virgínia de Araújo Souza revelam no artigo "Os ciganos do Rio Grande do Norte: caminhos e trânsitos" que o incremento do número de trabalhos académicos sobre esta população se situa no final da década de 80 do século XX, partilhando os resultados derivados de uma investigação ainda exploratória, apresentando uma cartografia inicial sobre a população cigana neste estado brasileiro.

Pela riqueza de informação e diversidade de temas abordados no conjunto dos artigos, cremos que este será mais um contributo fundamental quer para o questionamento das imagens essencialistas e reificadas sobre as pessoas ciganas, quer para a ampliação do nosso entendimento sobre o pluralismo social e cultural nas sociedades hodiernas.

Maria Manuela Mendes e Olga Magano, 2014

ARTIGOS

Ciganos e políticas sociais em Portugal

Olga Magano
Universidade Aberta e
Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta

Maria Manuela Mendes
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

Considerando as transformações sociais e políticas verificadas em Portugal desde o 25 de abril de 1974, altura em que foi implementado o sistema democrático, passou a vigorar a conceção de cidadania universal para todos os portugueses. Contudo, nem todos os cidadãos estão em iguais circunstâncias no acesso pleno dos direitos de cidadania. O objetivo deste texto é refletir e discutir alguns dos impactos das medidas e políticas sociais sobre as pessoas e famílias ciganas, bem como as mudanças (in)visíveis subjacentes aos processos plurais de reconfiguração sócio identitária.

Palavras-chave: ciganos portugueses; políticas públicas; Portugal.

Abstract

Gypsies and social policies in Portugal

Considering the social and political changes that took place in Portugal, from April 25, 1974, specifically provided since the democratic system was implemented, became effective an understanding that advocates universal citizenship for all Portuguese. However, not all citizens are in equal circumstances on full access to the rights of citizenship. The objective of this paper is to reflect and discuss some of the impacts of measures and social policies on Gypsies people and families, as well as the (in)visible changes, although the underlying behind the plural processes of social and identity reconfiguration.

Keywords: portuguese gypsies; public policy; Portugal.

Résumé

Tsiganes et les politiques sociales au Portugal

Compte tenu des changements sociaux et politiques qui ont eu lieu au Portugal, à partir de 25 Avril 1974, puisque le système démocratique a été mis en œuvre, est devenue la conception qui prône la citoyenneté universelle pour tous les portugais. En tout, pas tous les citoyens n'ont les mêmes conditions d'accès à la pleine citoyenneté. L'objectif de cet article est de réfléchir et de discuter l'impact des mesures et des politiques sociales sur les personnes et les familles tsiganes et les changements (en)visibles apportées aux processus pluriels de reconfiguration de l'identité sociale et identitaire.

Mots-clés: tsiganes portugais; politique publique; Portugal.

Resumen

Gitanos y las políticas sociales en Portugal

Teniendo en cuenta los cambios sociales y políticos que ocurrieron en Portugal desde 25 de abril de 1974, desde que se implementó el sistema democrático, llegó a existir un entendimiento que aboga por una ciudadanía universal para todos los ciudadanos portugueses. Sin embargo, no todos los ciudadanos tienen las mismas condiciones de acceso en los derechos de ciudadanía. El objetivo de este artículo es reflexionar y discutir algunos de los efectos de las medidas y las políticas sociales sobre las personas y las familias gitanas, así como los cambios (en)visibles subyacentes a los procesos plurales de reconfiguración social y de la identidad.

Palabras clave: portugueses gitanos; política pública; Portugal.

Introdução[1]

A implementação do sistema democrático em abril de 1974 permitiu que pessoas e famílias de origem cigana vissem reconhecida, de uma forma mais facilitada, a igualdade perante os direitos de cidadania. No entanto, quarenta anos passados, continua a verificar-se um profundo fosso entre as condições de vida de muitas pessoas ciganas, quando comparadas com os restantes cidadãos portugueses. O objetivo deste texto é apresentar, por um lado, uma recensão das principais medidas e políticas sociais públicas que constituem um contributo para a melhoria do quadro de vida dos cidadãos portugueses e, por outro, refletir sobre os seus impactos nas pessoas e famílias ciganas.

[1] Este texto resulta de uma comunicação oral apresentada no Painel 56 – *Ciganos e políticas públicas em Portugal, Espanha e Brasil* –, coordenado pelas autoras e que decorreu no V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, entre 8 e 11 de setembro 2013, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e tem por base alguns dos resultados preliminares derivados da pesquisa que está em curso no âmbito do projeto *Fatores-Chave para o sucesso e continuidade dos percursos escolares: indivíduos, famílias e políticas públicas*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, referência PTDC/IVC-PEC/4909/2012 e desenvolvido em parceria entre o CEMRI-Uab e o CIES-IUL.

Em Portugal, os ciganos não são institucionalmente reconhecidos nem como minoria nacional, nem como minoria étnica, não existindo medidas de políticas públicas dirigidas especificamente a pessoas ciganas. A postura das instâncias oficiais tem oscilado sobretudo entre o desconhecimento (sobre os seus modos de vida, a sua dimensão demográfica e o seu contributo social, cultural e económico) e o não reconhecimento, pelo que urge realizar um diagnóstico social profundo que permita delinear medidas ajustadas, de modo a gerar transformações sociais.

Na verdade, a inexistência de reconhecimento dos ciganos ou até o seu incorreto conhecimento refletem-se em imagens limitativas, deformadas, de inferiorização e de desprezo, afetando e restringindo negativamente a vida destas pessoas, o que se configura como mais uma forma de opressão (Taylor, 1998) sobre os ciganos.

De forma recorrente, não só o senso comum, mas também as instituições oficiais, continuam a classificá-los como "nómadas", acusando-os de parasitismo social e económico, atribuindo-lhes comportamentos destrutivos do "edifício social" (Mendes, 2007; Lopez e Fresnillo, 1995). Por outro lado, são também entendidos como "atrasados" em relação à sociedade envolvente e até mesmo entre diferentes grupos de ciganos há essa acusação, usando elementos explicativos de maior ou menor resistência à adaptação a novos tempos e aos novos desafios das sociedades modernas (Lopes, 2008; Magano, 2010).

As pessoas ciganas são também muito frequentemente responsabilizadas pela deterioração do "clima social" de convivência nos espaços em que residem (Mendes, 2007), devido à associação enviesada que os liga ao tráfico de droga, sendo as pessoas ciganas acusadas de usarem esquemas de vida pouco claros e legais, o que facilmente se transforma em estereótipos generalizados.

De um modo geral, a cultura cigana continua a ser desconhecida e desvalorizada na sociedade portuguesa, persistindo imagens marcadas pela "estranheza" e diferença (Bochaca, 2003) – os estranhos internos e também de grande indiferença perante a perpetuação de situações de pobreza, exclusão social, racismo e discriminação social, perdurando essas situações de desigualdade face aos outros cidadãos portugueses (Parlamento Europeu, 2011). Os ciganos são um grupo que gera uma espécie de indignação consensual (Boltanski, 1999).

Prolifera também muitas vezes a ideia de que os ciganos teimam (e até de que preferem) viver isolados dos outros cidadãos portugueses, numa espécie de micro

sociedade à parte, regendo-se por regras e leis próprias (Lopez e Fresnillo, 1995). Ora, o que vários estudos têm vindo a demonstrar nos últimos anos é que não existe homogeneidade cultural entre os diversos grupos ciganos portugueses e mesmo a descrição de diferentes formas de inserção social, económica e espacial (Mendes, 2007; Nicolau, 2010; Sousa, 2013). Ou seja, verifica-se a existência de diferenciações entre quem vive a vida de cigano e outros que vivem como os "senhores"[2], havendo várias nuances em termos de estilos de vida (Magano, 2010).

1. Políticas sociais e exclusão

Um dos aspetos que emerge da análise da situação dos ciganos em Portugal é a falta de conhecimento sobre a população cigana, nomeadamente no que se refere à sua dimensão (ver Quadro 1), inscrição geográfica e condições de vida. Em termos académicos, apesar da produção de alguns estudos etnográficos[3], a escassez de estudos perdurou até meados da década de 1990. A partir desta data e sobretudo desde 2006 registou-se um incremento da produção científica em torno dos ciganos portugueses, sendo de realçar os estudos e as teses de mestrado, mas sobretudo as teses de doutoramento (Costa, 2003; Mendes, 1997 e 2007; Blanes, 2006; Lopes, 2008; Magano, 1999 e 2010; Sousa, 2010; Nicolau, 2010; Castro, 2004 e 2012; Casa-Nova, 2009). Contudo, a maioria desses trabalhos são análises qualitativas e têm um caráter micro localizado em bairros e áreas geográficas específicas, faltando estudos longitudinais e dados estatísticos sobre as características e condições de vida dos ciganos portugueses.

Em termos de iniciativas institucionais e perante o escasso conhecimento sobre a real situação dos ciganos portugueses, é de salientar as audições públicas realizadas pela Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, através da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família, no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural (2008), tendo originado o *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural.*

[2] Expressão usada por ciganos para se referirem a não ciganos.
[3] Adolfo Coelho (1995 [1892]), Leite de Vasconcelos (1958) e Nunes (1996 [1981]).

Quadro 1
Estimativas sobre o número de ciganos em Portugal

Fonte Bibliográfica	Estimativa de pessoas ciganas
OCDE, (s.d), European Roma Center, Centre de Recherches Tsiganes et Unicef (1998)	90 000 ou 100 000
SOS Racismo (2001) através de um Inquérito realizado junto de Câmara Municipais	21 831
European Commission Against Racisms and Intolerance (ERCI) (2002:23)	50 000 a 60 000
Castro, Alexandra (2007) através de dois inquéritos às Câmaras Municipais e à Guarda Nacional Republicana	34 0000
Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ACIDI, 2011)	40 000 a 60 000

Os ciganos continuam a ser considerados o grupo étnico mais pobre, com piores condições habitacionais, menos escolarizado e o principal alvo de racismo e de discriminação nas sociedades modernas (Comissão Europeia, 2004; Mendes, 2007; ERRC/Númena, 2007; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007). As medidas e políticas sociais públicas nacionais pautam-se pelo seu caráter universalista e geral, muitas vezes pouco adequadas às características e necessidades básicas desta população.

2. Políticas Sociais e Integração

Em Portugal, em 1995, é criado o ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (em dependência direta do Conselho de Ministros), que tinha por objetivo "promover a integração dos imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa, assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão, assim como acompanhar a aplicação dos instrumentos legais de prevenção e proibição das discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica." (Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 fevereiro, Diário da República 1.ª Série – A, n.º 25).

Mais tarde, em 2007, assiste-se à mudança de designação de ACIME para ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de maio). Recentemente, em 2014, esta instituição passou a denominar-se ACM - Alto Comissariado para as Migrações (Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de

fevereiro). Neste processo de transformação, em 2007, o termo "minorias étnicas" foi suprimido em detrimento da designação "diálogo intercultural" que, por sua vez, desaparece também no último rearranjo, convocando apenas o termo "migrações". Esta última alteração procura responder à "necessidade de adequar a orgânica do ACIDI a uma política migratória moderna. Essa nova orgânica deve aprofundar as políticas de integração dos imigrantes atuais e futuros e dos respetivos descendentes, tenham ou não adquirido nacionalidade portuguesa. Deve continuar a desenvolver iniciativas que reforcem sentimentos e atitudes de consideração mútua, confiança e cooperação na sociedade portuguesa. E deve ainda, em reforço, responder às necessidades de uma estratégia de identificação, captação e fixação de perfis migratórios nacionais e estrangeiros, sem descurar as responsabilidades de um Estado de Direito em proteger incondicionalmente a segurança e dignidade humana de qualquer migrante" (Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro: 1656), perdendo gradualmente a vertente dos grupos étnicos e da gestão da diversidade étnico cultural.

Após a aprovação da resolução de 9 de março de 2011, o Parlamento Europeu convidou a Comissão Europeia e o Conselho Europeu a adotar uma estratégia europeia para a integração dos ciganos. Neste contexto e a fim de garantir a existência de políticas eficazes nos Estados-Membros, o Conselho Europeu propôs a definição de estratégias nacionais de integração dos ciganos ou, no caso de já existirem, a sua adaptação para atingir os objetivos da União Europeia (UE) em matéria de integração dos ciganos. Estes objetivos da UE assentam em quatro domínios fundamentais e que são também os eixos-chave que orientam a Estratégia Nacional: o acesso à educação, ao emprego, aos cuidados de saúde e à habitação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, Diário da República 1.ª Série, n.º 75).

Embora não sendo diretamente o público-alvo de nenhuma medida de política social específica, as pessoas ciganas foram sendo abrangidas por algumas delas. Entre as diversas áreas das políticas sociais públicas serão aqui avançadas pistas de análise que se centram apenas em alguns domínios, como sejam a habitação, a segurança social, a educação e a formação. Nesta sequência apresenta-se, de seguida, uma inventariação e uma reflexão crítica em torno de alguns programas e medidas que, nestas áreas, parecem ter produzido efeitos importantes na (re)configuração social e identitária das pessoas e famílias ciganas em Portugal.

2.1. Habitação social

A habitação é uma das quatro áreas eleitas pela Estratégia Nacional como fundamental para operar a integração dos ciganos. No eixo habitação, entre outros objetivos, é reforçada a necessidade de se promover um acesso não discriminatório à habitação, nomeadamente à habitação social. Nesta dimensão importa, para além das questões inerentes à problemática da habitação social, abordar também as necessidades específicas dos ciganos não sedentarizados (por exemplo, conseguir acesso a locais de paragem adequados), nomeadamente devido à persistência de "nómadas forçados" (Correia, 2012; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; Brazzabeni, 2013), sem esquecer também que, em Portugal, ainda existem pessoas ciganas que não tiveram acesso a uma habitação condigna, vivendo em acampamentos ou habitações sem condições de salubridade e sem acesso aos serviços públicos mais básicos (Nicolau, 2010; Comissão Parlamentar, 2008).

Desde 1993, através da implementação do Plano Especial de Realojamento (PER), concebido como uma solução face às carências habitacionais, com a finalidade última de proceder à erradicação das barracas e ao realojamento das respetivas famílias (Decreto-Lei n.º 163/1993, de 7 de maio), muitas famílias ciganas foram realojadas em bairros de habitação social, permitindo a sua sedentarização e facilitando a convivência quotidiana em contextos interculturais.

De acordo com a informação publicada em *RAXEN National Focal Point-Housing Conditions of Roma and Travellers*, o PER contribuiu para a redução dos níveis de segregação dos grupos imigrantes e étnicos (Dias, Farinha e Silva, 2009). Contudo, há aspetos críticos associados a este programa e já exaustivamente dilucidados (Guerra, 1994; Malheiros e Mendes, 2007; Pereira *et al*., 2011), nomeadamente a forte concentração de ciganos em habitação social e as situações de vulnerabilidade no pós-realojamento. Acresce ainda que os ciganos estão também sobre representados em situações de precariedade habitacional. Estima-se que entre 16% a 31% da população cigana viva em condições precárias, enquanto os dados sobre o conjunto da população

portuguesa apontam para 0,8% da população a viver nessas condições (Neves, 2013; Comissão Parlamentar, 2008).[4]

Num inquérito realizado, em 2011, pela *European Union Agency for Fundamental Rights*, em onze países-membros, 80% dos ciganos inquiridos pertenciam a agregados familiares em risco de pobreza, sendo que os níveis mais elevados foram registados em Portugal (quase 100%), Itália e França. Em particular, no referente às condições de habitabilidade, nas habitações dos ciganos inquiridos viviam, em média, mais de duas pessoas num quarto[5]. Cerca de 45% dos inquiridos viviam em habitações que não tinham pelo menos uma das seguintes instalações básicas: cozinha, casa de banho, chuveiro ou banheira no interior da habitação e eletricidade. Segundo a Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, em Portugal, o número de ciganos a viver em barracas e tendas ronda os sete mil, o que corresponde a 18% da população cigana, para um universo estimado de cerca de quarenta mil pessoas (Comissão Parlamentar, 2008).[6]

Em 2011, o Comité Europeu dos Direitos Sociais condenou o Estado português, tendo por base uma queixa apresentada baseada num trabalho exaustivo do Centro Europeu para os Direitos dos Ciganos, no terreno entre 2005 e 2011, que concluiu que a forma como o Governo encara a situação habitacional dos ciganos é "discriminatória". A condenação cita ainda casos particulares de "segregação social e espacial" dos ciganos em Portugal (Falcão, 2013), como o do bairro das Pedreiras em Beja, "onde as autoridades locais emparedaram a comunidade cigana" (Neves, 2013: 170-171). Mais recentemente, a organização não-governamental *European Roma Rights Centre*, através de uma carta pública, denunciou o despejo de setenta pessoas ciganas na Vidigueira (European Roma Rights Center, 2014).

Entre as várias intervenções habitacionais a nível nacional, algumas iniciativas locais foram especificamente dirigidas a pessoas ciganas, como é o caso do Centro de Estágio Habitacional de Coimbra, criado em 2004 e financiado pela autarquia. Foi

[4] Tais valores aproximam-se dos aventados num estudo do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE-IUL, em que se estima que existam 6 516 ciganos a viverem em condições precárias de habitação, sejam estas fixas ou móveis (CET/ISCTE (2009).

[5] Em Lisboa, por exemplo, nos bairros municipais (habitação de caráter social) viviam 760 famílias, 3 296 pessoas, sendo que 29% (1/4) das famílias ciganas viviam em sobreocupação (CET/ ISCTE, 2009).

[6] Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura (2008), Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família, *Relatório das audições efetuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural.*

considerada como uma "boa prática" (Dias, Farinha e Silva, 2009), como solução transitória, de "estágio", para a passagem a um realojamento de longo prazo na cidade (Monteiro, 2009). Em Santo Tirso destaca-se um projeto piloto para as famílias ciganas de acordo com as tradições – "realojamento étnico" (Santos, 2009).

2.2. Segurança social: Rendimento Social de Inserção (RSI)

Desde a sua implementação em 1997, o então Rendimento Mínimo Garantido e atual Rendimento Social de Inserção (RSI), enquanto medida política de combate à pobreza, tinha por objetivo a redução da intensidade e da severidade da pobreza em setores mais vulneráveis. Esta medida consiste numa prestação pecuniária combinada com um programa de inserção social (Rodrigues, 2009).

Frequentemente os ciganos são acusados de serem subsídio-dependentes, principalmente face ao RSI. Não há dados disponíveis a nível nacional sobre o número de beneficiários ciganos, mas os que estão disponíveis não revelam exatamente essa situação (Branco, 2003). Em 2008, o Instituto de Segurança Social revelou que 3,9% de famílias ciganas eram beneficiárias (5 275 em 131 428) (Comissão Parlamentar, 2008), sendo de acrescentar que outras fontes atestam que 35,9% dos ciganos em idade ativa recebem o RSI (Santos *et al*., 2009).

Para alguns beneficiários, o RSI é considerado como um rendimento suplementar cujo usufruto permite manter atividades económicas tradicionais, como o comércio ambulante. Raramente é visto pelos próprios como uma oportunidade para mudar o seu trajeto de vida, gerando-se frequentemente situações de subsidiodependência, havendo casos em que não é possível acumular com qualquer outra atividade (Santos, 2013).

Em 2012 verificaram-se mudanças na legislação que regula esta medida (Portaria 257/2012 de 27 de agosto, Diário da Republica, 1.ª Série, n.º 165), reforçando-se o caráter transitório do contrato, constitutivo de direitos e obrigações, emergindo uma nova perspetiva sobre os direitos, ao exigir-se a procura ativa de emprego, a frequência de ações de formação profissional e de trabalho ao serviço da comunidade, enquanto formas de integração socioprofissional.

Apesar de mais de uma década de implementação desta medida de política social, no caso concreto dos beneficiários ciganos falta aprofundar e avaliar os seus

efeitos. Contudo, é desde já possível equacionar impactos substantivos nas famílias e nas pessoas ciganas, na medida em que houve uma melhoria das condições de vida, um prolongamento dos níveis de escolarização das mulheres e dos seus filhos, um maior acesso dos adultos à educação de adultos e a ações de formação profissional e um aumento do número de mulheres a solicitar o enquadramento dos filhos em creches e jardins de infância.

2.3. Alguns programas e medidas nas áreas da Educação e Formação

A partir de 1974, a escolaridade obrigatória estabelecida era até ao 6.º ano, posteriormente foi prolongada até ao 9.º e recentemente alargou-se ao 12.º ano (Lei 82/2009 de 27 de agosto, Diário da República, 1ª Série, n.º 166). No entanto, todos os dados disponíveis apontam para altos níveis de analfabetismo e absentismo escolar dos ciganos portugueses, mesmo em relação aos seis anos de escolaridade, o que faz supor tratar-se de uma tarefa difícil a concretização dos doze anos de escolaridade (AA.VV, 2001a; Bastos, 1999).

Na década de 90 do século passado foi criada a Secretaria Coordenadora de Educação Multicultural, na qual estava sediado o Secretariado Entreculturas, que tinha por principal objetivo realizar formação sistemática em educação intercultural. Neste âmbito foi produzida uma base de dados designada por "Entreculturas" com a realização de inquéritos anuais sobre a demografia multicultural nas escolas públicas, onde eram incluídos alguns dados sobre as matrículas e frequências escolares de crianças e jovens de origem cigana nas escolas públicas portuguesas (AA.VV, 2001a; Bastos, 1999). Ainda nesta década, o Projeto de Educação Intercultural procurou introduzir módulos sobre a educação intercultural no currículo e materiais educativos interculturais (com publicações sobre cultura cigana) (AA.VV, 2001b; Equipa de Trabalho do Entreculturas, s/d; Noronha, 2003).

Em 2007, no contexto do ACIDI é criado um grupo para as comunidades ciganas – GACI - Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas – onde foram incluídos seis membros das comunidades ciganas. Mais recentemente, na sequência da Estratégia Nacional, foi criado o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG).

Em 2009 foi implementado pelo GACI o Projeto Piloto *Mediadores Municipais*, apoiado pelo Governo Português e já com várias edições de formação. Este programa procura melhorar o acesso das pessoas ciganas aos serviços e equipamentos locais, bem como promover a igualdade de oportunidades, o diálogo intercultural e a coesão social, através da colocação de mediadores ciganos nas câmaras municipais. Já em meados de 1990 tinha havido um Projeto de mediadores culturais – Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação. No entanto e de uma forma geral, o que se tem verificado em relação aos mediadores, independentemente da área de trabalho de inserção, é que, a curto prazo, acabam por se sentir desencorajados em virtude da falta de condições estruturais e contratuais que garantam alguma continuidade em termos de trabalho nas instituições (Pereira, 2008; Loureiro, 2012).

Outro dos objetivos da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ACIDI e Governo de Portugal, 2013) é promover a conclusão da escolaridade básica de 40% das crianças ciganas do sexo feminino e do sexo masculino até 2016 e de 60% até 2020, considerando que alguns dados sugerem que, em alguns Estados-Membros, apenas um número limitado de ciganos crianças completam a educação básica. A *European Agency for Fundamental Rights* (EUFRA) constatou que, apesar de haver uma multiplicidade de programas que procuram incentivar a escolarização dos ciganos, estes continuam a estar sub-representados no 1.º ciclo do Ensino Básico nos vários países europeus; continuam a verificar-se elevados níveis de absentismo e de insucesso escolar, assim como práticas de segregação e de separação dos alunos ciganos em turmas específicas (IRS, 2008).

Os últimos dados publicados pelo Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo do Ministério de Educação em 2003/2004 (Comissão Parlamentar, 2008) apontam que, no 1.º ciclo, se encontravam 7 216 ciganos, no 2.º ciclo, 857 ciganos, no 3.º ciclo, 217 ciganos e no Ensino Secundário, 34 ciganos**.** Com o objetivo de termos uma informação atualizada sobre estes estudantes, foi solicitada informação ao Ministério de Educação, mas não obtivemos qualquer resposta.

De uma forma geral, o que nos indicam os estudos disponíveis em Portugal é que as pessoas ciganas apresentam níveis de escolaridade obrigatória baixos (enquanto a taxa de abandono é alta) (Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; Mendes, 2007). Em estudos mais recentes confirmam-se algumas destas observações. Por exemplo, no concelho de Bragança (Trás-os-Montes), o total de alunos ciganos a frequentar o 1.º

ciclo em 2005/2006 era de 53, com elevadas taxas de insucesso (45%) e de abandono escolar (15%) (Nicolau, 2010). As mulheres ciganas têm um nível de escolaridade ainda mais baixo do que os homens sendo raros os casos em que ultrapassam o ensino básico (1.º ciclo). A mesma situação verifica-se entre ciganos integrados (sob o ponto de vista do exercício de uma profissão por conta de outrem e sem fazerem "modo de vida cigano"), em que as mulheres têm menos anos de escolaridade do que os homens ciganos (Magano, 2010). Ora, se já era difícil a etapa dos nove anos de escolaridade obrigatória, com a mudança para os doze anos, em 2009, antevê-se ainda mais dificuldade em atingir essa etapa, em ambos os géneros. A reprodução de formas de desigualdade de género em que as meninas ciganas abandonam a escola geralmente entre os 11 e os 14 anos continua a verificar-se. Os meninos deixam a escola um pouco mais tarde, em torno dos 16 e dos 18 anos (Mendes, 2012).

2.3.1 Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

Este Programa vai já na sua terceira edição, vigente desde 2012, tendo a primeira e a segunda edições vigorado, respetivamente, a partir dos anos de 1996 e 2006. A partir do Relatório de Avaliação do TEIP 2009-2010 constatam-se progressos animadores: menos alunos desistiram e mais jovens obtiveram sucesso no final do ano letivo (Abrantes, Mauritti e Roldão, 2011), verificando-se ainda um aumento de professores e de técnicos não docentes contratados em que se incluem mediadores socioculturais, muitos deles ciganos.

O segundo Programa de Territorialização de Políticas Educativas de Intervenção Prioritária (TEIP) (Despacho de 26 de setembro de 2006) surgiu na sequência de outras medidas de apoio às populações mais carenciadas e como resposta às necessidades e expectativas dos alunos mais carenciados, passando de 35 para 105 agrupamentos. Esta segunda fase do programa TEIP teve como objetivo melhorar a qualidade da aprendizagem do sucesso educativo dos alunos e combater o absentismo e o abandono escolar precoce. A maioria da população escolar do programa TEIP enquadra-se no ensino básico, com uma forte incidência no 1.º ciclo, correspondendo a 36,8% e nos 2.º e 3.º ciclos a 20% e 19,6%, respetivamente. No Ensino Secundário são integrados apenas 5,5% dos alunos, enquanto o Pré-Escolar abrange 11,9%. Entre estes estudantes, mais de 10% são ciganos. Em doze dos programas TEIP há mais de cem alunos ciganos.

Outro dado importante apontado é que metade das famílias dos alunos que frequentam estas escolas é beneficiária do RSI, sendo que uma percentagem semelhante diz respeito a alunos que são acompanhados pela Comissão de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (Abrantes, Mauritti e Roldão, 2011).

2.3.2 Programa Integrado de Educação e Formação

Criado em 1999, o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) é uma iniciativa conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e destina-se a menores em situação de abandono escolar ou de exploração laboral, que estão sob forte risco de exclusão social. O objetivo é proporcionar a estas crianças uma nova oportunidade para completarem a escolaridade obrigatória e obterem uma certificação escolar e profissional (Diário da República, 1.ª Série, n.º 171, 4 de setembro de 2012). Em 2012 o programa foi alterado, passando a designar-se Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação (PAQPIEF), tendo como finalidade promover a inclusão social de crianças e jovens mediante a criação de respostas integradas, designadamente socioeducativas e formativas, de prevenção e combate ao abandono e ao insucesso escolares, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional dos jovens (Diário da República, 1.ª série, n.º 171, 4 de setembro de 2012). Esta medida tem obtido algum sucesso, principalmente ao nível da inserção e retorno de adolescentes ciganas ao sistema educativo.

2.3.3 Programa Novas Oportunidades

O RSI envolve medidas de educação e de formação, como contrapartida do benefício da medida. Neste quadro, medidas do Sistema Nacional de Qualificações[7] permitiram a adaptação dos currículos, assim como o desenvolvimento de estratégias de ensino e modelos para alunos adultos e, em particular, para contextos específicos das comunidades ciganas (Gomes, 2013). Destacam-se entre estas medidas de promoção da inclusão social e do desenvolvimento (Formação para a Inclusão – Eixo POPH 6), políticas mais recentes dirigidas à qualificação de adultos (desde 2001), que permitiram

[7] RVCC, Cursos EFA, Formação Modular de Programas de formação certificada em Competências Básicas.

a inclusão dos grupos sociais mais desfavorecidos – o que pode ser visto como um movimento inclusivo (Gomes, 2013) – e o Programa Novas Oportunidades, que visa o desenvolvimento de outras formas de reinserção no sistema de ensino, pondo em prática programas adequados. Este programa foi, em 2014, substituído pela Rede de Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP).

Contudo, continuam por avaliar os efetivos efeitos destas políticas de educação, nomeadamente no prolongamento dos trajetos escolares das pessoas ciganas. Seria muito interessante verificar a relação entre a implementação e receção do RSI, o sucesso destas medidas de política educativa e a elevação dos níveis de escolaridade das pessoas ciganas.

2.3.4 Programas Escolhas

Este é essencialmente um programa público de âmbito nacional vocacionado para a promoção da inclusão social de crianças e jovens oriundas dos contextos socioeconómicos mais vulneráveis (Calado, 2014: 60). A primeira fase de implementação do Programa Escolhas durou até dezembro de 2003 e teve início em 2001, por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001. Os seus objetivos iniciais consistiram na prevenção e inserção de jovens dos bairros mais vulneráveis ao crime nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal.

O Programa Escolhas de segunda geração foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004. Nesta fase foram financiados e acompanhados 87 projetos a nível nacional, enquadrados nas zonas Norte (33 projetos), Centro (29 projetos) e Sul e Ilhas (25 projetos), tendo abrangido como público-alvo prioritário crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, "provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social" (Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012).

A terceira fase do Programa Escolhas para o período de 2007 a 2009 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006) abrangeu 121 novos projetos. Em 2007, o Programa Escolhas passa a estar integrado no ACIDI.

O Programa Escolhas de quarta geração decorreu entre 2010-2012, com a implementação de 130 novos projetos e 10 projetos experimentais. No relatório de

avaliação do programa Escolhas de quarta geração apurou-se que 16% dos jovens abrangidos são ciganos portugueses, 22% são descendentes de imigrantes e que a maioria (62%) é composta por outros jovens portugueses. Os ciganos são envolvidos em 69 projetos (53,9% do total), o que corresponde a 1 956 crianças e jovens. Em termos relativos, há mais projetos no Norte e no Centro de Portugal, os quais têm como beneficiários famílias ciganas (70,8% contra uma média de 65,1%) (Saint-Maurice, Costa e Guerra, 2011).

Atualmente encontra-se em curso a quinta geração do Programa Escolhas 2013-2015 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012), com a aprovação de 113 projetos, sendo que cerca de 85 abrangem crianças e jovens ciganos. Entre as ações a desenvolver destaca-se, pelo seu impacto junto dos jovens e das famílias ciganos a promoção da inclusão escolar e da educação não formal, nomeadamente como um dos cinco eixos prioritários do Programa Escolhas (Calado, 2014: 73).

Notas finais

Por esta breve incursão pelas medidas e políticas públicas sociais verificámos que não existem medidas específicas dirigidas a ciganos. No entanto, há diversas medidas gerais que abrangem pessoas ciganas, mas que apresentam resultados pouco concretos, constatando-se alguma incapacidade política para fomentar medidas dirigidas às necessidades das pessoas ciganas. O universalismo das políticas sociais (que visa a dignidade para todos os cidadãos) não tem surtido os efeitos desejados na redução dos níveis de pobreza, exclusão, discriminação e racismo face aos ciganos.

Um aspeto que surge como relevante é a pouca formação de pessoas ciganas, sendo que a aposta na formação de mediadores de origem cigana poderia ser uma via para envolver as escolas e instituições públicas e as famílias ciganas. Apesar das várias formações de mediadores há ainda por resolver a questão do estatuto da carreira profissional, o que bloqueia a possibilidade de inserção profissional.

Embora sejam desconhecidos dados concretos sobre o impacto das políticas públicas são percetíveis os efeitos positivos de medidas como o RSI ao nível do retorno e retenção de crianças, jovens e até de adultos no sistema escolar, pesem embora as limitações ainda existentes. A relação entre políticas sociais e políticas de qualificação

de adultos pode ser perspetivada como um instrumento poderoso no combate à pobreza e exclusão social (Gomes, 2013).

As mudanças (in)visíveis e subjacentes a processos plurais de reconfiguração social têm implicações em várias dimensões das vidas das pessoas ciganas. Hoje em dia há mais mulheres ciganas que continuam a sua trajetória escolar, no ensino regular ou através de programas de educação alternativa (ainda que de forma discreta). É importante conhecer em profundidade os percursos de vida dessas mulheres e como é que elas conciliam essa estratégia emancipatória com os seus contextos familiares e conjugais, e qual a influência nos modos de vida. Interessa-nos aprofundar o conhecimento do impacto das políticas sociais na integração dos ciganos e a transformação dos papéis sociais e das relações de género nas famílias ciganas, a partir do ponto de vista dos próprios protagonistas.

Referências bibliográficas

AA.VV (2001a), *Que sorte, ciganos na nossa escola*, Lisboa, Centre de Recherches Tsiganes/Secretariado Entreculturas.

AA.VV (2001b), *Histórias do povo cigano. Sugestões de Actividades para o Ensino Básico*, Lisboa, Ministério da Educação/Departamento da Educação Básica.

ABRANTES, P.; MAURITTI, R.; ROLDÃO, C. (2011), *Efeitos TEIP – Avaliação de impactos escolares em sete territórios educativos de intervenção prioritária*, Lisboa, Ministério da Educação/DGICD/CIES-IUL.

BASTOS, José Gabriel Pereira (1999), *Portugal Multicultural. Situação e Estratégias Identitárias das Minorias Étnicas*, Lisboa, Fim de Século.

BASTOS, José Gabriel; CORREIA, André; RODRIGUES, Elsa (2007), *Sintrenses ciganos. Uma abordagem estrutural-dinâmica*, Lisboa, Câmara Municipal de Sintra/ACIDI.

BLANES, Ruy L. (2006), *Aleluia. Música e identidade num movimento Evangélico cigano na Península Ibérica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

BOCHACA, Jordi Garreta (2003), *La Integración Sociocultural de las Mínorías Étnicas (Gitanos e Inmigrantes)*, Barcelona, Anthropos.

BOLTANSKI, Luc (1999), *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.

BRANCO, Francisco (2003), "Os ciganos e o RMG: direitos sociais e direito à diferença", *Intervenção Social*, 27, pp. 119-139.

BRAZZABENI, Micol (2013), "A construção de uma 'comunidade de palavras'", *in* Maria Manuela Mendes e Olga Magano (eds.), *Ciganos portugueses: olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição*, Lisboa, Ed. Mundos Sociais, pp. 71-80.

CALADO, Pedro (2014), "O papel da educação não-formal na inclusão Social: a experiência do Programa Escolhas", *Interacções*, 29, pp. 60-94.

CASA-NOVA, Maria José (2009), *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*, Lisboa, ACIDI.

CASTRO, Alexandra (2004), "Ciganos e itinerância – realidades concelhias e formas de hospitalidade", *Cidades, Comunidades e Territórios*, 9, pp. 55-70.

– (2012), *Na Luta pelos Bons Lugares: Visibilidade Social e Controvérsias Espaciais*, Tese de Doutoramento em Antropologia Urbana, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

CET/ISCTE (2009), *Actas do Seminário Internacional – Ciganos, Território e Habitat*, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 8 e 9 de abril de 2008.

COELHO, Adolfo (1995 [1892]), *Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

COMISSÃO EUROPEIA (2004), *La situation des Roms dans une Union Européene*. Luxembourg, Direction Générale de L'Emploi et des Affaires Sociales.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA (2008), Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família, *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*, Lisboa, Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura.

CORREIA, André C. (2012), "A gente não tem casa, é um dia aqui um dia além, somos ambulantes pronto! A produção social do 'nomadismo' cigano", *in* José Pereira Bastos (org.) *Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 239-265.

COSTA, Manuel A. (2003), *Histórias de vida: representações sociais da comunidade cigana*, Tese de Doutoramento em Antropologia Social e Cultural, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

DIAS, Bruno; FARINHA, Tiago; SILVA, Elisa (2009), "RAXEN Thematic Study – Housing Conditions of Roma and Travellers – Portugal", *in Númena*, [Consult. a 09.06.2014]. Disponível em: <http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/590-RAXEN-Roma%20Housing-Portugal_en.pdf>.

EQUIPA DE TRABALHO DO ENTRECULTURAS (s/d), *Uma escola. Uma sala de aula interculturais. Sugestões para professores*, Lisboa, Secretariado Entreculturas.

ERRC/NÚMENA (2007), *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social: o caso dos ciganos. Avaliando o impacto dos planos nacionais de acção para a inclusão social na República Checa e Portugal*, Porto Salvo, ERRC/NÚMENA.

EUROPEAN ROMA RIGHTS CENTER (2014), *Portugal Continues Violating Housing Rights of Roma*, [Consult. a 22.07.2014]. Disponível em: <http://www.errc.org/article/portugal-continues-violating-housing-rights-of-roma/4304>.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS (2012), *The situation of Roma in 11 EU Member States Survey results at a glance*, Luxembourg, Publications Office of the European Union, [Consult. a 09.06.2014]. Disponível em: <http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/2099-FRA-2012-Roma-at-a-glance_EN.pdf>.

FALCÃO, José (2013), "Discriminação da comunidade cigana", *in* Olga Magano e Manuela Mendes (orgs.), *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projetos de intervenção social e cultural* (*e-book*), Lisboa, Universidade Aberta, pp. 133-153.

GOMES, Maria do Carmo (2013), "Políticas públicas de qualificação de adultos e comunidades ciganas: movimentos inclusivos", *in* Maria Manuela Mendes e Olga Magano (eds.), *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*, Lisboa, Ed. Mundos Sociais, pp. 81-91.

GUERRA, Isabel (1994), "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas", *Sociedade e Território*, 20, pp. 11-16.

INSTITUTO PER LA RICERCA SOCIALE (IRS) (2008), *The social situation of the Roma and their improved access to the labour market in the EU*, Milan, [Consult. a 09.06.2014]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201107/20110718ATT24290/20110718ATT24290EN.pdf>.

LEITE DE VASCONCELOS, José (1958), *Etnografia Portuguesa*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional.

LOPES, Daniel Seabra (2008), *Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Imprensa de Ciências Sociais.

LOPEZ, Maria Luísa; FRESNILLO, Gonzalo Pato (1995), *Margem y periferia: representaciones ideológicas en los conflictos urbanos entre payos y ciganos*, Madrid, Asociación Secretariado General Gitano.

LOUREIRO, Raquel S. C. (2012), *O papel do Mediador Municipal. Estudo efectuado junto da comunidade cigana de Barcelos*, Dissertação de Mestrado em Mediação e Interculturalidade, Porto, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa.

MAGANO, Olga (1999), *Entre ciganos portugueses: estudo sobre a integração social de uma comunidade cigana residente na cidade do Porto*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Porto, Universidade Aberta.

– (2010), *Tracejar vidas normais. Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*, Tese de Doutoramento em Sociologia na especialidade de Relações Interculturais, Lisboa, Universidade Aberta.

MALHEIROS, Jorge; MENDES, Manuela (coords.) (2007), *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na AML (Área Metropolitana de Lisboa)*, 22, ACIME/FCT, [Consult. a 09.06.2014]. Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_22.pdf>.

MENDES, Maria Manuela (1997), *Etnicidade, grupos étnicos e relações multiculturais, no âmbito de uma Sociologia das Relações Étnicas e Rácicas*, Tese de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

– (2007), *Representações face à discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, Universidade de Lisboa.

– (2012), *Identidades, racismo e discriminação: ciganos da AML*, Lisboa, Caleidoscópio.

MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga (2013) (orgs.), *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*, Lisboa, Mundos Sociais.

MONTEIRO, Jorge Gouveia (2009), "Centro de Estágio Habitacional de Coimbra: do realojamento ao modelo integrado de atuação", *in Actas do Seminário Internacional – Ciganos, Território e Habitat*, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 8 e 9 de abril de 2008, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, pp. 123-125.

NEVES, Maria do Céu (2013), "Sim... Mas não à nossa porta!", *in* Olga Magano e Manuela Mendes (orgs.), *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projetos de intervenção social e cultural* (*e-book*), Lisboa, Universidade Aberta, pp. 169-177.

NICOLAU, Lurdes (2010), *Ciganos e não ciganos em Trás-os-Montes: investigação de um impasse interétnico*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

NORONHA, Maria Helena (2003), *A escola é uma esperança. Sugestões para famílias de etnia cigana*, Lisboa, Secretariado Entreculturas.

NUNES, Olímpio (1996 [1981]), *O Povo Cigano*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa.

PARLAMENTO EUROPEU (2011), "Estratégia da União Europeia para a Inclusão dos Ciganos", *in Resolução do Parlamento Europeu*, [2010/2276 (INI)], Estrasburgo, Parlamento Europeu.

PEREIRA, Álvaro *et al*. (2011), *Habitat e minorias. O que pode a promoção pública de habitação?*, Lisboa, LNEC.

PEREIRA, Jorge M. M. (2008), *Inclusão dos alunos das comunidades ciganas nas escolas portuguesas*, Dissertação de Mestrado em Geografia – Educação e Desenvolvimento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

RODRIGUES, Carlos Farinha (2009), *Efficacy of Anti-poverty and Welfare Programs in Portugal: the Joint Impact of the CSI and RSI*, Working paper, Lisbon, ISEG**.**

SAINT-MAURICE, Ana; COSTA, Sónia; GUERRA, Isabel (2011), *1º relatório de progresso – Programa Escolhas 2010-2012*, Lisboa, Dinâmia-CET/ ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

SANTOS, Rui (2009), "O realojamento da comunidade cigana de Santo Tirso: dos principais desafios às novas oportunidades de vida", *in Atas do Seminário Internacional Ciganos, Território e Habitat*, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, pp. 169-182.

SANTOS, Sofia Aurora (2013), *O Rendimento Social de Inserção e os Beneficiários Ciganos: o caso do concelho de Faro*, Dissertação de Mestrado em Educação Social, Faro, Universidade do Algarve.

SANTOS, Tiago *et al.* (2009), *Research survey on migrant's experiences of racism and xenophobia in Portugal*, Porto Salvo, NÚMENA.

SOUSA, Carlos J. (2010), *Relações interculturais, dinâmicas sociais e estratégias identitárias de uma família cigana portuguesa 1827-1959*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Universidade Aberta/DCSG.

– (2013), *Os Maias, Retrato Sociológico de uma Família Cigana Portuguesa (1827-1957)*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

TAYLOR, Charles (1998), *Multiculturalismo*, Lisboa, Instituto Piaget.

Outras referências

ACIDI; GOVERNO DE PORTUGAL (2013), *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2010 – Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013*.Decreto-Lei n.º 163/1993, de 7 de maio.

Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 fevereiro, Diário da República 1.ª Série – A, n.º 25.

Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de maio.

Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro.

Diário da República, 1.ª Série, n.º 171, 4 de setembro de 2012.

Lei 82/2009, de 27 de agosto, Diário da República, 1.ª Série, n.º 166.

Portaria 257/2012, de 27 de agosto, Diário da Republica, 1.ª Série, n.º 165.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012, Diário da República, 1.ª Série — n.º 154 — 9 de agosto de 2012, [Consult. a 26.08.2014]. Disponível em: <https://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/15400/0427904281.pdf>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, Diário da República 1.ª Série – n.º 75.

Olga Magano (autora de correspondência). Professora Auxiliar da Universidade Aberta (Lisboa, Portugal) e Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Delegação do Porto da Universidade Aberta, Rua do Amial, 752, 4200-055 Porto, Portugal. *E-mail*: olga.magano@uab.pt.

Manuela Mendes. Professora Auxiliar da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Seção de Ciências Sociais e do Território (Lisboa, Portugal) e Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (Lisboa, Portugal). *E-mail*: mamendesster@gmail.com.

Artigo recebido a 10 de junho de 2014. Publicação aprovada a 28 de setembro de 2014.

O Rendimento Social de Inserção e os beneficiários ciganos: o caso do concelho de Faro

Sofia Rebelo Santos
Educadora Social

João Filipe Marques
Universidade do Algarve

Resumo

Este artigo explora as vivências do Rendimento Social de Inserção (RSI) por parte dos ciganos portugueses. O seu objetivo principal foi o de compreender como é que esta categoria de beneficiários perceciona e vive as situações de subsidiariedade. O estudo que lhe deu origem envolveu um grupo de famílias ciganas do concelho de Faro e um conjunto de técnicos sociais responsáveis pela atribuição e gestão do subsídio. Pretendeu-se também conhecer, em certa medida, as reais possibilidades de inserção social e saída do universo da pobreza através destas medidas de política social.

Palavras-chave: ciganos; Rendimento Social de Inserção; pobreza.

Abstract

The Social insertion Income and the Gypsies/Roma people: The case of Municipality of Faro

This article explores the perceptions of Portuguese Gypsies/Roma in what concerns the Social Insertion Income (*Rendimento Social de Inserção*). Its main objectives are to understand how these social actors live the subsidiary situations. The study involved not only the families who benefit from this social policy measure, but also the social workers who are in charge of its attribution and management. We also intended to reflect about the real efficacy of these social policies in helping the Portuguese Gypsies/Roma to exit the poverty situations they often live in.

Keywords: Roma; Social Insertion Income; poverty.

Résumé

Le Revenu Minimum d'Insertion et les Tsiganes: Le cas de la Municipalité de Faro

Cet article explore les perceptions du Revenu Minimum d'Insertion (*Rendimento Social de Inserção*) par ses bénéficiaires Tsiganes au Portugal. L'objectif central est de comprendre leurs façons de vivre en situation de subsidiarité. L'étude a été menée auprès de familles bénéficiaires de cette mesure de combat contre la pauvreté, et auprès de travailleurs sociaux chargés de leur gestion. Une réflexion est également menée sur l'efficacité réelle de ce type de mesure de politique sociale visant la sortie de la pauvreté des Tsiganes Portugais et leur insertion sociale.

Mots-clés: tsiganes; Revenu Minimum d'Insertion; pauvreté.

Resumen

Los Gitanos y la Renta Mínima de Inserción: El caso de la Municipalidad de Faro

Este artículo explora cómo los gitanos Portugueses usan la Renta Mínima de Inserción (*Rendimento Social de Inserção*) y las estrategias que estos llevan a cabo. Su objetivo central es comprender cómo estos actores sociales perciben y viven las situaciones de subsidiariedad. El estudio se ha llevado a cabo con familias beneficiarias de estos programas y con trabajadores sociales responsables de su asignación y gestión. Se ha reflexionado también sobre la eficacia de estas políticas sociales en relación a la lucha con la precariedad y la promoción de la inserción social de los gitanos Portugueses.

Palabras clave: gitanos; Renta Mínima de Inserción; pobreza.

Introdução[1]

As sociedades modernas fundam-se nos valores da igualdade, nomeadamente nos princípios da igualdade de oportunidades, sendo esta um dos pilares da cidadania. Mas mesmo nas sociedades desenvolvidas, a verdadeira igualdade de oportunidades parece não ter sido ainda totalmente alcançada, pois não apenas continuam a existir grupos extremamente vulneráveis à pobreza e à exclusão social, como essas situações tendem, com persistência, a reproduzir-se no tempo.

Apesar de a pobreza constituir a privação de recursos e a exclusão social a rutura entre o indivíduo e a sociedade, nem sempre as duas situações coexistem. Por um lado, há situações de pobreza integrada, como, por exemplo, em meio rural, onde os indivíduos vivem situações escassez de recursos materiais e simbólicos, embora continuem relativamente integrados socialmente. Por outro lado, existem também

[1] Este artigo retoma algumas ideias da comunicação, com o mesmo título, apresentada no V Congresso Português de Antropologia que teve lugar na Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, em Vila Real, de 8 a 11 de setembro de 2013.

situações de exclusão que não dependem da condição de pobreza. Um dos exemplos clássicos é o da exclusão racista ou homofóbica; os indivíduos são excluídos da participação na sociedade por reunirem outras características que não a pobreza. Todavia, nos meios urbanos e periurbanos típicos das sociedades modernas, a pobreza arrasta sempre consigo um determinado grau de exclusão social a qual, por seu turno, contribui para manter e amplificar as situações de carência. Ou seja, a escassez de recursos materiais típica da pobreza implica normalmente a escassez de recursos simbólicos que permitam aos indivíduos a plena participação na sociedade. Por outras palavras, na maior parte dos casos, a pobreza está associada a situações de défice de participação na vida coletiva.

Em Portugal, as políticas públicas parecem não ter sido inteiramente capazes, até ao momento, de combater com eficácia a pobreza e a exclusão, nem de prever o seu aparecimento (Rodrigues, 2010a). Contudo, um dos mecanismos de minimização das consequências da pobreza extrema tem sido as políticas sociais de "rendimento mínimo", cuja filosofia visa precisamente garantir um padrão de vida condigno àqueles que mais necessitam. No nosso país, o Rendimento Social de Inserção (RSI) veio, em 2003, substituir o seu percursor, o Rendimento Mínimo Garantido (RMG). Esta última medida, legalmente criada em 1996, foi, numa fase experimental, posta em prática através de um conjunto de projetos-piloto que duraram cerca de um ano. No ano de 1997, a implementação plena do RMG foi acompanhada por um forte dispositivo de avaliação dos seus efeitos.

O Rendimento Social de Inserção constitui uma prestação pecuniária mensal que é concedida às famílias e aos indivíduos que vivam em situação de grave carência económica e que façam prova de que possuem determinadas condições de atribuição. Cabe aos beneficiários o cumprimento de um "Programa de Inserção Social" pré-estabelecido, que tem como objetivo proclamado romper o "ciclo vicioso da pobreza" (Instituto da Segurança Social, 2013). Trata-se de uma medida que visa criar as condições mínimas para o acesso às necessidades básicas e, ao mesmo tempo, gerar oportunidades de inserção social.

É claro que estas medidas também têm limitações e alguns efeitos perversos. Entre os problemas que têm vindo a ser apontados às políticas de rendimentos mínimos destacam-se: a dependência que podem provocar nos seus beneficiários, o fraco envolvimento destes nos projetos de inserção, a precaridade dos contratos de trabalho

que lhes são oferecidos, a falta de motivação para frequentarem as ações de formação profissional devido à ausência de expectativas de futuro, a excessiva burocracia destes processos, a que se vem aliar o "efeito identitário negativo" e a estigmatização social de certos grupos de beneficiários (Diogo, 2007; Pacheco, 2009; Rodrigues, 2010b).

Apesar das diversas tentativas de assimilação de que, ao longo dos séculos, têm sido objeto, os ciganos portugueses têm conseguido manter certos traços culturais que lhes têm permitido manter as fronteiras da identidade étnica. São exemplos desses traços, a forte coesão familiar e de grupo, a grande valorização da endogamia, a capacidade de resolução de conflitos internos através de um sistema de normas interior ao grupo, os vincados papéis de género, a importância dada à socialização primária no seio familiar, a intensidade na vivência do luto, etc. (Mendes, 2005; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; Marques, 2006 e 2007; Casa-Nova, 2009).

Um estudo realizado sobre os processos de integração e de exclusão de uma comunidade cigana no Porto concluiu que estes dois processos alternam criando situações ambíguas. Por um lado, existe uma manifestação de integração através da sedentarização (e das melhores condições de habitação); por outro lado, as famílias ciganas resistem à mudança e à assimilação na sociedade dominante, ao preservarem alguns dos seus traços culturais (Magano e Silva, 2002).Esta resiliência identitária até hoje demonstrada pelos ciganos portugueses acaba também por ilustrar até que ponto a "integração" desejada pela "maioria" e posta em prática através das políticas públicas nem sempre é exatamente aquela que é desejada pelos próprios ciganos.

Atualmente uma grande parte da sociedade parece manifestar uma certa hostilidade relativamente aos ciganos. Estes são com demasiada frequência acusados de "abusarem" dos subsídios sociais do Estado-Providência, o que constitui, é certo, uma consequência dos ancestrais preconceitos de que têm sido vítimas (Marques, 2006 e 2013; Mendes, 2005 e 2012), mas também, claramente, de uma insatisfatória aplicação das políticas sociais.

Com efeito, diversos estudos têm vindo a demonstrar que, quer em virtude dos processos de discriminação étnica de que tem sido vítimas ao longo do tempo, quer como resultado de um certo afastamento voluntário que cumpre propósitos identitários, quer ainda devido a fatores estruturais de reprodução social da pobreza, os ciganos constituem uma categoria social particularmente exposta às situações de carência de recursos e de défice de participação cidadã (Almeida *et al*., 1992; Marques, 2006, 2013;

Mendes e Magano, 2013). A pertinência do estudo que aqui se apresenta prende-se com essa situação de vulnerabilidade dos ciganos portugueses à pobreza, mas também com os efeitos de estigmatização social que esta medida tem implicado.

1. Os ciganos e o RSI. Uma relação tensa

Hoje em dia, na sociedade portuguesa, em diversos contextos do quotidiano, os ciganos são difusamente acusados de viverem do RSI e de não se esforçarem para trabalhar nem para se inserirem na sociedade. Segundo esta visão do senso comum, seriam os membros deste grupo que tirariam os maiores proveitos da aplicação do RSI (Branco, 2003: 119), havendo mesmo quem suspeite de uma certa "etnicização invertida" (Branco, 2003: 119), isto é, uma certa discriminação positiva por parte do Estado associada ao aproveitamento ilegítimo por parte dos indivíduos. A investigação efetuada pela ERRC/Númena, por seu turno, indicou que existe "uma discriminação institucional e uma desconfiança geral em relação aos beneficiários ciganos da parte dos trabalhadores dos serviços sociais", ao serem preconceituosos e ao adotarem uma posição de controlo excessivo à fraude (ERRC/Númena, 2007: 54).

Um estudo realizado pelo Instituto da Segurança Social relativo a dezembro de 2008 estimou que existiam 5 275 famílias ciganas beneficiários do RSI, o que correspondia a 21 100 beneficiários, perfazendo um peso de apenas 3,9% relativamente ao total das famílias beneficiárias do subsídio (CPESC, 2008). Em todo o caso, as políticas sociais, principalmente o RSI, ao assegurarem um rendimento mensal às famílias mais pobres, têm sido de extrema importância para as famílias ciganas. Os motivos para que muitas recorram ao RSI devem-se às dramáticas situações de pobreza ou de doença grave em que vivem.

Os Contratos de Inserção preveem um conjunto de ações que obrigam os beneficiários que tenham capacidades para tal a procurar trabalho, a completar a escolaridade ou a frequentar ações de formação, num processo que tenta criar oportunidades de inserção no mercado laboral. No entanto, no atual contexto de crise económica, o aumento do desemprego e as baixas qualificações escolares e profissionais, agravam as possibilidades para se obter trabalho e os ciganos acabam por ser o grupo mais fustigado na área do emprego. Ou seja, algumas análises têm vindo a mostrar que o RSI "não é muito eficiente na promoção da inclusão social dos

beneficiários ciganos" (ERRC/Númena, 2007: 52) e que muitos se tornaram dependentes da medida, devido à falta de reais possibilidades de integração.

É, pois, necessário discutir e analisar a relação entre o RSI e os ciganos, de modo não só a desmistificar alguns preconceitos que têm vindo a ser construídos e reproduzidos em torno deste assunto, como a observar como os próprios vivem esse "efeito identitário negativo".

2. Metodologia e contexto territorial da investigação

As principais questões que se colocaram na investigação que aqui se apresenta foram as seguintes: i) Como vivem as famílias ciganas o facto de serem beneficiárias do RSI?; ii) Quais são as suas perceções relativamente a este tipo de prestação?; iii) Como lidam com o estereótipo da maioria por serem beneficiários do RSI?; iv) Quais são as suas representações relativamente aos direitos e deveres de solidariedade?; v) Como é que os técnicos de trabalho social percecionam o combate à pobreza, através do RSI?

A metodologia utilizada consistiu numa aproximação às duas categorias de intervenientes principais: os beneficiários ciganos do RSI e os técnicos da Segurança Social e das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) que trabalham direta ou indiretamente com as famílias ciganas. As conversas informais e as entrevistas semiestruturadas foram as principais técnicas de recolha de informação, mas o trabalho de terreno intensivo com recurso à observação participante permitiu vivenciar de modo mais intenso as dinâmicas e os problemas das famílias ciganas e, ao mesmo tempo, interagir com elas por forma, não apenas a compreender a sua realidade, mas também, de certo modo, desenvolver a sua capacidade crítica relativamente ao tema em análise.

O contacto direto com os atores sociais, entre outubro de 2010 e outubro de 2011, contribuiu para percebermos como estes percecionam o apoio que lhes é atribuído pelo Estado, ao mesmo tempo que permitiu "dar" voz àqueles que, com demasiada frequência, são criticados e mesmo excluídos pela maioria.

Tendo como principal objetivos complementar a observação etnográfica e aprofundar as respostas às perguntas de investigação mencionadas, foram realizadas quinze entrevistas, nove a beneficiários ciganos e seis a técnicos sociais, cuja duração se situou entre os 40 e os 90 minutos. A escolha dos entrevistados ciganos teve em conta dois critérios: ser beneficiário do RSI e ter estabelecido uma relação de confiança com

os investigadores. Os critérios de seleção dos técnicos sociais prenderam-se com as funções exercidas quer na Segurança Social, quer nas Instituições Particulares de Solidariedade Social. Alguns trabalham diretamente com os beneficiários, através, por exemplo, da fiscalização do cumprimento dos protocolos de RSI, enquanto outros intervêm de forma mais indireta, através, por exemplo, da atribuição do subsídio ou do acompanhamento social pontual. Por forma a garantir o anonimato dos intervenientes, todos os nomes apresentados neste artigo são fictícios.

No concelho de Faro, as famílias ciganas ocupam três tipos de *habitat* relativamente distintos: acampamentos instalados em baldios nas zonas rurais da periferia; habitações degradadas ou com precárias condições de habitabilidade situados em zonas desvalorizadas da cidade; bairros de habitação social resultantes de projetos de realojamento. O estudo que aqui se apresenta incidiu principalmente nestes dois últimos contextos: no bairro de habitação social da Avenida Cidade Hayward e no bairro de habitações degradadas da Horta da Areia. Ambos se caracterizam por uma forte desqualificação territorial e social.

De acordo com o Relatório Semestral da Instituição que detém o protocolo de RSI, o Grupo de Apoio a Toxicodependentes (GATO), de junho a novembro de 2012, foram acompanhadas 710 famílias, sendo que 550 são referentes ao protocolo de RSI, o que equivale a 1 515 beneficiários. Os dados referentes aos agregados familiares ciganos são de 145, que corresponde a 599 beneficiários (39,5% do universo de beneficiários) (GATO, 2012). A equipa técnica do protocolo do RSI é constituída por oito técnicas de áreas complementares, nomeadamente: Serviço Social, Educação Comunitária e Psicologia Clínica e seis ajudantes de Ação Direta que efetuam atendimento sistemático, diagnóstico social, visitas domiciliárias, acompanhamento psicossocial, elaboração e acompanhamento dos Planos de Inserção, bem como a articulação com outras entidades envolvidas direta ou indiretamente nos processos de inserção (GATO, 2012).

3. A perspetiva dos beneficiários ciganos relativamente ao RSI

A maioria dos beneficiários entrevistados diz-se pobre, nunca tendo conhecido outro modo de vida. Tendo a pobreza sido uma constante no percurso destas pessoas,

também a preveem para o seu futuro, pois não têm expetativas positivas, nem para si, nem para os seus filhos.

> "Olha sou pobre porque tenho a noite e o dia e não tenho nada, quero jogar a mão a qualquer coisinha. Pois ´atão´?"
>
> (Coelho, 54 anos)

> "'Pôs' 'ê' já, 'ê' já nasci assim, os 'mês' pais e os 'mês' irmãos 'nã' 'dexaram' nada, 'nã' é?"
>
> (Reis, 44 anos)

> "Acho que sou pobre porque às vezes quero comprar uma coisa e não tenho. Às vezes preciso comprar algumas coisas prós moços, os moços querem aquela, aquele brinquedo e não tenho dinheiro para comprar aquele brinquedo, querem comprar um, uma roupa, um sapato como deve ser, oh pá, em tudo coisas para a casa faz-me falta em tudo."
>
> (Ivone, 22 anos)

> "Sou uma mulher pobre, porque não tenho dinheiro como os outros têm… porque vivemos só do rendimento."
>
> (Esperança, 34 anos)

Quando interrogados sobre a "utilidade" do RSI, todos referiram que este é apenas "uma ajuda", principalmente para as necessidades básicas como os medicamentos ou a comida para os filhos. A maioria é beneficiária da prestação de RSI há muito tempo e requereram-na, manifestamente, por falta de outros recursos.

> "[O RSI serve] para dar aos pobres, que têm falta, para dar de comer aos moços, pra queles que não trabalham."
>
> (Ivone, 22 anos)

Mas os próprios beneficiários mostram-se algo céticos relativamente às reais capacidades do RSI no combate à pobreza. Este subsídio, dizem, "não tira ninguém da pobreza", mas ajuda a melhorar algumas coisas, principalmente "a combater a fome". Ser beneficiário, segundo os próprios, não muda a vida de uma pessoa, apenas ajuda nalguns aspetos e cria algumas oportunidades, como a de frequentar o sistema de ensino. Alguns acham mesmo que vão receber o RSI durante muitos anos, porque não encontram trabalho, porque não têm uma casa com as condições mínimas ou ainda porque não vislumbram modo algum de saírem da pobreza. Outros, no entanto, têm a

clara noção de que viver da prestação não constitui um bom futuro para os filhos, nem para a sua autoestima.

> "Eu acho que [o RSI] foi criado para combater a pobreza. Porque eu penso que isto não é para vida toda, eu penso que foi uma ajuda que o Estado deu às pessoas para sair da pobreza."
>
> (Maria, 29 anos)

> "É uma ajuda económica. Mas ao receber o rendimento mínimo sinto-me inútil. (…) Eu quero que os meus filhos vivam a vida de cigano, mas não quero que eles sejam pobres e vivam do rendimento, porque isto não é vida para ninguém."
>
> (Fátima, 28 anos)

Tal como muitos outros aspetos relacionados com os seus modos de vida, as atitudes dos ciganos perante o trabalho parecem estar a mudar rapidamente. A enorme valorização do trabalho por contra própria e da autonomia, as atividades económicas fora das regras e ritmos da produção capitalista que têm sido constatadas noutras investigações (Magano e Silva, 2002) parecem estar a esbater-se, pelo menos no que diz respeito aos ciganos do Algarve. Talvez por isso, os ciganos com quem falámos tendem a atribuir mais importância ao emprego propriamente dito, seja ele de que tipo for, do que aos cursos de formação profissional ou à frequência do ensino regular que lhes são impostos nos Contratos de Inserção.

> "Mandaram-me fazer essas competências básicas, eu tenho o sétimo não acabado, e eu disse lá à senhora: 'ouça, eu não vou andar de cavalo para burro, arranjem-me pra eu fazer o nono ano e eu venho', mas a senhora entendeu que assim não devia de ser. (…) Eu disse 'doutora para quê eu ir pra uma formação dessa se depois eu nem sequer vou desfrutar disso? Vocês deviam de fazer formações, cursos, qualquer coisa mas depois, olha, nem que seja estagiar um tempo'..."
>
> (Fátima, 28 anos)

Com efeito, a maioria dos beneficiários ciganos, depois de terminadas as ações de formação a que foi obrigada contratualmente, não conseguiu trabalho e permaneceu na situação em que estava, o que naturalmente os leva a desvalorizar estas atividades. O sentido de compromisso e progresso que deveria estar presente nos Contratos de Inserção, na prática não se verifica porque o processo de inserção social é bloqueado pelo próprio mercado de emprego. Alguns beneficiários relataram, que aquando da assinatura do Contrato de Inserção, não lhes foi pedida qualquer opinião e que as

obrigações lhes tinham sido impostas pelos técnicos. Estas situações levaram, nalguns casos, ao cancelamento da prestação por quebra de contrato, pois as pessoas sentiram-se controladas e obrigadas a fazer coisas que não queriam. Naturalmente a importância dada ao cumprimento das obrigações diminui quando a prestação cessa ou é suspensa ou quando o seu valor baixa.

> "Cortaram [o RSI]. Eu nunca fui saber, mas penso que elas propuseram-me uma formação, mas eu não quis porque achei que não tinha o direito de ir porque já que só recebia só cinquenta euros. Tudo bem, era para aprender, mas era a minha maneira se calhar de manifestar contra o [pouco] dinheiro que me estavam a dar, então eu não quis ir e penso que fosse por isso que me tivessem cortado."
>
> (Fátima, 28 anos)

> "Era a escola para fazer a quarta classe, que eu já tenho, e era ir à escola de noite e ir à escola [formação profissional] durante o dia. E eu disse 'ou venho à noite ou venho durante o dia'. E elas 'não, você tem que fazer estas coisas' e eu: 'então não vou'. Foi assim que eu disse e acabou [o RSI foi cancelado]. Tinha o meu direito e elas obrigaram-me a fazer essas coisas e eu disse: 'não vou. Ou vou à noite ou vou durante o dia'. Porque se fosse um trabalho durante o dia tudo bem. Eu posso exigir qual é que eu quero."
>
> (Carlos, 42 anos)

Como que a confirmar toda a literatura atual sobre os comportamentos de racismo que quotidianamente atingem os ciganos portugueses (Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; Marques, 2007; Mendes, 2012), a maioria dos entrevistados afirmou explicitamente que já se sentiram discriminados na procura de trabalho, no acesso à habitação e nos serviços públicos, não apenas por serem ciganos, mas também por serem ciganos beneficiários do RSI. Na área do emprego, segundo a experiência dos beneficiários, a maior parte dos patrões não tem qualquer interesse em ter empregados ciganos. Muitas vezes dizem-lhes que a vaga já foi preenchida ou inventam requisitos que, à partida, sabem que o candidato não possui.

> "Malta cigana para trabalhar? Eles chegam lá veem que é ciganos mandam embora. Tem acontecido isso com a gente."
>
> (Esperança, 34 anos)

> "O meu marido recebeu uma carta do fundo de desemprego para ir a um trabalho, ali nas bombas ao pé do aeroporto. Quando chegou lá, o patrão viu que ele era cigano e disse que já não precisava."
>
> (Antónia, 37 anos)

> "[Fiquei] mesmo triste foi no 'chinocas' [loja de chineses]. Eu à procura de trabalho e ele disse-me: 'Não!'. E eu perguntei-lhe: 'Então não, porquê?'. E ele diz-me: 'Tu cigana'."
>
> (Maria, 29 anos)

> "A vida que nós temos, uma vida de pobres e as pessoas sem ser a etnia cigana, encaram [os ciganos como] pessoas diferentes, porque não temos acesso a trabalhos nenhuns. Mesmo que o cigano que tenha toda a razão, eles conseguem tirar sempre a razão às pessoas, porque não nos consideram ser Portugueses como eles pensam. Ou somos uns bichos? Isto é uma vida, é uma coisa que nós temos, quando nascemos já vemos logo com esse selo, com essa sina, somos pobres uma vida inteira."
>
> (Sr. Carlos, 42 anos)

Os serviços de saúde, como o hospital e os centros de saúde são referenciados como os locais onde os ciganos beneficiários do RSI se sentem mais discriminados, principalmente pelos funcionários.

> "Olha, há dias eu fui ao hospital e o meu tio, estava lá uma senhora a atender e ela disse-me assim, apontou-me o dedo: 'Um dia tu vais-te a ver, tu vais ter que trabalhar para pagar isto tudo que tá aqui'. E não sei quê não sei que mais e eu disse 'Oh minha senhora acalme-se, não me grite assim porque eu não estou a gritar consigo'. É assim, elas veem a gente como uma ameaça à sociedade: eu [funcionária] estou a trabalhar estou a descontar para ti. Não é? E cada vez que uma pessoa pensa isso, contagia as outras todas e às vezes não nos dão mais entrada por causa disso."
>
> (Maria, 29 anos)

Estas pessoas sentem-se vítimas de preconceitos em quase todos os serviços, como nos correios, quando vão levantar a prestação pecuniária do RSI, ou na Segurança Social, quando o vão requerer. Até mesmo nos espaços públicos, como nos cafés, experimentam o sentimento de serem atendidos de forma diferente dos outros clientes.

> "Quando vou buscar o cheque, fica logo toda a gente a olhar e a dizer 'Lá vai ela buscar o dinheiro. Eu ando a trabalhar para ela não fazer nada'."
>
> (Antónia, 37 anos)

Outro dos temas mais problemáticos na relação do RSI com os ciganos prende-se com a conciliação dos deveres a que ficam obrigados através dos Programas de Inserção e as suas tradições culturais ou aquilo que dizem ser a "lei cigana". Trata-se de uma situação tensional e ambígua, na qual, por um lado está a submissão ao Estado para receber algum dinheiro e, por outro lado, o desejo de preservação da cultura e da

identidade. As situações mais problemáticas estão relacionadas, como é sabido, com a obrigatoriedade da permanência das raparigas ciganas na escola depois da puberdade. Tal permanência fora da vigilância familiar poderia fazer perigar a sua "honra" e, assim, pôr em risco a possibilidade de um valorizado casamento intraétnico. Foi o caso de Maria, a quem o pai proibiu a frequência na escola, o que provocou revolta na beneficiária. O facto de a sua escolaridade ser baixa não lhe permitiu o acesso ao mercado de trabalho, obrigando-a a ser dependente da família e do subsídio. Por outro lado, Maria revê neste apoio dado pelo RSI a possibilidade de voltar a estudar, para vir a adquirir mais competências e, por conseguinte, encontrar trabalho e contrariar as tradições do grupo.

> "Eu culpo sempre o meu pai porque ele não me deixou ir para a escola não é? Não tou a dizer que o Estado é o que tem que me sustentar… Porque quem sabe se fosse feito [o RSI] há mais tempo já ele me tinha deixado estudar portanto, ser pobre foi opção do meu pai, não é? Porque não nos deixou ter futuro, ter melhores condições de vida. (…) Acho que com o que eles [Segurança Social] tão a fazer agora, a [possibilitar] tirar o nono ano, (…). Por exemplo, na FAGAR [empresa municipal] se eu tiver o nono ano já consigo setecentos euros não é? É muito melhor do que duzentos euros."
>
> (Maria, 29 anos)

A "virtude" da mulher cigana é um dos valores mais protegidos (Casa-Nova, 2009), pois é dela que depende a possibilidade da endogamia e, por seu turno, é desta que depende, em grande parte, a manutenção da identidade étnica. Trata-se de defender a "honra familiar" e a manutenção da boa imagem das raparigas para quando estas forem pedidas em casamento. Mas também há quem não desvalorize as vantagens da escolaridade ou de outro tipo de aprendizagens com mulheres não ciganas, embora realçando a importância de preservar certos traços culturais, principalmente no que respeita às raparigas.

> "Sobre isso tenho dois pontos de vista, uma pela etnia e outro pela Lei [do RSI]. Nós somos cidadãos normais temos que respeitar as nossas leis portuguesas, não é? Se eu sou cigano e respeito, eu acho que tinha que haver uma coisa em que o Estado também tinha que respeitar as nossas tradições. Porque é muito bonito, sim senhora, uma cigana andar a estudar, saber ler, escrever, ter um curso se for o caso, mas também é bonito um dia mais tarde, a minha filha casar e nunca ser discriminada pelo marido e pela sogra principalmente."
>
> (Fátima, 28 anos)

Por outras palavras, as famílias ciganas afirmam querer continuar a preservar aquilo a que chamam as suas "leis", embora haja quem defenda claramente que se estas acompanhassem os tempos atuais isso poderia ser um fator de facilitador de uma maior aproximação e compreensão entre ciganos e não ciganos.

> "Vou-lhe dizer uma coisa: eu não concordo com nenhumas decisões dessas nossas leis [tradições ciganas], porque muitas coisas são horríveis, não têm sentimento nenhum, porque já estamos num tempo muito avançado. [Se acabassem] era conveniente, porque havia mais ligação entre a etnia cigana e as pessoas sem ser ciganas."
>
> (Carlos, 42 anos)

4. A perspetiva dos técnicos sociais

As opiniões dos técnicos relativamente ao modo como os ciganos vivem a situação de subsidiariedade são variadas, dependendo da relação que têm com a medida, do grau de envolvimento de cada um deles e da proximidade com os beneficiários. A aplicação do RSI é vista como positiva, principalmente na educação e no emprego. As ações possibilitam novas experiências de vida e, muitas vezes, mudanças com consequências satisfatórias, apesar de serem observáveis apenas a longo prazo. Contudo, na perspetiva de alguns técnicos, os beneficiários ciganos demonstram alguma resistência no que diz respeito ao seu processo de "inserção", o que, de algum modo, atualiza a ideia de que a integração preconizada pelas políticas públicas não é exatamente a mesma que os atores sociais desejam.

> "Eles, a meu ver, não a vêm como provisória e também não têm assim muitas razões para isso. É uma medida que acaba por ser mais ou menos definitiva, não é definitiva porque basta eles não cumprirem uma parte do acordo que é suspenso. Não é? É quase como uma obrigação do Estado, que o Estado tem para com eles. (…) Penso que na maior parte das vezes o que eles pretendem é o lado pecuniário, nem tanto o lado que tenha a ver com o processo de integração. Portanto, a partir do momento em que se diga que sim, que foi aceite, o resto fica de lado. O que interessa é que o dinheiro venha ao fim do mês."
>
> (Orlando, Técnico de IPSS)

Das experiências relatadas, sobressaem dois exemplos: o facto de este subsídio ser, com frequência, visto pelos beneficiários menos como uma via de saída da pobreza e mais como uma recompensa pelo "bom comportamento social" das pessoas ciganas; a

história da atribuição de RSI a um jovem casal ter sido percebida como uma espécie de prenda de casamento.

> "Isto já é um ordenado para eles. (…) Por exemplo, achei engraçado [quando um beneficiário cigano] veio dizer-me 'olha eu quero tirar o meu filho do agregado!'. – 'Então mas porquê?', – 'Porque ele vai casar e depois quer requerer o RSI'. É quase como se fosse uma prenda de casamento do Estado, ele ia casar, não ia trabalhar, mas ia receber o Rendimento Social de Inserção. (…) Muitos deles até têm usado o dinheiro em termos de comércio, comércio dos cavalos."
>
> (Teresa, Técnica da Segurança Social)

Segundo os técnicos entrevistados, a crise económica que se vive no país veio prejudicar ainda mais este grupo étnico, agravando as situações de pobreza e de discriminação, principalmente na procura de emprego e/ou de uma casa.

> "Eu acho que são um bode expiatório (…) quando se fala de Rendimento Social de Inserção fala-se obviamente dos ciganos. E se bem que eles sejam uma minoria dos beneficiários a nível nacional. A principal virtude [do RSI] é a questão económica. É óbvio que quando falamos em ciganos, existem dois problemas, um é a pobreza, em que a maior parte está afetada pela pobreza e depois a questão da discriminação étnica não é? Portanto eles vivem um duplo drama a nível social. O que eu acho é que essa questão, a nível económico o RSI veio dar algum contributo, a nível da integração propriamente dita não se veem assim grandes resultados."
>
> (Orlando, 36 anos)

> "Há ciganos com grandes sonhos, que gostavam de ser, ter a sua profissão, muitos veem-nos bater à porta a dizer que, realmente, para as ofertas de emprego que lhes chegam, nunca são selecionados (…) e nós temos dois fatores, o fator crise e o fator discriminação."
>
> (Alice, 39 anos)

Durante as entrevistas, os técnicos tiveram ocasião de explicitar os principais motivos para as penalizações nas prestações nos beneficiários ciganos. Estas prendem-se, normalmente, com o abandono escolar por parte das crianças do sexo feminino. O facto de a legislação não prever a diferença cultural coloca os beneficiários ciganos em igualdade de tratamento e de cumprimento do Programa de Inserção relativamente aos outros cidadãos.

> "Os motivos de suspensão são os mesmos para todo e qualquer tipo de beneficiário, no entanto, nas famílias ciganas os motivos de suspensão concentram-se na frequência escolar das jovens adolescentes, uma vez que estes estão em idade de

> casar para esta cultura. (…) A etnia cigana chega aos 12, 13 anos e casam (…) automaticamente quando essas jovens se casam deixam de estar num agregado familiar e têm que passar para outro. Na teoria, na prática não pode ser: é menor e pela lei portuguesa (…) continuam a ficar nesse agregado. Mandamo-las para a escola, e começam então com as tais regrazinhas: – 'O meu marido não me deixa ir para a escola'. – 'Então se não te deixa ir para a escola sabes quais são as regras, não vais para a escola és (…) admoestada'. Não é penalizada logo, existem admoestações até chegar à penalização."
>
> (Alice, 39 anos)

Embora reconhecendo que o RSI pode contribuir, de alguma forma, para a mudança das atitudes e dos modos de vida, os técnicos acabam por assumir o défice no acompanhamento das famílias, devido, principalmente, ao elevado número de processos com que têm de lidar. A falta de recursos humanos e materiais provoca deficiências no trabalho executado, o que dificulta o efetivo combate à pobreza.

> "O que acontece é que não existem respostas, aí é um grande obstáculo para conseguires trabalhar a inserção, por muito que tu tentes. (…) O que acontece muitas vezes é que o acompanhamento que existe não é o acompanhamento que é realmente necessário, é insuficiente."
>
> (Mariana, Técnica de IPSS)

> "Eu acho que falhou logo no início, à partida com a questão da fiscalização e depois também a falta de alguma criatividade para criar alternativas a esse rendimento."
>
> (Orlando, Técnico de IPSS)

Há famílias que são acompanhadas por instituições sociais durante muitos anos, mas os processos de mudança são muito lentos. Segundo os técnicos, o RSI permite efetivamente mudar comportamentos, autonomizar famílias e contribuir para a sua integração social.

> "Muitos ciganos têm vindo a alterar os seus modos de vida (…) as famílias ciganas que acompanho no que respeita ao RSI, já não são nómadas, nem residem em barracas. Têm as suas casas de alvenaria, carros e respetiva carta de condução, os filhos menores frequentam o ensino e eles próprios frequentam o ensino noturno, têm a sua inscrição ativa no IEFP e marcam presença com regularidade."
>
> (Alice, Técnica de IPSS)

Considerações finais

O RSI é visto, frequentemente, como um subsídio cuja atribuição tem maior incidência entre os ciganos, o que não passa de mais um preconceito relativamente ao grupo étnico com o maior défice de cidadania em Portugal e um dos mais vulneráveis à pobreza. Nos testemunhos que recolhemos, os problemas mais focados pelos beneficiários ciganos de RSI foram, por um lado, a falta de emprego e, por outro, a discriminação sentida em vários domínios da vida e por vários motivos, inclusive, pelo facto de receberem esta prestação social.

Atualmente o mercado de trabalho tornou-se mais competitivo e exigente e está mais fechado aos grupos estigmatizados. Ao contrário da perceção popular e de alguma literatura sociológica sobre este tema, muitos ciganos manifestam um forte interesse em trabalhar por conta de outrem, mas poucos são os empregadores que os contratam e essa recusa é vivida como uma manifestação da discriminação étnica. Para muitas famílias, o ingresso na economia paralela constitui a única forma de superar uma forte escassez de recursos, uma vez que, na maior parte das vezes, o dinheiro proveniente do RSI não é suficiente para suprir as necessidades quotidianas. Mas os biscates e os trabalhos sazonais a que se dedicam como forma de complementar o RSI – no caso Algarvio, a recolha de sucata, a apanha da amêijoa e do caracol, a respiga, a venda ambulante destes produtos – apenas reforçam um pouco a economia familiar e, ao contrário do que se possa pensar, também não lhes permitem organizar uma vida decente.

Na perspetiva dos técnicos sociais, o RSI nem sempre cumpre os objetivos para que foi concebido. Estes referem que os beneficiários fazem, com frequência, uma má gestão do dinheiro e nem sempre satisfazem em primeiro lugar as suas necessidades básicas. É um facto que alguns beneficiários se acomodam e se tornam dependentes do subsídio, ao acreditarem que este vai durar muitos anos e ao não construírem quaisquer expectativas de futuro sem ele. Esta atitude de acomodação e dependência dificulta claramente a saída da pobreza, mas não é, de modo algum, generalizada entre os ciganos.

É bom relembrar que, quando um beneficiário (cigano ou não) recebe ajuda através do RSI, fica sujeito a determinados deveres definidos nos Programas de Inserção que são assinados, no início do processo, por todos os intervenientes. Mas, na verdade, a

maioria dos entrevistados durante a investigação que aqui apresentámos, não tinha sido informada e não sabia ao certo o que constava no seu próprio Programa de Inserção.

Esta medida tem permitido, sem dúvida, alcançar resultados positivos na área da educação e da formação profissional, nomeadamente através da obrigatoriedade da frequência das crianças e dos adultos em ações de ensino ou de formação. Efetivamente, para alguns beneficiários, a frequência da escola ou das formações constituiu um benefício que lhes permitiu adquirir escolaridade e conhecimentos que podem ser uma vantagem para a inserção profissional. Todavia, o problema principal reside no facto de a maioria dos cursos de formação profissional oferecidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional não corresponderem às necessidades, às expectativas ou às motivações dos beneficiários ciganos (MSST, 2002).

A imposição, nos Programas de Inserção, da frequência escolar para as raparigas ciganas é muitas vezes motivo de discussão entre os técnicos e as famílias, que acham esta obrigação desajustada às expectativas e aos valores culturais que defendem para as suas filhas. A necessidade de receber o apoio social para garantir a sobrevivência da família entra em conflito com as questões da "honra" e da imagem da rapariga cigana, situação que divide as opiniões dos beneficiários acerca do cumprimento da obrigação das raparigas frequentarem a escola depois da puberdade. Apesar de se registarem algumas mudanças de atitude no sentido da igualdade de género – embora lentas e pouco percetíveis pela sociedade em geral –, algumas famílias persistem em tentar preservar as tradições neste campo.

No que respeita ao cumprimento do Programa de Inserção, os técnicos têm a perceção de que há beneficiários que cumprem as ações que foram programadas apenas para não perderem o apoio social, mas que há também aqueles que querem ter sucesso no desenvolvimento das ações, principalmente na área da educação e formação, porque adquirem competências que lhes facilitarão a inserção social.

Apesar de se identificarem claramente como cidadãos portugueses, os ciganos reconhecem que não têm as mesmas oportunidades e o mesmo tratamento que os restantes cidadãos, principalmente se forem beneficiários do RSI. A discriminação é vivida pelos ciganos nos vários domínios da vida social, mas é principalmente relatada na procura de emprego e nos serviços públicos (Marques, 2007; Mendes, 2012). Os técnicos têm clara a perceção de que os beneficiários ciganos são vítimas de preconceitos por receberem a prestação social e discriminados na procura de emprego, o

que prejudica a sua inserção social. Nestas situações, alguns técnicos assumem a frustração relativamente ao seu trabalho e as dificuldades que sentem em trabalhar com grupos vulneráveis.

Pelas constatações anteriores pode-se afirmar que o combate à pobreza das famílias ciganas portuguesas se tem revelado particularmente difícil. São manifestamente poucas as respostas para a sua inserção social e profissional, como poucos são os casos de sucesso na inserção social, se os avaliarmos em todas as dimensões. Porém, este subsídio contribuiu indubitavelmente para atenuar as consequências das situações de pobreza absoluta de muitas famílias e minimizar um pouco o muito sofrimento quotidiano.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira *et al*. (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta.

BASTOS, José Gabriel; CORREIA, André; RODRIGUES, Elsa (2007), *Sintrenses ciganos. Uma abordagem estrutural-dinâmica*, Lisboa, Câmara Municipal de Sintra/ACIDI.

BRANCO, Francisco (2003), "Os ciganos e o RMG: direitos sociais e direitos à diferença", *Revista de Intervenção Social*, 27, pp. 119-139.

CASA-NOVA, Maria José (2009), *Etnografia e produção do conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA (2008), Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família, *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*, Lisboa, Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura.

DIOGO, Fernando (2007), *Pobreza, trabalho, identidade*, Lisboa, Celta Editora.

EUROPE ROMA RIGHTS CENTRE & NÚMENA – Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas (2007), *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social. O caso dos ciganos*, Budapeste, ERRC/NÚMENA.

GATO – Grupo de Apoio a Toxicodependentes (2012), *Relatório de avaliação semestral. protocolo de RSI - 10º Semestre – de junho de 2012 a novembro de 2012*, Faro, GATO.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P. (2013), *Guia Prático – Rendimento Social de Inserção*, [Consult. 12.02.2013]. Disponível em:

<http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15010/rendimento_social_insercao>.

MAGANO, Olga; SILVA, Luísa Ferreira da (2002), "A integração/exclusão social de uma comunidade cigana residente no Porto", *in Actas do IVº Congresso Português de Sociologia: Sociedade portuguesa – Passados Recentes, Futuros Próximos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (CD-ROM).

MARQUES, João Filipe (2006), "Tsiganes Portugais; marginalité historique et ségrégation contemporaine", *Études Tsiganes*, nouvelle série, 23-24, pp. 117-138.

– (2007), *Do «não racismo» português aos dois racismos dos portugueses*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

– (2013), "O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal: sequelas de uma modernização", *in* Maria Manuela Mendes e Olga Magano (org.), *Ciganos portugueses. Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 111-122.

MENDES, Maria Manuela (2005), *Nós, os Ciganos e os Outros: etnicidade e exclusão social*, Lisboa, Livros Horizonte.

– (2012), *Identidades, racismo e discriminação: ciganos da área metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Caleidoscópio.

MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga (org.) (2013), *Ciganos Portugueses Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*, Lisboa, Mundos Sociais.

MSST – MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO (2002), *Avaliação de impactes do Rendimento Mínimo Garantido. Caracterização dos perfis dos beneficiários RMG*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.

PACHECO, Vanda (2009), *Entre a fobia da cigarra e a apologia da formiga: a Inclusão activa e os esquemas de rendimento mínimo na Europa*, Dissertação de Mestrado em Políticas Locais e Descentralização, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010a), *Escassos caminhos. Os processos de imobilização social dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção*, Porto, Afrontamento.

– (2010b), "O Estado e as políticas sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XX, pp. 191-230.

Sofia Rebelo Santos. Licenciada e Mestre em Educação Social pela Universidade do Algarve (Faro, Portugal). *E-mail*: sofiaurora@hotmail.com.

João Filipe Marques (autor de correspondência). Doutor em Sociologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris, França). Investigador no Centro de Estudos sobre o Espaço e as Organizações (CIEO) e Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve (Faro, Portugal). Endereço de correspondência: Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, Edifício 9, Campus de Gambelas, 8005-139 Faro, Portugal. *E-mail*: jfmarq@ualg.pt.

Artigo recebido a 23 de abril de 2014. Publicação aprovada a 3 de setembro de 2014.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, 2014, pág. 57-75

Teatro do oprimido como ferramenta de inclusão social no bairro Horta da Areia em Faro

Vânia Martins
Universidade do Algarve

Emilio Lucio-Villegas
Universidade de Sevilha

Resumo

Quando foi criado o bairro Horta da Areia, em Faro, pretendia ser uma solução provisória para albergar famílias das ex-colónias africanas, resistindo até hoje com manifestos problemas de segurança, sanidade, pobreza e exclusão social. No presente artigo expõem-se algumas das características das famílias do bairro e uma metodologia que tem vindo a ser utilizada desde 2010 no trabalho com as crianças e jovens: o teatro do oprimido. Assim, reflete-se sobre os efeitos dessa abordagem num grupo de jovens, expondo o que poderá trazer de novo para os seus residentes, nomeadamente se a atividade for alargada a toda a família, no sentido de colmatar a desunião entre as famílias e o pouco sentido de comunidade.

Palavras-chave: exclusão social; etnicidade; teatro do oprimido.

Abstract

Theatre of the oppressed as a tool for social inclusion in the neighborhood Horta da Areia in Faro

Horta da Areia was an emergency quarter built in Faro to receive Portuguese people forced to return from portuguese colonies in Africa. It prevails until nowadays with evident problems of security, sanity, poverty and social exclusion. The present article exposes some of the main characteristics of the families from the neighborhood. It shows as well a methodology that has been used since 2010 in the social intervention with children and youth: theatre of the oppressed. We try to understand the effects of this approach in a group of young people, reflecting about what results the methodology can bring to the neighborhood inhabitants, having in account the lack of sense of belonging and community.

Keywords: social exclusion; ethnicity; theatre of the oppressed.

Résumé

Théâtre de l'opprimé comme outil d'inclusion sociale dans le quartier de Horta da Areia de Faro

Quand le quartier Horta da Areia, à Faro, a été construit, il devrait être une solution provisoire d'hébergement de familles des anciennes colonies portugaises en Afrique. Les préjugés relativement à ce quartier, la pauvreté et l'exclusion sociale ont le donné une mauvaise image. Dans cet article nous discutons les caractéristiques des familles du quartier, bien comme le méthode utilisée depuis 2010 dans le travail avec les enfants et les jeunes: le théâtre de l'opprimé. Nous discutons l'impacte du théâtre de l'opprimé dans un groupe de jeunes et nous analysons quels sont les bénéfices pour les résidents, une fois que nous vérifions une désunion entre les familles et un faible sentiment de communauté.

Mots-clés: exclusión social; ethnicité; théâtre de l'opprimé.

Resumen

El teatro del oprimido como herramienta de inclusión social en el barrio Horta da Areia en Faro

Cuando el barrio Horta da Areia fue creado, en Faro, pretendía ser una solución provisional para albergar familias de las ex-colonias africanas. No obstante, sigue existiendo hoy. La pobreza y exclusión social han creado una mala imagen del mismo. En el presente artículo se exploran las características de las familias del barrio, así como una metodología que ha sido utilizada desde 2010 en el trabajo con niños/as y jóvenes: el teatro del oprimido. Se reflexiona sobre los efectos del método en un grupo de jóvenes, intentado comprender lo que puede traer de nuevo para los residentes del barrio, ya que una de las conclusiones parece remitirnos a la desunión de las familias y el poco sentido de comunidad existente.

Palabras clave: exclusión social; etnicidad; teatro de lo oprimido.

Introdução

O teatro do oprimido (T.O.) surgiu no bairro Horta da Areia em abril de 2010 como atividade dinamizada pelo centro comunitário do bairro. A atividade desenvolveu-se no âmbito de um projeto coordenado pelo Núcleo de Faro da Cruz Vermelha Portuguesa, mas, pelo envolvimento positivo dos jovens na atividade, esta acabou por ter continuidade pós-projeto.

O Centro Comunitário Horta da Areia tenta potenciar o desenvolvimento dos seus moradores, agindo como um mediador institucional e intervindo a diversos níveis, como a saúde e a educação. Atividades como o T.O., direcionado especialmente para

crianças e jovens, são importantes para intervir junto das faixas etárias mais novas. No bairro, o T.O. possibilitou novas experiências através de apresentações teatrais, contribuindo também para a coesão grupal. Criou novas pontes entre os moradores e a cidade exterior e contribuiu para a aquisição de novas competências nos jovens do bairro.

O bairro foi montado na década de 1970. Pretendia-se que fosse temporário, com casas pré-fabricadas, mas persiste até hoje na periferia da cidade, ao lado de uma zona industrial. O bairro tem um forte estigma social, casos de pobreza, problemas habitacionais e falta de segurança, aspetos que contribuíram para a exclusão social dos seus habitantes.

No âmbito de uma dissertação de mestrado, cujo principal objetivo foi compreender a importância do T.O. para os jovens do bairro Horta da Areia, estudou-se um grupo de oito jovens entre os 13 e os 17 anos de idade, que participaram durante dois anos na atividade. Pretendia-se conhecer as suas perceções face à sua vida no bairro, explorando depois de que forma o T.O. veio influenciar a vida dos elementos do grupo. Em última instância, fizeram-se algumas reflexões sobre se o T.O. lhes poderá proporcionar ferramentas que, no futuro, lhes permitam lidar com os constrangimentos de viver no bairro, assim como qual a importância de alargar a atividade aos adultos.

Os resultados mostraram a existência de alguns elementos importantes relacionados com o território e a forma como os jovens o percecionam. As transformações que o T.O. poderá trazer ao bairro só serão mensuráveis a longo prazo, mas percebeu-se que a metodologia trouxe novas ferramentas que poderão ajudar a gerir os problemas do bairro.

1. Fundamentação teórica

1.1. Teatro do Oprimido

O T.O. é uma metodologia com um forte compromisso político e educacional. Cria uma conexão com a realidade social, permitindo uma análise dos problemas e das injustiças sociais, ensaiando soluções num cenário protegido. Pensa-se que a metodologia poderá ter acrescentado novos elementos de conhecimento sobre os habitantes do bairro e trouxe novas possibilidades para as pessoas o vislumbrarem numa perspetiva diferente.

Tendo sido criado por Augusto Boal, o T.O. ganhou forma durante os anos 60 e 70 do século XX, em países da América do Sul (Brasil, Argentina e Peru). Na década de 80 foi trazido para a Europa. Boal viveu e trabalhou em diferentes contextos que o levaram a utilizar o teatro como uma ferramenta, reinventando as suas técnicas e adaptando-o às necessidades das populações locais. Permitiu-lhe lidar, na América Latina, com problemas coletivos das comunidades, a maioria deles originados por sistemas políticos autoritários e totalistas. Na Europa adaptou a ferramenta para trabalhar opressões individuais causadas por um estilo de vida moderno (Boal, 1976, 1997, 1998, 2004a, 2004b).

Portugal foi justamente o primeiro país da Europa que Boal visitou antes de partir para França e onde viveu e trabalhou durante dois anos (Barbosa, 2011). O trabalho desenvolvido com o T.O. tem vindo a ganhar expressão no país nas últimas décadas. Hoje há grupos de norte a sul do país, alguns deles referenciados em estudos recentes (Barbosa, 2011; Lopes, 2014), cujo foco para intervenção comunitária é o T.O.. Numa visita de Bárbara Santos[1] a Portugal, esta revelou-se satisfeita pelo trabalho sério desenvolvido por alguns grupos, direcionado para o oprimido e mantendo a base comunitária que está na génese do mesmo (Santos, 2011).

Para Boal o teatro, como uma forma de arte, é político e uma forma de mostrar um mundo em transformação (Boal, 1977). Permite ensaiar uma revolução (Boal, 1977), sendo uma arma para resistir a sistemas opressivos e um instrumento para transformar a realidade social (Picher, 2007, Schaedler, 2010). É uma resposta contra-hegemónica contra um sistema que conduz as pessoas ao conformismo e à aceitação da desigualdade social e da injustiça (Boal, 2009).

Boal (1977) descreve-o como uma ferramenta para a liberdade que pode ser usada por pessoas, pois permite um outro olhar sobre o quotidiano (Boal, 2004b). Permite a práxis (reflexão-ação), conforme descrita por Paulo Freire (Freire, 2005; Bardaro, 2006). O T.O. baseia-se nas obras de Paulo Freire e é adaptado para o palco por Augusto Boal. Ambos reconhecem a importância de conscientização e prática como forma de pôr fim à injustiça social. Práxis permite a transformação social (Freire, 2000; Mayo, 2008) e T.O. gera práxis.

[1] Atriz e Curinga do T.O., trabalhou com Augusto Boal durante duas décadas, tendo ajudado a conceber algumas das metodologias do T.O..

De acordo com Freire, algumas pessoas vivem numa cultura do silêncio, uma forma de opressão dirigida para manter as pessoas à margem da sociedade e podem libertar-se por um processo de conscientização. A conscientização parte da realidade e condições de vida, pela qual se pode construir uma práxis libertadora que permita sair da cultura do silêncio. É importante notar que este processo de conscientização inclui reflexão e prática. A práxis surge pelo diálogo, a forma de traçar um caminho libertador e educativo (Freire, 2000).

Com a criação do T.O., que pretendia, entre outras coisas, devolver o teatro ao povo, Boal permitiu que a ferramenta fosse usada não apenas por uma elite de atores profissionais, mas também por cidadãos comuns (Boal, 1977, 2009). Isso foi possível pela aceitação de que o teatro é uma recriação da realidade social, o que significa que toda a gente é um ator representando papéis diferentes na sua vida diária. No teatro as realidades não são estáticas, mas dinâmicas, o que permite que sejam alteradas e transformadas. Os que assistem a uma peça são convidados a refletir e a agir sobre o problema apresentado. Esta reflexão e ação, como práxis, é importante para superar a dualidade entre opressores e oprimidos de uma forma dialética, não só para mudar cada indivíduo, mas para transformar toda a sociedade (Freire, 2000).

Picher (2007) argumenta que a força do T.O. está no facto de permitir a organização democrática pela democracia. O T.O. é um contributo para a descentralização dos sistemas hegemónicos (Snyder-Young, 2011), permitindo que o público e os atores aprendem uns com os outros e entendam os possíveis efeitos de suas ações em cenários específicos. Boal defende que o T.O. não é em si uma revolução, mas permite ensaiar a revolução (Boal, 1977). Assim, as pessoas podem ir além da sua realidade (Sullivan e Lloyd, 2006) pela oportunidade de agir para mudar a sua vida.

1.2. Sobre o conceito de comunidade

O termo comunidade refere-se a uma dupla perspetiva. Por um lado, fala-se sobre um território. Por outro lado, implica elementos menos palpáveis, assentes nas características e perceções da população face ao território.

Wildemeersch e Vandenabeele (2007) descrevem a comunidade como um lugar onde o conflito é comum. Para este fim, Mouffe opões "política" a "políticas". Por um lado, apresenta uma visão consensual de comunidade, uma que procure "*reduce*

political problems to technical issues, which can be resolved by an expert" (Wildemeersch e Vandenabeele, 2007: 26). Por outro lado, a política está associada a insegurança e risco:

> "*People tend to look for protection in their own communities and wish to reinforce the securities offered by those one likes. The world tends to be divided into 'them' and 'us', whereby the 'us' creates a shelter against insecurities and 'the other' can be identified as the reason for these insecurities*."
>
> (Wildemeersch e Vandenabeele, 2007: 27-28).

Comunidade pode também referir-se a um contexto democrático decorrente do seu ambiente. Segundo Williams (1989:76), a noção de comunidade "*express particular kinds of social relations (...) the warmly persuasive word to describe an existing set of relationship, or the warmly persuasive word to describe an alternative set of relationship*". Deste ponto de vista, a comunidade é um espaço público onde o debate toma o seu lugar. A comunidade não é homogénea; pelo contrário é um espaço heterogéneo onde o conflito é parte fundamental do quotidiano. Também conduz a um entendimento político de cidadania (Biesta, 2011). Portanto, na arena pública, o debate, a contradição e a democracia deliberativa devem ser a norma.

Por fim, a comunidade não é um sítio que possa oferecer proteção do exterior, pois não há exterior por si. Na realidade, o "exterior" é dentro da comunidade. É o contexto no qual devemos recuperar a participação como forma de gerir conflitos no espaço heterogéneo.

Como Geertz refere falando dos rituais funerários em Java,

> "*In most societies, where change is a characteristic rather than an abnormal occurrence, we shall expect to find more or less radical discontinuities between the two [social and cultural aspects]. I would argue that it is in these very discontinuities that we shall find some of the primary driving forces in change*."
>
> (Geertz, 1973: 144)

Podemos afirmar que a comunidade é um espaço para mudança, um espaço dinâmico onde tensões e conflito são usuais. Neste caso o conflito existe em situações externas e internas. O T.O. ajuda os jovens a lidar com o sentimento de marginalização face aos outros habitantes da cidade de Faro e também com as contradições que cada cultura tem em si.

2. Aspetos metodológicos

De março 2011 a abril 2012 utilizaram-se diferentes procedimentos metodológicos. Como referido anteriormente, pretendia-se com o estudo compreender a importância do T.O. para o grupo de jovens participantes na atividade, assim como conhecer as suas opiniões sobre o bairro.

O estudo teve um caráter etnográfico. O investigador integrou o contexto de estudo (Altheide e Johnson, 1998) participando no grupo de teatro como ator e escrevendo sobre a rotina do grupo (Fetterman, 1997).

A observação participante foi importante numa primeira fase do estudo. Permitiu o início da interação com o grupo, ganhando confiança dos seus elementos, e a recolha de dados verbais e não-verbais (Mason, 1996; Patton, 1980; Flick, 2004).

Experiências anteriores (Lucio-Villegas, 1993) indicam que as funções do investigador externo se materializam no mínimo em quatro questões: i) como formador ao longo de todo o processo teatral; ii) apoiando na sistematização de reflexões e descobertas que derivam do processo; iii) ajudando na eleição e na tomada de decisões; iv) na passagem da esfera pública à privada. O investigador externo converte-se em mais um elemento do grupo porque o mesmo o assume como tal. Isto não quer dizer que se converta num nativo – seguindo a terminologia antropológica –, mas começa a manter uma relação diferente, em que os afetos pessoais têm um sentido e um lugar.

Neste contexto, a presença do investigador -ator permitiu ao grupo de jovens ter nos ensaios e em palco uma referência adulta com experiência em representação, o que foi importante para a sua autoestima, troca de experiências e aprendizagem. O contacto do investigador com os jovens criou momentos de reflexão, nomeadamente nas entrevistas e discussão dos dados, que permitiram uma análise e questionamento por parte dos jovens sobre a sua experiência com o T.O.

O investigador assumiu o papel de membro ativo (Adler e Adler, 1998). Isto implicou o envolvimento em atividades centrais, assumindo responsabilidades que contribuíram para o desenvolvimento do grupo, sem intervenção assumida na tomada de decisões. Se inicialmente o papel do investigador no grupo não era claro para o mesmo, nem para o grupo, no desenrolar do processo de investigação as relações tornaram-se naturais e o investigador passou a ser e sentir-se como um elemento do grupo.

A segunda fase do estudo baseou-se em entrevistas semiestruturadas, como definidas por Patton (1980). Isto possibilitou a recolha de nova informação, mas também a confirmação e clarificação de alguns dados recolhidos antes. Os entrevistados foram quatro jovens participantes da oficina de T.O. e três técnicos do centro comunitário. O critério para a escolha dos entrevistados baseou-se na diversidade de opinião que se pensou que poderiam trazer para o estudo. Mais dados sobre os entrevistados e sua relação com o bairro, constam do quadro que se segue.

Quadro 1

Dados socio-demográficos dos entrevistados

Designação	Género	Idade	Habilitações Literárias	Etnicidade	Ligação ao Bairro
Entrevistado 1	Masculino	39	Pós-Graduação	Não cigano	Diretor Técnico do Centro Comunitário
Entrevistado 2	Feminino	43	Licenciatura	Não cigano	Técnica de Teatro do Oprimido
Entrevistado 3	Feminino	34	12º ano	Não cigano	Animadora Comunitária
Entrevistado 4	Masculino	13	5º ano	Não cigano	Morador
Entrevistado 5	Feminino	14	5º ano	Não cigano	Morador
Entrevistado 6	Masculino	14	4º ano	Cigano	Morador
Entrevistado 7	Feminino	13	5º ano	Misto	Morador

O material resultante das duas fases foi organizado tematicamente (Ghiglione e Matalon, 1993) em categorias e subcategorias que incluíam não só o significado preciso de específicos fragmentos de texto, mas também partes mais abrangentes de texto, para que não se perdesse o contexto. Com a riqueza e complexidade do material criaram-se e analisaram-se categorias específicas como: o bairro Horta da Areia, o grupo de participantes, o centro comunitário e o T.O. em ação no bairro.

Depois de organizar os dados foi importante recorrer ao critério da triangulação (Reichardt, 1986) para verificar a validade do estudo. Foram ainda discutidos os resultados com os participantes no estudo e esta discussão final foi tida em conta ao delinear as conclusões finais.

3. Exclusão Social no bairro Horta da Areia

3.1. O bairro e a sua população

O bairro Horta da Areia, situado na cidade de Faro, surgiu como bairro de emergência, construído na década de 1970. Foi construído para receber os portugueses forçados a retornar após a independência das colónias portuguesas em África. Foi concebido como temporário, construído na periferia da cidade junto a uma zona industrial, mas prevalece até à atualidade. As habitações foram entretanto ocupadas por famílias ciganas e, com a passagem do tempo, as condições de vida das famílias foram-se deteriorando pela falta de manutenção das casas e pelo aumento dos agregados. Hoje em dia existem no bairro 230 habitantes, distribuídos por 65 agregados.

As fontes de rendimento das famílias assentam em negócios de subsistência diária, Rendimento Social de Inserção (RSI) e, com menos peso, alguns contratos de trabalho por conta de outrem. A sazonalidade no trabalho é uma realidade no bairro, o que cria instabilidade financeira nas famílias.

Os preconceitos contra os ciganos são uma das razões que tem levado à exclusão social do bairro. Os jovens sentem essa exclusão, como podemos ver no relato que se segue:

> "Pensam que o bairro é muito mau e às vezes já me chamaram cigana. Na escola. E sinto-me super mal, não gosto. Eu nem sequer sou cigana!..."
>
> (Entrevista 5, rapariga não cigana)

Existe uma imagem social negativa do bairro, assim como problemas de segurança. Isto deve-se à falta de policiamento no bairro, o que o torna perigoso até mesmo para os seus habitantes. Além disso, a área está separada por uma linha de caminho de ferro, numa espécie de fronteira visível e simbólica entre o centro e a periferia da cidade.

O bairro tem sua própria dinâmica, lideranças e relações complexas entre as famílias, com regras e modo particular de viver. Os conflitos na Horta da Areia estão relacionados com questões étnicas, como o casamento, que cria problemas entre as famílias. O alojamento, por não ter sido planeado mas aleatório, também é uma das causas de conflitos, já que obriga as famílias a uma convivência diária não desejada.

O bairro tem também aspetos positivos apontados pelos entrevistados. Foi referida a segurança para as crianças durante o dia, pois podem brincar e circular em segurança nas ruas, já que a rede social criada por vizinhos e familiares permite que estejam sempre vigiados. Durante o dia, este é um lugar seguro para ser visitado e os moradores gostam de receber pessoas de fora, contrariando a ideia geral de ser um lugar perigoso. Os habitantes gostam de mostrar o bairro e as suas casas, o seu território: uma área repleta de símbolos, memórias e significados.

Os dados recolhidos revelaram que existem diferentes e contraditórios sentimentos sobre a Horta da Areia. As entrevistas mostraram que os jovens gostariam de ter melhores condições de vida ou de viver noutro lugar.

> "Não gosto nada [do bairro]. Por causa das drogas e da lixeira que há também, é muito mau 'tar aqui e eu como sou muito asseada não gosto. Gosto das coisas muito limpas e não gosto muito tipo de gritaria e isso. Não é lá muito o meu género de 'tar com as pessoas. E também aqui é muito mau por causa das drogas, por causa das crianças apanharem com o fumo das drogas e isso e verem também, é muito mau."
>
> (Entrevista 5, rapariga não cigana)

Mostraram ainda que identificam o bairro como espaço onde vivem e partilham memórias e lugares, o que parece resultar num sentimento de pertença e identificação e numa revolta face a comentários preconceituosos.

> "E dizem que o nosso bairro é uma porcaria e isso. E eu fico bué triste, não gosto. É um bocadinho difícil... Dá-me ódio."
>
> (Entrevista 5, rapariga não cigana)

Tendo que enfrentar o estigma social, os jovens encontraram as suas próprias estratégias para lidar com a exclusão social na sua vida diária. Em diversas situações, à procura de trabalho ou na escola, sentem-se obrigados a mentir sobre o lugar onde vivem.

> "Digo que sou d'Olhão. [Ri-se]. Que sou d'outra coisa."
>
> (Entrevista 6, rapaz cigano)

O estigma social sobre o bairro está muito ligado a preconceitos contra as famílias ciganas, que representam um número significativo de habitantes (não existem dados precisos sobre o número de agregados ciganos, mas calcula-se que represente

cerca de 50% da população do bairro). Isto tem uma forte influência na ligação entre o bairro e a cidade. Pelas suas particularidades culturais, os dados recolhidos mostraram que todas as famílias são, de alguma forma, influenciadas pela etnicidade. O casamento, a centralidade da família e o sentimento de impotência face às regras impostas pela lei cigana, são alguns dos temas discutidos pelos jovens entrevistados e que influenciam a maneira como se relacionam entre si e com os outros.

> "Eu não posso trazer amigos para minha casa... Eu não posso conviver com amigos ou namoradas... aqueles que não são ciganos. E eles [a família] contam-me para não me meter com portuguesas."
>
> (Entrevista 6, rapaz cigano)

As raparigas ciganas do bairro parecem sentir uma dupla pressão que condiciona as suas vidas em alguns aspetos, pela preocupação de manter uma boa imagem aos olhos do outro. A questão do género impõe-lhes uma preocupação acrescida no relacionamento com os outros, pela preservação da sua boa imagem.

> "... aqui os nossos ciganos são muito conservadores. ... veem o casamento e só o casamento... é próprio dos ciganos, pelo menos dos daqui, cá há muita crítica, há muita pressão e já não é só das famílias... também da família com quem se vai casar que espera determinados comportamentos."
>
> (Entrevista 1, técnica do Centro Comunitário)

Em relação à lei cigana, parece haver um sentido de inevitabilidade que os leva a cumprir muito do que é imposto pelas famílias:

> "A gente tem que respeitar. Se não respeitar leva com eles."
>
> (Entrevista 6, rapaz cigano,13 anos)

> "(...) eu não gosto... das regras todas! Todas mesmo."
>
> (Entrevista 7, rapariga, identidade mista, 13 anos)

Os conflitos entre as famílias parecem perturbar o seu sentido de comunidade. Todos eles partilham o mesmo território e aspetos simbólicos ligados ao mesmo, mas não parecem ter um sentido de cooperação e pertença comum.

> "É uma comunidade e não é uma comunidade. Há também subgrupos, subgrupos de tendeiros, ciganos, cabo-verdianos... mas todos eles se identificam como

> pertencentes ao bairro da Horta da Areia, no entanto todos eles reivindicam o seu espaço, a sua casa..."
>
> (Entrevista 2, técnico do centro comunitário)

Em suma, os dados recolhidos mostram que há sentimentos diferentes e contraditórios sobre o bairro Horta da Areia. As pessoas entrevistadas gostariam de ter melhores condições de vida ou de viver num outro sítio. Por outro lado, parecem identificar-se com o bairro enquanto espaço onde vivem e partilham memórias e lugares. Não gostam do preconceito que existe face ao bairro e muitas vezes não concordam com a imagem negativa que se faz do mesmo.

3.2. A resposta de intervenção

O centro comunitário foi, até à data, a única resposta visível de intervenção. Foi construído em 1998 e conta com uma equipa de três técnicos que lá trabalham desde há cerca de dez anos até à data. Este facto tem sido importante para a relação com os habitantes. Permitiu a criação de relações de confiança entre as partes.

O centro comunitário tenta providenciar serviços de bem-estar social. Apoiam os habitantes a nível das suas necessidades básicas de saúde e providenciam apoio em assuntos burocráticos. A intervenção realizada no bairro parece estar dotada de um caráter mais assistencialista, baseado sobretudo na providência de serviços. O estudo revelou uma carência ao nível do trabalho educativo feito com a população no sentido de trabalhar as suas relações e desconstruir os seus direitos e deveres enquanto cidadãos, bem como a importância e o peso que podem ter enquanto coletivo. Isto deve-se às limitações a nível de recursos humanos e estruturais e também a estratégias de intervenção.

> "Falta muita consciência política... uma falta de consciencialização da sua classe... não há organização... não há inclusive solidariedade entre eles... as pessoas lutam por elas próprias, para as casinhas delas."
>
> (Entrevista 2, técnico do centro comunitário)

O bairro está excluído socialmente e, por isso, fechado em si mesmo, o que ajuda também a perceber a necessidade sentida pelos técnicos pela emergência de outro tipo de ferramentas que permitam trabalhar com a população a um outro nível, como foi o caso do T.O.

O T.O. veio ajudar a colmatar algumas lacunas sentidas pelos técnicos do centro comunitário do Bairro Horta da Areia a nível de intervenção, nomeadamente com os jovens.

> "... dos 13 para cima é a nossa grande falha... porque não temos nem recursos humanos nem espaço... o que tentamos fazer é encaminhá-los... sendo que eles vêm aqui tentar encontrar... lá está, as parcerias, quem possa colmatar essas nossas falhas, em relação aos jovens, e encontrámos isso no teatro."
>
> (Entrevista 1, técnico do centro comunitário)

Com a aplicação da ferramenta, surgiu uma forma de trabalhar com os jovens no centro comunitário, aspetos importantes para a interação. É um espaço de tempo em que os jovens podem interagir e trabalhar juntos.

Os participantes na atividade reconheceram que aprenderam a confiar no grupo e que passam momentos engraçados. Para os técnicos, é uma atividade que contribui para criar uma ligação importante entre os jovens.

> "Há aí alguns que de outra forma, não estou a ver a conviver que isso é uma coisa muito boa e muito interessante! Por acaso fiquei admirado em ver quem estava a participar e com era composto o grupo."
>
> (Entrevista 1, técnico do centro comunitário)

> "Aprendi a representar, 'tar com os amigos, a fazer coisas em grupo... agora 'tou muito mais confortável. E posso pensar que os meus amigos até podem me ajudar a representar aquele que é o meu papel."
>
> (Entrevista 5, rapariga não cigana).

Para os jovens, a atividade também permitiu uma outra forma de lidar com as emoções e problemas. Os participantes vêm no T.O. uma forma de mostrar os seus interesses e preocupações, permitindo-lhes trabalhar a um nível diferente. Entendem a atividade como um veículo para falar e mostrar os seus problemas preocupações.

> "É uma forma de mostrar a realidade... Eu gosto de representar assim."
>
> (Entrevista 4, Rapariga cigana)

> "... o que acho forte para eles é sentir o poder de apresentar: 'Isto são os meus problemas, é assim que eu sou e vivo'... Com dignidade... é perguntar ao público: 'que tu farias no meu lugar?'."
>
> (Entrevista 2, técnico do centro comunitário)

O T.O. veio criar um espaço de ligação entre a Horta da Areia e a restante cidade. Peças teatrais possibilitaram que os jovens mostrassem o seu talento e experiências em contextos exteriores ao bairro. Peritos do centro comunitário acreditam que a metodologia ajudou a potenciar os aspetos positivos da população do bairro. Para os jovens envolvidos, trouxe um sentimento de reconhecimento e protagonismo importante, que ajuda a consolidar a sua autoestima.

> "Quando desci a Ana[2] chegou ao pé de mim e disse: 'Uma senhora disse-me que gostou muito da nossa peça". Nunca tinha ouvido elogiarem alguma coisa que eu faço'."
>
> (Excerto do diário de campo, dia 41)

Discussão e Conclusões

No bairro Horta da Areia o realojamento foi arquivado, o que manteve os moradores que aí têm vivido ao longo de trinta anos, em condições precárias. Acreditamos que o estigma social do bairro, principalmente devido ao preconceito, interfere na construção de pontes sociais, conforme definido pelo Rubin e Rubin (2000). O conceito de pontes sociais, como descrito pelos autores, refere-se à ligação entre as pessoas de uma comunidade com pessoas ou grupos fora dela. Acreditamos que atividades como o T.O. podem contribuir para a construção de pontes sociais no bairro. O contacto com a população exterior permite, por sua vez, a desconstrução de preconceitos.

Como defendido por Boal, esta metodologia oferece uma oportunidade para transformar a realidade social (Picher, 2007; Schaedler, 2010). Cria as condições para a conscientização e práxis. Na Horta da Areia permitiu que os jovens participantes pudessem falar, refletir e agir sobre os seus problemas e preocupações. Pensa-se que se a atividade pudesse abranger a população adulta do bairro, esta poderia trazer maiores resultados para a comunidade. O T.O. pode ajudar a construir o sentido de comunidade que falta na Horta da Areia. Vimos que o bairro, como território, tem um significado para quem aí vive. O território está cheio de símbolos e significados para quem o compartilha numa base diária (Kurantowicz, 2008). Neste bairro específico foram identificados vários elementos presentes numa comunidade: problemas comuns, espaços compartilhados e símbolos, sentimento de pertença e até mesmo conflitos. O conflito,

[2] Todos os nomes utilizados são fictícios.

como apontado por Wiesenfeld (1996), é necessário para a comunidade e resulta muitas vezes da diversidade e multidimensionalidade dos seus membros (Mayo, 2000).

Pensa-se que o sentido de comunidade e de cooperação entre as famílias em falta no Bairro Horta da Areia é algo que o T.O. pode ajudar a reconstruir. Nas suas obras, Boal (1976, 1997, 1998, 2004a e 2004b) dá-nos exemplos de como a ferramenta pode ser usada para satisfazer as necessidades coletivas das populações locais, usado como uma arma para lutar pelos direitos civis. É um exemplo da representação das ideias de Paulo Freire sobre a importância do diálogo, da conscientização e da prática para alcançar a transformação social. No bairro Horta da Areia, já vimos que a atividade pode contribuir para a construção de relacionamentos baseados numa relação de confiança comum e compartilhada. Os jovens participantes da atividade serão adultos no futuro e talvez o T.O. possa contribuir para que cresçam com um maior sentido de cooperação e união, a fim de lutar por melhores condições de vida das famílias do bairro.

No que se refere à etnicidade, parece haver necessidade de preservação étnica por parte das famílias, o que gera pressão familiar sobre os jovens ciganos do grupo. Isto poderá dever-se à tensão que sentem enquanto grupo minoritário no todo da sociedade atual (Cortesão, Stoer, Casa-Nova e Trindade, 2005). Isto parece justificar alguns dos aspetos encontrados, referidos também noutros estudos realizados em Portugal. Foram mencionadas as limitações sentidas por alguns jovens ciganos do grupo na relação com elementos não ciganos (Brinca, 2006; Mendes, 2005). Isto parece ser limitativo das suas relações, obrigando-os a procurar estratégias para manter as suas amizades com portugueses não ciganos.

Também foi visível a importância do casamento entre ciganos como forma de preservação da tradição e linhagem (Montenegro, 2003). Sobretudo para as raparigas do grupo estudado esta torna-se, a partir dos 13/14 anos, uma preocupação visível nas suas conversas e no interesse e curiosidade por rapazes fora do seu grupo de amigos usual.

As questões de género também estiveram sempre presentes ao longo da recolha de dados. Ser mulher e cigana traz limitações acrescidas aos vários níveis (Montenegro, 2003; Casa-Nova, 2004; Mendes, 2005; Costa, 2006; Dias, Alves, Valente e Aires, 2006; Bastos e Rodrigues, 2007). No caso das raparigas, verificou-se a importância de manter uma boa imagem social e as responsabilidades para com a família

As mulheres ciganas portuguesas parecem ter um triplo problema (Casa-Nova, 2004), marcadas pela pobreza, etnicidade e género. Face a tantos condicionalismos, torna-se difícil para a rapariga/mulher cigana, ainda mais do que para o homem, conseguir traçar o seu percurso individual (Mendes, 2005).

Foi possível verificar que alguns dos jovens ciganos do grupo se sentem divididos entre as suas raízes ciganas e outros aspetos que os atraem na restante sociedade. Os jovens ciganos de hoje combinam aquilo que é a sua herança sociocultural com aquele que é o seu trajeto individual, numa sociedade com padrões culturais diferentes dos da sua origem (Dias, Alves, Valente e Aires, 2006).

Atividades como o T.O., que abrem caminho a aprendizagens não formais, podem ser uma forma de intervenção junto das famílias ciganas. A estrutura escolar em si não está preparada para receber alunos com diferenças étnicas tão marcantes (Cortesão, Stoer, Casa-Nova e Trindade, 2005), portanto talvez olhar para formas de educação não formal possa ser uma forma de contornar as barreiras culturais.

Em *A filha do capitão*, um romance do escritor português José Rodrigues dos Santos (2004), é descrita a vida de um jovem num vilarejo perdido no interior de Portugal no final do século XIX. O autor considera a escola como uma porta aberta para o futuro deste jovem. Como o personagem principal do romance, os jovens atores da Horta da Areia podem olhar para a vida com novos olhos, novas esperanças e uma espécie de orgulho e dizer: "Eu sou capaz de fazer isto".

Referências bibliográficas

ADLER, Patricia; ADLER, Peter (1998), "Observational Techniques", *in* Norman Denzin and Yvonna Lincoln (eds), *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*, Thousand Oaks, Sage Publications, pp. 79-109.

ALTHEIDE, David; JOHNSON, John (1998), "Criteria for assessing interpretive validity in qualitative research", *in* Norman Denzin and Yvonna Lincoln (eds), *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*, California, Sage Publications, pp. 283-312.

BARBOSA, Inês (2011), *Jovens e teatro do oprimido: (re)criando a cidadania, (re)construindo o futuro*, Tese de Mestrado em Estudos da Criança, Braga, Universidade do Minho.

BARDARO, Martha (2006), "Paulo Freire y el pensamiento existencial", *in* Carlos Alberto Torres (comp.), *Lectura crítica de Paulo Freire*, Xátiva, Edicions del CREC, pp. 75-83.

BASTOS, José; CORREIA, André; RODRIGUES, Elsa (2007), *Sintrenses ciganos. Uma abordagem estrutural – dinâmica*, Lisboa, ACIME.

BIESTA, Gert (2011), *Learning in Public Places: Civic Learning for the 21th Century*, Inaugural Lecture on the Occasion of the Award of the International Francqui Professorship to Prof. Gert Biesta, Ghent, 17th February 2011.

BOAL, Augusto (1976), *Milagre no Brasil*, Lisboa, Plátano Editora.

– (1977), *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*, Rio de Janeiro, Editora Civilização.

– (1997), "The Teather of the oppressed", *Unesco Courier*, 50 (11), pp. 32-37.

– (1998), *Legislative teather. Using performance to make politics*, London, Routledge.

– (2004a), *Jogos para atores e não atores*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

– (2004b), *El arco iris del deseo*, Barcelona, Alba Editorial.

– (2009), *Teatro del Oprimido. Teoría y práctica*, Barcelona, Alba Editorial.

BRINCA, Ana (2005), "Ciganos, 'Tendeiros' e 'Senhores': fronteiras identitárias", *Antropológicas*, 9, pp. 227-251, [Consult. a 27.11.2011]. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/546/484>.

CASA-NOVA, Maria José (2004), "Gypsy culture, children, schooling and life opportunities", *in* S. Carrasco (ed.), *Between diversity and inequality: children's experiences of life and school in multicultural Europe*, Barcelona, CIIMU, pp. 1-26.

CORTESÃO, Luiza; STOER, Sthephen; CASA-NOVA, Maria José; TRINDADE, Rui (2005), *Pontes para outras Viagens, Escola e comunidade cigana: representações recíprocas*, Lisboa, ACIME.

COSTA, Manuel (2006), *Ciganos. Histórias de vida*, Coimbra, Minerva.

DIAS, Eduardo Costa; ALVES, Isabel; VALENTE, Nuno; AIRES, Sérgio (2006), *Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão/integração*, Lisboa, ACIME.

FETTERMAN, David (1997), "Etnography", *in* Leonard Bickman and Debra Rog (eds.), *Handbook of Applied Social Research methods*, London, Sage Publications, pp. 473-525.

FLICK, Uwe (2004), *Introducción a la investigación cualitativa*, Madrid, Ediciones Morata.

FREIRE, Paulo (2000), *Pedagogia do oprimido*, São Paulo, Editora Paz e Terra.

– (2005), "Conscientizar para liberar (nociones sobre la palabra conscientización)", *in* Carlos Alberto Torres (comp.), *La praxis educativa y la acción cultural libertadora de Paulo Freire*, Xátiva, Edicions del CREC, pp. 139-149.

GEERTZ, Clifford (1973), *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books.

GHIGLIONE, Rodolph; MATALON, Benjamin (1993), *O Inquérito. Teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora.

KURANTOWICZ, Ewa (2008) "Community learning. Resources, actions and reflexivity of territorial communities", *in* Antonio Fragoso, Ewa Kurantowicz and Emilio Lucio-Villegas

(eds.), *Local in Global. Adult Learning and community development*, Wroclaw, Wydawnictwo Naukowe, pp. 55-60.

LUCIO-VILLEGAS, Emilio (1993), "Investigador y Educador. Perspectiva y funciones en un caso de Investigación Participativa", *in* Juan Sáez (ed.), *El Educador Social*, Murcia, Universidad de Murcia, pp. 354-370.

MASON, Jennifer (1996), *Qualitative Researching*, London, Sage Publications.

MAYO, Marjorie (2000), *Cultures, Comunities, Identities. Cultural Strategies for Participation and Empowerment*, New York, Palgrave.

MAYO, Peter (2008), *Gramsci, Freire y la formación de personas adultas*, Xátiva, Ediciones del CREC.

MENDES, Maria (2005), *Nós, os ciganos e os outros. Etnicidade e exclusão social*, Lisboa, Livros Horizonte.

MONTENEGRO, Mirna (2003), *Aprendendo com ciganos: processos de ecoformação*, Lisboa, Educa.

LOPES, Ana (2014), *O teatro do oprimido como instrumento de emancipação social: re(I)novar mentalidades*, Tese de Mestrado em Ciências da Educação, Lisboa, Universidade de Lisboa.

PATTON, Michael (1980), *Qualitative Research and evaluation methods*, California, Sage Publications.

PICHER, Marie-Claire (2007), "Democratic Process and the theater of the oppressed", *New Directions for Adult Continuing Education*, 116, pp. 79-88, [Consult. a 24.05.2011]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ace.278/abstract>.

REICHARDT, Charles (1986), "Hacia una superacion del enfrentamento entre los métodos cualitativos y los cuantitativos", *in* Thomas Cook and Charles Reichardt (eds.), *Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa*, Madrid, Morata, pp. 22-58.

RUBIN, Herbert; RUBIN, Irene (2000), *Community organizing and development*, Boston, Allyn & Bacon.

SANTOS, Bárbara (2011), *Teatro do Oprimido Do Oprimido*, [Consult. a 09-07-2014]. Disponível em: <http://kuringa-barbarasantos.blogspot.pt/2011/12/teatro-do-oprimido-do-oprimido-barbara.html>.

SANTOS, José Rodrigues dos (2004), *A filha do capitão*, Lisboa, Gradiva.

SCHAEDLER, Maria Tereza (2010), "Boal's theater of the oppressed and how to derail real-life tragedies with imagination", *New Directions for Youth Development*, 3 (125), pp. 141-151, [Consult. a 23.05.2011]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/yd.344/abstract>.

SNYDER-YOUNG, Dany (2011), "Rehearsals for Revolution? Theater of the oppressed, dominant discourses and democratic tensions", *The Journal of Applied Theater and Performance*, 16 (1), pp. 29-45, [Consult. a 23.05.2011]. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13569783.2011.541600#tabModule>.

SULLIVAN, J.; LLOYD, R. (2006), "The forum theatre of Augusto Boal: a dramatic model for dialogue and community-based environmental science", *Local Environment*, 11 (6), pp. 627-646, [Consult. a 23.05.2011]. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13549830600853684?journalCode=cloe20#.VFwAefmsW7s>.

WIESENFELD, Esther (1996), "The concept of 'we': a community social psychology myth?", *Journal of Community Psychology*, 24 (4), pp. 337-345, [Consult. a 23.05.2011]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1520-6629(199610)24:4%3C337::AID-JCOP4%3E3.0.CO;2-R/abstract>.

WILDEMEERSCH, Danny; VANDENABEELE, Joke (2007), "Relocating social learning as a democratic practice", *in* Ruud Van der Veen, Danny Wildemeersch, Janet Youngblood and Victoria Marsick (eds.), *Democratic Practices as Learning Opportunities*, Rotterdam, Sense Publisher, pp. 19-32.

WILLIAMS, Raymond (1989), *Keywords*, London, Fontana.

Vânia Martins (autora de correspondência). Mestre em Educação Social, curso de Mestrado de Educação Social da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve (Faro, Portugal). Endereço de correspondência: Almargens, Cx 209A, 8150-013 S. Brás de Alportel, Portugal. *E-mail*: v.dmartins@hotmail.com.

Emilio Lucio-Villegas. Professor Titular do Departamento de Teoría e Historia de la Educación y Pedagogía Social da Faculdade de Educação da Universidade de Sevilha (Sevilha, Espanha). *E-mail*: elucio@us.es.

Artigo recebido a 23 de abril de 2014. Publicação aprovada a 24 de julho de 2014.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, 2014, pág. 77-95

Condições e trajetórias de vida de reclusos e reclusas de etnia cigana em Portugal

Sílvia Gomes
Instituto Universitário da Maia e
Centro de Investigação em Ciências Sociais – Universidade do Minho

Manuel Carlos Silva
Universidade do Minho e
Centro de Investigação em Ciências Sociais – Universidade do Minho

Resumo

Neste artigo pretende-se analisar as práticas criminais de indivíduos de etnia cigana, através do estudo das suas trajetórias de vida. Com base em 25 entrevistas a reclusos/as ciganos/as, analisou-se as suas condições de vida objetivas e experiências criminais, à luz da interseção de variáveis de classe, género e etnia. Concluímos que os crimes neste grupo étnico resultam da articulação de processos de exclusão ou desigualdades sociais, de preconceitos ou racismo, e que as interseções de classe, género e etnia coestruturam fortemente as suas condições objetivas de vida e o seu envolvimento criminal.

Palavras-chave: criminalidade; etnia cigana; trajetórias de vida.

Abstract

Life Conditions and trajectories of male and female Roma prisoners in Portugal

This paper aims to analyze the criminal practices of Roma individuals through the study of their life histories. Based on 25 interviews addressed to male and female Roma prisoners, we analyzed their objective life conditions and criminal experiences. These were seen in the light of the intersection of class, gender and ethnicity. We conclude that the crimes in this ethnic group are the result of combined processes of exclusion and social inequality, prejudice or racism, and that the intersections of class, gender and ethnicity strongly structure their objective living conditions and their criminal involvement.

Keywords: crime; Roma; life trajectories.

Résumé

Conditions et trajectoires de vie des détenus(es) d'ethnie Gitane au Portugal

Cet article vise analyser les pratiques criminelles des individus Gitans, à travers de l'étude des trajectoires de leur vie. Basé sur 25 entretiens adressés aux détenus(es) Gitans(nes), nous avons analysé leurs conditions objectives de vie et leurs expériences criminelles, à la lumière de l'intersection des variables de classe, de genre et de l'origine ethnique. Nous concluons que les crimes de ce groupe ethnique sont le résultat de processus communs d'exclusion ou inégalités sociales, des préjugés ou de racisme, et que les intersections de la classe, le sexe, et l'origine ethnique structurent fortement leurs conditions objectives de vie et leur implication pénale.

Mots-clés: criminalité; gitans; trajectoires de vie.

Resumen

Condiciones y trayectorias de vida de reclusos y reclusas de etnia gitana en Portugal

Este trabajo tiene como objetivo analizar las prácticas criminales de individuos gitanos, a través del estudio de sus trayectorias de vida. Con base en 25 entrevistas dirigidas a reclusos/as gitanos/as, se analizó sus condiciones de vida objetivas y sus experiencias criminales a la luz de la intersección de las variables de clase, genero y etnia. Se concluye que los crímenes de este grupo étnico son el resultado de procesos conjuntos de exclusión o desigualdades sociales, de prejuicios o racismo, y que las intersecciones de clase, género y etnia influyen fuertemente en sus condiciones objetivas de vida y en su participación criminal.

Palabras clave: criminalidad; gitanos; trayectorias de vida.

Introdução

As questões étnicas e criminais quando aparecem interligadas são alvo de controvérsia e discussão entre cientistas sociais, nomeadamente sociólogos. Alguns académicos recusam-se a participar em estudos que associem estes fenómenos porque, sustentam, tais trabalhos reificam conceitos como etnicidade e raça, podendo ter implicações indesejáveis por ligar criminalidade e grupos étnicos, forjando assim uma associação artificial de causa-efeito entre os dois termos. No entanto, para outros, não são os sociólogos ou outros cientistas sociais os responsáveis por esta associação, pois existe uma abundância de noções de senso comum sob forma de anedotas, narrativas jornalísticas e expressões de 'sabedoria de rua' (*street wisdom*) sobre os imigrantes, os grupos étnicos e a criminalidade (Marshall, 1997: 225; Silva e Silva, 2002: 71). Se as associações entre crime e etnicidade estão presentes nos discursos institucionais e populares, cabe aos cientistas sociais investigar a emergência, a cristalização e o porquê

dessas associações, por forma a dar o seu contributo num assunto tão premente, confirmando ou infirmando e desconstruindo parte ou a totalidade das convicções construídas.

Assim, neste artigo pretende-se abordar a questão do crime associado a etnicidades, especificamente as práticas criminais do grupo étnico cigano e o seu contexto, de modo a identificar os fatores coestruturantes dessas práticas. Começamos por fazer uma breve introdução aos estudos que relacionam o crime e o grupo étnico cigano, para dar uma visão geral das limitações destes estudos nos contextos português e espanhol e, logo de seguida, defendemos a importância do uso analítico da interseccionalidade no estudo do crime, relevando a variável étnica, mas também a de classe e a de género, para a compreensão e explicação das práticas criminais. Posto isto, passamos para as questões de ordem metodológica e para os resultados em si, explorando as condições e trajetórias de vida de reclusos e reclusas de etnia cigana a cumprir pena em estabelecimentos prisionais portugueses, tentando deslindar, a partir daí, quais os fatores que levaram estes homens e mulheres ao envolvimento com o sistema de justiça criminal.

1. Crime e grupo étnico cigano: alguns estudos

Em Portugal existem poucos estudos que analisem as questões criminais quando associadas aos grupos étnicos. Um dos primeiros trabalhos surgidos em contexto português, relacionando o meio prisional com uma população étnica, é o de Moreira (1999). Este autor caracteriza sociologicamente os reclusos de etnia cigana presentes no sistema prisional em 1998. As diferenças encontradas entre as características sociais, criminais e penais dos reclusos de etnia cigana e da restante população reclusa levaram-no a sustentar que há um conjunto de traços diferenciadores que extravasam o suporte cultural que transportam para o interior das prisões e, por isso, dever-se-ia, na sua perspetiva, pensar na problemática da privação da liberdade de indivíduos pertencentes a minorias étnicas e culturais. Mais tarde, Fonseca e Neto (2006) corroboram este pensamento, defendendo que o fator etnia é relevante em meio prisional. Ao debruçarem-se sobre a atitude de reclusos de etnia cigana e de reclusos não-ciganos face ao ensino recorrente em vários estabelecimentos prisionais portugueses, mostram que o nível de autoconfiança na frequência escolar é maior nos não-ciganos do que nos

ciganos (Fonseca e Neto, 2006). Cunha (2005) faz também saber que a categorização étnica pode não explicar por si só as dinâmicas de sociabilidade intraprisionais, mas acaba por ilustrar como as aceções essencializadoras de etnicidade são reproduzidas e estão presentes na realidade intraprisional. Apoiando-se nestes três estudos, Resende (2008) considera ser possível afirmar que há, certamente, um *continuum* de preferências e opções individuais/grupais que são transportadas do meio exterior (relativamente) livre para o meio prisional.

Cunha (2010) continua a produzir estudos nesta área e reforça a ligação existente entre três fenómenos: a classe social, a área geográfica (vg. bairro social urbano) e a raça/etnia. Segundo a autora, os bairros urbanos, onde se desenvolve a economia retalhista da droga, fazem emergir a interação entre atores sociais marcados pela condição de classe e pertença étnica. A pobreza acaba por congregar populações etnicamente diversas numa posição de classe relativamente similar (Cunha, 2010). Salienta ainda que, em Portugal, a etnicidade, à semelhança do género, não determina ou restringe o envolvimento na economia retalhista da droga. Assim, na base do mercado, o tráfico de estupefacientes tornou-se um dos vetores de nivelamento social interétnico (Cunha, 2010).

Os estudos também vêm mostrando que o grupo étnico cigano está sobrerrepresentado no sistema de justiça criminal. Em Portugal, Moreira (1999) conclui que a proporção de indivíduos ciganos atrás das grades era de 5 a 6 por cento da população reclusa, sendo a sobrerepresentação ainda mais vincada no caso da reclusão cigana feminina. Em Espanha, Barberet e Garcia-España (1997) debruçam-se sobre o envolvimento criminal dos indivíduos de etnia cigana. As autoras mencionam que as estatísticas policiais, judiciais e prisionais não reportam variáveis étnicas, à semelhança do que acontece em Portugal[1]. No entanto, profissionais da justiça criminal e líderes ciganos entrevistados para o estudo das autoras foram unânimes em concordar que os ciganos estão desproporcionalmente representados nas detenções policiais, nas audiências em tribunal e na população prisional. Concordaram também que os ciganos tendem a ser detidos, processados e recluídos por um subconjunto de crimes e em circunstâncias muito particulares: os ciganos estão envolvidos em crimes relacionados com drogas, nomeadamente na escala de pequena e média dimensão de tráfico de droga,

[1] O registo direto ou indireto por parte do Estado de dados relativos à etnicidade é impedido por lei, de forma a não reforçar estereótipos ou a racialização da sociedade – ver Decreto-Lei 28/94 (Cunha, 2010).

em crimes contra a propriedade – que são o resultado da adição à heroína ou a necessidades económicas – e em crimes violentos, que ocorrem como resultado de brigas familiares (Barberet e García-España, 1997: 180-181).

2. A análise intersecional no estudo do crime

A perspetiva da interseccionalidade é uma ferramenta que ajuda a deixar de pensar as questões de género apenas em termos binários, relacionando género e poder (Branco, 2008), para passar a observar determinado fenómeno à luz de um cruzamento entre género e outras variáveis, nomeadamente classe (Crenshaw, 2001; Coster e Heimer, 2006; Silva *et al.*, 2006). Criminólogos feministas têm vindo a chamar a atenção para a importância da interseccionalidade da etnicidade, classe e género, para a abordagem das experiências do crime (Coster e Heimer, 2006; Burgess-Proctor, 2006; Britton, 2000). Estas variáveis analíticas são mais do que a soma de variáveis separadas (Crenshaw, 2001); elas produzem efeitos combinados no crime que necessitam de ser examinados em conjunto, numa matriz de relações sociais múltiplas.

Para esta investigação é de uma enorme relevância dar corpo à interseccionalidade entre género, etnia e classe, já que o nosso objeto de estudo são homens e mulheres de um determinado grupo étnico que, não raro, pertencem a classes desfavorecidas envolvidas em percursos desviantes. Logo, não é possível estudar separadamente pessoas que sofrem duplas e triplas experiências de discriminação (Collins, 2000) assentes numa experiência de múltipla opressão e/ou discriminação marcada pela pertença de género, classe e etnia (Oliveira, 2010). A interseccionalidade é uma designação que visa tornar visível o posicionamento múltiplo que os indivíduos possuem na sua vida quotidiana e as relações de poder que isso origina (Phoenix, 2006: 187), podendo explicar quer as suas ações, quer as ações dos outros em relação aos mesmos. Assim, de uma forma simples, para avançar com uma análise do género, crime e justiça, tem de se examinar as ligações existentes entre desigualdades e crime, usando um enquadramento teórico intersecional (Burgess-Proctor, 2006: 28). Mattos (2012) completa ainda que a abordagem intersecional tem a vantagem de realizar um diagnóstico mais preciso a respeito das causas e dos efeitos das desigualdades sociais nas diversas matizes, por considerar uma multiplicidade de categorias de diferenciação. Se é certo que a abordagem intersecional tem vindo a ser sustentada em abordagens

sobre etnicidade e sobretudo em estudos de género, poder-se-ia com justeza remeter para a metodologia weberiana (Roth e Wittich, 1978), a qual aponta para a multidimensionalidade e para a pluricausalidade na compreensão e na explicação dos fenómenos sociais, incluindo por certo os comportamentos e as relações interétnicas.

3. Método de recolha e análise dos dados

Tendo como objetivo a análise das práticas criminais de homens e mulheres de etnia cigana, através do estudo das suas trajetórias de vida, optámos por entrevistar reclusos/as condenados/as com penas efetivas em estabelecimentos prisionais portugueses.

Definiram-se como campos de análise seis estabelecimentos prisionais portugueses: quatro masculinos e dois femininos, nos distritos Judiciais do Porto e de Lisboa[2]. O trabalho de campo foi desenvolvido no ano civil de 2010, começando em janeiro e terminando em dezembro[3]. Aplicaram-se entrevistas semiestruturadas a 17 reclusos e 8 reclusas de etnia cigana e foram selecionados/as reclusos/as com características distintas ao nível dos crimes por que tinham sido condenados, a duração da pena, a reincidência, a idade e, por vezes, a escolaridade dos indivíduos[4]. A técnica utilizada para a análise das entrevistas foi a da análise de conteúdo. Este instrumento metodológico aplica-se às narrativas, com o intuito de tornar o que pode parecer facto social consumado em incerteza, em dúvida, em questão (Bardin, 1995). Portanto, pretende-se com este instrumento compreender para além dos significados imediatos das narrativas, dar um contributo mais enriquecedor ou até mesmo revelador do que algumas mensagens pretendem comunicar, originando informação rica, rigorosa, objetiva e aprofundada e discutir acerca do que foi selecionado, produzido e comunicado nas narrativas (Ericson *et al.*, 2010).

---

[2] Os estabelecimentos prisionais (E.P.) onde se realizou a recolha de dados foram o E.P. Porto, E.P. Paços de Ferreira, E.P. Especial Santa Cruz do Bispo (feminino), E.P. Lisboa, E.P. Sintra e E.P. Tires (feminino).

[3] Entrada nos estabelecimentos prisionais autorizada pela Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP).

[4] Antes da entrada nos estabelecimentos prisionais foi solicitada uma listagem de reclusos/as de etnia cigana, com o seu número de identificação, por forma a aceder aos seus processos individuais. Só através da consulta dos processos individuais se pôde ter acesso às características usadas para a seleção dos/as entrevistados/as. A listagem foi fornecida pelos/as técnicos/as que trabalhavam de perto e conheciam bem os/as reclusos/as, havendo, assim, uma heteroclassificação dos mesmos. No momento da entrevista teve-se o cuidado de confirmar a sua pertença étnica, através da autoclassificação.

Através da análise das condições objetivas de vida de mulheres e homens – ao nível familiar, escolar, profissional e residencial – pertencentes ao grupo étnico cigano e das suas experiências criminais, tentámos perceber até que ponto determinados crimes são efeitos conjugados de processos de exclusão social, de preconceitos e de racismo institucional e quotidiano. Procurámos ainda saber em que medida estes processos podem originar comportamentos desviantes e/ou detenções, condenações e reclusão. Tendo por base, como referido, uma abordagem pluricausal, na esteira weberiana, as suas experiências criminais foram vistas à luz da interseção de variáveis fundamentais para a construção de um retrato mais completo do crime, relevando assim, em termos explicativos, a pertença de classe, a etnia e o género, articulando situações de desigualdade e processos vários de exclusão e de marginalização sociais.

4. Seleção dos entrevistados – identificando os reclusos e as reclusas

Dentro do grupo de reclusos/as de etnia cigana foi possível selecionar casos bastante distintos. Ainda assim, no seu conjunto, engloba características claramente vincadas e que lhe dão unicidade.

Foram dezassete os reclusos de etnia cigana entrevistados. Eles têm idades muito díspares entre si, compreendidas entre os 19 e os 80 anos. Este grupo de entrevistados é, no entanto, na sua maioria relativamente homogéneo no que diz respeito à escolaridade e à atividade profissional exercida: há um grande número de reclusos analfabetos ou com o 4º ano concluído, um recluso com o 5º, dois com o 6º e outro com o 7º ano de escolaridade; todos os reclusos, com a exceção de um estudante, um construtor civil e um serralheiro, eram vendedores ambulantes antes de serem detidos. Os crimes por que foram condenados têm penas que oscilam entre os três anos e dois meses e os dezoito anos e seis meses de pena efetiva de prisão. O que os levaram à prisão foram os crimes de homicídio, para as penas mais elevadas, e de tráfico de estupefacientes, furto, roubo, condução sem habilitação legal, sequestro, ofensa à integridade física, detenção de arma proibida, coação e resistência sobre funcionário, evasão, burla, cheque sem provisão, recetação e aquisição de moeda falsa para as restantes penas.

Por seu turno, foram entrevistadas oito reclusas de etnia cigana. Tal como os reclusos, elas são, na sua maioria, analfabetas ou frequentaram o 1º ciclo e dedicavam-se à venda ambulante antes de serem detidas. Temos, no entanto, o caso de duas

domésticas e de uma reclusa que tinham concluído o 9º ano de escolaridade. As idades vão desde os 23 até aos 60 anos. O crime mais recorrente é o tráfico de estupefacientes, combinado com coação, sequestro ou condução sem habilitação legal, mas também foram entrevistadas reclusas condenadas por roubo, furto e homicídio. No caso do homicídio, a pena de prisão é de 21 anos. Nos outros casos, as penas vão dos dois anos e sete meses até os doze anos de prisão efetiva.

5. Contextos pré-prisionais: trajetórias de exclusões sociais naturalizadas

Os participantes neste estudo – apresentados aqui com nomes fictícios – expõem nos seus relatos as circunstâncias em que nasceram, cresceram e foram, depois, recluídos. Há bastantes indivíduos que contam as suas histórias, ligando-as a percursos de pobreza e de exclusão social. A maior parte dos reclusos é originária de famílias compostas por eles próprios, respetivas esposas e filhos. As idades de contração do casamento variam dos 9 aos 21 anos de idade e, para os que já constituíram família, o número de filhos varia entre os dois e os onze filhos.

Os casamentos dão-se maioritariamente entre indivíduos do mesmo grupo étnico (Mendes, 1998; Silva e Silva, 2002; Casa-Nova, 2009; Magano, 2011). No entanto, do ponto de vista familiar, parece haver já um conjunto de mudanças: há relatos da existência de casamentos exogâmicos[5] e há também reclusos que contraíram casamentos entretanto terminados, quer por não haver possibilidade de ter filhos num primeiro casamento – condição que, quando verificada, é recorrente e considerada como fundamento legítimo de separação ou divórcio nas comunidades ciganas[6] –, quer quando isso não decorre. Paulino (45 anos, ensino primário), por exemplo, é separado da mulher e tem dois filhos desse casamento, o que nos leva a concluir que as regras ciganas têm vindo cada vez mais a ser permeáveis e flexibilizadas ao longo dos anos.

Um aspeto que parece não mudar com o passar do tempo é a exposição de algumas famílias ciganas a situações de pobreza. Os seus percursos de vida são, na

[5] Os casamentos exogâmicos não são bem aceites na comunidade cigana e, quando acontecem, são mais tolerados os casamentos de homens ciganos com mulheres não ciganas do que os de mulheres ciganas com homens não ciganos (Casa-Nova, 2009).

[6] Geralmente na comunidade cigana admite-se a separação entre o marido e a mulher se da sua união não resultarem filhos. Ao homem é permitido voltar a casar com outra mulher, por forma a ter os filhos que não teve no casamento anterior, mas à mulher essa possibilidade está vedada (Silva *et al*., 2006).

maior parte dos casos, pautados pelo trabalho na venda ambulante[7], que se iniciam muito cedo: "Prontos… a minha vida sempre foi família pobre mas pronto. Trabalhei na feira e ganhava o pão do dia a dia. Sempre fui vendedor ambulante." – conta-nos Agostinho, com os seus 80 anos de vida (Agostinho, 80 anos, analfabeto).

Tal como a família, o trabalho tem um papel central na vida dos indivíduos ciganos. Sendo o trabalho desenvolvido no âmbito de uma economia familiar, no discurso dos homens ciganos estas duas dimensões não são separadas. As duas esferas estão de tal forma interligadas que elas aparecem, em regra, associados ao quotidiano e aos objetivos de vida dos entrevistados. Para além de familiar, a economia caracteriza-se pela sua simplicidade e quotidianidade. Decorrente desse facto e de serem cada vez menos os espaços de venda, a venda ambulante não é descrita como lucrativa, deixando as famílias com pouco dinheiro.

Apesar de a venda ambulante estar inscrita na vida de muitos dos ciganos em Portugal desde a sua infância, pelas características que a mesma apresenta, há já indivíduos ciganos que, tentando distanciar-se do modo de vida tradicional cigano, se dedicam a outras atividades[8]. Gilberto (26 anos, ensino primário), por exemplo, apesar de os seus pais serem feirantes e de ele próprio ter feito feiras com eles e, depois, com a sua mulher, acabou por afastar-se desta atividade e envolver-se noutras. Enumerando as atividades que foi desempenhando, ele refere que foi "mestre de trolha em Paris", que trabalhou na apanha da batata, no Luxemburgo, e que participou em alguns cursos de formação profissional, incluindo o de jardinagem. Na realidade, Gilberto mantém-se no âmbito das atividades profissionais não qualificadas e mal remuneradas, ainda que inseridas na economia formal.

A maior parte dos entrevistados conta-nos histórias de grande dificuldade económica. Tércio, por exemplo, diz que as grandes dificuldades da sua família se prendem com a pobreza: "Dificuldades… isso é o que qualquer pessoa pobre tem" (Tércio, 53 anos, analfabeto). Apesar de o depoimento de Tércio ir no sentido de as suas dificuldades se deverem à sua condição de pobreza e não pelo facto de ser cigano, não diferenciando, portanto, entre grupos cigano e não-cigano, há entrevistados que nos relatam que a pobreza se deve a entraves que, do seu ponto de vista, resultam de "ser

[7] Os estudos mostram que grande parte dos ciganos em Portugal se dedica a esta atividade (Mendes, 1998; Silva *et al.*, 2006; Castro, 2008; Magano, 2011).

[8] Vários estudos em Portugal atestam esta tendência de mudança de atividade profissional por parte dos indivíduos de etnia cigana: cf. Magano (2011), Mendes (2007, 2012), Nicolau (2010).

cigano". Por exemplo, Joaquim (52 anos, 6º ano) refere os bloqueios ao desenvolvimento da atividade profissional, dando o exemplo da fiscalização, levada a cabo por organismos como a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), que apreende muita mercadoria e que os deixa sem ter o que vender e, consequentemente, sem fonte de rendimento. Do ponto de vista de Joaquim, isto é uma forma de perseguição aos indivíduos de etnia cigana, já que a maior parte, na sua opinião, se dedica à venda ambulante.

Para além dos entraves ao exercício da sua atividade profissional, os entrevistados, como Ximeno (36 anos, 6º ano) e Roberto (27 anos, ensino primário), mencionam também que o facto de serem ciganos cria bloqueios à compra ou arrendamento de habitação. Roberto conta duas situações: uma em que tentou arrendar e outra em que tentou comprar uma casa e que não lhe foi permitido pelo facto de ser cigano. As histórias narradas denunciam situações de racismo flagrante[9]. A pertença étnica é usada como fator de exclusão para os negócios imobiliários com ciganos, fazendo crer que estes não são pessoas em quem se confie ou com quem se possa ou deva fazer negócios, podendo também impossibilitar a venda ou arrendamento das casas próximas das dos ciganos. Este é apenas um dos motivos por que Ximeno afirma que em Portugal existe racismo. Quando se fala em práticas de racismo flagrante existentes nas relações interétnicas, há autores em Portugal que trabalham essas questões há alguns anos e que têm demonstrado a existência e consistência de um certo racismo historicamente enraizado, bem como da designada ciganofobia (ver Mendes, 2007 e Bastos, 2012).

Assim, percebemos que, para além das dificuldades económicas sentidas pelos indivíduos de etnia cigana, juntam-se ainda as dificuldades decorrentes do facto de pertencerem ao grupo étnico cigano e sofrerem tratamento discriminatório em algumas áreas da vida social, como a habitação ou a fiscalização da sua atividade profissional.

Mais, entre as faixas etárias mais jovens, começa a ser visível o fenómeno da toxicodependência. Ao nível dos valores ciganos, o consumo de drogas pode ser reprovável, sobretudo pelos mais velhos (Silva e Silva, 2002), mas esta adição vem trazer para o seio da comunidade uma realidade muito próxima da vivida por outros

[9] A expressão 'racismo flagrante' remete para formas brutais de racismo, às quais se contrapõem outras formas de 'racismo subtil', distinção elaborada por Pettigrew e Meertens (1995) e aplicada por Vala, Brito e Lopes (1999).

jovens portugueses, com a agravante de servir de motivo adicional para o abandono escolar.

No caso das mulheres ciganas, elas também partilham muitas das histórias narradas pelos homens, no que diz respeito à pobreza e à discriminação étnico-racial e social. Além disso, as suas trajetórias são vincadamente marcadas pelas suas pertenças de género, muito ligadas ao seu papel de mãe e de mulher, frisando os seus papéis de cuidados familiares mais do que os homens. É visível como a sua tripla pertença – mulher, cigana e pobre – molda as trajetórias de vida narradas.

A maior parte destas mulheres casam cedo e são mães em idades precoces. As mulheres que se casaram com menor idade foram Lídia (42 anos, analfabeta) e Isabel (30 anos, 9º ano), que se casaram com 12 anos. Os casamentos são caracterizados por serem endogâmicos na maior parte das vezes e por serem celebrados de acordo com a "lei cigana". Josefina (59 anos, analfabeta), por exemplo, refere que é a "lei cigana" que é válida para o casamento entre os ciganos, não necessitando de haver outros registos acerca do mesmo.

São várias as narrativas que sintetizam e interligam os dois pilares centrais na vida destas mulheres – o trabalho e a família – na descrição do seu quotidiano. A família e os seus hábitos acabam por ser também a explicação das mulheres para não terem frequência escolar ou terem abandonado os estudos. Quer a idade de casamento, quer o papel feminino desempenhado no seio da comunidade – ajuda às mães nas atividades domésticas –, são obstáculos reais. E isto acontece, quer com as filhas mais velhas, que têm de ajudar a mãe a cuidar dos irmãos mais novos, quer com as filhas seguintes, pois à medida que as irmãs mais velhas vão casando, elas terão de deixar a escola para assumirem o seu papel, a que acresce a tradição de não frequentar a escola a partir de certa idade para não relacionar-se com outros rapazes (casos de Olinda e Vanda).

A venda ambulante ocupa um lugar de destaque na atividade profissional destas mulheres. Para além da venda ambulante nas feiras, há um caso de uma mulher que afirma ter feito trabalho sazonal fora do país. Lídia (42 anos, analfabeta) conta que ia "para Espanha para a apanha da azeitona e assim", mas que, dentro da comunidade cigana, "a tradição diz para ser vendedor ambulante". E, assim sendo, apesar de fazer esses trabalhos esporadicamente para ganhar algum dinheiro, não admite abandonar a venda ambulante porque esse é o seu modo tradicional de obter rendimentos.

A opção por trabalhos esporádicos prende-se com o facto de os rendimentos através da venda ambulante serem insuficientes. Mas que alternativas são possíveis para os indivíduos ciganos e, especificamente, que alternativas estão acessíveis para as mulheres ciganas? Olinda (35 anos, analfabeta) dá o seu testemunho:

> "Hum… tentei andar nas feiras mas a vida das feiras não dava. Fui ao centro de emprego inscrever-me (…) porque eu fazia qualquer coisa. Mas que qualquer coisa fazia eu que não sei ler nem escrever? Só se fosse para limpezas, ou para trabalhar num lar, que é uma coisa que… que, prontos, o que eu gostaria de fazer mesmo era trabalhar num lar de idosos. Foi o que eu fiz. Consegui trabalhar num lar. Entretanto juntei-me com este senhor, (…) A família dele começou a influenciá-lo e a dizer que aquela vida não era vida de cigano, (…) que eu tinha era que estar nas feiras ou a traficar droga, hum… mas eu não lhe dava ouvidos. Sempre continuei a trabalhar. (…) o Dionísio começou-me a esperar à porta do trabalho, começava a me insultar, começava-me a bater, e eu com vergonha das pessoas que lá trabalhavam, nem sequer me despedi. Não apareci lá mais. Está a perceber?"

Dos vários relatos se infere que a discriminação dá-se, em parte, por serem ciganas, mas também contribui o facto de não terem escolaridade ou ser-lhes negada a formação profissional com base na pertença étnica, entrelaçando-se num círculo vicioso vários fatores: tradição, pobreza, falta de escolaridade, discriminação étnica no trabalho ou na habitação e repetidas exclusões sociais, culminando, por vezes, no crime.

A habitação tem lugar, geralmente, tal como acontecia com os homens ciganos, em bairros sociais e em acampamentos. Olinda (35 anos, analfabeta) retrata o que aconteceu em Braga, com o Bairro do Picoto, onde a política municipal aglomerou várias famílias ciganas no mesmo bairro, numa colina da cidade, longe dos olhares dos cidadãos não ciganos:

> "(…) nós aqui há 13 anos atrás, 13 ou 14 anos atrás, vivíamos em barracas. Isto em Braga, ao lado do estádio 1º de maio. Vivíamos em barracas. A câmara deu-nos um bairro, que é o Bairro do Picoto, que só lá meteu ciganos."

Os discursos dos homens e mulheres de etnia cigana remetem-nos para múltiplas exclusões, nomeadamente económica, escolar, profissional, institucional e habitacional. Mesmo que se verifiquem algumas mudanças nos estilos de vida deste grupo étnico, este continua a ser excluído por parte da sociedade dominante por atitudes de "desconfiança" e práticas de racismo flagrante existentes nas relações interétnicas (Silva *et al*., 2006). Os preconceitos e as atitudes discriminatórias estão de tal forma

enraizados na sociedade envolvente que se tornam bloqueios efetivos às expectativas de mudança por parte de membros da comunidade cigana (Silva *et al*., 2006; Gomes, 2013). Assim sendo, percebemos que estamos perante um exclusão naturalizada, quer pela atitude do grupo não-cigano, quer pela perceção e vivência do grupo étnico cigano.

6. O ato criminoso: os fatores económicos e étnicos na explicação do crime

É sobre o ato criminoso que nos debruçamos neste ponto, especificamente sobre os fatores indutores do crime, detetáveis através das próprias narrativas e motivações apontadas pelos/as reclusos/as ciganos/as nas entrevistas.

As razões económicas pautam grandemente as narrativas dos vários indivíduos de etnia cigana entrevistados, designadamente as "dificuldades económicas" que estão na base da explicação dos crimes de roubo e tráfico de estupefacientes. O roubo e o tráfico de estupefacientes, em alguns casos, aparecem nos discursos como a alternativa para fazer face às "necessidades da família". Enquanto os roubos são feitos e julgados individualmente (no máximo, envolvem duas pessoas), o tráfico de estupefacientes é executado e/ou julgado tendo por base a família. Os processos por tráfico de estupefacientes no seio da comunidade cigana são comummente processos que envolvem mais do que dois indivíduos, tendo estes geralmente relações de parentesco entre si, e que resultam de rusgas efetuadas a bairros sociais ou acampamentos. Por isso, nos estabelecimentos prisionais, é muito comum encontrar-se várias gerações da mesma família cigana detidas, tal como verificaram Dias (1995), Moreira (1999), Cunha (2010) e Gomes (2013) nos seus estudos.

Para além das situações em que os indivíduos se envolvem no tráfico por "dificuldades económicas", temos igualmente o caso de Dionísio (31 anos, ensino primário) que afirma não precisar de traficar: "com farrapos ganho dinheiro, por assim dizer". Mas as expectativas de poder dar algo mais, para além do básico, aos seus filhos, movem-no para o tráfico. Portanto, o tráfico de estupefacientes é uma alternativa para responder às suas ambições face à família.

Há ainda uma outra motivação ou influência para o tráfico de estupefacientes: é o caso dos indivíduos toxicodependentes, sobretudo jovens, e que acabam por traficar para conseguir dinheiro para alimentar a adição. Por exemplo, Quitério (31 anos, analfabeto) traficava para manter os consumos:

> "Fui consumidor três anos. Traficava também. Consumia e traficava também. Já tive uma irmã assim. Um irmão. E então eles… a minha irmã também era pobre. Depois fui com uns amigos. Amigos que não são meus amigos agora. Os amigos não fazem mal uns aos outros. O mal da droga é não conseguir ver o que é o bem e o que é o mal. Isso é o que é o pior."

Se, por um lado, temos o tráfico de estupefacientes e o roubo, que decorrem, de uma forma ou de outra, dos fatores que explanamos até aqui – dificuldades económicas, expectativas familiares ou adições tóxicas –, que podem ser explicados por vários fatores na relação do endogrupo com o exogrupo, encontramos igualmente crimes que estão diretamente relacionados com os problemas que decorrem dentro do próprio grupo étnico. É o caso das rixas em que os ciganos se envolvem e que, no limite, levam alguns dos indivíduos à reclusão. Quando as rixas não desembocam em situações e casos extremados e dramáticos, como o homicídio (como foi o caso de Ximeno), resultam amiúde em ofensa à integridade física, posse de arma ilegal ou sequestro.

Em termos estatísticos, os indivíduos de etnia cigana têm penas demasiado altas para o tipo de crime que os levou à detenção (Moreira, 1999; Rodrigues *et al.*, 2000; Mendes, 2007). Só que há muitos reclusos que têm processos pendentes, com penas suspensas, devido à condução de veículo sem habilitação legal ou condução ilegal de veículos. A maior parte dos reclusos ciganos são analfabetos ou apenas sabem ler ou escrever, o que impede a obtenção de carta de condução. As carrinhas são o meio de transporte utilizado para o trabalho que desempenham diariamente nas feiras. Inicialmente começam por ser multados, depois passam para as penas suspensas, chegando mesmo a haver condenações com pena efetiva, quando se acumulam processos ou quando se envolvem noutro crime.

As reclusas de etnia cigana denotam as mesmas motivações que os reclusos ciganos. O crime que mais leva estas mulheres aos estabelecimentos prisionais portugueses é o tráfico de estupefaciente, juntamente com o roubo. Ambos os crimes dão-se pelas mesmas razões: ausência de recursos económicos suficientes para o sustento da família.

Os ciganos, quando são detidos por tráfico de droga, cumprem penas dentro da média da moldura penal, ou seja, não têm práticas agravadas do crime, mesmo que depois reincidam (Gomes, 2013). Portanto, os dados mostram que os ciganos ocupam os patamares mais baixos da rede de tráfico de estupefacientes. Ainda assim, como nos

relata Fátima (31 anos, analfabeta), não obstante o medo constante de serem apanhados pelas autoridades, pelo menos enquanto traficam estupefacientes têm sempre dinheiro para a sua família.

> "Quer dizer, não corria bem. Uma pessoa anda sempre com aquele medo da polícia, para aqui e para ali, tínhamos sempre o coração nas mãos. Era sempre um bocado complicado. Olhe, enquanto andei nisto sempre tive dinheiro para dar de comer aos meus filhos."

Já Isabel (30 anos, 9º ano), mesmo afirmando que começou a traficar por necessidade, acaba por explicar que o tráfico de estupefacientes funciona quase como a adição à própria droga. A venda vai sendo feita para satisfazer qualquer necessidade que no momento pareça importante. É o "ciclo vicioso" do consumo: quanto mais se quer comprar, mais dinheiro tem de haver para fazer face a essa expectativa de consumo. O raciocínio de Isabel é relevante, pois remete-nos para as necessidades criadas pelas expectativas de consumo. No entanto, esta ideia merece ser relativizada pelas características de subsistência desta comunidade. Numa altura em que a economia informal das feiras é pouco rentável, o tráfico de estupefacientes aparece como forma de fazer face às necessidades básicas familiares. Mas, a partir daí, geram-se outros patamares de consumo, não tendo que ver com as motivações primárias – não é o motivo primeiro –, mas com as motivações secundárias para o envolvimento no tráfico, ou seja, das motivações que são consequentes da própria atividade.

Outra situação de vulnerabilidade é a toxicodependência, fenómeno cada vez mais frequente não só entre homens como em mulheres do grupo étnico cigano, envolvendo-se algumas (vg. Lídia, 42 anos, analfabeta, e Vanda, 23 anos, ensino primário) em roubos por adição a drogas pesadas.

Considerações finais

Podemos observar nos diferentes testemunhos dos reclusos e reclusas de etnia cigana que a privação económica, decorrente das múltiplas exclusões a que estão expostos, é a principal razão, na sua perceção, que justifica a prática de crimes de tráfico de estupefacientes e de roubo. A justificação dada é muito direta, sem tentativas muito elaboradas de explicar o porquê de estarem reclusos – "para a família poder comer, tem de haver dinheiro". Portanto, o crime é justificado pela necessidade básica de ter

dinheiro para satisfazer as necessidades da família, quando o trabalho ou a toxicodependência lhes negam a possibilidade de fazer dinheiro suficiente para a prole. Por outro lado, existe o fator étnico que coestrutura alguns tipos de crimes tais como homicídio, condução sem habilitação legal e ofensas à integridade física, uma vez que para estes últimos também concorrem situações e condições específicas do grupo étnico cigano.

Alicerçando-nos nas trajetórias narradas e juntando as explicações de ordem económica e situacional, de privação relativa acrescida da vertente motivacional para os respetivos crimes que os levaram à condenação e à reclusão, é possível concluir que estes percursos não estão desligados dos processos de exclusão e desigualdades sociais, a que acrescem ou que se interligam com preconceitos e práticas de racismo, ora subtil, ora, mais amiúde, flagrante. Assim, os fatores económicos e os fatores decorrentes das especificidades das suas pertenças a um grupo étnico e a um determinado género, pautaram, de forma sistemática, os discursos dos/as entrevistados/as no momento de apontar uma explicação para a reclusão. Estes narraram um conjunto de constrangimentos e oportunidades criminais que foram surgindo ao longo das suas trajetórias.

De uma forma transversal, as exclusões e as desigualdades sociais nomeadamente sob forma étnico-rácica moldam, constrangem e coestruturam as trajetórias de vida dos reclusos e reclusas. Os fatores económicos estão, *grosso modo*, na base do envolvimento criminal e da reclusão. Porém, os percursos de grupos têm especificidades decorrentes de outros elementos para além da classe, como sejam os fatores étnico-culturais decorrentes das pertenças étnicas e das questões de género. Portanto, há uma pluricausalidade na explicação dos comportamentos dos diferentes grupos para o envolvimento criminal e a reclusão. Existe uma constelação de causas e de pertenças que constrangem e impelem os homens e mulheres para o crime.

Referências bibliográficas

BARBERET, Rosemary; GARCÍA-ESPAÑA, Elisa (1997), "Minorities, Crime, and Criminal Justice in Spain", *in* I. H. Marshall (ed.), *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and*

Similarity Across Europe and the United States, Thousand Oaks, Sage Publications, pp. 175-197.

BARDIN, Laurence (1995), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

BASTOS, José Gabriel Pereira (2012), *Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal*, Lisboa, Colibri.

BRANCO, Patrícia (2008), "Do género à interseccionalidade: Considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu", *Julgar*, 4, pp. 103-117.

BRITTON, Danna M. (2000), "Feminism in Criminology: Engendering the Outlaw", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 571, pp. 57-76.

BURGESS-PROCTOR, Amanda (2006), "Intersections of Race, Class, Gender, and Crime: Future Directions for Feminist Criminology", *Feminist Criminology*, 1 (1), pp. 27-47.

CASA-NOVA, Maria José (2009), *Etnografia e Produção de Conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

CASTRO, Alexandra (2008), "Contributo para o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, 2008-2010", *Ciganos e Habitação*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais.

COLLINS, Patricia Hill (2000), *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*, New York, Routledge.

COSTER, Stacy de; HEIMER, Karen (2006), "Crime at the intersections: Race, class, gender, and violent offending", *in* Ruth D. Peterson, Lauren J. Krivo and John Hagan (eds.), *The Many Colors of Crime: Inequalities of Race, Ethnicity, and Crime in America*, New York, New York University Press, pp. 138-156.

CRENSHAW, Kimberlé (2001), "Intersectionality: The Double Bind of Race and Gender", *in Perspectives*, Sheila Thomas interviewed Crenshaw, [Consult. a 05.11.2013]. Disponível em: <http://www.americanbar.org/content/dam/aba/publishing/perspectives_magazine/women_perspectives_Spring2004CrenshawPSP.authcheckdam.pdf>.

CUNHA, Manuela Ivone (2005), "Les Gitans, la prison et le quartier: une relation spécifique devenue le modèle ordinaire", *Études Tsiganes*, 21, pp. 34-47.

– (2010), "Race, Crime and Criminal Justice in Portugal", *in* Anita Kalunta-Crumpton (ed.), *Race, Crime And Criminal Justice: International Perspectives*, New York, Palgrave MacMillan, pp. 144-161.

DIAS, Elisabete (1995), "O Cigano em meio prisional", *in* Luiz Cortesão e Fátima Pinto (ed.), *O Povo Cigano: cidadãos na sombra*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 53-61.

ERICSON, Richard V. *et al.* (2010), "Research Approaches (1987)", *in* Chris Greer (org.), *Crime and media: A reader*, New York, Routledge, pp. 97-107.

FONSECA, Cristina; NETO, Félix (2006), "Atitudes dos reclusos ciganos e não ciganos face ao ensino recorrente", *Psicologia, Educação e Cultura*, X (2), pp. 329-352.

GOMES, Sílvia (2013), *Criminalidade, Etnicidade e Desigualdades: Análise comparativa entre os grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Braga, Universidade do Minho.

MAGANO, Olga (2011), *Tracejar vidas normais: estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Universidade Aberta.

MARSHALL, Ineke Haen (1997), *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and Similarity Across Europe and the United States*, Thousand Oaks, Sage Publications.

MATTOS, Patrícia (2012), "O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de género", XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, Sociedade Brasileira de Sociologia, 26 a 29 de julho de 2011.

MENDES, Maria Manuela (1998), "Etnicidade cigana, exclusão social e racismos", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 8, pp. 207-246.

– (2007), *Representações face à discriminação: Ciganos e Imigrantes Russos e Ucranianos na Área Metropolitana de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

– (2012), *Identidades, Racismo e Discriminação: Ciganos da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Caleidoscópio.

MOREIRA, J. J. Semedo (1999), "Ciganos na Prisão: Um universo diferente?", *Temas Penitenciários*, 2 (2), pp. 5-18.

NICOLAU, Lurdes Fernandes (2010), *Ciganos e Não-ciganos em Trás-os-Montes: Investigação de um impasse inter-étnico*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Chaves, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

OLIVEIRA, João Manuel (2010), "*Os f*eminismos habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas", *Ex aequo*, 22, pp. 25-39.

PETTIGREW, Thomas F.; MEERTENS, R. W. (1995), "O racismo velado: dimensões e medidas", *in* M. Wieviorka (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio "Três Dias sobre o Racismo"*, Venda Nova, Bertrand, pp. 111-128.

PHOENIX, Ann (2006), "Editorial: Intersectionality", *European Journal of Women's Studies*, 13 (3), pp. 187-192.

RESENDE, Cláudia (2008), "Raça, racismo e etnicidade: conceitos pouco visíveis num contexto pouco visível", *in Actas do VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: saberes e práticas*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 25 a 28 de junho de 2008.

RODRIGUES, Donizete *et al*. (2000), *Ciganas e não ciganas: reclusão no feminino*, Lisboa, Contra-Regra.

ROTH, G.; WITTICH, C. (eds.) (1978), *Max Weber, Economy and Society*, Berkeley and London, University of California Press.

SILVA, Manuel Carlos; SILVA, Susana (2002), "Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde", *Antropológicas*, 6, pp. 57-86.

SILVA, Manuel Carlos *et al*. (2006), *Relações interétnicas: portugueses, ciganos-portugueses e imigrantes dos PALOP: um estudo de caso no distrito de Braga*, Braga, Universidade do Minho (relatório de investigação – policopiado).

VALA, Jorge; BRITO, R; LOPES, D. (orgs.) (1999), *Expressões dos racismos em Portugal: perspetivas psicossociológicas*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 11-30.

Sílvia Gomes (autora de correspondência). Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento no Instituto Universitário da Maia (Maia, Portugal). Investigadora no Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) na Universidade do Minho (Braga, Portugal) e na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento (UICCC), no Instituto Universitário da Maia (Maia, Portugal). Endereço de correspondência: Centro de Investigação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal. *E-mail*: silvia.gomes@ics.uminho.pt.

Manuel Carlos Silva. Professor Catedrático do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e diretor e investigador do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) da Universidade do Minho (Braga, Portugal). *E-mail*: mcsilva@ics.uminho.pt.

Artigo recebido a 23 de abril de 2014. Publicação aprovada a 5 de agosto de 2014.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, 2014, pág. 97-115

Mulheres ciganas, criminalidade e adaptação ao meio prisional

Nuno Segurado
Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Ministério da Justiça

Olga Magano
Universidade Aberta e
Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta

Resumo

Através de um estudo com reclusas ciganas no Estabelecimento Prisional de Tires, a cumprir pena efetiva, analisou-se o tipo de criminalidade praticada e procurou-se conhecer como se processa a adaptação ao meio prisional. Recorreu-se a uma metodologia qualitativa e quantitativa, com análise de conteúdo de acórdãos judiciais e dos processos, das estatísticas no Sistema de Informação Prisional, dos registos do Estabelecimento Prisional e algumas entrevistas. Os resultados gerais apontam para a prática do crime por dificuldades económicas e contra a propriedade não ligado a organização criminosa.

Palavras-chave: criminalidade feminina; mulheres ciganas; adaptação.

Abstract

Gypsy women, crime and adaptation to the prison environment

Through a study of Gypsy woman inmates at the Prison of Tires, to comply effective feather, we tried to understand the type of crime associated and sought to know how the process of adaptation to the prison environment is. The methodology used is qualitative and quantitative, with content analysis of judicial decisions and the individual process of the Gypsy woman inmates, of the statistics available in the Prison Information System and the Prison records and some interviews. The overall results point to the practice of crime by economic problems and against property not linked a criminal organization.

Keywords: female criminality; Gypsy women; adaptation.

Résumé

Femmes tsiganes, criminalité et adaptation au milieu carcéral

À travers l'étude des femmes tsiganes aux Prison de Tires, à purger sa peine de prison, nous ont analysé le type de crime et l'adaptation au milieu carcéral. La méthodologie combine qualitative et quantitative approche, avec l'analyse du contenu des décisions et des procédures judiciaires des détenus, de les statistiques du Système d'Information de la Prison, de les registres de la population carcéral et aussi avec quelques interviews. Les résultats montrent que le crime est pratiqué par difficultés économiques, contre les biens et elles ne sont pas liées à l'organisation criminelle.

Mots-clés: criminalité féminine; femmes tsiganes; adaptation.

Resumen

Mujeres gitanas, criminalidad y adaptación al medio penitenciario

Través del estudio de reclusas gitanas en la Prisión de Tires, cumpliendo pena judicial efectiva, tratamos de identificar el tipo de delito y la adaptación al entorno penitenciario. La metodología es de naturaleza cualitativa y cuantitativa, con análisis de contenido de las resoluciones judiciales y de los procesos de las gitanas en cárcel, de las estadísticas disponibles en Sistema de Información de las Prisiones, de los registros de la prisión y algunas entrevistas. Los resultados apuntan que el delito es por dificultades económicas y contra la propiedad mas no es organización criminal.

Palabras-clave: criminalidad femenina; mujeres gitanas; adaptación.

Introdução

Neste texto pretende-se identificar o tipo de criminalidade praticada pelas mulheres ciganas reclusas, compreender o impacto da sua permanência numa instituição total e como se adaptam ao meio prisional. Ao longo dos anos as alterações legais do sistema penal e do sistema prisional têm transformado os estabelecimentos prisionais, que procuram ir ao encontro de novas formas de pensar a punição do crime e a reinserção social. Atualmente estes estabelecimentos têm várias configurações e promovem ocupações laborais, desportivas e recreativas no sentido da reabilitação e preparação para o regresso à liberdade.

1. Instituições prisionais como instituições totais

Na passagem de uma vida em liberdade para uma vida controlada e limitada, espacial e socialmente, o indivíduo vive vários processos de modificação do *eu*

(Goffman, 2005 [1961]. São várias as formas de humilhação, como a "perda" do nome, a separação dos seus bens pessoais, a perda da liberdade de circulação e de tomada decisões e a utilização de uniforme (Foucault, 1977).

A transformação do *eu* ocorre gradualmente e a capacidade de se adaptar ao novo espaço permite-lhe permanecer na instituição de forma subordinada, fazer o corte com o passado e perceber quais os limites em função do controle social que é exercido pelos vigilantes. Mais do que cumprir normas, o indivíduo deixa, durante certo período de tempo, de ter liberdade, torna-se uma figura anónima dentro de um grupo subordinado (Haynes, 1949). Ou seja, a reclusão implica a mudança de hábitos e costumes que interferem com a personalidade, os modos de vida, a forma de viver o dia a dia e a ausência de bens pessoais e o passar a ser conhecido por um número.

A instituição total é "um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com condições semelhantes e afastados da sociedade geral por um período de tempo apreciável leva a uma vivência imposta e formalmente gerida" (Goffman, 2005 [1961]: 11). Esses universos fechados estão separados por barreiras nas várias esferas de vida do indivíduo (de residência, de trabalho, lúdica), estando estas submetidas a uma gestão e a uma autoridade comuns (Cunha, 2008) sendo que o contacto com o exterior é reduzido e tem sempre por perto um vigilante, havendo um contraste entre a vida familiar e a vida nas instituições totais (Goffman, 2005 [1961]).

Todos os aspetos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade, cada fase da atividade diária é realizada na companhia de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto, e as atividades diárias obedecem a horários rigorosos, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte e toda a sequência de atividade é imposta de cima, por um sistema de regras, formais e explícitas, e por um grupo de funcionários (Goffman, 2005 [1961]).

O sistema prisional procura gerir a vida dos reclusos, controlar as suas ações para que seja possível e viável a sua potencialização, de acordo com um sistema de aperfeiçoamento constante e progressivo, "o despojamento daquilo que afinal constituíra até aí a sua identidade gera uma crise que o leva a elaborar planos e estratégias comportamentais de adaptação" (Goffman, 2005 [1961]): 158). O controlo social exercido assume várias vertentes, nomeadamente o facto de terem de solicitar permissão para se deslocarem ao WC (Cunha, 1994), mas também se substancia no

olhar permanente do vigilante sobre os reclusos, o qual fiscaliza todos os movimentos e está sempre pronto para punir. Segundo Foucault (1977), a relação dos indivíduos com o controle social pode assumir três vertentes: auto vigilante, vigilante e vigiado. Este processo é conhecido por vigilância hierárquica, o que permite um controle interior, articulado e detalhado.

Para Cusson (2011) a delinquência, nas suas diversas formas de manifestação (roubos, furtos, fraudes, tráficos ilícitos), constitui uma forma de desviância porque faz parte dos atos que transgridem as normas e que são sancionados penal e socialmente. O grau de gravidade do crime foi ordenado a partir de seis critérios fundamentais: "intensidade das ofensas à integridade física, os perigos a que o ato expõe os outros, a violência dos meios, a importância das perdas pecuniárias, a vulnerabilidade relativa da vítima e o dolo" (Cusson, 2011: 23).

2. Crime e género

Com a industrialização, sobretudo a partir do século XX, as mulheres conquistaram alguma autonomia social e educacional que se reflete nos direitos conseguidos, com mudanças na estrutura da família e nas condições económicas e sociais. Conquistaram direitos políticos, asseguraram o acesso à educação e ganharam espaço público do trabalho. Para além de esposas e mães passaram também a ser trabalhadoras assalariadas, enquanto tradicionalmente a mulher era educada para ser esposa, mãe e ter a seu cargo responsabilidades, desde o cuidar do lar e dos filhos e ser esposa subserviente em relação ao marido (Leal, 2007).

Em termos de estudos da criminologia feminina, na segunda metade da década de 70 do século XX o movimento de emancipação feminina permitiu reconhecer que a questão de género é um elemento importante a ter em conta (Rafter e Heidensohn, 1995: 4 cit. por Matos e Machado, 2012). Existem diferenças de género no que se refere a comportamentos antissociais praticados por homens e mulheres, mas ainda há ausência de estudos em Portugal sobre a mulher que transgride as normas sociais e legais (Matos e Machado, 2007).

Castiglione (2010) contribuiu para o desenvolvimento do estudo sobre a criminalidade feminina. Para ele, a mulher agressora apresentava características individuais – biológicas, sexuais e psicológicas – resultantes da natureza feminina e que

eram afetadas por fatores socioeconómicos, culturais ou políticos (Castiglione, 2010; Matos, 2008a). Recorrendo a medidas antropológicas e biológicas, conclui que o criminoso nato era um ser atávico, ou seja, acreditava que os ofensores nasciam criminosos e que partilhavam diversas características físicas e traços psicológicos, fazendo estudos com a população masculina como forma de sustentar a sua teoria (Lombroso e Ferrero, 1895 cit. Matos, 2008a).

Lombroso e Ferrero chegam à conclusão que a criminalidade feminina é mais ocasional do que natural. Porém, quando é ocasional, ela é potencialmente mais violenta do que a praticada pelo género masculino, o que faz com que as mulheres sejam vistas como seres mais primitivos que os homens (Lombroso e Ferrero, 1895 cit. por Matos, 2008a). Os autores entendiam que o comportamento desviante das mulheres estava associado a um desvio sexual, sendo desta forma a "mulher comparada a uma mulher prostituta" (Lombroso e Ferrero, 1895 cit. por Matos, 2008a: 33). Numa outra perspetiva, Thomas (cit. por Beça, 2012: 4) atribui especial importância às questões de classe, indicando que a criminalidade feminina se verifica essencialmente em raparigas de classes desfavorecidas, consideradas mais imorais do que as outras.

Também os contributos da psicanálise foram importantes para o estudo da criminalidade feminina. Surge a ideia de que a delinquência praticada pelas mulheres era resultado de patologias e perturbações mentais (Matos, 2008a), ou seja, seriam os problemas emocionais que as levariam a cometer determinados crimes, sendo a mulher transgressora considerada, em simultâneo, como perturbada mentalmente (Konopka, 1996, cit. por Matos, 2008a).

O crime e o desvio do género feminino resultariam, desse modo, em certa medida, de uma socialização masculinizada, onde as mulheres delinquentes se afastam das expectativas normativas de feminilidade, dos papéis sociais estabelecidos para as mulheres, como é o caso da maternidade. A mulher é tida como dupla transgressora, na medida em que, para além de transgredir a lei, ou seja, não cumprir os papéis sociais que são esperados que siga, transgride os papéis de género, isto é, o seu papel de mãe e de dona de casa (Matos e Machado, 2012). A sociedade passa, então, a percecionar tal facto como um "abandono" do lar por parte da mulher e uma falha na educação dos seus filhos (Matos, 2008a; Beça, 2012).

Podemos considerar dois discursos distintos ao nível da perspetiva sociológica sobre a desviância feminina, na primeira abordagem de cariz positivista centrados na

família e na conformidade aos papéis de género (procuram-se no seio familiar as causas para a transgressão), numa segunda abordagem a perspetiva sociológica afasta-se dos discursos positivistas e consolida-se em termos de sociologia de desviância e a emergência da criminologia crítica, apesar de se centrarem mais nos estudos dos homens do que nas mulheres (Matos, 2008b).

Relativamente ao fenómeno criminal, desde cedo homens e mulheres teciam relações diferenciadas com o direito penal. Antes da aprovação do Código Penal de 1852, a Doutrina Penal Portuguesa estipulava frequentemente penas distintas para cada um dos sexos (Vaz, 1998 cit. por Matos, 2008).

3. Mulheres ciganas e tipos de crimes praticados

Em Portugal os ciganos caracterizam-se por uma "elevada taxa de analfabetismo, absentismo e forte estigma escolar, entrando muito cedo no contexto de economia informal, têm baixa qualificação profissional, ausência de tradição de trabalho assalariado e uma atitude de retraimento ao nível da participação política" (Mendes, 2005: 17-18). Com efeito, o grupo étnico cigano, dedicado tradicionalmente ao artesanato e ao comércio ambulante, perante a concorrência e a multiplicação, quer de indústrias substitutivas de certos produtos artesanais, quer das grandes superfícies comerciais, tem sofrido um processo de crescente instabilidade e precarização socioeconómica (Gomes e Granja, 2012).

Coelho (1995 [1892]) refere que a atividade profissional dos ciganos era a de tratadores de cavalgaduras. Não havia documento legislativo a atribuir aos ciganos qualquer atividade relacionada com os metais ou qualquer outra lícita, mas o autor refere que os roubos e os furtos eram a principal atividade delituosa dos ciganos. Pensava-se que os ciganos roubavam o que se relacionasse com a sua alimentação, em atos praticados de forma silenciosa e discreta. Raras eram as situações em que ocorriam os roubos à mão armada, assim como rara era a prática de homicídios. Para este autor os crimes mais frequentemente praticados seriam a burla.

A realidade, hoje em dia, é diferente da reportada por Coelho. São mais frequentes os crimes contra a propriedade, no caso concreto das reclusas no Estabelecimento de Tires, em particular, e os crimes de tráfico, de forma global. Moreira (1999) salienta que se destacam os crimes relacionados com o tráfico de

estupefacientes, com 64%, os crimes contra a propriedade, com 22% da população cigana reclusa, e os crimes contra as pessoas, com 8% da mesma população. De forma residual, cerca de 6% reparte-se por um conjunto de outros crimes.

Mais recentemente, Gomes (2013) aborda a tipologia do crime desta minoria étnica, procurando encontrar igualmente a motivação para a sua consumação. A imagem que a sociedade detinha do cigano, como traficante puro, tem vindo a desmoronar-se. Os crimes de tráfico associados ao consumo têm vindo a crescer e entre os mais jovens começam a aparecer situações de consumo, consumo este que é sustentado, muitas vezes, com a prática do crime de tráfico e contra a propriedade (Gomes, 2013). Por vezes, o tráfico pode ainda assumir uma dimensão familiar, envolvendo a totalidade ou uma parte da família na prática do crime, e ser conciliada com a atividade profissional de venda (Gomes e Granja, 2012; Gomes, 2013). Os crimes relacionados com a droga entre as mulheres ciganas assumem um papel relevante, na importância que o tráfico de estupefacientes tem como causa do encarceramento e condenação. Como observa Cunha, "todos nós estamos aqui por drogas" (Cunha, 2005: 41). O ato desenvolvido, em termos de círculos familiares, pode levar à condenação simultaneamente de quatro gerações – "estamos todos no mesmo barco" (Cunha, 2005: 42).

4. Reclusas ciganas no Estabelecimento Prisional de Tires

O Estabelecimento Prisional (E.P.) de Tires foi inaugurado em 1953, construído numa área de 34 hectares. Situando-se a vinte quilómetros de Lisboa, surgiu longe do meio urbano, assente numa vertente rural e direcionada para que as reclusas encontrem no isolamento a capacidade de refletirem sobre o ato praticado. O trabalho agrícola foi uma aposta pela localização e aspeto fundamental de readaptação.

Através do Centro Protocolar da Justiça (CPJ) têm-se desenvolvido vários cursos de formação com vista à valorização pessoal, promovendo a aquisição de competências durante a permanência no E.P., em áreas tradicionalmente femininas, como costura, tecelagem, ajudante de cabeleireiro, tapetes de Arraiolos, hortofloricultura, jardinagem, iniciação à informática, iniciação à culinária e assistente de manutenção de edifícios.

Este estudo decorreu entre 1 de junho de 2012 e 30 de abril de 2013. Neste período estavam recluídas 27 reclusas ciganas em cumprimento efetivo de medida privativa de liberdade. Os dados relativos à caracterização sociodemográfica e jurídico-

penal das reclusas ciganas foram retirados dos seus processos individuais e pela leitura do acórdão de sentença. Verifica-se que mais de metade das reclusas tem idade superior a 40 anos e a média de idade das reclusas situa-se nos 45 anos.

Quadro 1
Reclusas distribuídas por classes de idade

Intervalo idade	Mulheres (N)
22-29	2
30-39	7
40-49	7
50-59	9
>60	2
Total	27

Fonte: Sistema de Informação Prisional 2013.

O E.P. visa contribuir para aumentar a escolarização das reclusas e, para isso, recorre ao ensino assegurado pelas escolas públicas com a deslocação de professores, desde o Ensino Básico ao 12º ano, e permite exames de acesso ao Ensino Superior.

Os níveis de escolaridade das reclusas ciganas são baixos: quinze reclusas são analfabetas e existem duas reclusas cujo nível de escolaridade é desconhecido. Para dezassete reclusas num universo de 27, o índice de literacia ronda os 62,9%. Apesar de não ser tão significativo como em outros estudos (Moreira, 1999; Mendes, 2005; Magano, 2010), prevalece entre esta comunidade uma elevada taxa de analfabetismo. Por exemplo, Moreira (1999) refere que "por sexo as taxas de analfabetismo, formal e informal, entre as mulheres sobem até quase aos 90%" (Moreira, 1999: 8). Situação que é similar para com outras pessoas ciganas não reclusas, entre as quais os níveis de literacia são igualmente baixos (Mendes, 2005; Magano, 2010).

Entre as restantes mulheres (doze), há oito com o primeiro ciclo completo, uma com o Ensino Secundário e outra com o Ensino Preparatório (para duas das reclusas ciganas não há informação). A frequência e a conclusão do nível de escolaridade podem já ter ocorrido durante a reclusão ao abrigo do Plano Individual de Readaptação (PIR) ou numa fase pré reclusão ao abrigo do Rendimento Social de Inserção (RSI).

A reclusão tem um forte impacto na vida das reclusas ciganas. Se, por um lado, estão em contato com reclusas não ciganas, o que as obriga ao convívio dentro das normas prisionais e a imposição do cumprimento das regras institucionais, também

existem marcos que se vão refletir e influenciar a vida destas mulheres durante e após o cumprimento da pena, como é o caso de um desenvolvimento de novas competências e de uma diversificação das relações sociais.

As razões apuradas para a ocorrência do abandono escolar são diferenciadas entre homens e mulheres ciganos. Para Mendes (2005), no caso masculino, o abandono escolar ocorre sobretudo para irem trabalhar e ajudar os pais na feira e, no caso feminino, fica a dever-se sobretudo a tarefas relacionadas com a família. As crianças ciganas são socializadas para a "realização de casamentos em idades relativamente precoces (por comparação com a sociedade maioritária), sendo este também um fator inibidor de uma frequência escolar prolongada" (Casa-Nova, 2006: 169). O abandono escolar é explicado quer pela idade de casamento, quer pelo facto de serem meninas e, por vezes, terem de ajudar as mães nas tarefas domésticas. E isto acontece quer com as filhas mais velhas, que têm que ajudar a mãe a cuidar dos irmãos mais novos, quer com as filhas seguintes, pois à medida que as irmãs mais velhas vão casando, elas vão tendo de deixar a escola para assumiram o seu papel nas tarefas de casa (Gomes, 2011). Para alguns progenitores ciganos basta que os seus filhos aprendam a ler e a escrever, vistas como competências básicas e suficientes para o exercício da atividades profissionais esperadas (Mendes, 1997).

Às mulheres ciganas compete a transmissão da cultura na educação dos filhos, a execução das tarefas domésticas, o apoio aos maridos nas suas atividades e o papel de reprodutoras para assegurar a continuidade social e a sobrevivência do grupo. As diferenças de género começam a notar-se logo na infância, já que aos rapazes é dada total liberdade, ao passo que as raparigas ficam sob o olhar atento dos familiares e desde cedo aprendem a cuidar dos irmãos e das tarefas domésticas (Gabriel, 2007).

Em certa medida podemos considerar que existe uma lacuna institucional, no sentido em que, mesmo reconhecendo a necessidade de incentivar e promover a educação no seio da comunidade cigana, há uma certa negligência na orientação e no método educativo que é pouco flexível e adaptado à população cigana e às necessidades multiculturais (Araújo, Fonseca, Magalhães, Leite, 2007 *in* Teixeira, 2009).

"Muitas vezes os ciganos são vistos como um grupo associal, incapaz de viver em sociedade, como exemplo máximo de uma comunidade fechada, cujos membros partilham uma identidade coletiva distinta e persistente, com base em características culturais, fundamentais para os membros do grupo" (Chulvi e Pérez, 2003, cit. por

Teixeira, 2009: 14). No que se refere às mulheres reclusas estudadas, a maioria, (dezasseis casos em 27), está associada à atividade da venda ambulante, a única fonte de sobrevivência que têm na sociedade atual, mas também o meio de manter as suas características culturais, sobretudo pela forte pressão para o casamento e para o papel na transmissão cultural (Casa-Nova, 2006). As mulheres continuam responsáveis pelo lar e pela educação dos filhos. Em situações extremas de prisão, perseguição ou doença do marido cabe-lhes o sustento da família, a resolução dos assuntos da família junto dos organismos públicos e sociais, bem como o apoio ao "marido nos negócios, sendo elas que normalmente fazem a venda dos produtos que comercializam nas feiras" (Costa, 2001: 13).

Algumas famílias ciganas recorrem ao apoio do Estado, sobretudo ao Rendimento Social de Inserção (RSI), devido à precariedade laboral e às situações de pobreza. As expectativas em relação a este benefício social são positivas, já que se espera a melhoria das condições económicas das famílias e a satisfação das necessidades básicas. No entanto, a essência do RSI é sobretudo a de permitir um auxílio temporário, um complemento ao rendimento familiar mensal, como forma de melhorar as suas condições (Santos e Marques, 2012), mas por incapacidade de resolução das situações tende-se a permanecer nesta dependência. Tendo em conta as características específicas desta população, "a maioria das ações de formação que estão contempladas nos contratos de inserção parece profundamente desadequada às necessidades dos ciganos" (Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2002: 57). Ou seja, algumas análises têm vindo a mostrar que o RSI "não é muito eficiente na promoção da inclusão social dos beneficiários ciganos", que se tornaram dependentes da medida pela situação de desemprego e também com atividades económicas precárias (ERRC/Númena, 2007: 52).

Em relação às reclusas ciganas, as ocupações profissionais antes da reclusão eram: vendedoras ambulantes (dezasseis reclusas), empregada doméstica (sete reclusas), ajudante de cozinha (uma reclusa), cartomante (uma reclusa) e sem profissão (duas reclusas).[1] Quanto aos apoios sociais de que beneficiavam, dezassete tinham RSI e dez não tinham apoios.[2]

[1] Fonte: Sistema de Informação Prisional 2013.
[2] Fonte: Secção de reclusos do E.P. de Tires.

Relativamente ao estado civil, apenas três reclusas referem ser solteiras e as restantes 24 (88,9%) encontram-se casadas segundo a tradição cigana, viúvas ou divorciadas. Este resultado vai ao encontro do referido por Moreira, o "estado civil revela de modo claro, que a maioria (80,9%) vive em união de facto, comummente designada de casamento segundo a lei cigana" (Moreira, 1999: 10). Os nossos dados confirmam a predominância da união conjugal através do casamento cigano e preferencialmente endogâmico. A endogamia faz parte da tradição do casamento cigano e não se reporta apenas a casamentos dentro da mesma etnia mas também na própria família, pois é comum haver casamentos entre primos. Os casamentos com pessoas não-ciganas são evitados, dado que, aos olhos da comunidade, significam uma perda de reputação da família, existindo em algumas situações o receio de uma perda de determinadas especificidades culturais. A partir do casamento, a mulher cigana ocupa um papel importante no seio da família e a maternidade reveste-se de enorme importância. O casamento significa a constituição de uma família onde se faz a transmissão dos valores ciganos às gerações seguintes (Coelho, 1995 [1892]).

A virgindade assume-se como um valor a preservar por viabilizar o casamento, segundo a lei cigana. A pureza feminina é uma reputação a manter, pois caso isso não aconteça a mulher cigana perde a possibilidade de se casar pela tradição cigana e o respeito das famílias ciganas (Santos, 1999). Por isso mesmo, a censura e o controlo social são muito apertados no que respeita às raparigas solteiras, exigindo-se destas uma elevada rigidez moral e de comportamentos. O relacionamento existente no seio familiar coloca a mulher cigana numa posição de submissão ao género masculino: ao pai e aos irmãos, antes do casamento, e ao marido, depois do casamento – "na hierarquia tradicional cigana, profundamente conservadora, a subordinação dos mais novos aos mais velhos, e da mulher ao homem são fatores que contrastam com o relacionamento homem - mulher das sociedades ocidentais, ditas democráticas. As mulheres ciganas são educadas desde pequenas, no sentido do dever para com a família e os seus, esquecendo-se de si próprias, sendo a sua vida ditada pelos papéis sociais que a comunidade lhe vai atribuindo" (Caré, 2010: 51). Por outro lado, pode ainda ocorrer a mulher cigana mais velha exercer igualmente autoridade sobre a mais jovem (Fundación Secretariado Gitano, 2012).

A primeira prisão das reclusas situa-se entre os 18 e os 59 anos. Constata-se a existência de um universo de jovens em privação de liberdade, pois o intervalo entre os

18 e os 39 anos é o mais representativo. Estamos perante uma pirâmide etária jovem com um total de dezassete reclusas (62,9%).

Quanto aos antecedentes criminais, constatou-se que dezassete das mulheres reclusas são reincidentes (62,9%) e dez são primárias (37,1%). A relativa juventude do universo leva-nos a concluir que o contacto com o sistema prisional se fez cedo. Percebe-se que as reclusas primárias em cumprimento privativo de liberdade são uma pequena franja em relação à amostra. Verifica-se que a primeira medida privativa de liberdade tem surgido com maior impacto em mulheres com idade superior a 40 anos, o que nos pode levar a questionar a eficácia das medidas disponibilizadas pela instituição total, pois é visível a existência de 63% de reclusas com antecedentes criminais.[3] O mecanismo colocado à disposição pela instituição total para que as reclusas no seu retorno à sociedade consigam integrar-se, sem necessidade de recorrer novamente a atividades ilícitas, não tem surtido efeito, uma vez que voltam a reincidir com frequência.

Os delitos que levaram as mulheres ciganas ao E.P. de Tires foram os seguintes: crime contra a propriedade (quinze reclusas), crime de tráfico (onze reclusas) e crime contra pessoas (uma reclusa)[4]. Ou seja, neste caso, o crime mais cometido foi contra a propriedade, enquanto Moreira (1999), Cunha (2002)[5] e Gomes (2013)[6] constataram que a maioria da população cigana feminina está detida nas cadeias portuguesas por tráfico de estupefacientes.

5. Adaptação ao meio prisional por parte das reclusas ciganas

O processo de controlo social permite que se desenvolvam, no interior da prisão, diferentes tipos de adaptação, a qual se assume a forma como cada indivíduo se ajusta ao meio envolvente, procurando a consciencialização do local onde se encontra (Gonçalves, 1993). São vários os fatores que influenciam esse processo, com destaque para a duração da pena, a integração no meio, a integração perante a cultura

[3] Os antecedentes criminais permitem o conhecimento nos termos legais de todas as condenações proferidas por tribunais portugueses e estrangeiros a cidadãos nacionais e de estados terceiros.
[4] Valor residual face ao total da amostra.
[5] Apenas com mulheres reclusas.
[6] Com diferenciação de sexo.

institucional existente e a conformidade ou não com as normas estabelecidas pelo controle social (Gonçalves e Cunha, 2012).

Considerou-se que o comportamento das reclusas face a cada uma destas três fontes de informação seria um indicador claro do tipo de adaptação individual ao meio prisional. Assim, nesse sentido, foram recolhidos dados nos Processos Disciplinares (PD) e também sobre os acessos aos Serviços Clínicos (SC) e aos Serviços de Educação e Ensino (SEE). Apresentam-se, de seguida, os valores médios obtidos em cada uma das fontes de informação e o respetivo valor de desvio padrão, como forma de avaliar qual o modo de adaptação que apresentam as reclusas ciganas.

Quadro 2
Média e desvio padrão das reclusas face aos Processos Disciplinares, acessos aos Serviços Clínicos e acessos aos Serviços de Educação e Ensino

	Processos disciplinares	Acessos aos Serviços Clínicos	Acessos aos Serviços de Educação e Ensino
Média	2,67	8,11	6,33
Desvio padrão	3,25	4,37	3,09

Se considerarmos estes perfis como variáveis de distinção ao processo de adaptação à instituição total, a variável dos PD apresenta menos de um ponto percentual entre a média e o desvio padrão. As reclusas ciganas apresentam diferenças no número de acessos aos SEE e no número de acessos aos SC. A razão para a diferença reside no facto de o resultado do desvio padrão ser muito desigual, apresentando valores muito altos ou muito baixos. Assim, a dispersão da amostra é muito diferente, não se concentrando em relação à média.

É ainda necessário referir que todas as variáveis em análise apresentam elevados valores de desvio padrão, o que indica a existência de dispersão e diferença entre as reclusas no acesso a estes três serviços.

O modelo desenvolvido por Gonçalves e Cunha (2012) salienta a existência de dois tipos de adaptação: os mal adaptados, associados em função do número de processos disciplinares que ocorrem durante determinado período de tempo; os inadaptados, resultantes da frequência nos acessos aos SC e aos SEE, durante determinado período de tempo. Ora, seguindo esse modelo, verifica-se que a população

reclusa cigana apresenta níveis de má adaptação superiores aos níveis de inadaptabilidade.

Quadro 3

Categorização e distribuição do total de processos disciplinares das reclusas ciganas

Nº de Processos	Pontuação	n	%
0	1	5	18,5
1 a 3	0	15	55,6
4 a 6	-1	3	11,1
> 6	-2	4	14,8
Total	–	27	100,0

A maioria das reclusas registou entre um a três processos disciplinares (55,6%), sendo que a restante população cigana se distribuiu de modo semelhante pelas restantes categorias. Importa salientar que vinte reclusas manifestaram índices de comportamento positivo, o que significa que se encontram dentro dos parâmetros definidos, perfeitamente integradas dentro das normas institucionais. Apenas sete reclusas (25,9%) se inserem em índices negativos em relação ao número de processos disciplinares. Em termos teóricos, e dentro do que foi descrito, uma das possibilidades para avaliar a adaptação do recluso ao meio prisional pode ser considerada em função do comportamento que este apresenta. A variável "processos disciplinares" é a medida mais usual para os estudos da adaptação à prisão (Wright, 1985 cit. por Gonçalves e Cunha, 2012). Assim, um maior número de processos disciplinares é sinónimo de uma pior adaptação.

Quadro 4

Categorização e distribuição do total de acessos aos serviços clínicos das reclusas ciganas

Nº de Acessos	Pontuação	n	%
0	1	0	0,0
1 a 8	0	13	48,1
9 a 16	-1	13	48,1
> 16	-2	1	3,7
Total	–	27	100,0

Cerca de metade da amostra acedeu entre uma e oito vezes aos SC (48,1%) do E.P., e as restantes reclusas ciganas acederam entre nove a dezasseis vezes aos mesmos serviços (48,1%). Nos extremos da escala foi possível observar que todas as reclusas

ciganas acederam aos serviços clínicos e que apenas uma reclusa recorreu mais do que dezasseis vezes a este tipo de serviços. Os acessos podem estar associados a queixas por "doença/ferimentos e as mesmas estarem relacionadas com o stress e ansiedade" (Gonçalves e Cunha, 2012: 563). Assim, considera-se que as reclusas que acedem mais vezes aos SC têm maiores dificuldades de adaptação, excluindo-se desta análise situações de doença crónica.

Quadro 5

Categorização e distribuição do total de acessos aos serviços de educação, reclusas ciganas

Nº de Acessos	Pontuação	n	%
0	1	0	0,0
1 a 8	0	16	59,3
9 a 16	-1	10	37,0
> 16	-2	1	3,7
Total	–	27	100,0

Constata-se também que as reclusas acederam ao SEE, o qual presta um apoio importante no interior da instituição. O acompanhamento desenvolvido durante o cumprimento efetivo de medida privativa de liberdade pode ser de índole pessoal. Aqui enquadram-se as solicitações para resolução de problemas de natureza jurídica, familiar ou social. Pode ser ainda de índole institucional, onde a própria instituição requisita a presença da reclusa em atendimento, de forma a elaborar e a acompanhar o processo de reinserção social. Se as reclusas não recorrem aos serviços disponibilizados pelo E.P. deve a instituição fazer um acompanhamento com alguma regularidade.

Das 27 reclusas, dezasseis acederam a estes serviços entre uma a oito vezes, valores considerados "normais" por se encontrarem dentro da média, uma vez que se torna crucial o acompanhamento. Por seu lado, dez reclusas acederam entre nove a dezasseis vezes, o que indicia alguma instabilidade. Existe, no entanto, uma reclusa que recorreu mais de dezasseis vezes a estes serviços e, neste caso, é notório o desfasamento face à realidade institucional. Importante foi verificar que todas as reclusas acederam aos SEE, pelo que se o mesmo não existisse seria um importante revés em relação ao processo de reinserção social e a instituição sairia fragilizada.

Conclusão

Um eixo importante deste estudo foi a análise da adaptação ao meio prisional por parte das reclusas ciganas. Para isso usou-se a informação disponível pelo sistema penal e a categorização de Gonçalves (1993) que foi aplicada à população feminina detida em cumprimento efetivo de medida privativa de liberdade no E.P. de Tires. Constata-se que o processo de adaptação à prisão não é fácil, pois com a reclusão há a imersão num mundo estranho, com regras impostas pela cultura não cigana e que se aplicam ao modo de gerir e viver o quotidiano na prisão. Dentro da instituição total "prisão" entende-se que uma conduta de não adaptação consiste no registo de PD, no número de acesso aos SC e o número de acompanhamento por parte dos SEE. Pressupõe-se que as reclusas, à medida que apresentam um maior número de incidentes disciplinares, estejam mal adaptadas, assim como quanto maior for o número de acesso aos SC e aos SEE apresentem menor capacidade de se adaptarem.

Em termos sociodemográficos (baixa escolaridade, atividades profissionais, dependência de apoios sociais, união conjugal) e jurídico-penais, os resultados obtidos confirmam os de outros autores como Moreira (1999), Cunha (2002) e Gomes (2013), no que se refere ao perfil sociodemográfico e aos tipos de crimes cometidos pelas mulheres ciganas. Este estudo sobre mulheres ciganas em cumprimento de medida privativa de liberdade no E.P. de Tires não pode ser extrapolado para outros contextos prisionais, uma vez que seria necessário desenvolver um estudo extensivo a outros estabelecimentos prisionais.

Referências bibliográficas

BEÇA, Sara Silva (2012), *A mulher enquanto agressora no crime de violência doméstica*, Projeto para a obtenção do grau de licenciatura em Criminologia, Porto, Universidade Fernando Pessoa.

CARÉ, Maria Júlia (2010), *Ciganos Em Portugal: Educação e Género*, Ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Ciências da Educação, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

CASA-NOVA, Maria José (2006), "A relação dos ciganos com a escola pública: Contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional", *Interações*, 2, pp. 155-182.

CASTIGLIONE, Teodolino (2010 [1962]), *Lombroso perante a Criminologia Contemporânea*, São Paulo, Edição Saraiva.

COELHO, Adolfo (1995 [1892]), Os *ciganos de Portugal. Com um Estudo sobre o Calão*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

COSTA, Elisa Lopes (2001), "O Povo Cigano – memória histórica, presente e futuro", *in* C. Cardoso *et al*., *Que Sorte, Ciganos na Nossa Escola!*, Lisboa, Secretariado Entreculturas, Ministério da Educação, pp. 1-17.

CUNHA, Manuela Ivone (1994), *Malhas que a reclusão tece: questões de identidade numa prisão feminina*, Lisboa, CEJ.

– (2002), *Entre o bairro e a prisão: tráfico e projetos*, Lisboa, Fim de Século.

– (2005), "Les Gitans, la prision et le quartier: une relation spécifique devenue le modèle ordinaire", *Études Tsiganes*, 21, pp. 34-48.

– (2008), "Prisão e Sociedade: Modalidades de uma conexão, Lisboa", *in* Manuela Ivone Cunha (org.), *Aquém e Além da Prisão: Cruzamentos e Perspectivas*, Lisboa, Editora Noventa Graus, pp. 7-32.

CUSSON, Maurice (2011), *Criminologi*a, Lisboa, Editora Casa das Letras.

ERRC – EUROPE ROMA RIGHTS CENTRE; NÚMENA (2007), *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social. O caso dos ciganos*, Budapeste, European Roma Rights Centre e Númena.

FOUCAULT, Michel (1977), *Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões*, Petrópolis, Editorial Vozes.

FUNDACIÓN SECRETARIADO GITANO (2012), "Aprender a mirar com perspectiva de género", *Materiales de Trabajo*, 59, pp. 7-51.

GABRIEL, Fernando (2007), *O Multiculturalismo na escola O caso dos alunos de etnia cigana*, Ciclo de estudos conducente ao grau de Mestrado em relações Interculturais, Porto, Universidade Aberta.

GOFFMAN, Erving (2005 [1961]), *Manicómios, Prisões e Conventos*, S. Paulo, Editora Perspetiva.

GOMES, Sílvia (2011), *Criminalidade, Etnicidade e Desigualdades*, Braga, Universidade do Minho.

– (2013), *Criminalidade, Etnicidade e Desigualdades: Análise comparativa entre os grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Braga, Universidade do Minho.

GOMES, Sílvia; GRANJA, Rafaela (2012), "Vidas excluídas: trajectórias ciganas femininas reflectidas em contexto prisional", *VII Congresso Português de Sociologia – Sociedade: crise e reconfigurações*, Porto, FLUP e FPCEP, 19 a 22 de junho de 2012, [Consult. a

15.07.2013]. Disponível em: <http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0077_ed.pdf>.

GONÇALVES, Rui (1993), *Adaptação à prisão. Um processo vivido e observado*, Lisboa, Direção Geral dos Serviços Prisionais.

GONÇALVES, Rui; CUNHA, Leonel (2012), "Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão", *Psicologia USP*, 23 (3), pp. 559-584.

HAYNES, F. E. (1949), "The Sociology Study of the prison Community", *Journal of criminal Law and Criminology*, 39 (4), pp. 432-440.

LEAL, José (2007), *Crime no feminino. Trajetórias e delinquências de mulheres*, Coimbra, Edições Almedina.

MAGANO, Olga (2010), *Tracejar vidas normais: estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*, Tese de Doutoramento em Sociologia – especialidade em Relações Interculturais, Lisboa, Universidade Aberta.

MATOS, Raquel (2008a), *Vidas Raras de Mulheres Comuns – Percursos de Vida, Significações do Crime e Construção da Identidade em Jovens Reclusas*, Tese de Doutoramento em Psicologia, Braga, Universidade do Minho.

– (2008b), *Vidas raras de mulheres comun*s, Coimbra, Edições Almedina.

MATOS, Raquel; MACHADO, Carla (2007), "Reclusão e laços sociais: discursos no feminino", *Análise Social*, 185, pp. 1041-1054.

– (2012), "Criminalidade feminina e construção do género: Emergência e consolidação das perspetivas feministas na Criminologia", *Análise Psicológica*, 30 (1-2), pp. 33-47.

MATOS, Ricardo (2008), *Atuação policial e o fenómeno criminal feminino: Um estudo exploratório na cidade do Porto*, Mestrado em Ciências Forenses, Porto, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

MENDES, Maria Manuela (1997), *Etnicidade, grupos étnicos e relações multiculturais*: *elementos para a compreensão das relações entre ciganos e não ciganos, no âmbito de uma sociologia das relações étnicas e raciais*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

– (2005), *Nós, os ciganos e os outros: etnicidade e exclusão social*, Lisboa, Livros Horizonte.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO (2002), *Avaliação de impactes do rendimento mínimo garantido. Caracterização dos perfis dos beneficiários RMG. Minorias étnica*s, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.

MOREIRA, José Semedo (1999), "Ciganos na Prisão: um universo diferente?", *Temas Penitenciários*, Série II, 2, pp. 5-18.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PRISIONAL (2013), Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Lisboa, Ministério da Justiça.

SANTOS, Maria J. M. (1999), *A Sombra e a Luz – As Prisões do Liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Sofia Aurora; MARQUES, João Filipe (2012), "O Rendimento Social de Inserção e os Beneficiários Ciganos: O caso do concelho de Faro", *VII Congresso Português de Sociologia – Sociedade: crise e reconfigurações*, FLUP e FPCEP, 19 a 22 de junho de 2012, [Consult. a 15.07.2013]. Disponível em: <http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0878_ed.pdf>.

TEIXEIRA, Virgínia (2009), *Ciganos, os Portugueses Esquecidos: Percepções de Justiça e Relações com as Autoridades, a Lei e a Justiç*a, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Nuno Segurado. Técnico Superior de Reeducação na Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Ministério da Justiça (Lisboa, Portugal). Mestre em Relações Interculturais pela Universidade Aberta. *E-mail:* segurado_nuno@hotmail.com.

Olga Magano (autora de correspondência). Professora Auxiliar da Universidade Aberta (Lisboa, Portugal) e Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Delegação do Porto da Universidade Aberta, Rua do Amial, 752, 4200-055 Porto, Portugal. *E-mail*: olga.magano@uab.pt.

Artigo recebido a 17 de maio de 2014. Publicação aprovada a 19 de agosto de 2014.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, 2014, pág. 117-132

Representações do cigano na literatura juvenil portuguesa

Maria da Conceição Tomé

Agrupamento de Escolas Viseu Sul e
Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta

Resumo

Neste artigo apresenta-se o projeto "*Encontrar o Outro nos livros*", implementado na Escola Básica D. Luís de Loureiro ao longo do ano letivo de 2012-2013. Para além de se caracterizar a população cigana do concelho de Viseu, descreve-se o projeto e as atividades desenvolvidas e, a partir das representações do cigano presentes em narrativas juvenis portuguesas, reflete-se sobre o contributo da literatura para a educação intercultural.

Palavras-chave: ciganos; educação intercultural; literatura juvenil portuguesa.

Abstract

Representations of gypsies in young adult literature

This paper presents the project "*Encontrar o Outro nos livros*" ("Find the Other in books"), implemented in the Elementary School D. Luís de Loureiro throughout the school years of 2012-2013. In addition to characterizing the gypsy community in Viseu, we also describe the project and the activities involved. Finally, we analyze the representations of gypsies in young adult fiction books and we reflect on the role of literature in promoting intercultural education.

Keywords: gypsies; intercultural education; young adult literature.

Résumé

Représentations des tsiganes dans la littérature de jeunesse portugaise

Cet article présente le projet "*Encontrar o Outro nos livros*" ("Trouver l'Autre dans les livres"), mis en place à l'école D. Luís de Loureiro tout au long de l'année scolaire de 2012-2013. En plus de la caractérisation de la communauté tsigane de Viseu, on y décrit le projet et les activités développées. On analyse les représentations des tsiganes dans les romans portugais pour adolescents et on réfléchit sur la contribution de la littérature de jeunesse à l'éducation interculturelle.

Mots-clés: tsiganes; éducation interculturelle; littérature de jeunesse.

Resumen

Representaciones de los gitanos en la literatura juvenil portuguesa

En este trabajo se presenta el proyecto "*Encontrar o Outro nos livros*" ("Encontrar el Otro en los libros"), implementado en el Escuela D. Luís de Loureiro a lo largo del año escolar de 2012-2013. Además de la caracterización de la comunidad gitana en el municipio de Viseu, se describe el proyecto y las atividades realizadas. Por último, se analizan las representaciones de los gitanos en la ficción juvenil portuguesa y se refleja sobre el papel de la literatura juvenil en la educación intercultural.

Palabras clave: gitanos; educación intercultural; literatura juvenil.

Introdução

Apesar de o povo cigano estar presente em Portugal há quinhentos anos (Costa, 2001) e de algumas alterações em termos de direitos sociais e de cidadania conseguidas após a instauração do regime democrático, a inclusão social da população cigana continua comprometida por dificuldades relacionadas com o exercício pleno da cidadania, por processos de estigmatização e de segregação socioétnica e por relações sociais discriminatórias (Mendes e Magano, 2013). De forma particular, os estereótipos e as representações sociais negativas cristalizadas dificultam a efetiva integração destes cidadãos na sociedade portuguesa (Bastos, 2012; Costa, 1995; Marques, 2013; Mendes, 2013; Nicolau, 2010; Silva e Silva, 2011).

Na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2020) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 25, 2013), que tem como principais áreas de intervenção a educação, a saúde, a habitação e o emprego, refere-se, de uma forma clara, a necessidade de se ultrapassar a desconfiança mútua existente entre a comunidade maioritária e a minoria cigana, sublinhando-se o facto de as representações dos elementos desta etnia serem feitas de preconceitos e estereótipos que vão desde a

simpatia romântica ligada ao folclore até a aspetos mais negativos. Considera-se, pois, prioritária a promoção do combate à discriminação e a sensibilização da opinião pública, divulgando-se e valorizando-se a cultura cigana por um lado, e, por outro, desconstruindo-se os preconceitos que dificultam a aproximação entre os indivíduos ciganos e não-ciganos.

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Viseu (Conselho Local de Ação Social de Viseu, 2011), os cidadãos ciganos viseenses parecem ser alvo de marginalização e exclusão, o que parece dificultar a integração e a promoção social[1]. Vivem neste concelho 177 famílias de etnia cigana, 689 indivíduos, vivendo 326 destes (ou seja, aproximadamente 50% do total desta população) em bairros sociais (Bairro Social de Paradinha e Bairro Social da Balsa) e os restantes em zonas rurais, sobretudo nas freguesias de S. João de Lourosa e de Silgueiros. As famílias ciganas do concelho de Viseu são numerosas, com taxas de natalidade expressivas, coabitando, no mesmo espaço, várias gerações da mesma família. Uma grande percentagem dos indivíduos ciganos do concelho tem menos de 25 anos. Para além de apresentarem baixos recursos económicos e de um número significativo de famílias beneficiarem do Rendimento Social de Inserção e do Abono Familiar, os cidadãos ciganos do concelho de Viseu apresentam níveis de escolaridade muito baixos, parca especialização profissional e fraco capital cultural e social.

O eixo da educação constitui, na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, um pilar importante, não só porque a escolarização e a qualificação profissional oferecem novas formas de desenvolvimento pessoal e social aos cidadãos ciganos, mas também porque a escola pode e deve constituir-se como um importante interface cultural entre as diversas comunidades. A escola deve realizar ações que promovam e consolidem o diálogo intercultural, constituindo-se como a primeira plataforma para a alteração de visões e de comportamentos que discriminam e excluem. Concordamos com Pereira (2008: 99) quando afirma que é muito importante a promoção de ações de ordem social e pedagógica que tenham como objetivo melhorar as relações, em contexto educacional, entre indivíduos ciganos e não ciganos. A relação

[1] Determinadas instituições públicas e privadas viseenses têm envidado esforços no sentido de criar um conjunto de ações integradas e concertadas com vista à inserção social da população de etnia cigana, de forma particular, tendo como público-alvo as pessoas que residem nas áreas urbanas. A título de exemplo refira-se o trabalho desenvolvido pela Cáritas Diocesana de Viseu, responsável pelo Centro Comunitário do Bairro Social de Paradinha e pelo projeto "Escolhas acertadas".

entre estes sujeitos é considerada problemática e objeto de estudos a nível nacional, sobretudo porque "A distância social existente entre os ciganos e os não ciganos é aprofundada e consolidada por um abismo onde se conjuga o desconhecimento, a mitificação e o medo" (Duarte *et al*., 2005: 129).

Com o objetivo de promover a formação para a cidadania e a desconstrução de preconceitos e estereótipos surge, na Escola Básica D. Luís de Loureiro, no ano letivo de 2012-2013, a partir da Biblioteca Escolar, o projeto "Encontrar o Outro nos livros". Este projeto parte da literatura porque, como salientam vários investigadores portugueses (Balça, 2007; Bastos, 2008; Gomes, s/d; Morgado e Pires, 2010), a literatura, e de forma particular a de potencial receção infantil e juvenil, assume um papel crucial no desenvolvimento de atitudes de respeito, compreensão e aceitação das diferenças culturais e étnicas. A literatura infantil e juvenil pode constituir-se como "um espaço de representação da diversidade cultural que nos rodeia, de muitas vozes que falam diretamente ao intelecto de leitores sobre muitas coisas, de forma variada" (Morgado e Pires, 2010: 13), assumindo-se como um caminho singular no âmbito da educação intercultural. Com efeito, a literatura pode estabelecer-se como um espaço de representação da diversidade cultural, ajudando a destruir preconceitos e estereótipos e a promover o diálogo entre as diferentes culturas (Morgado e Pires, 2010).

Neste artigo, descreveremos o projeto "Encontrar o Outro nos livros" e, a partir da análise das representações do cigano em narrativas portuguesas de potencial receção juvenil, refletiremos sobre o contributo desta literatura para a educação intercultural. Pretende-se verificar a forma como as figurações veiculadas nestas obras contribuem para a construção de um determinado imagótipo cigano e refletir sobre o modo como essas representações concorrem para a manutenção de preconceitos e estereótipos junto dos seus potenciais leitores.

1. O Projeto "Encontrar o Outro nos livros"

Através do projeto "Encontrar o Outro nos livros", os alunos foram confrontados com imagens sociais e culturais do Outro presentes em produções literárias de potencial receção juvenil. Numa perspetiva literária, identificou-se o Outro tendo por base a investigação realizada por Paterson (2004), apoiada teoricamente nos estudos de Eric Landowski (1997). Reconhecer o significado do conceito do Outro na literatura,

implica, segundo Paterson (2004), poder identificá-lo como uma formação discursiva e cultural, sendo a Alteridade não apenas associada ao estrangeiro, mas também àqueles cuja Alteridade é determinada, na vida real, pela sociedade que os envolve, o que implica, necessariamente, no universo ficcional, uma diferença em relação a um grupo de referência, conceito desenvolvido por Landowski (1997). Para além do Outro imigrante, do Outro gordo e do Outro homossexual, o projeto focalizou-se no Outro cigano. Visou-se, com a implementação deste projeto, a desconstrução de preconceitos e de estereótipos e a promoção do respeito pela diferença.

Este projeto, da iniciativa da professora bibliotecária da Escola Básica D. Luís de Loureiro, envolveu as três turmas do 8.º ano desta escola, num total de 46 alunos, e os respetivos diretores de turma. Apesar de, nesta escola, haver 43 alunos ciganos inscritos, apenas um aluno cigano frequenta o 8.º ano, fazendo parte de uma das três turmas envolvidas no projeto. Refira-se que se registou, ao longo do ano letivo, algum absentismo e abandono escolar[2].

As sessões semanais realizaram-se durante o tempo de Formação Cívica, entre janeiro e abril de 2013, tendo sido concretizados, em cada turma, dezasseis momentos formativos. Deter-nos-emos, neste artigo, apenas nas atividades desenvolvidas em torno do Outro cigano.

Os alunos não ciganos das turmas envolvidas começaram por preencher um questionário sobre o povo cigano e sobre a forma como se relacionavam com os colegas de etnia cigana, na escola. 72% dos alunos referiu que o seu relacionamento com os alunos ciganos da escola não é muito favorável, porque os colegas ciganos são muito violentos. Curiosamente, apenas os alunos da turma onde existe um aluno cigano responderam que, nos intervalos, esporadicamente, convivem com esse colega. Os alunos que afirmaram que nunca convivem com colegas ciganos referiram que têm medo deles, porque são conflituosos e agressivos. A globalidade dos alunos mencionou que os ciganos que frequentam a escola são "mal-educados", "desrespeitadores", "antipáticos", "preguiçosos", "ladrões", "desconfiados", "violentos", "maus", "pouco

[2] Refira-se que, ao longo do ano letivo de 2013-2014, no Agrupamento de Escolas Viseu Sul, se criaram situações específicas para evitar o abandono e o insucesso escolar dos alunos ciganos, dando resposta às suas necessidades educativas e de formação, a saber: uma turma PCA (Percurso Curricular Alternativo), uma turma de curso vocacional e uma turma PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação), esta última a funcionar no bairro social de Paradinha. Algumas destas medidas vinham já sendo implementadas, nomeadamente a turma PIEF, aberta também a alunos não ciganos. Para além disso, o agrupamento contratou um mediador para melhorar a comunicação entre a escola e as famílias ciganas.

asseados", "estúpidos", registando-se exceções devidamente relacionadas com o aluno cigano de uma das turmas, considerado "simpático", "amigo" e "divertido" por quatro dos seus colegas. As imagens mais positivas parecem testemunhar relações de amizade.

Os resultados destes questionários, que foram mais tarde dados a conhecer aos alunos e espoletaram uma reflexão na parte final do projeto, expressam claramente a ciganofobia latente na globalidade dos alunos. Os inquiridos referiram muitos dos estereótipos associados aos ciganos. Em relação à sua vida profissional, todos os alunos assumiram que vender nas feiras é a principal atividade dos elementos desta etnia. Os discentes desconheciam a história do povo cigano e, em relação à sua cultura, foram mencionadas apenas as danças ciganas e o facto de as festas de casamento durarem vários dias.

Após o preenchimento do questionário, e seguindo-se o modelo descrito em Morgado e Pires (2010), passou-se à leitura crítica de excertos, devidamente contextualizados, de alguns livros de autores portugueses, publicados entre 1995 e 2010, buscando-se nos textos as representações do Outro cigano. Para cumprir o projeto de promoção da educação intercultural, é preciso ler de forma crítica os textos, através de uma leitura orientada, para que, efetivamente, se promova o diálogo positivo entre diferentes grupos culturais (Morgado e Pires, 2010). Esta prática de leitura deve estar integrada na experiência social dos leitores, deve "desocultar" ideologias dominantes e levar a uma tomada de consciência sobre como os livros circulam nas sociedades enquanto artefactos culturais que representam relações de poder. Consequentemente, esta leitura deverá aportar alguma ação social, neste caso concreto produzir alterações de pensamento e de atitudes em relação ao Outro cigano.

O modelo proposto (Morgado e Pires, 2010: 111-122) possui três vertentes interligadas: inclusão de processos de identificação étnico-raciais das personagens; importância da análise da representação do espaço como forma de entender o desenvolvimento de identidades étnico-raciais; modos de configuração das relações de poder com a diversidade (personagens e espaços). De forma particular, neste projeto pretendeu-se analisar todos os excertos dos livros selecionados onde se encontravam personagens de etnia cigana (a sua importância na narrativa, as informações relativas às suas características físicas e/ou psicológicas, à sua indumentária…), os espaços onde se moviam as personagens e os comentários realizados (pelas personagens ou pelo narrador) em relação a este povo. Esta análise permitiu ainda examinar as atitudes

representadas nos textos em relação ao Outro cigano: os preconceitos, os estereótipos, os modos de discriminação ativa ou passiva. Toda a informação foi registada numa grelha de leitura criada para o efeito, servindo a mesma, posteriormente, para apoiar a realização de um debate.

O momento de discussão teve como principal objetivo, ao confrontar e questionar as imagens veiculadas pelos alunos no questionário inicial e as representações presentes nas narrativas em análise, des(cons)truir preconceitos e estereótipos.

Finalmente os alunos visualizaram uma apresentação elaborada pela professora bibliotecária sobre a história e a cultura ciganas, que permitiu dar a conhecer aspetos importantes deste povo. Para além das referências históricas à sua origem e à forma como estes sujeitos viviam em Portugal antes do 25 de abril, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer outros aspetos relacionados com a sua cultura, nomeadamente os que dizem respeito à vivência do luto, ao casamento, às "leis" que regem as comunidades desta etnia, entre outros. Para além disso, os alunos conheceram a vida e a obra de ciganos com sucesso na área da literatura, da pintura, da moda e do futebol, nomeadamente Ceija Stojka, Katarzina Pollok, Juana Martín Manzano e Ricardo Quaresma, entre outros.

1.1. Imagens dos ciganos na literatura juvenil portuguesa

A referência a este grupo étnico surge apenas em quatro livros de um total de 135 livros de recorte realista de autores portugueses publicados entre 1995 e 2010 (*corpus* literário da investigação realizada pela professora bibliotecária no âmbito do seu doutoramento) a saber: *Uma questão de cor* (Saldanha, 1995), *Alzira, a santa suplente* (Vaz, 1999), *Filhos de Montepó* (Mota, 2003) e *Amanhã regresso a casa* (Barreto, 2004). É pertinente sublinhar que não se encontram, no entanto, personagens principais desta etnia nas narrativas referidas. Algumas das produções literárias, como é o caso das de autoria de António Mota e José Vaz, remetem para realidades relacionadas com este grupo étnico localizadas na década de 60 do século XX, de certo modo desajustadas da atual situação da população cigana em Portugal.

Em *Os filhos de Montepó*, de António Mota, a chegada de uma caravana de ciganos à pequena localidade de Montepó, a aldeia de Abílio, o narrador-protagonista, é exemplo do que acabámos de afirmar:

> "A noite espreitava quando eles apareceram de repente. Vinham todos a pé e caminhavam sem pressas, à frente, atrás e ao lado de uma carroça. A carroça estava coberta por um toldo cinzento, polvilhado de remendos grosseiros. Um burro que mal se tinha em pé, esquelético e consumido de chagas e moscardos, puxava a velha carroça. Um rapaz tangia o burro e parecia gostar de lhe bater. Espancava-o furiosamente com uma vara fina. O barulho das pauladas ecoava pelo vale e metia dó ouvi-las ribombar por todos os lados. O burro caminhava devagarinho. Acompanhavam-no quatro cães negros. Os bichos, sujos e magríssimos, não se cansavam de farejar o caminho empedrado da aldeia, salpicado com os excrementos endurecidos das cabras, das vacas e das ovelhas que por ali passavam pelo menos duas vezes por dia." (Mota, 2003: 7-8)

Todos os elementos da caravana são descritos salientando-se a diferença e a extrema pobreza das suas indumentárias: Irineu, o cigano da mesma idade do protagonista, "Trazia na cabeça um chapéu preto, sujo, deformado" (Mota, 2003: 19), estava "mal vestido, com roupas encardidas. Olhava-me de olhos muito abertos, negros como tições, e os dedos dos pés espreitavam pelas biqueiras das botas largueironas. (…) (Mota, 2003: 20); a mãe do rapaz vestia uma saia preta comprida e trazia um lenço na cabeça" (Mota, 2003: 21).

Por outro lado, os ciganos são associados à violência e à maldade, refletindo a narrativa o imaginário social em relação a este grupo étnico. As crianças sentem medo quando se deparam com estes sujeitos, muito por culpa dos discursos preconceituosos dos adultos.[3] Refere-se que Irineu falava "com pedras na voz" (Mota, 2003: 19), expressão que reforça o caráter irascível dos elementos deste grupo veiculado no texto.

Nesta narrativa parece consensual o facto de a comunidade sentir que este grupo incomoda o quotidiano da população, levando alguns dos seus membros a proferir discursos profundamente racistas, xenófobos, reveladores do desrespeito pelo Outro e pelos seus direitos. A propósito do barulho que se ouve na rua após a chegada dos ciganos a Montepó, Renato afirma: "É sempre isto. Esta ciganada só nos incomoda. Viesse uma praga que acabasse com eles de uma vez por todas. Mal chegaram e já começaram a faltar-nos ao respeito" (Mota, 2003: 121). Atente-se no vocábulo "ciganada", claramente depreciativo e pejorativo, a remeter para a marginalização deste grupo, por um lado, e acentuando a carga negativa que a própria palavra *cigano* encerra

[3] A mãe de Abílio, para os filhos comerem ameaçava-os com histórias de que ciganos viriam buscá-las: "Também eu, com a idade da Rosa, penei imenso com essa história horrível dos ciganos, porque abominava salada de tomate, arroz de tomate, cebolada de tomate, caldo de tomate" (Mota, 2003: 48).

em si. Como sublinha Liégeois (2001), "o universo das representações é particularmente revelador das sociedades que lhe deram origem. É de crer que os Ciganos, por menos numerosos que sejam, perturbam. É o estranho, mais do que um estrangeiro difícil de definir, que neles é perseguido com vista à eliminação" (Liégeois, 2001: 48).

Curiosamente, se no início da narrativa se estabelece uma relação de alguma inimizade e se sente inclusivamente pairar um certo desconforto pelo facto de estes sujeitos diferentes e com hábitos nómadas invadirem o espaço da aldeia, ao longo da narrativa o leitor é surpreendido pelo amabilidade e solidariedade revelada por alguns dos seus membros. Com efeito, quem ajuda a mãe de Abílio a dar à luz num moinho abandonado é uma das ciganas chamada à pressa por um deficiente mental que vive literalmente à margem da aldeia, esfumando-se as diferenças étnicas perante um acontecimento tão poderoso como é o nascimento de um bebé, por um lado, e, por outro, acentuando-se a atitude de verdadeira solidariedade por parte da mulher cigana. Curiosamente estudos recentes apontam para o facto de os não ciganos realçarem a solidariedade como uma das características dos sujeitos ciganos (Duarte *et al*., 2005).

Em *Alzira, a santa suplente*, de José Vaz, narrativa localizada também num tempo anterior à chegada da democracia a Portugal, há uma referência aos ciganos, a propósito da Feira dos Carvalhos e da intenção de Manuel Cerezino comprar um burro para passar a fazer venda porta a porta dos seus produtos de retrosaria. Os vendedores de burros surgem como "indivíduos morenos, de cabelo preto, vestidos de negro" (Vaz, 1999: 21). A personagem em causa, Manuel Cerezino, questiona-se a propósito dessa eventual transação comercial: "Ó diabo, vou fazer negócio com ciganos? (...) Poça, com ciganos ninguém se meta! O melhor é mostrar boa cara e desinteresse por comprar o burro!" (Vaz, 1999: 21). Deixa-se antever neste breve solilóquio alguns preconceitos em relação aos ciganos, considerados, no entanto, "finos como ratos" (Vaz, 1999: 21), com capacidades de negociação fora do comum, seguramente relacionadas com a experiência adquirida na atividade comercial a que se têm preferencialmente dedicado ao longo dos séculos. A argúcia é, pois, associada aos ciganos, assumindo esta característica uma valoração ambígua, uma vez que se sublinha o facto de os ciganos serem ardilosos nos negócios que efetuam.

Noutras narrativas, as personagens de etnia cigana ou comentários feitos em relação a este grupo étnico surgem em contextos mais atuais, como é o caso de *Uma questão de cor* (Saldanha, 1995) e *Amanhã regresso a casa* (Barreto, 2004). Em *Uma*

questão de cor, a referência aos ciganos surge enquadrada num comentário de uma das personagens da narrativa. Daniel, o primo da narradora Nina, afirma: "Desses racismos se faz a tolerância portuguesa. Ciganos, pretos, todos os que não são como a maioria, são vítimas de discriminação e insultos" (Saldanha, 1995: 47). Este breve comentário acaba por plasmar a atitude de uma parte significativa da população portuguesa em relação ao Outro, ao que é diferente (Marques, 2007). Nesta mesma obra surge uma comparação a propósito de alguma confusão nas urgências hospitalares que veicula a forma como a sociedade parece tratar os portugueses desta etnia, ou seja, sem grande respeito ou consideração: "com gente a morrer pelos corredores em macas; e, ainda por cima, tratam-nos mal, como a ciganos" (Saldanha, 1995: 46). Estes comentários acabam por sintetizar a marginalização e a exclusão a que a população cigana é sujeita por parte da sociedade dominante.

Em *Amanhã regresso a casa* (Barreto, 2004), o protagonista espanta-se com o facto de encontrar na sua turma, em Lisboa, alunos de várias raças e oriundos de várias partes do mundo e, sobretudo, o facto de ter um colega de etnia cigana:

> "Na minha turma há mesmo um cigano. Pensava que os ciganos não estudavam, apenas vendiam roupa nas feiras semanais, como aquela que erguem à sexta-feira às portas de Vila Maior. Mas um cigano na escola também não significa que os outros estudem." (Barreto, 2004: 106)

Este livro acaba por remeter, de forma mais fidedigna, para a atual situação deste grupo étnico em Portugal. Com efeito, as crianças e os jovens ciganos vão à escola, embora se verifique um grande absentismo, abandono e insucesso escolar entre os seus elementos, por razões que se prendem com os ritmos familiares de organização de vida (feiras, casamentos, entre outros), a desvalorização da escola por parte dos pais ou as fragilidades da própria instituição escolar, entre outros fatores[4] (Casa-Nova, 2006; Cortesão, 1995; Cortesão, Stoer, Casa-Nova e Trindade, 2005; Pereira, 2008; Ramos, 2011).

Da análise das representações literárias do Outro cigano é possível concluir que as mesmas abordam, essencialmente, duas dimensões distintas: a dimensão física e a dimensão relacionada com traços de comportamento. Com efeito, todas as figurações remetem para um determinado traço fenotípico (pele escura) e uma determinada indumentária (saias compridas nas mulheres e roupas pretas, a remeter para o luto

[4] A este propósito veja-se também o estudo de Liégeois (2001) sobre a escolarização das crianças ciganas.

prolongado praticado pelos seus elementos), revelando, de algum modo, o estereótipo tradicional do elemento deste grupo étnico. São sobretudo as valorações negativas associadas a traços de comportamento que são acentuadas. As figurações remetem para indivíduos agressivos e desordeiros, na mesma linha das conclusões de um estudo recente que teve como objetivo compreender e analisar as representações existentes sobre a comunidade cigana em contextos de copresença com não ciganos (Duarte *et al*., 2005). A agressividade parece constituir-se como uma característica transversal atribuída a todos os elementos desta etnia (Fonseca, Marques, Quintas e Poeschl, 2005), sendo realçada nas breves passagens textuais que remetem para este Outro.

As figurações remetem ainda para outro estereótipo associado aos ciganos, nomeadamente a sua argúcia e as suas capacidades, sobretudo ao nível comercial. Para além disso, a pobreza surge como um dos elementos profundamente caracterizador deste grupo étnico. Sublinha-se, de forma relevante, sobretudo nas narrativas cuja ação decorre na década de 60, a organização social deste grupo. Com efeito, realça-se o facto de viverem em comunidade e de serem nómadas (referência à caravana que chega a Montepó), para além de se associar as práticas profissionais destes sujeitos ao comércio, em particular ao que acontece nas feiras. Para além de ser um fator caracterizador da vida social deste grupo, este espaço é ainda o cenário das principais relações que se estabelecem entre os ciganos e os não ciganos, acabando por se constituir "como o palco privilegiado de avaliação das *performances* sociais. É neste contexto que as representações sobre os vendedores ciganos se radicalizam, através de características essencialmente antissociais" (Duarte *et al*., 2005: 83) .

As referências a este Outro que vive entre nós há largos séculos são escassas nas narrativas em análise e residuais no contexto das publicações de recorte realista (1995-2010), constituindo este silêncio uma forma de representação ou antes um não reconhecimento e uma desvalorização das suas manifestações culturais. Nesta mesma linha de pensamento, Hollindale (1992: 40) reforça a questão da omissão e da invisibilidade: "*Who are the people who 'do not exist' in a given story*?", associando-a à transmissão e reforço da ideologia.

As representações presentes nos textos literários mencionados, na globalidade, para além de residuais, não contribuem para a promoção da cultura e da história do Outro cigano, cooperando na manutenção de preconceitos e estereótipos. Como sublinha Moscovici (2009: 653), "os estereótipos constituem, em suma, um modo de

conhecimento com função de opor os 'semelhantes' preferidos aos diferentes 'desprezíveis', de distinguir aqueles que não são como nós".

Em *Filhos de Montepó* (Mota, 2003) esta relação pautada pelo medo e pela desconfiança é explorada, acabando por revelar a imagem tendencialmente negativa perpetuada ao longo dos tempos. Os ciganos constituem, aos olhos dos outros, uma comunidade fechada, com normas e valores próprios, impenetrável, por um lado, mas também incompreensível para o grande grupo social. Esta imagem, que não é recente, é veiculada e consolidada pelas breves passagens textuais que mencionam estes sujeitos que, vivendo no meio de nós, se constituem como uma forma de alteridade, tal como acontece na realidade ficcional em causa.

Estas narrativas acabam por refletir muitas das práticas maioritárias que excluem este Outro no quotidiano, apesar de claramente em *Filhos de Montepó* se realçar a profunda humanidade da cigana que ajuda a mãe do protagonista a dar à luz, contribuindo para interpelar o leitor em relação a este Outro, dando-lhe a possibilidade de o olhar de forma diferente. Muitas das imagens veiculadas acabam por ser, como se reforça nesta narrativa, fruto do medo e do desconhecimento de quem é diferente e vive de forma distinta, difundindo-se preconceitos que acabam por influenciar e comprometer os relacionamentos interpessoais com os indivíduos ciganos.

Considerações finais

Apesar de não assumirem representações exatas do mundo histórico-factual, os textos literários apresentam determinadas visões e veiculam certos pontos de vista que acabam por provocar, naturalmente, efeitos reais nos leitores. As atividades literárias têm repercussões na construção social da realidade, na configuração das normas de comportamento social, uma vez que os modelos de realidade veiculados pelas produções literárias regulam também os modelos de interação social (Iglesias Santos, 1994: 337).

Ora, quer o silêncio em relação ao povo cigano e à sua cultura, pela percentagem residual da presença ou referências a esta etnia nas narrativas mencionadas, quer o imagótipo veiculado, não parecem apoiar nem o conhecimento deste grupo nem a desconstrução de estereótipos e preconceitos. Tal como parece acontecer na sociedade, as produções literárias de potencial receção juvenil ostracizam os ciganos.

A reflexão espoletada a partir das representações do cigano nos textos literários e das imagens veiculadas pelos alunos permitiu a realização de um debate que consideramos de extrema importância, porque, como se refere na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, é necessário que as representações negativas sejam questionadas, uma vez que constituem um obstáculo à comunicação entre a comunidade maioritária e a população cigana.

O projeto "Encontrar o Outro nos livros" constituiu, no nosso entender, um momento de formação para a cidadania multicultural (Banks, 2002), ação capaz de se constituir como um trampolim para a desejável transformação social. Com efeito, "*multicultural citizens take actions within their communities and nations to make the world more human. Multicultural citizenship education helps students learn how to act to change the world*" (Banks, 2002: 88).

Quando confrontados, no final das atividades, com a forma como as mesmas tinham alterado ou não a sua forma de ver os ciganos, 44,7% dos alunos respondeu que os olhava de forma diferente da do início do ano letivo, enquanto 67% dos alunos afirmou que desenvolveu com este projeto atitudes de maior respeito e acolhimento dos sujeitos ciganos, compreendendo agora melhor a sua história e cultura. Pela leitura crítica e pela reflexão mediada, foi possível, a partir dos textos literários, questionar representações negativas, contestar preconceitos e estereótipos e promover o encontro e o diálogo com os ciganos.

As atividades que questionem as imagens negativas sedimentadas sobre os indivíduos ciganos podem promover a convivência mais salutar e fraterna e eliminar, ou pelo menos reduzir, manifestações discriminatórias. É urgente quebrar o que Bastos (2012: 362) designa por "círculo vicioso da ciganofobia" e cremos que um passo importante é o que envolve as gerações em formação, no ambiente escolar.

O diálogo com Outro não se estabelece perante posições de "fobia", mas com atitudes de acolhimento e de respeito, valorizando, num patamar de igualdade, o Outro e a sua cultura (Pageaux, 1989). Curiosamente, na única turma com um aluno cigano, como verificámos, registaram-se valorações positivas em relação ao cigano, fruto do convívio próximo. Tememos o que desconhecemos e, por isso, há necessidade de se promover o conhecimento do povo cigano, derrubar muros e construir pontes que permitam o encontro entre culturas e a integração efetiva dos portugueses ciganos na sociedade.

Referências bibliográficas

BALÇA, Ângela (2007), "'Era uma vez…' da Literatura Infantil à Educação para a Cidadania", *in* Fernando Azevedo, Joaquim M. Araújo, Cláudia S. Pereira e Alberto F. I. Araújo (eds.), *Imaginário, Identidades e Margens – Estudos em torno da Literatura Infanto-Juvenil*, Vila Nova de Gaia, Gailivro, pp. 478-485.

BANKS, James A. (2002), *An introduction to multicultural education*, 3rd ed., Michigan, Allyn and Bacon.

BARRETO, Daniel Garcia (2004), *Amanhã regresso a casa*, Porto, Âmbar.

BASTOS, Glória (2008), "Images de l'Orient dans la Littérature de Jeunesse au Portugal", *Actes du Colloque International Orient et Occident/East Meets West in Istanbul*, Istanbul, 23-24 Juin 2008.

BASTOS, José Gabriel Pereira (2012), "A questão cigana: ciganos e ciganofobia em Portugal", *in* José Gabriel Pereira Bastos (org.), *Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal*, Lisboa, Ed. Colibri/CEMME/CRIA, pp. 337-382.

CASA-NOVA, Maria José (2006), "A relação dos ciganos com a escola pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional", *Interações*, 2, pp. 155-182.

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE VISEU (2011), D*iagnóstico Social do Concelho de Viseu*, [Consult. a 28.05.2012]. Disponível em: <http://www.cm-viseu.pt/doc/solidariedade/DiagSocialViseu.pdf>.

CORTESÃO, Luíza (1995), "Reflexões críticas sobre a educação de crianças ciganas", *in* Luíza Cortesão e Fátima Pinto (eds.), *O povo cigano: cidadãos na sombra*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 27-36.

CORTESÃO, Luíza; STOER, Stephen; CASA-NOVA, Maria José; TRINDADE, Rui (2005), *Pontes para outras viagens – Escola e comunidade cigana: representações recíprocas*, Lisboa, ACIME.

COSTA, Eduardo Maia (1995), "Os ciganos em Portugal – breve história de uma exclusão", *in* Luíza Cortesão e Fátima Pinto (eds.), *O povo cigano: cidadãos na sombra*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 13-20.

COSTA, Elisa (2001), "O Povo Cigano – memória histórica, presente e futuro", *in* AA. VV., *Que sorte, ciganos na nossa escola!*, Lisboa, Centre de Recherches Tsiganes/Ministério da Educação, pp. 15-31.

DUARTE, Isabel *et al.* (2005), *Coexistência interétnica, espaços e representações sociais: os ciganos vistos pelos outros*, Lisboa, ACIME.

FONSECA, Ernesto Paulo; MARQUES, José Mendes; QUINTAS, Gabriel; POESCHL, Gabrielle (2005), *Representações sociais das comunidades cigana e não-cigana: Implicações para a integração social*, Lisboa, ACIME.

GOMES, José António (n.d.), "Literatura para a infância e a juventude entre culturas", [Consult. a 28.05.2011]. Disponível em: <http://www.casadaleitura.org/portalbeta/bo/documentos/ot_JAG_intercultu_a.pdf>.

HOLLINDALE, Peter (1992), "Ideology and the Children's Book", *in* P. Hunt (ed.), *Literature for children. Contemporary criticism*, London and New York, Routledge, pp. 19-40.

IGLESIAS SANTOS, Monserrat (1994), "El sistema literario: Teoria Empírica e Teoria de los Polisistemas", *in* D. Villanueva (ed.), *Avances en Teoria de la Literatura: Estética de la Recepción, Pragmática, Teoria Empirica e Teoria de los Polisistemas*, Santiago de Compostela, Universitad de Santiago de Compostela, pp. 309-356.

LANDOWSKI, Eric (1997), *Présences de l'autre: essais de socio-sémiotique*, Paris, Presses Universitaires de France.

LIÉGEOIS, Jean-Pierre (2001), *Minoria e escolarização: o rumo cigano*, Lisboa, Secretariado Entreculturas.

MARQUES, João Filipe (2007), *Do "não racismo" português aos dois racismos portugueses*, Lisboa, ACIDI.

– (2013), "O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal", *in* Maria Manuela Mendes e Olga Magano (orgs.), *Ciganos Portugueses Olhares Plurais e Novos Desafios Numa Sociedade em Transição*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 111-122.

MENDES, Maria Manuela (2013), "Discriminação percecionada e sentida pelos ciganos da área metropolitana de Lisboa", *in* Maria Manuela Mendes e Olga Magano (orgs.), *Ciganos Portugueses Olhares Plurais e Novos Desafios Numa Sociedade em Transição*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 133-164.

MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga (2013), "Olhares plurais e cruzados sobre os ciganos portugueses", *in* Maria Manuela Mendes e Olga Magano (orgs.), *Ciganos Portugueses Olhares Plurais e Novos Desafios Numa Sociedade em Transição*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 1-5.

MORGADO, Margarida; PIRES, Natividade (2010), *Educação intercultural e literatura infantil- Vivemos num mundo sem esconderijos*, Lisboa, Editora Colibri.

MOSCOVICI, Serge (2009), "Os ciganos entre perseguição e emancipação", *Sociedade e Estado*, 24 (3), pp.653-678.

MOTA, António (2003), *Filhos de Montepó*, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

NICOLAU, Lurdes (2010), *Ciganos e não ciganos em Trás-os-Montes: investigação de um impasse interétnico*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

PAGEAUX, Daniel-Henri (1989), "De l'imagerie culturelle à l'imaginaire", *in* Pierre Brunel et Yves Chevrel (eds.), *Précis de Littérature Comparée*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 133-161.

PATERSON, Janet (2004), *Figures de l'autre dans le roman québécois*, Québec, Éditions Nota Bene.

PEREIRA, Jorge Manuel Marques (2008), *Inclusão dos alunos das comunidades ciganas nas escolas portuguesas*, Tese de Mestrado em Geografia, Lisboa, Universidade de Lisboa.

RAMOS, Cristina (2011), *A integração de alunos de etnia cigana na escola: estudo de caso*, Tese de Mestrado em Ciências da Educação, Aveiro, Universidade de Aveiro.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 25, Diário da República, n.º 75, 1.ª Série 2211-2239 (2013). [Consult. a 18.06.2013]. Disponível em: <http://dre.pt/pdfgratis/2013/04/07500.pdf>.

SALDANHA, Ana (1995), *Uma questão de cor*, Porto, Edinter.

SILVA, Manuel Carlos; SILVA, Susana (2011), "Etnicidade, subclasse e exclusão social: uma comunidade cigana em Oleiros-Vilaverde – noroeste de Portugal", *Revista Latina de Sociología*, 1, pp. 209-223.

VAZ, José (1999), *Alzira, a santa suplente*, Porto, Campo das Letras.

Maria da Conceição Tomé. Professora bibliotecária no Agrupamento de Escolas Viseu Sul (Viseu, Portugal). Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Escola Básica Infante D. Henrique – Repeses, Avenida Cidade Politécnica, 3504-513 Viseu, Portugal. *E-mail*: mconceicao.tome@eidh.pt.

Artigo recebido a 23 de abril de 2014. Publicação aprovada a 22 de agosto de 2014.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, 2014, pág. 133-152

Convivencia, expectativas educativas y éxito escolar en la población gitana en Vilaboa (Galicia)

Belén Arranz Núñez
Universidad Nacional de Educación a Distancia y Asociación Diversidades
Santiago González Avión
Universidad Nacional de Educación a Distancia y Asociación Diversidades

Resumen

El alumnado gitano en Galicia sufre una desventaja educativa muy importante, derivada de la exclusión educativa hasta la llegada de la democracia y que dura hasta hoy, como resultado de las bajas expectativas académicas de los menores, de sus padres y madres y del profesorado. Para superar esta situación es necesario intervenir, desde una perspectiva intercultural, en los menores, en el profesorado y en los padres y madres. El objetivo de la intervención debe ser el éxito académico, considerado como la finalización del décimo año de escolaridad y la obtención del título de Educación Secundaria Obligatoria (ESO).

Palabras clave: gitanos; mediación; educación.

Abstract

Coexistence, educational expectations and school success in gypsy population in Vilaboa (Galicia)

Gypsy pupils in Galicia suffer a very important educational disadvantage, as a result of the educational exclusion that existed until the arrival of democracy and prevails today, as a result of the low academic expectations of the students themselves, of their parents and mothers and of their teachers. To overcome this situation it is necessary to intervene, from an intercultural perspective, not only among students, but also on the teachers and parents. The aim of the intervention must be the academic success, considered as the finalization of the tenth year of schooling and the obtainment of the title of Compulsory Secondary Education (ESO).

Keywords: gypsies; mediation; education.

Résumé

Coexistence, attentes scolaires et succès scolaire des tsiganes en Vilaboa (Galice)

Les élèves tsiganes en Galice souffrent un handicap éducatif très important, dérivé de l'exclusion écolière jusqu'à l'arrivée de la démocratie qui prévaut à nos jours, en raison de faibles attentes scolaires des élèves eux-mêmes, leurs parents et les enseignants. Pour remédier à cette situation est nécessaire d'intervenir, d'une perspective interculturelle, non seulement sur les élèves, mais aussi sur les professeurs et sur les parents. Le but de l'intervention doit être la réussite scolaire, considérée comme la finalisation de la dixième année de scolarité et l'obtention du titre de l'Enseignement Secondaire Obligatoire (ESO).

Mots-clés: tsiganes; médiation; éducation.

Resumo

Convivência, expectativas educativas e sucesso escolar na população cigana de Vilaboa (Galiza)

Os estudantes ciganos na Galiza sofrem de uma desvantagem educativa derivada da exclusão escolar vivida até à chegada da democracia, a qual permanece até hoje como resultado das baixas expectativas académicas dos próprios alunos, dos seus pais e mães e também dos seus professores. Para superar esta situação é necessário intervir, numa perspectiva intercultural, não só sobre os estudantes, mas também sobre os professores e sobre os pais e mães. O objetivo da intervenção deve passar por atingir o êxito académico, com a conclusão do décimo ano de escolaridade e a obtenção do título de Educação Secundária Obrigatória (ESO)[1].

Palavras-chave: ciganos; mediação; educação.

Presentación

A pesar de las diferencias entre las diferentes comunidades gitanas presentes en Europa, existen elementos comunes a la mayoría de los romaníes. Uno de esos elementos es la dificultad de acceso, la permanencia y el éxito educativo del alumnado gitano en los diferentes sistemas educativos de Europa. En el caso de Galicia, la educación secundaria o superior llega al 58% de la población de más de 15 años; en la población gitana de Galicia no pasa del 11%. Inversamente, un 77% no concluyó los estudios primarios (6º curso) y sólo el 1,2% finalizó estudios secundarios o superiores (FSG, 2008: 38).

[1] A escolaridade é obrigatória em Espanha dos 6 aos 16 anos. Seis anos de Educação Primária (E.P.) e quatro de Educação Secundária Obrigatória (ESO). Mas para lograr o título de Graduado, mínimo para o acesso ao mercado de trabalho, é necessário completar o décimo ano de escolaridade.

En el abordaje de la cuestión educativa en relación con la población gitana, tiene un gran valor explicativo el punto de vista de la *normalización*, entendida desde el punto de vista de norma estadística. Considerando fundamental esta dimensión, entendemos que es necesario conocer y elevar el nivel de *expectativas educativas* en torno a la población gitana como camino hacia la inclusión social.

Con esta idea, la Asociación Diversidades realizó una investigación y una intervención socioeducativa durante el curso académico 2012-2013, encontrando que esta perspectiva puede ser correcta, porque permite avanzar en todos los aspectos educativos importantes: en la reducción de la conflictividad y la mejora de la convivencia, en el incremento de la participación de las madres (y también de los padres), en la elevación de las expectativas educativas en la comunidad escolar y en los avances para obtener el éxito escolar.

1. La intervención educativa

1.1. El contexto de la intervención

La Asociación Diversidades es una entidad social sin fin de logro que tiene como principal objetivo luchar por la plena ciudadanía de las minorías étnicas en Galicia con más de veinticinco años de experiencia en intervención social en contextos interculturales.

El Centro Público Integrado (CPI) "O Toural" de Vilaboa es un centro público de enseñanza que integra los niveles de educación infantil (3-5 años), Educación Primaria (del 1º al 6º curso) y Educación Secundaria Obligatoria (de 1º a 4º de ESO). Vilaboa es un municipio rural, de la periferia de Pontevedra, situado en la Ría de Vigo, con 5 978 habitantes.

El CPI O Toural tiene un equipo profesional muy empeñado en la mejora educativa, especialmente a través del aprendizaje cooperativo, técnica que dio origen a un grupo de trabajo para la capacitación del profesorado y que está ofreciendo resultados excelentes en las aulas. El Centro Educativo también destaca por la opción por la interculturalidad como enfoque para la inclusión educativa de las minorías, sobre todo de la población marroquí, muy abundante en el lugar de Paredes, parroquia de Vilaboa, muy próximo al Centro Educativo. En la actualidad, la población escolar marroquí presenta los mismos rasgos socioeducativos que el conjunto de la población

escolar. El Centro Educativo ya recibió varios premios a la convivencia y a la innovación educativa.

En este contexto, el equipo de dirección del Centro percibe un fracaso relativo en la intervención con la población gitana. Así, mientras dos alumnas marroquíes de O Toural están estudiando en la universidad, ninguna mujer ni hombre gitano terminó con éxito la escolaridad obligatoria. Para superar esta situación, el CPI O Toural contó con el apoyo de la Asociación Diversidades, aceptando el punto de vista del trabajo con las expectativas educativas como foco para la mejora educativa del alumnado gitano. Se contó con una financiación específica a través de la convocatoria de subvenciones de los Contratos-Programa, cuyo objetivo es puesta en marcha de iniciativas educativas de mejora para los grupos vulnerables o para alcanzar la excelencia en los centros educativos de titularidad pública.

1.2. El abordaje intercultural

El desarrollo de una intervención social desde la óptica de las expectativas educativas tuvo en cuenta tres ámbitos fundamentales: la interculturalidad, la desventaja educativa y las aspiraciones educativas de la población gitana.

La óptica de la interculturalidad trata de desarrollar la plena ciudadanía de las minorías (en este caso, de las personas gitanas), mediante el reconocimiento de su identidad cultural, el acceso a los derechos y el ejercicio de sus obligaciones como ciudadanos. Sin reconocimiento (mutuo) no puede haber ciudadanía. Pero los Estados nacionales modernos basaron la ciudadanía en la uniformidad religiosa, lingüística y cultural. Por tanto, la intervención tiene que reafirmar la cultura antes negada como parte del conjunto cultural común y como parte de la convivencia (Mata, 2009: 29-44). Se trata de aplicar los principios habermasianos de la ética discursiva y de la democracia deliberativa a un contexto de pluralismo cultural en la que no existe una igualdad de partida que permita el diálogo entre ciudadanos. La obra de M. Rodrigo Alsina (1999) introduce en España los estudios sobre comunicación intercultural, que desarrollan esta perspectiva. Su aplicación a la práctica pedagógica ha sido desarrollada en España por Malik e Herraz (2005).

La perspectiva de la desventaja educativa intenta pensar la igualdad de oportunidades desde la existencia de desigualdades. Complementa el punto de vista de la interculturalidad. Porque las culturas no están todas al mismo nivel cuando se trata de

acceder a la educación: las personas de culturas dominantes tienen un mayor éxito educativo, en cuánto que las culturas dominadas o las minorías marginadas (cómo es el caso de la gitana) tienen mayor fracaso escolar (Aguado e Baraja, 1993).

El punto de vista de las aspiraciones educativas reconoce que muchas personas gitanas, cuando defienden la participación de sus hijos e hijas en el sistema educativo, están pensando que deben estudiar y aprender más que sus padres. Pero, si los padres aprendieron apenas la lectura, la escritura y las operaciones básicas del cálculo, cualquier cosa que mejore esos resultados y que tenga una duración temporal mayor que los dos años de media que corresponden a su experiencia, es suficiente para entender que han logrado una buena participación en el sistema educativo. La óptica de las expectativas educativas está muy cercana a la perspectiva funcionalista (Bochaca, 1994). Nosotros la utilizamos para comprender el punto de vista de los afectados, para permitirles que incorporen su propia agenda y para proponerles, en sus mismas claves de comprensión, unos objetivos más ambiciosos, aunque directamente relacionados con su forma de concebir las relaciones familiares, las profesionales y las de convivencia vecinal.

1.3. Ámbitos de intervención

Partimos de cuatro ámbitos de intervención: el alumnado, el profesorado, las familias y los recursos comunitarios. El principal sujeto con quien se realiza la intervención es el alumnado. Son las alumnas y alumnos quienes tienen que interiorizar la necesidad de aspirar al éxito educativo y que ese éxito permita desarrollar una vida laboral más satisfactoria.

El principal patrón del comportamiento para los menores es su familia. Uno de los motivos de fracaso de muchas intervenciones educativas es que están centradas sólo en el alumnado, dejando la familia fuera del foco de atención. La intervención educativa provoca conflictos de valores entre la familia y la escuela[2]. Durante un tiempo, la escuela puede hacer valer sus criterios. Pero, en la mayoría de los casos, al final, será la familia quien imponga sus pautas de socialización.

[2] En una entrevista reciente, el director del Centro dice a un padre en relación con sus hijos adolescentes: "la escuela es vuestra única oportunidad para mejorar". El padre le responde: "a la niña la quiero en casa; y si para eso tiene que venir a la escuela, la traigo. Pero para lo que necesita, mi hijo ya sabe demasiado; si pudiese casarlo ahora, lo haría".

Pero las bajas expectativas no son sólo cuestión de las familias. El propio profesorado, valorando la ausencia del material escolar, el incumplimiento de las tareas escolares y la falta de apoyo en casa, tiende a pensar que hay poco que hacer con el alumnado gitano. Esta baja expectativa del Centro Educativo y sus profesionales, rotula negativamente al alumnado gitano, conduce a una práctica pedagógica acorde con esa rotulación negativa (profecía que se cumple a sí misma) y refuerza la baja expectativa de la familia en un círculo vicioso que acaba siendo interiorizado por el alumnado.

1.4. Los objetivos de la intervención

La intervención socioeducativa realizada tuvo como objeto principal elevar las expectativas educativas del alumnado gitano en el CPI O Toural y del conjunto de la comunidad escolar. También mejorar la convivencia en las aulas en que hay escolares gitanos, mediante una participación más activa y una mejor comprensión mutua y resolución de los conflictos. Para ello, se realizaron acciones con toda la población escolar, más intensas y focalizadas con el alumnado gitano. El horizonte de trabajo es lograr el éxito escolar, entendido como la obtención del título de Educación Secundaria Obligatoria (ESO).

Para sensibilizar al profesorado y para influenciar positivamente al conjunto del alumnado, no solo el alumnado gitano, fue necesario difundir la cultura gitana, promoviendo un mejor conocimiento por los propios gitanos, pero también por sus compañeros y profesores, mediante la realización de una semana cultural gitana y a través de acciones continuadas de mediación de mensajes, horizontes de comprensión cultural y modos de vida. Tanto el material gráfico utilizado como el desarrollo de las conferencias de la semana cultural corrieron a cargo de las familias gitanas, aunque el guion de trabajo y el soporte didáctico fue facilitado por la Asociación Diversidades.

Resultó imprescindible incorporar la comunidad gitana a la agenda educativa, haciéndola visible, preocupándose por la desventaja educativa y buscando, en la mediación intercultural, nuevas vías de abordaje complementarias con las acciones más frecuentes (apoyo escolar y lucha contra el absentismo). Las visitas domiciliarias, las entrevistas proyectivas sobre el propio futuro profesional y el de los menores, el relato sobre la vivencia familiar de las tareas escolares y sobre el apoyo posible y deseable fueron las principales acciones desarrolladas.

2. Investigación cuantitativa: medir la desigualdad

Para la aproximación a la desigualdad educativa, se aplicó un cuestionario similar al que viene utilizando en sus investigaciones la Fundación Secretariado Gitano (FSG) (FSG, 2001, 2006, 2010, 2013b). Dado que el alumnado gitano en el CPI O Toural no es numeroso, en vez de una muestra, se tomó el conjunto de la población, un total de trece personas. Para medir la desventaja educativa se utilizó una muestra representativa del resto del alumnado. También se establecieron comparaciones con los datos obtenidos en las encuestas nacionales de la FSG. La pretensión era establecer la situación actual del alumnado gitano del CPI O Toural de Vilaboa y compararla con las referencias disponibles para el conjunto del alumnado gitano a nivel nacional y con el resto del alumnado del CPI O Toural.

La FSG lleva casi veinte años investigando sobre la escolarización del alumnado gitano en España, desde la perspectiva de la normalización. Esta perspectiva es útil para el objeto de nuestra investigación porque nos permite comparar los resultados obtenidos con otros de carácter más general y con una serie histórica que se desarrolló en diversas oleadas: Educación General Básica (1994), Educación Primaria (2000-2001), Educación Secundaria Obligatoria (2006), de nuevo Educación Primaria (2010) y Secundaria (2013).

La investigación publicada en 2001 – *Evaluación de la normalización educativa del alumnado gitano en educación primaria* (FSG, 2001) – continúa siendo la referencia de esta serie de investigaciones, porque es la primera en detallar la metodología de trabajo, en adaptarse al actual marco normativo y en ofrecer una interpretación que sirve de fundamento para los restantes trabajos de la propia FSG. Para nuestro trabajo, tomamos como referencia los datos del estudio sobre alumnado gitano en Educación Primaria extraídos de la publicación de 2010 – *Evaluación de la Normalización educativa de las alumnas y los alumnos gitanos en Educación Primaria*.

2.1. Datos generales de la muestra

La muestra está configurada por un total de 25 niñas y niños, de los cuales trece son gitanos (siete niños y seis niñas) y constituyen el grupo diana; y doce no lo son (cinco niños y siete niñas) y forman el grupo de control. Además de los gitanos y gitanas, el profesorado intentó incluir individuos que considera representativos de la

media de cada aula que corresponde a su tutoría. Cuando resultó posible, se incluyeron personas pertenecientes a otras culturas, especialmente marroquí. El alumnado gitano constituye el universo completo de población gitana en edad de escolaridad obligatoria en el ayuntamiento de Vilaboa (Pontevedra). El conjunto de la población gitana residente en Vilaboa en edad de escolarización obligatoria está escolarizada. Y esto es así desde hace más de una década. En resto es una muestra de escolares no gitanos que no fue elegida de forma aleatoria sino a través de un criterio profesional bien formado, evitando tanto los mejores individuos, como los casos más negativos. Esta muestra carece de valor estadístico, pero constituye un grupo de control aceptable en un universo reducido.

Como caracterización general, existe una fuerte dispersión de la población educativa a estudiar, tanto desde el punto de vista de la edad, como del curso académico que realizan los alumnos.

2.2. Acceso a la escuela

Aunque no dejaron de acortarse las diferencias en el acceso a la escuela entre la comunidad gitana y el resto de los colectivos, según los estudios existentes a nivel nacional (FSG, 2001, 2006, 2010, 2013a), aún se perciben diferencias, que en nuestro caso se traducen en la existencia de un niño y una niña gitanos escolarizados a la edad de seis años. En otras palabras, la totalidad del alumnado no gitano fue escolarizado antes de los seis años, mientras que el 85% del alumnado gitano se escolarizó antes de la edad obligatoria. A nivel nacional, en el estudio realizado por la FSG en 2010, encontramos un 84,5% de niñas y niños gitanos escolarizados antes de los seis años y un 15% a los seis años o anteriormente, con una ligera desventaja de las niñas respeto de los niños (FSG, 2010: 28). Esta coincidencia dota de mayor significación a nuestros datos.

En las circunstancias de acceso al Centro Escolar se observa que en el conjunto analizado, no presentan dificultades once niños y niñas, de quienes sólo dos son gitanos. En cambio, presentan dificultades ocho personas, de quienes siete son gitanas. Además, hay varias dificultades en dos casos. En relación con los datos disponibles a nivel nacional, la situación que describimos es notablemente peor, ya que sólo un 6% declaraban alguna dificultad (un 9% en 2001).

Durante los años setenta y ochenta del siglo XX, los Servicios Sociales y las asociaciones tuvieron un innegable protagonismo en el acceso de la población gitana a la escuela. En la actualidad (año 2010) solo un 9% de los escolares gitanos acceden con un apoyo externo, mientras un 2% lo hacen por iniciativa de los Servicios Sociales. Sin embargo, en nuestro caso, las tutoras y tutores no tienen muy claro de quién es la iniciativa en la mayoría de los casos. Posteriormente, veremos cómo los Servicios Sociales desempeñan un papel determinante en relación con la obligatoriedad de la educación, lo que explicaría esta suspensión del juicio realizada por el profesorado.

2.3. Adquisición de ritmos y rutinas

La variable adquisición de ritmos, rutinas y normas escolares pretende medir los hábitos necesarios para el funcionamiento adecuado del alumnado gitano en el medio escolar. Se analizan aspectos relacionados con la asistencia del alumno al centro escolar, su comportamiento durante las clases, así como el uso que hace del material escolar.

Sobre la asistencia la clase, el grupo de control y el grupo diana tienen aproximadamente los mismos valores, salvo porque un niño gitano falta una semana entera a clase durante la quincena que dura la observación. Sin embargo, mientras el grupo de control justifica generalmente las ausencias, el grupo gitano no lo hace durante la primera encuesta realizada. Esta es una situación que va a cambiar con posterioridad.

Llama la atención el tratamiento diferenciado de las faltas escolares según sexo y edad: mientras que entre en las niñas el mayor número de faltas sin justificar se acumula en las más pequeñas (Educación Infantil), entre los niños gitanos son los mayores quienes no asisten ni justifican la ausencia.

En cuanto a la puntualidad, tomando como referencia las diez últimas sesiones, existe una nueva descompensación en detrimento del alumnado gitano. De todos modos, los tres valores más positivos (puntualidad en al menos ocho sesiones) agrupan al 92% de nuestra muestra y solo al 78% de la muestra de 2010 a nivel nacional. En puntualidad habitual, las niñas gitanas menores parecen ser las menos puntuales. Los niños parecen tener más problemas de puntualidad cuánto mayores son.

Entre las quejas más habituales entre el profesorado acerca del alumnado gitano encontramos la ausencia del material necesario para la actividad escolar, así como el escaso cuidado del mismo, tanto si es propio, como si es del Centro Educativo o compartido en el aula.

En el aporte diario del material, las personas gitanas ponen menos empeño que el resto, generando un fuerte desfase, del que también se queja el profesorado durante las entrevistas. Al interior del alumnado gitano, el género es menos importante que la edad, mejorando, en general, a medida que se hacen mayores. En nuestro caso, quienes entre los gitanos traen habitualmente el material son el 54% del total, representado el 40% a nivel nacional. En el cuidado del material volvemos a encontrar un desfase significativo entre la comunidad gitana y el resto de compañeros.

2.4. Logros escolares

Los logros escolares ocupan un lugar céntrico a la hora de conocer la relación entre la situación educativa de la comunidad gitana y la norma del conjunto de la población. Es un hecho muy destacable que la población gitana incrementó en los últimos treinta años, casi ocho años la duración media de su escolarización, mientras la media de sus titulaciones académicas no consiguió alcanzar el nivel de Graduado. Hay que notar que la Ley Orgánica General del Sistema Educativo (LOGSE) estableció una escolarización obligatoria hasta los 16 años, haciendo que el Graduado en Educación Secundaria Obligatoria requiriera dos años más de escolarización que el antiguo Graduado Escolar de Educación General Básica.

Hay una falta de adecuación entre nivel y edad, que es mayor en los niños gitanos que en las niñas. La falta de adecuación es acusada en la comunidad gitana ya que la media de sus compañeras y compañeras no presentan retrasos, mientras que sólo el 23% del alumnado gitano del CPI O Toural tiene un nivel académico que corresponde con su edad[3].

Uno de los indicadores más claros de que la normalización de otras variables no lleva aparejado necesariamente el éxito escolar es el hecho de que los resultados en las materias instrumentales se hayan estancado o retrocedan durante la primera década de este siglo (FSG, 2010: 86). En el caso del CPI O Toural, existe una clara diferencia de resultados entre la comunidad gitana y la media estimada del resto de sus compañeros:

[3] Dado que en los demás ítems las diferencias son menores, consideramos que este es el síntoma más claro de que no sólo es necesario lograr la escolarización y la asistencia, sino una participación activa en el sistema educativo.

mientras en los gitanos el valor de la mediana es "supera dos materias instrumentales", en el grupo de control es "supera todas las materias instrumentales".

La adquisición de hábitos de trabajo condiciona los resultados académicos, tanto en el corto plazo, como en el medio y largo. El profesorado percibe que el alumnado gitano carece de hábitos sólidos en la realización de las tareas encomendadas para casa. Pero llama la atención que una tercera parte realice habitualmente los deberes, otro tercio lo haga la mitad de las veces y un último tercio solo ocasionalmente.

Evaluando la capacidad de concentración, también encontramos diferencias notables entre niñas y niños, así como entre la comunidad gitana y el resto del alumnado. El retraso académico de los niños gitanos en opinión del profesorado parece estar directamente relacionado con su falta de capacidad de atención, con la deficiente ejecución de las tareas en el aula y con la escasa preocupación por las tareas académicas en casa.

En consonancia con el anterior, la localización en el rendimiento es peor en el caso de la comunidad gitana. La mayoría de los niños está muy por debajo de la media. Este dato dibuja de forma inequívoca su desventaja educativa. Para las niñas gitanas los valores no son tan extremos. También en ellas existe una desventaja evidente, aunque no tan acusada. Este tipo de desventaja ha sido investigada en el contexto europeo (Eurydice, 2010: 80).

2.5. Relación familia – escuela

En las entrevistas con los tutores, nuevamente las diferencias entre la comunidad gitana y el resto del alumnado son muy importantes, con la mitad de los registros disponibles en los valores más negativos. De nuevo la preocupación por la educación masculina es bastante más menor que la femenina, en fuerte contraste con el alumnado del grupo de control.

Los padres de la mayoría del alumnado gitano no solicitan nunca entrevistas con el profesorado, frente a dos tercios padres del resto alumnado que sí solicitan entrevistas alguna vez o a menudo, conforme a la siguiente tabla de datos:

Tabla 1
La familia solicita entrevistas con los tutores

		Con frecuencia	Alguna vez	Nunca
Gitanos/as	Niñas	-	1	5
	Niños	-	-	7
No gitanos/as	Niñas	3	1	3
	Niños	2	2	1

En general, las familias gitanas tienen interiorizado que la adquisición de las habilidades instrumentales de lectura, escritura y cálculo no deben ser el único objeto de la escolarización (FSG, 2010: 107). A pesar de eso, también en este aspecto existe una diferencia entre la comunidad gitana y sus compañeros. La preferencia por situar el final del recorrido escolar en la escolarización obligatoria es mayoritaria entre los gitanos mientras resulta poco relevante entre el resto de la población.

Por otra parte, mientras casi cuatro de cada diez en el total de los gitanos españoles manifiestan su preferencia por ir más allá de la escolarización obligatoria (FSG, 2010: 108), en nuestro caso encontramos a tres en cada diez. Sin embargo, en Vilaboa no hay respuestas en el menor nivel de expectativas, en contraste con ese 11% de gitanos a nivel nacional que aún carecen de aspiraciones.

3. Investigación cualitativa: percibir el punto de vista del "Otro"

3.1. Las familias

Nos encontramos con dos familias extensas bien diferenciadas en el espacio. En este caso, nos referiremos exclusivamente a las familias con hijos en edad escolar obligatoria, no sin antes constatar que hay otros núcleos familiares (recién constituidos) que, aunque sin hijos, no titularon en secundaria obligatoria (los más jóvenes). Las mujeres mayores de ambas familias son analfabetas absolutas y, por lo tanto, no saben leer ni escribir. De hecho, la generación mayor está constituida por mujeres que pasan de los cincuenta años sin ninguna escolaridad, por pertenecer la familias itinerantes (gitanos de caravanas). La siguiente generación está integrada por personas escolarizadas, con dos grupos diferentes: en las familias con hijos en edad escolar los adultos tuvieron alrededor de dos años de escolaridad. En las familias más jóvenes las personas adultas tienen una escolaridad casi completa.

En el caso de la comunidad gitana es importante destacar la relación entre expectativas educativas, formación previa de los adultos (analfabetismo de las mujeres mayores) y su preferencia por trabajos en que toda la unidad familiar esté implicada; inclusive varias unidades familiares de la misma familia extensa trabajan juntas aunque no compartan rendimientos ni gastos.

De hecho, según un informe de la Fundación Secretariado Gitano (FSG, 2008: 75), el 24,6% de la población gitana de Galicia son trabajadores autónomos por cuenta propia y un 41,4% trabajan en "colaboración en actividad económica familiar". Estos dos epígrafes de ocupación pueden ser agrupadas en una única estrategia familiar según nuestra experiencia y la descripción que realizamos de nuestro universo de trabajo. Si tenemos en cuenta que existe un 5,2% adicional de gitanos de Galicia que son "miembros de cooperativa" que tienen un marcado carácter familiar compartiendo un único Número de Identificación Fiscal, pero no ingresos y gastos, tenemos que siete de cada diez trabajadores gitanos presentan esta misma estrategia laboral.

Durante la primera aproximación a los dos grupos familiares, la expectativa educativa era lograr que los hijos tuvieran una escolaridad más extensa y un aprendizaje más completo que los mayores. Dada la extensión de la escolaridad obligatoria y la necesidad de cumplir con ella para el acceso a las ayudas sociales, ese objetivo está completamente logrado. Solo la alumna de mayor edad de las que cursaban estudios en el CPI O Toural quiere estudiar más, incluso aunque no confíe en su propia capacidad para conseguir el título de ESO: "si abandono los estudios, me casarán enseguida. Yo no quiero casarme ahora. ¡Quiero estudiar como los demás! ¡Quiero hacer mi vida!".

Con el paso del tiempo, mediante la presencia en el domicilio y la convocatoria para asistir al Centro (reuniones en grupo e individualmente, celebración del Día Internacional del Pueblo Gitano), se fue produciendo una transformación de las expectativas, aceptando que las personas gitanas podían llegar a tener la misma formación que el resto de la población de Vilaboa, a pesar de que esta expectativa sólo se concretaba en el caso de la joven que aspira a conseguir el título de Educación Secundaria Obligatoria.

También empieza a existir conciencia de la necesidad de mayor formación para las personas adultas, para mejorar su situación laboral, incluso por cuenta propia. El trabajo por cuenta ajena sólo es considerado como una posibilidad para las personas más jóvenes en edad laboral. Se fue reflexionando sobre la necesidad de obtener

permisos profesionales (conducción, transporte de mercancías peligrosas, tratamiento de residuos) para la mejora en el desempeño de los oficios tradicionales, especialmente en el seno del grupo familiar más numeroso.

3.2. Los Servicios Sociales

En los proyecto de inserción social para el cobro de la RISGA (Renta de Inserción Social de Galicia) aparece la escolarización obligatoria de los menores porque forma parte del protocolo. Hemos visto que esta estrategia, que no es cuestionada por las familias gitanas, resulta determinante en las trayectorias de acceso y permanencia de los menores gitanos en el sistema educativo. Sin embargo, más allá del acceso y permanencia la Escuela, la trabajadora social entiende que "ellos son así y nosotros no vamos a cambiarlos" (sic). Al conseguirse una media aceptable de asistencia la clase, el éxito escolar no constituye el principal problema que preocupa a la trabajadora social. Conoce bien los medios de vida de la población gitana de Vilaboa y considera que no existen alternativas viables en la actualidad para su inserción social y laboral.

Por eso, tampoco existe una estrategia de intervención que conecte las prestaciones sociales con el desarrollo de procesos formativos ni de mejora de las cualificaciones en los oficios tradicionales o de adquisición de acreditaciones profesionales. Así, las situaciones de analfabetismo absoluto de las mujeres mayores del grupo y de analfabetismo funcional de la mayoría de los adultos que lo componen, no se corrigieron con el paso de los años. La mayoría de los adultos no realizaron cursos de formación y/o capacitación. Alguna de las mujeres participó en alguna brigada de obras, o en "obradoiros de emprego" sin ninguna relación con su ocupación anterior y posterior. Sólo una de las familias recibió una derivación a los servicios de empleo especializados y accesibles desde el municipio de Vilaboa: el Plan de Inclusión Social de Galicia situado en Marín.

Por último, ante la constitución de nuevas unidades familias en el transcurso del último año en familias perceptoras de RISGA, no se tomó ningún tipo de medida para promover procesos de formación y empleo que complementen los anteriores (y recientes) procesos de escolarización.

3.3. La comunidad escolar

En el inicio de la investigación encontramos una contradicción dentro de la comunidad escolar: por un lado, estaba el equipo de dirección muy preocupado con el desempeño y éxito escolar de los gitanos; por otro, la "indiferencia" o "pasividad" inicial de una parte del profesorado, que ve la investigación sobre esta cuestión más como "folclore" (así expresado en sus propias palabras) que como la posibilidad de averiguar qué está pasando con los gitanos para poder transformarlo. La actitud sin ser completamente negativa, reflejaba sospecha o de indiferencia. Para el equipo de dirección: "la educación de los gitanos es un desafío, porque lo hemos intentado con los marroquíes y conseguimos resultados muy buenos. En nuestro Centro Educativo, en términos de comportamiento y resultados, no hay diferencia con el resto del alumnado. Y si la hay, es porque los marroquíes llevan alguna ventaja. Hasta hay dos mujeres marroquíes de este Centro Educativo que están estudiando Medicina en la Universidad de Santiago de Compostela. En cambio, con los gitanos no conseguimos nada. Ni siquiera sabemos qué hacer".

A medida que la investigación avanzaba, la actitud de esos docentes también fue se transformado, pues lo que era inicialmente una actitud puramente personal con cada alumno se hizo una preocupación común a nivel de la escuela ("con ese niño hay que hacer algo"). En un caso, una actitud inicial absolutamente negativa ("Yo ya sé mucho de gitanos, porque llevo años trabajando con ellos"), se transformó en colaboración activa que se tradujo en consultas, incluso personales, para intentar entender la conducta de una familia en particular, para poder ayudar.

4. Valoración de la intervención socioeducativa

Los principales resultados logrados durante el proceso de intervención son tres: la mejora de la comprensión cultural, la mejora de las relaciones entre las familias y el Centro Educativo y la mejora de la ejecución de las tareas académicas, especialmente de las tareas de casa. En algún caso se consiguió la mejora de la convivencia.

La mejora de la comprensión cultural no es un resultado cuantificado. Tenemos, para su constatación, el análisis de los discursos. Su evolución fue evidente durante el año académico. También contamos con la descripción del ambiente en que se producen los encuentros entre los responsables educativos (dirección del Centro Educativo,

Tutores…) y los padres y madres del alumnado gitano, mucho más próximo y distendido. En cuanto a actividades, la realización de una semana de la cultura gitana y de una conferencia pública para el profesorado y el alumnado de 1º a 4º curso de ESO a cargo de las gitanas mayores de ambos grupos familiares, marcaron una nueva etapa de la comprensión intercultural. El director resume la nueva situación: "ahora tenemos una buena comunicación coa familias gitanas". Las familias conocen al equipo directivo y a los tutores de sus hijos; los profesionales del centro identifican las dificultades del alumnado gitano y de sus familias; se realizan entrevistas presenciales en un ambiente positivo y se llega a acuerdos por ambas partes, que son revisados en el mismo clima de diálogo. Esta mejora de la relación entre las familias y el Centro Educativo es generalizada, según la encuesta realizada al profesorado a fin de curso, además de la percepción de la dirección del Centro Educativo.

Otro ámbito donde fue posible medir el avance fue la adquisición de ritmos y rutinas, especialmente en el epígrafe de la ejecución de las tareas académicas. Todas las alumnas y alumnos gitanos mejoraron en esta cuestión. También hay una percepción de mejora general en relación con el material escolar, tanto de su cuidado, como de la responsabilidad por el traer de la casa. Aún no es total, porque queda alguna persona gitana que no es totalmente responsable del material, tanto en las niñas como en los chavales mayores.

La encuesta de fin de curso recoge varios casos de mejora de la convivencia. Es muy importante para el caso de un niño criado sin el padre y con un fuerte conflicto personal de identidad, al ser hijo de uno "payo" y una gitana. La relación de la madre con la orientadora educativa del Centro era muy mala y no mantenía comunicaciones con el tutor de su hijo. Pero esto cambió gracias a la mediación intercultural. El Centro consideraba que podía existir un consumo de tóxicos que explicase la conducta disruptiva del menor. La madre entendía que se condenaba a su hijo por su propio pasado. Al dejar atrás los prejuicios sobre la otra parte y establecer un diálogo sobre los problemas existentes y las explicaciones latentes de los mismos, desapareció el conflicto entre la familia y el Centro. Las relaciones del pequeño con sus pares comenzaron a mejorar y los conflictos en el aula y en el recreo desaparecieron.

En cuanto al éxito escolar, horizonte de la intervención propuesta, no fue posible porque no había ningún alumno en el décimo año (4º de ESO). Al no ser así, debemos analizar la situación de la única alumna del noveno año (3º de ESO). Tenía un retraso

curricular importante. Durante el curso, se produjo una reducción de ese retraso y una compensación en las cualificaciones instrumentales que pueden permitirle terminar con éxito la Educación Obligatoria y que le han permitido incorporarse a 4º de ESO con una única materia pendiente.

Conclusiones

Los gitanos parten con una importante desventaja educativa no sólo con el conjunto de la sociedad sino incluso respecto de otras minorías. En el caso del CPI O Toural de Vilaboa esta desventaja se manifiesta respecto de los inmigrantes marroquíes. Además, ni la comunidad educativa ni los Servicios Sociales, tienen confianza en que las personas gitanas vayan a cambiar o puedan aspirar al éxito educativo y social.

Las propias personas gitanas desconfían de las instituciones en general, pero en particular de los Servicios Sociales, a los cuales utilizan con una estrategia de opacidad y de conveniencia (San Román, 1997: 244), cumpliendo con sus exigencias formales y sin dejarles penetrar en su mundo de significados y relaciones. Esa desconfianza se extiende a las instituciones educativas formales, ya que no creen que éstas sean un instrumento para su movilidad social ascendente y para alcanzar los medios de vida que reconocen como propios.

A pesar de ello, el acceso de las personas gitanas a la escuela como institución ha mejorado en los últimos años. Constatamos esa mejora tanto en el nivel nacional como en el nivel local. También ha mejorado la permanencia en el sistema educativo y las relaciones establecidas en el seno de la escuela. Dicha mejora acerca el alumnado gitano a la "norma" estadística del conjunto de la población escolar. Sin embargo, se percibe todavía un desfase significativo con el conjunto del alumnado.

En cambio, lo que no han mejorado son los resultados académicos, que a nivel nacional llevan una década estancados y a nivel local se reconocen como insuficientes (incluso en relación con otras minorías culturales socioeconómicamente y legalmente más vulnerables como pueden ser los inmigrantes marroquíes).

Para superar esta situación, existe la posibilidad de generar lazos de confianza que eventualmente pueden producir mejores expectativas académicas y mejores resultados educativos, y la institución escolar (en este caso el CPI O Toural) en este caso está dispuesta a ello. La creación de un vínculo profesional supone comprender la

educación como una práctica interpersonal, no sólo colectiva e institucional, centrada más en la vida que en el desarrollo del currículum académico. Y, en un contexto de pluralidad cultural, significa tener capacidad para entrar en diálogo con otras formas de ver e interpretar la realidad social, con la puesta en práctica de las competencias interculturales de empatía, escucha activa, asertividad y capacidad de reformulación.

Tanto de las familias como del profesorado, en el punto de partida hemos constatado una baja expectativa educativa de partida. Pero durante la investigación se produjo una progresiva apertura al cambio. Los procesos de mediación cultural y de diálogo intercultural parecen que han resultado determinantes a la hora de provocar dichos cambios. De hecho, ambas partes reconocen una mayor proximidad mutua, una mejor comprensión del punto de vista de la otra y una mayor expectativa de logro educativo. Una combinación adecuada entre cercanía personal conjugada con un nivel creciente de exigencia completa los procesos de mediación intercultural.

Pero las expectativas educativas conciernen a la vida profesional tanto o más que a los créditos académicos. Parece oportuno relacionar los itinerarios académicos con las carreras laborales de las personas gitanas para mejorar sus expectativas educativas y sus niveles de cualificación. Por eso, es importante relacionar los itinerarios educativos de los menores con los procesos de formación y capacitación de los adultos. Éstos no sólo podrían mejorar el acceso al mercado de trabajo por cuenta ajena, sino también el rendimiento de los oficios de economía informal[4], que en la actualidad mantiene la comunidad gitana del concello de Vilaboa. Conociendo la tendencia al trabajo conjunto de las familias nucleares gitanas (e incluso de las familias extensas), es de capital importancia elevar los niveles formativos orientándolos tanto a la inserción laboral como a una nueva cultura del emprendimiento, relacionada con el éxito y la responsabilidad social, y no sólo con la mera subsistencia. Se trata de valorar a un tiempo aquello que consideramos deseable desde el punto de vista de la sociedad mayoritaria y lo que es considerado como valioso por parte de la propia comunidad gitana, de modo que sea ella misma la protagonista de establecer sus metas y de disponer de los medios educativos apropiados para lograrlas.

[4] Informe de Seguimiento de la EPT en el Mundo *LOS JÓVENES Y LAS COMPETENCIAS. Trabajar con la educación*, UNESCO, París 2012, cf. pág. 43.

Referencias bibliográficas

AGUADO, María José Díaz; BARAJA, Ana (1993), *Interacción educativa y desventaja sociocultural: un modelo de intervención para favorecer la adaptación escolar en contextos inter-étnicos*, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia.

ALSINA, Miquel Rodrigo (1999), *La Comunicación intercultural*, Barcelona, Anthropos Editorial.

BOCHACA, Jordi Garreta (1994), "Expectativas educativas y sociales de las familias inmigrantes", *Papers*, 43, pp. 115-122.

EURYDICE (2010), *Diferencias de género en los resultados educativos: medidas adoptadas y situación actual en Europa*, Madrid, Ministerio de Educación.

FSG – FUNDACIÓN SECRETARIADO GITANO (2001), *Evaluación de la normalización educativa del alumnado gitano en educación primaria*, Madrid, Fundación Secretariado Gitano.

– (2006), *Incorporación y trayectoria niñas gitanas en la E.S.O.*, Madrid, Instituto de la Mujer.

– (2008), *O Emprego da poboación xitana de Galicia. Un estudo comparado*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.

– (2010), *Evaluación de la Normalización educativa de las alumnas y los alumnos gitanos en Educación Primaria*, Madrid, Instituto de la Mujer.

– (2013a), *Guía para Trabajar con Familias Gitanas el Éxito Escolar de sus Hijos e Hijas. Una propuesta metodológica transnacional para profesionales*, Madrid, Fundación Secretariado Gitano.

– (2013b), *El alumnado gitano en Secundaria. Un estudio comparado*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.

INFORME DE SEGUIMIENTO DE LA EPT EN EL MUNDO (2012), *Los jóvenes y las competencias. Trabajar con la educación*, París, UNESCO.

MALIK, Beatriz; HERRAZ, Manuel (2005) *Mediación social intercultural en contextos socio-educativos*, Córdoba, Ediciones Aljibe.

MATA, Patricia (2009) "Ciudadanía y participación democrática. Sobre las condiciones de posibilidad de una sociedad intercultural", *in* T. Aguado Odina y M. Del Olmo, *Educación Intercultural. Perspectivas y propuestas*, Madrid, Ramón Areces, pp. 29-44.

SAN ROMÁN, Teresa (1997), *La diferencia inquietante. Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos*, Madrid, Ed. Siglo XXI.

Belén Arranz Núñez. Universidad Nacional de Educación a Distancia (Madrid, España) y Asociación Diversidades (Vigo, España). *E-mail*: belen.arranz@diversidades.org.

Santiago González Avión (autor de correspondencia). Universidad Nacional de Educación a Distancia (Madrid, España) y Asociación Diversidades (Vigo, España). Dirección de correspondencia: Asociación Diversidades, R/ Velázquez Moreno, 9, Oficina 313, 36201 Vigo, España. *E-mail*: santiago@diversidades.org.

Artigo recebido a 12 de maio de 2014. Publicação aprovada a 22 de agosto de 2014.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, 2014, pág. 153-173

Entre organización social y políticas públicas. Pautas residenciales de familias rumanas romaníes en Granada

Stefano Piemontese
Universitat Autònoma de Barcelona, Central European University y
Taller de Antropología y Ciencias Sociales Aplicadas

Giuseppe Beluschi-Fabeni
Universidad de Granada y Taller de Antropología y Ciencias Sociales Aplicadas

Resumen

Este artículo se centra en las pautas de acceso a la vivienda de familias rumanas romaníes en la ciudad de Granada entre 2001 y 2011, analizando la interacción entre estrategias y necesidades propias de las mismas y las modalidades de gestión de los recursos por parte de las autoridades públicas que, al menos idealmente, quieren garantizar el derecho a la vivienda. La conclusión principal es que los dispositivos de intervención adquieren mayor efectividad cuando actúan a partir de un conocimiento real de las características socioculturales de las personas atendidas y también cuando consideran sus pautas residenciales como expresiones de necesidades sociales.

Palabras clave: políticas de vivienda; migraciones romaníes; servicios sociales.

Abstract

Between social organization and public policies. Housing patterns of Romanian Roma families in Granada

This article focuses on the patterns of access to housing among Romanian Roma in the city of Granada between 2001 and 2011. It analyses how these patterns result from the interaction between the strategies and the needs of each family network, and the ways in which public authorities manage those benefits that, at least ideally, aim to ensure the right to housing. The main conclusion is that welfare and housing-related projects are more effective when they move from a deep knowledge of the socio-cultural characteristics of their beneficiaries, as well as when they consider their housing patterns as expressions of social needs.

Keywords: housing policies; Roma migration; social services.

Résumé

Entre l'organisation sociale et les politiques publiques. Modèles résidentiels des familles roumaine roms à Grenada

Le présent article porte sur le modèle de l'accès au logement des familles roms roumaines dans la ville de Grenade entre 2001 et 2011. Nous analysons comment ces modèles résultent de l'interaction entre les stratégies et les besoins de chaque réseau de la famille et la façon dont les pouvoirs publics gèrent ces ressources qui, au moins idéalement, visant à garantir le droit à un logement décent et adéquat. La principale conclusion est que les dispositifs d'intervention deviennent plus efficaces lorsque l'on agir à partir d'une connaissance réelle de personnes desservies, et considère leurs modèles résidentiels comme des expressions de besoins sociaux.

Mots-clés: politique d'habitation; migration des Roms; services sociaux.

Resumo

Entre organização social e políticas públicas. Padrões residenciais de famílias ciganas romenas em Granada

Este artigo toma como enfoque o padrão de acesso à habitação entre famílias ciganas romenas, na cidade de Granada, entre 2001 e 2011. Analisou-se de que modo esses padrões são resultantes da interação entre as estratégias e as necessidades das famílias imigrantes, bem como as formas mobilizadas pelas autoridades públicas que administram esses recursos que, pelo menos idealmente, visam garantir o direito a uma habitação digna e adequada. A principal conclusão é que os dispositivos de intervenção se tornam mais eficazes quando atuam a partir de um conhecimento real dos elementos socioculturais das pessoas atendidas, e quando consideram os seus padrões residenciais como expressões de necessidades sociais.

Palavras-chave: políticas de habitação; migração de ciganos romenos; serviços sociais.

Introducción

Este artículo analiza la interacción entre estrategias y necesidades de familias rumanas romaníes y la gestión pública en materia de vivienda y urbanismo en la ciudad de Granada. La importancia de estudiar las pautas residenciales de las minorías romaníes deriva tanto de la inquietud que la movilidad (e inmovilidad) de estos grupos suele generar a diferentes niveles de gobierno en Europa, como de la consideración de que el acceso a una vivienda digna y adecuada representa la condición previa para el disfrute de los demás derechos fundamentales (CESCR, 1992, 1997).

A menudo, los dispositivos con que los gobiernos locales han tratado de dar

una respuesta a las precarias condiciones de vivienda de estos inmigrantes (los protocolos de intervención, los planes de inclusión familiar, el intercambio de buenas prácticas), presentan el riesgo de reproducir valoraciones estigmatizantes. En efecto, la utilización del conjunto verificable, repetible y compartido de procedimientos administrativos, en el que se basan estos dispositivos, puede reforzar la idea de que unos "lo hacen mejor que otros" y favorecer el desarrollo de políticas discriminatorias.

Por ello, tras la progresiva visibilización política y mediática de los inmigrantes romaníes en Europa, y la casi simultánea aprobación de un *Marco europeo de estrategias nacionales de inclusión de los gitanos hasta 2020* (European Commission, 2011) se hace necesario un acercamiento de tipo etnográfico a la interacción entre el estado del bienestar y este particular grupo de usuarios (Dubois, 2009). En sintonía con esta expectativa, el presente artículo representa un impulso, desde la antropología social, al desarrollo de políticas locales no-discriminatorias, que solo pueden basarse en el conocimiento de la heterogeneidad social, histórica y cultural de sus beneficiarios.

Los datos que se presentan proceden de dos investigaciones de carácter etnográfico desarrolladas entre 2003 y 2011 en Granada. Una trata de los procesos migratorios y estrategias de adaptación y reproducción cultural de unas redes de familias romaníes (Beluschi Fabeni, 2013). La otra analiza la acción pública en materia de vivienda y gestión territorial, así como su repercusión en los procesos residenciales de las mismas familias (Piemontese, 2011b). Los datos procedentes de dichas investigaciones han sido completados por los recogidos en la primera fase (2013-2014) de ejecución del proyecto Migrom (2013-2017).[1]

1. Los romá en Granada: migraciones, redes familiares y estrategias residenciales

Hasta 1993, en España, los "gitanos rumanos" aparecen en las noticias relacionadas con el asilo político y con casos esporádicos de mendicidad infantil y delincuencia organizada. Entre 1994 y 1998, los "asentamientos colectivos" de tiendas, furgonetas y chabolas ganan protagonismo y entran progresivamente a formar

[1] Proyecto MigRom, "The immigration of Romanian Roma to Western Europe: Causes, effects and future engagement strategies", financiado por el 7º Programa Marco de la Unión Europea, convocatoria "Dealing with diversity and cohesion: the case of the Roma in the European Union" (GA319901).

parte de la agenda política de algunas Comunidades Autónomas y de grandes municipios españoles (Gamella, 2007). Las repatriaciones y las actuaciones represivas contra la ocupación del espacio público se multiplican a partir de 1999. Más adelante, entre 2001 y 2006, las noticias sobre los asentamientos de "gitanos rumanos" cubren un territorio progresivamente más amplio y reflejan pautas de dispersión territorial entre ciertas franjas de la población romaní inmigrante (Gamella, 2007).

Aunque la prensa hace visible solo una faceta de la historia migratoria de estos grupos, se contrastan dos evidencias. Una es que un sector de la población rumana romaní en España ha venido sufriendo una exclusión del acceso a la vivienda extremadamente grave, ante la que ha adoptado estrategias residenciales y económicas que, a menudo, han incrementado su visibilidad social. En este sentido, el chabolismo, la mendicidad y el reciclaje callejero de materiales desechados han sido los elementos más denotativos del estereotipo asociado a los "gitanos rumanos". La segunda es que, a partir de 1998, coincidiendo con el aumento general de la inmigración rumana a España, la presencia de minorías romaníes crece numéricamente y se dispersa progresivamente en toda la Península.

La población romá tratada en este estudio pertenece a una minoría sociocultural y lingüística procedente de las regiones de Banato y Transilvania. En Granada, se compone principalmente de familias procedentes de tres localidades que, sobre las base de lazos de parentesco, forman tres grandes redes. La primera procede de Calaş (ca. 10.000 hab.), una importante localidad rural situada en una carretera nacional de la provincia de Cluj Napoca. Sus familias forman parte de un sistema de patrigrupos locales residentes en varias ciudades de Transilvania y de Timiş. Desde estas localidades, en 1990 emigraron a Alemania y, dos años más tarde, a otros países europeos: Italia, Francia, Inglaterra e Irlanda. Grupos de familias se asentaron en estos países y allí estuvieron residiendo hasta después de 2014. Su presencia en España se remonta a 1996, cuando grupos de familias llegan a Andalucía y en la Región de Murcia. Diez años más tarde, una población de alrededor de 230 personas de Calaş vivía en Granada, donde se mantuvo estable hasta 2010, cuando parte de ella empezó a emigrar a Catalunya, Reino Unido y Alemania. Durante los primeros años de residencia en Granada, estas familias fueron el lazo inicial para sucesivas inmigraciones desde la misma Calaş y, a partir del año 2000, de otras dos redes de

familias procedentes de las localidades rurales de Salaveni y Naseşti (ca. 2.000 hab.).[2]

La organización social de estas redes se caracteriza por al menos tres elementos comunes. Los matrimonios se mantienen unidos en la emigración, movilizando a parte o a la totalidad de su prole y, frecuentemente, a uno o más progenitores. A esto se suman una edad matrimonial temprana (16-19 años) y pautas de viripatrilocalidad (Piasere, 1991: 18), por la que uno o más hijos varones casados residen juntos, con sus esposa y sus hijos, en casa de los padres durante los primeros años de matrimonio. Por lo tanto, la morfología de los núcleos domésticos que se forman en el extranjero varía entre la estructura nuclear hasta una estructura troncal compleja, en la que más de dos hermanos residen con sus parejas e hijos en casa de sus padres, en presencia de abuelos. En segundo lugar, el tamaño de los núcleos domésticos es amplio, debido no sólo a la presencia de hasta cuatro generaciones en una sola vivienda, sino también a una alta tasa de fertilidad, con una media de cuatro hijos por pareja. Finalmente, la emigración representa un fenómeno de movilización colectiva: las unidades domésticas emigran junto a otras procedentes de las mismas localidades de origen y unidas entre sí por lazos parentales, de consanguineidad y afinidad, formando redes de unidades domésticas en la misma localidad de destino.

Aunque estas tres redes compartan un mismo entorno lingüístico-cultural y algunos lazos de parentesco, hay importantes diferencias entre ellas. Mientras que las familias de Calaş estaban insertadas en Rumanía en redes parentales dispersas entre varias provincias y asentadas en contextos urbanos, los lazos de las familias de Salaveni y Naseşti estaban circunscritos a las comunidades locales de estas dos pequeñas localidades. El capital social, informativo e incluso económico de los romá de Calaş, procedente de un entramado de parientes geográficamente más disperso y situado en los centros urbanos, les había permitido emigrar, ya a principio de los noventa, hacia varios países europeos. Los romá de Salaveni y Naseşti, por el contrario, empezaron a emigrar diez años más tarde que los de Calaş. Una vez en Granada, las familias de Calaş contaban con lazos transnacionales que les unían a otras en numerosos estados europeos, así como en ciudades en el mismo sur de España. Los romá de Salaveni y Naseşti, por lo contrario, empezaron a llegar a Granada en el año 2000 y no contaban ni con experiencia migratoria previa, ni con redes de parientes en otros países o en otras ciudades españolas. Mientras que la

[2] Calaş, Salaveni y Naseşti son pseudónimos.

movilidad internacional de los romá de Calaş, entre 2003 y 2011, incluía a varios países europeos, la circularidad migratoria de las otras dos redes se limitó, hasta por lo menos 2010, a una ruta bidireccional entre Granada y las localidades de origen. La dispersión internacional de lazos sociales fuertes y una mayor experiencia migratoria de la red de familias de Calaş les generaba lo que podemos llamar un alto potencial migratorio, por el que, ante la falta de recursos (económicos, habitacionales, etc.) en un determinado lugar y momento, sus componentes tienen tanto la información como los apoyos necesarios para emprender una nueva emigración en un amplio abanico de posibles territorios de destino.

Asimismo, los ingresos económicos de las tres redes procedían de la mendicidad, del reciclaje de metales, del trabajo agrícola temporal, del servicio doméstico y de la compraventa a baja escala de vehículos. Sin embargo, los romá de Calaş explotaban recursos en territorios más amplios, entre el sur de España y Portugal, mientras que las familias de Salaveni y Naseşti, al contrario, se limitaban al territorio urbano de Granada. Tales diferencias, en cuanto a movilidad local o internacional, experiencias migratorias y recursos económicos, fueron determinantes en las respuestas de las familias ante el control de la administración pública y el acceso a las prestaciones sociales.

La organización social era un importante recurso adaptativo también ante la escasez de oportunidades de alojamiento en la ciudad. Si bien no faltaron situaciones residenciales estables y regulares de alquiler, en el periodo considerado la mayoría de las familias de las tres redes pasaron por diferentes condiciones, alcanzando una alta movilidad intra-urbana. La situación administrativa y laboral en la que se encontraba esta población antes de 2007 era un factor limitante para el acceso a la vivienda. Si por un lado ser extranjeros sin permiso de residencia era un obstáculo para acceder a las prestaciones sociales, por el otro la falta de contratos laborales y de entradas económicas regulares no proporcionaba siempre las garantías exigidas para acceder a pisos de alquiler. El alquiler, cuando era posible, comportaba la formación de grupos domésticos plurinucleares (es decir, dos o más núcleos domésticos que cohabitan en una misma vivienda, con hasta más de quince personas) que permitían ahorrar gastos y garantizar los pagos mensuales. Al mismo tiempo, la expansión urbana de la ciudad iba dejando solares y viejos edificios deshabitados a la espera de ser demolidos en vista de nuevos proyectos de construcción. Entre 1998 y 2007, la localización de estos

espacios se movió desde el centro hacia la periferia urbana. Su ocupación fue una estrategia muy practicada por los romá, que formaban amplios grupos de núcleos domésticos corresidentes (es decir, varias unidades domésticas que crean viviendas separadas dentro de un mismo espacio común, reuniendo, en este caso, hasta cien personas). El tamaño de tales grupos y la alta presencia de menores acababan a menudo representando una baza implícita en la negociación ante los poderes públicos. Mediante estos argumentos, en varios casos se consiguió postergar un desalojo y sensibilizar a las autoridades y la sociedad civil sobre las condiciones de precariedad de sus habitantes.

2. Intervención pública en materia de urbanismo y vivienda

Desde la perspectiva de la administración, la ocupación de edificios abandonados y la corresidencia se han interpretado de forma más o menos coherente como "ocupación irregular", "hacinamiento" o "situación de riesgo para los menores" y han provocado la intervención de las autoridades públicas. En Granada, estas actuaciones han sido protagonizadas substancialmente por los servicios sociales municipales que, a pesar de no tener competencia directa en materia de vivienda, fueron desarrollando prácticas subsidiarias a través de prestaciones sociales para apoyar el ingreso y la estancia en pisos de alquiler. Estas prestaciones son la Ayuda de Emergencia Social, la Ayuda Económica Familiar y el Ingreso Mínimo de Solidaridad:

- La Ayuda de Emergencia Social está destinada a "paliar contingencias extraordinarias que se puedan presentar a personas o unidades familiares y que deban ser atendidas con inmediatez" (Decreto 11/1992: art. 7.3). Es una ayuda de un máximo de 300€ al mes durante tres meses, renovable tres meses después de su terminación.
- La Ayuda Económica Familiar es una prestación temporal y preventiva que se concede a familias "para la atención de las necesidades básicas de menores a su cargo cuando carecen de los recursos económicos suficientes para ello, con el fin de evitar la institucionalización del menor" (Decreto 11/1992: art. 7.4). Se suele otorgar para facilitar la rehabilitación de la vivienda, el pago de suministros o el pago del alquiler para evitar

desahucios. Su cantidad y forma de asignación son idénticas a las de la Ayuda de Emergencia. Sin embargo, la Ayuda Familiar implica "una intervención social complementaria" (Decreto 11/1992: art. 7.4) basada en la estipulación de un Programa Integral de Intervención, por el que las familias se comprometen a cumplir con "contra-prestaciones" definidas por los servicios sociales.

- El Ingreso Mínimo de Solidaridad se otorga en el marco del "Programa de Solidaridad de los andaluces para la erradicación de la marginación y la desigualdad" (Decreto 2/1999). Sus beneficiarios son las unidades familiares cuyos recursos mensuales son inferiores a la cuantía de la misma prestación. En 2011 la cuota máxima era de 640€ al mes para una familia con más de cinco miembros. Se concede durante seis meses y es renovable tras una interrupción de seis meses. De forma similar a la Ayuda Familiar, la doble finalidad asistencial y de inserción del Programa de Solidaridad se concreta en la suscripción de un Compromiso de Inserción, por el que la familia receptora acepta medidas integrales orientadas a su propia "promoción e incorporación social" (Decreto 2/1999: art. 10). Estas pueden ser, por ejemplo, la escolarización de los hijos, la participación en actividades de formación profesional, el seguimiento de un calendario de vacunación, la mejora de las condiciones de vivienda, etc.

En la práctica, la utilización de estas ayudas presenta algunos elementos críticos. El primero es la falta de liquidez de la administración, por la que se ha ampliado hasta quince meses el periodo de espera para estas ayudas. Esta circunstancia cuestiona tanto la característica de inmediatez de estas ayudas, como el establecimiento de una relación de reciprocidad entre familias receptoras y servicios sociales, con consecuente incumplimiento de las contra-prestaciones exigidas. En segundo lugar, la tramitación de estas prestaciones está vinculada a la inscripción de los solicitantes en el padrón municipal de habitantes. Sin embargo, la situación de irregularidad o informalidad de la vivienda raramente permite cumplir con los requisitos necesarios para tal inscripción y puede transformarse en un obstáculo para la salida de una situación de pobreza. Finalmente, el concepto amplio y extenso de unidad familiar contenido en el Programa de Solidaridad, que amplía hasta el segundo

grado de parentesco el número de miembros que constituyen el núcleo familiar beneficiario (Fernández, 2009), reduce el impacto de esta prestación en presencia de grupos domésticos plurinucleares formados a partir de relaciones de parentesco cercano, a la vez que refuerza las redes de solidaridad inter-étnica y pautas de cohabitación o corresidencia como alternativa ante la carencia de oportunidades económicas y de beneficios sociales.[3]

2.1. Primeras actuaciones represivas (2001-2006)

En una primera fase, justo tras la llegada de las tres redes de familias romaníes consideradas, sus prácticas residenciales se caracterizan por la ocupación de cortijos y edificios abandonados en el área urbana de Granada. A principio del 2004 se implementan los primeros desalojos pero sin ofrecer alternativas residenciales a las familias desahuciadas, que como única solución recurren a la cohabitación o corresidencia con otros grupos domésticos de las propias redes familiares. Gracias a un capital mayor de buenas relaciones con los vecinos de la ciudad, las familias de la red de Calaș consiguen entrar en viviendas sociales subalquiladas ilegalmente.

Al mismo tiempo, desde la prensa local, la presencia de romá inmigrantes empieza a problematizarse en torno al fenómeno de la mendicidad infantil (Gamella, 2007). Parcialmente tolerada en los primeros años, el municipio adopta medidas cada vez menos permisivas y, siempre a partir de 2004, el fenómeno se reduce drásticamente. Esto corresponde a cambios importantes en la organización interna de los núcleos domésticos, especialmente entre las familias de las redes de Salaveni y Naseşti, las más dependientes de este tipo de estrategia económica y más limitadas al territorio urbano en su implementación y, por lo tanto, más sujetas al control de la administración pública. Por lo general, tales cambios comportan que los hombres y/o las mujeres más jóvenes presentes en la vivienda se queden en casa al cuidado de los menores, mientras las mujeres adultas salen a mendigar. Normalmente reacias al uso de los servicios de guardería, esta situación empuja progresivamente a las familias hacia la escolarización infantil de sus hijos. En cuanto a las familias de la red de Calaș,

[3] El Ingreso Mínimo percibido no es una cuantía fija, sino complementa los ingresos de cada familia hasta un determinado umbral. Este cálculo considera la suma de los ingresos de todos los miembros familiares empadronados en el mismo domicilio, hasta el segundo grado de parentesco. Por ello, un grupo domestico plurinuclear formado por dos hermanos con sus respectivas parejas y los hijos (diez personas) tendrán derecho al Ingreso Mínimo solo si la suma de los ingresos totales es inferior a 640€.

ante el riesgo de la retirada de menores algunas de ellas optaron por la emigración.

2.2. Experiencias de desalojos y realojos colectivos (2007-2008)

Frente a la expansión urbanística de la ciudad, los edificios abandonados y ocupados deben desalojarse para dejar espacio a nuevas construcciones. A partir de dos grandes desahucios colectivos, los servicios sociales municipales se transforman en uno de los principales dispositivos de la intervención pública dirigida a los romá. Esto se debe por un lado a la creciente politización y visibilización mediática de su presencia en la ciudad y, por el otro, a la regularización administrativa de los ciudadanos rumanos, que el acceso de Rumania en la Unión Europea ha comportado. Vinculando la asignación de las prestaciones sociales con contra-prestaciones exigidas a las familias (vacunación, escolarización de los menores, etc.), el Ayuntamiento empieza a utilizar las ayudas sociales disponibles para promover el acceso a pisos de alquiler. La "cuestión romá" entra en la agenda política local como un tema de urbanismo, vivienda y, usando la expresión común en la planificación política, de "convivencia".

2.2.1. El primer realojo colectivo: buenos propósitos, prácticas insostenibles

A raíz de un informe expedido por la policía local en mayo 2007, los servicios sociales del distrito I empezaron a intervenir en el Cortijo de la Rauda[4], donde desde 2002 se alojaban irregularmente en torno a veinte núcleos familiares (37 adultos y 31 menores) procedentes de Salaveni. Como actuación previa, los servicios sociales facilitaron la regularización de los habitantes del cortijo en cuanto a documentación sanitaria, vacunación y escolarización. Asimismo llevaron a cabo el registro catastral del edificio, inexistente hasta entonces, condición necesaria para el empadronamiento de sus ocupantes y, este, para el acceso a las prestaciones sociales.

En septiembre de 2007, tras negociar una suspensión de tres meses de una orden de derribo recién expedida, los servicios sociales diseñan un plan de realojo basados, por un lado, en la tramitación de las prestaciones disponibles, con la intención de permitir a las familias hacer frente al coste de pisos en alquiler y, por el otro, en la subscripción de un convenio con una agencia inmobiliaria, por el que la

[4] Los nombres de los distritos y de los lugares de ocupación son pseudónimos.

intervención por parte de la administración municipal hizo innecesario avalar económicamente los eventuales impagos. En ese momento el precio medio de un piso en ese distrito era de 400€ mensuales. Por cada unidad de convivencia había por tanto que adelantar, entre fianza e intermediación de la agencia, un mínimo de 1200€. Para ello, durante tres meses, la casi totalidad de las familias recibió una Ayuda Económica Familiar de 900€ (300€/mes). Sin embargo, la mayor preocupación de los servicios sociales era garantizar la estabilidad residencial y la continuidad del alquiler. Para ello, la comisión autonómica encargada de tramitar el Ingreso Mínimo permitió asignar excepcionalmente esta ayuda a cada uno de los núcleos familiares que podían juntarse en una unidad de convivencia (formando un grupo doméstico plurinuclear), aunque estuvieran unidos a partir de relaciones de parentesco cercano. De tal manera se ubicaron los veinte núcleos familiares en diez pisos, llegando a organizar planes de ahorro familiar para que el pago del alquiler fuera sostenible. Los problemas surgieron cuando a partir de la segunda tramitación del Ingreso Mínimo, la comisión autonómica competente volvió a una interpretación estricta de los criterios de asignación de esta ayuda, ampliando otra vez hasta el segundo grado de parentesco el número de miembros familiares empadronados en el mismo domicilio, considerados en el cálculo de los ingresos percibidos. Consecuentemente, un grupo doméstico formado por dos familias nucleares emparentadas (por ejemplo, dos hermanos con sus respectivas parejas y los hijos) que recibían de forma alternada el Ingreso Mínimo de Solidaridad, empezaron a contar con solo una prestación. Para muchas unidades de convivencia, el pago del alquiler se hizo insostenible, con consecuentes impagos, mudanzas a pisos en peores condiciones o vuelta a la ocupación de edificios abandonados donde vivían otras familias de la misma red. En este contexto, las solicitudes tramitadas para acceder a viviendas de protección oficial tuvieron un impacto muy limitado. Aunque en 2009 la Empresa Pública del Suelo de Andalucía (EPSA) adjudicó viviendas de protección oficial a ocho núcleos familiares (matrimonios con hijos), ante un coste demasiado elevado de fianza y primera mensualidad de alquiler, todos acabaron renunciando a las viviendas. Gracias a la negociación de los servicios sociales, solo una familia terminó accediendo a una vivienda social más barata.

2.2.2. Un desalojo sin realojo: la política como inconveniente

En el otro extremo de la ciudad, en el distrito II, 4 grupos domésticos (quince

adultos y doce menores) estaban ocupando el antiguo Cortijo de la Paloma, un edificio que se encontraba en un área en proceso de reordenación territorial. Debido a la intervención del Defensor del Pueblo Andaluz, la orden de desalojo emitida en la primavera de 2007 no se ejecutó hasta finales de noviembre del mismo año. Durante estos meses, el número de ocupantes creció hasta llegar a medio centenar, y uniendo a grupos domésticos de las tres redes. Al mismo tiempo, el Cortijo entró contundentemente en la agenda mediática y política, generando un debate en torno a las responsabilidades de la administración autonómica y la municipal. Por primera vez en la historia de la presencia rumana romaní en Granada, la sociedad civil local se movilizó creando una plataforma ciudadana en apoyo de las reivindicaciones de las familias y demandando un plan integral de intervención.

Como actuación previa, también los servicios sociales de este distrito apoyaron la regularización del cortijo y la inscripción de sus habitantes en el registro patronal. Sin embargo, también a causa del clima político y de la visibilidad mediática del caso, la tramitación de las prestaciones sociales no tuvo los resultados esperados porque ninguna agencia inmobiliaria aceptó negociar las condiciones de acceso a los pisos. Esto impidió llevar a cabo el acuerdo entre los servicios sociales y las familias atendidas, por el que la Ayuda de Emergencia sería utilizada como adelanto de las primeras mensualidades de alquiler. Tampoco tuvieron éxito los esfuerzos de la administración regional de utilizar el sistema de subvenciones gestionadas por las Agencias para el Fomento del Alquiler (Decreto 149/2003) debido al rechazo de los propietarios a alquilar los inmuebles a estas familias. Solo uno de los núcleos familiares cumplía con los criterios de acceso a viviendas de protección oficial y se alojaron en una poco antes del desalojo del cortijo.

Tras la intervención policial, la administración municipal ofreció alojamientos temporales de emergencia que suponían la división de los núcleos familiares entre hombres y mujeres, razón por la que las familias los rechazaron. El plan de emergencia concertado entre la administración regional y municipal, que preveía el alojamiento temporal de las familias en unas naves industriales abandonadas, fracasó ante la resistencia de sus propietarios de alquilarlas. Las presiones procedentes de la sociedad civil consiguieron que unas veinte personas fueran alojadas en instalaciones municipales, en las sedes de asociaciones profesionales y de un partido político. Finalmente, una organización agraria consiguió empleos agrícolas temporales a

algunas familias, con alojamiento y comida incluidos. Las familias desalojadas volvieron a ocupar edificios abandonados o consiguieron habitar en viviendas de protección oficial subarrendadas ilegalmente por vecinos entre la población local. En todos los casos, se volvieron a formar grupos domésticos plurinucleares en otros edificios abandonados o pisos donde ya vivían otras familias.

2.3. La normalización de la intervención social (2009-2011)

Los hechos de los años anteriores crearon un vínculo, de dependencia y control, y un capital de conocimiento recíproco entre familias romaníes y servicios sociales. Durante los años sucesivos, estos han actuado de intermediarios con los propietarios de las viviendas abandonadas, para promover la regularización de los espacios ocupados y garantizar así el acceso a las prestaciones sociales. Por otro lado, su intervención ha favorecido el acceso al alquiler de viviendas a un número creciente de familias. En el 2011, los servicios sociales municipales llevaban a cabo intervenciones integrales con aquellas familias que a su entender "tienen más posibilidades de inclusión", es decir, que aceptan las contra-prestaciones exigidas a cambio de las prestaciones económicas.

Después de los desalojos de 2007 y otras intervenciones puntuales en más espacios ocupados, las tres redes de familias adoptaron pautas residenciales diferentes. En el distrito I, durante los últimos años los servicios sociales consolidaron la estrategia de realojo basada en la tramitación de las prestaciones disponibles y la colaboración con una agencia inmobiliaria del distrito. Esto fomentó la progresiva estabilización residencial de las familias de Salaveni procedentes del Cortijo de la Paloma y de otros edificios ocupados. Entre 2008 y 2011, la población de esta red en el distrito fluctuó entre sesenta y cien personas. No faltaron episodios de intolerancia vecinal e hiper-visibilización mediática ante la mera presencia de estos nuevos vecinos en los espacios públicos. Sin embargo, el refuerzo de los vínculos de reciprocidad entre los servicios sociales y las familias influyeron positivamente, sobre todo en la continuidad de la escolarización de los menores. Junto a las decisiones negociadas autónomamente dentro de cada núcleo familiar, fue también la falta de opciones migratorias, debido a la escasez de lazos sociales en otros países, lo que empujó a las familias de Salaveni hacia el cumplimiento de los planes de inclusión diseñados por los servicios sociales.

La mayoría de las familias de las redes de Calaş y Naseşti acabaron mudándose a otro distrito, el III, pero con pautas muy diferentes. Por lo general, el atractivo de este distrito es su disponibilidad de viviendas baratas, entre las que se encuentran pisos de protección oficial subarrendados informalmente y solares baratos con viviendas en malas condiciones. Las familias de Naseşti procedentes del Cortijo de la Paloma se reubicaron con otras de la misma red en chabolas construidas a partir de estructuras preexistentes situadas en un espacio privado para el que pagaban un alquiler común. Siguiendo el mismo acercamiento mencionado anteriormente, en el 2010, los servicios sociales del distrito fomentaron el acceso de los ocho núcleos familiares a las prestaciones sociales con la inscripción de las viviendas en el catastro y la de sus habitantes en el padrón. En este mismo caso, la comisión responsable para la otorgación del Ingreso Mínimo concedió la ayuda a todos los núcleos domésticos, aunque formalmente corresidentes y emparentados. Antes de recibir la ayuda, la totalidad de los menores en edad correspondiente a los ciclos de primaria ya estaba escolarizada, testimoniando el papel esencial que algunos colegios han jugado en los procesos de inclusión de los romá en Granada (Piemontese, 2011a). También en este caso, el limitado potencial migratorio de las familias de Naseşti tuvo un cierto impacto en la decisión de las familias de acoplarse a los objetivos de inclusión definidos por los servicios sociales.

De las familias de Calaş, por lo contrario, tres entraron en viviendas sociales mientras que las demás alquilaron en subarriendo viviendas sociales disponibles en el barrio. La posibilidad de estas familias de acceder al mercado informal del subarriendo estaba ligada tanto a su mayor poder adquisitivo como a los lazos sociales previos con los residentes del distrito. La presencia de esta red en Granada fue disminuyendo a partir de 2009, debido a los efectos de la crisis económica, a otros desalojos, el control sobre la escolarización de los menores, así como la posibilidad de emigrar a países que ofrecían más oportunidades laborales, como el Reino Unido o Alemania, donde muchas familias emparentadas ya vivían. En 2011, de la red de Calaş quedaban diez unidades domésticas, las que mejores condiciones laborales y de vivienda habían mantenido durante toda la década.

3. Encuentros y desencuentros. Interacción entre políticas públicas y decisiones familiares

3.1. Las características de la intervención pública en materia de vivienda

Según la Agencia de los Derechos Fundamentales (Fundamental Rights Agency, 2009: 35, 65-67), en la mayoría de países de la Unión Europea los "*Roma* de otros estados miembros" han tendido, por defecto, a ser incluidos como destinatarios de acciones dirigidas a "*Roma* nacionales". España representaría un buen ejemplo en este sentido, ya que durante la última década una serie de políticas autonómicas dirigidas a la población gitana comenzó a incorporar entre sus beneficiarios a los así llamados "gitanos del este". Sin embargo, el análisis de la experiencia granadina, considerando *a posteriori* también los resultados de un reciente estudio realizado en Cataluña (Bereményi y Mirga, 2012; Piemontese, 2013), sugiere que son más bien las políticas generalistas de los servicios sociales las que al fin y al cabo tienen el mayor impacto sobre las pautas residenciales y los procesos de inclusión de los inmigrantes romaníes. En este sentido, el elemento de continuidad entre la intervención con población gitana y con población romaní debe buscarse en la utilización de las prestaciones y servicios generalistas como mecanismo de inclusión y de control social y no en el desarrollo de políticas específicas para la población gitana.

La experiencia granadina ha demostrado que la cooperación entre autoridades públicas y sociedad civil, incluyendo a los propios romá, un principio abogado además por la Unión Europea (Council of the European Union, 2009), representa la condición esencial a partir de la cual es posible mejorar las condiciones de vivienda de los grupos más marginalizados. Otro criterio de "buena práctica" que ha encontrado su aplicación en la experiencia granadina es la regularización del espacio ocupado como primer paso del proceso de intervención (Open Society Foundations, 2011; OSCE, 2000). Sin embargo, como demuestran las comparaciones anteriores, el ingrediente fundamental de los procesos de inclusión sigue siendo fundamentalmente político.

En Granada, el desarrollo de planes de realojo colectivo fue determinado en primer lugar por la exigencia de la administración pública de resolver el conflicto entre las estrategias residenciales de las familias romaníes y algunos intereses económicos y urbanísticos más grandes. En este sentido, la obligación de las autoridades andaluzas de "favorecer el ejercicio del derecho constitucional a una

vivienda digna y adecuada" (Ley Orgánica 2/2007, art. 25) se ha reducido prevalentemente a actuaciones de emergencia destinadas a satisfacer las necesidades habitacionales básicas agravadas por los desalojos.

A nivel de distrito, la discrecionalidad de los profesionales se ha plasmado en diferentes previsiones sobre la movilidad residencial y, consecuentemente, en diferentes actuaciones. La comprensión general de la movilidad como una amenaza a los procesos de inclusión ha dado lugar a interpretaciones y resultados contrapuestos: la suspensión de la intervención, cuando los trabajadores sociales atribuían una tendencia intrínseca ("hábitos", "cultura", etc.) de las familias hacia el "nomadismo"; o la tramitación de prestaciones que garantizaran la estabilidad residencial, cuando se reconocía que las causas de la movilidad residencial eran estrictamente económicas.

Frente a la falta de viviendas sociales y de prestaciones apropiadas, los servicios sociales han utilizado de forma creativa las prestaciones sociales existentes, mediante una interpretación elástica de sus condiciones de acceso (que en algunos casos ha permitido su otorgación por núcleo familiar y no por unidad domestica) y organizando de forma eficiente su tramitación (alternando su distribución entre núcleos familiares corresidentes). Han anticipado así, en cierto modo, otro de los que el Consejo de Europa considerará los principios básicos comunes de inclusión de los gitanos: el diseño de políticas constructivas y pragmáticas apropiadas para la situación real (Council of the European Union, 2009). Sin embargo, las características de las prestaciones disponibles no han podido asegurar la estabilidad económica de los núcleos familiares con menores ingresos económicos, ni evitar la reaparición a largo plazo de unidades de convivencia extensas y de la inestabilidad residencial que se quería prevenir. Cabe mencionar que en algunos casos la utilización creativa de las prestaciones se ha generado de forma autónoma dentro de las familias, lo que evidencia la necesidad de reformar las políticas asistencialistas existentes.

3.2. Respuesta y autonomía de la población romaní beneficiaria

Como cualquier otro beneficiario de políticas públicas, los inmigrantes romá son sujetos autónomos que negocian las retóricas y las oportunidades de la administración pública con sus propias estrategias, necesidades y recursos. Sus pautas de movilidad e inmovilidad deben verse, a la vez, como el resultado de la acción pública y de los proyectos migratorios negociados dentro de cada núcleo familiar.

Frente a las medidas de control que la intervención social supone y a la pocas garantías de continuidad de las ayudas sociales, en un contexto, además, de empeoramiento general de la economía de la ciudad, gran parte de las familias de la red de Calaş optaron por emigrar hacia aquellos otros países europeos en lo que disponían ya redes parientes asentados. Es importante subrayar, en este caso, que a raíz de la movilidad internacional anterior a la llegada a Granada, así como residencial durante la década de estancia en la ciudad, muchos de los jóvenes de esta red que habían alcanzado la edad de escolarización poco antes de que sus propias familias emigraran o ya en el extranjero, llegaron a la edad adulta sin casi adquirir competencias mínimas de lectoescritura. La exclusión constante del acceso a viviendas dignas ha provocado veinte años de movilidad territorial forzada y consecuentes experiencias de escolarización esporádicas y discontinuas. De este modo, el mayor potencial migratorio de las familias de Calaş, utilizado frecuentemente como respuesta a las políticas de rechazo e ilegalización a partir de 1992, se ha vuelto en contra de muchos jóvenes que cuentan hoy con recursos muy débiles para competir en el mercado laboral de cualquier país en el que acaben residiendo.

Las dos redes familiares que llegaron en Granada a partir del 2000 y que no disponían ni de la experiencia migratoria ni de la red internacional de la de Calaş, y cuya economía estaba limitada, principalmente, al ámbito urbano de la ciudad, aceptaron, por lo contrario, entrar en el circuito de prestaciones y contra-prestaciones ofrecido por la administración local. En algunos casos, la práctica de los servicios sociales de vincular la tramitación de algunas prestaciones al compromiso de las familias de escolarizar a los menores ha aparentemente asegurado ciertas mejoras en sus trayectorias escolares, tanto directa (por el compromiso de escolarización) como indirectamente (por las mejores condiciones de vivienda) (Piemontese, 2011a). Los datos que emergen de las encuestas llevada a cabo a partir de 2013 muestran que la casi totalidad de los menores hasta los 12 años estaban escolarizados, a diferencia de lo que había ocurrido hasta unos pocos años antes, aunque el abandono a partir del tercer año de enseñanza secundaria seguían alto. El número de alumnos de estas redes de familias que consiguieron el título de Enseñanza Secundaria Obligatoria (ESO) seguía siendo irrisorio.

Conclusiones

La forma en la que los organismos responsables del desarrollo de las políticas de inclusión articulan sus iniciativas depende – más allá de los marcos legislativos y de los recursos disponibles – de la interpretación de las características y necesidades de la población beneficiaria. En el caso de las poblaciones romaníes, la elevada movilidad residencial, las precarias condiciones de vivienda y la formación de grupos domésticos de gran tamaño, son leídas a menudo, tanto en el discurso político/mediático local, como por algunos trabajadores sociales, como consecuencias directas de factores culturales (asociados, por ejemplo, al nomadismo). La etnicización de la causas de la exclusión, es decir, su explicación mediante elementos étnico-culturales estereotipados, supone que la "inclusión social" solo es posible mediante un cambio cultural y de comportamiento de "los excluidos". Tal postura implica que la intervención adquiera como objetivo la asimilación a los valores de la sociedad mayoritaria. Por otro lado, la superación de esta postura mediante una aproximación rígidamente universalista en la implementación de las políticas públicas corre el riesgo de fracasar ante una pluralidad de respuestas por parte de la población beneficiaria.

En el caso de la población romaní considerada en este artículo, los recursos internos a su propia organización social – la ideología patrilocal y pro-natalista, que genera amplios y complejos grupos domésticos; las pautas migratorias que movilizan amplias redes de parientes con un alto grado de cooperación interfamiliar; la existencia de una diáspora transnacional, que ocasiona lo que hemos llamado "potencial migratorio" – inciden profundamente en el alcance de los objetivos de la intervención pública. Por este motivo, en Granada, la labor de los servicios sociales ha conseguido sus mejores resultados cuando los recursos normativos y económicos universalistas han sido implementados de forma creativa y pragmática: no solo respondiendo a las diversas necesidades planteadas por los núcleos domésticos, sino reconociendo en la más amplia organización social de la población beneficiaria un vehículo de cambio social antes que un obstáculo "cultural".

Tener en cuenta la pluralidad social, histórica y cultural de los sistemas sociales de los que estos grupos forman parte, puede ayudar al desarrollo de políticas verdaderamente no-discriminatorias. Entre la criminalización y la comprensión de las "reivindicaciones silenciosas" que determinadas conductas sociales suponen (la ocupación irregular del espacio o la elevada movilidad residencial), y entre la

negación, la estereotipización o la valoración de los elementos socioculturales de estos inmigrantes (las ideologías familiares o la dimensión transnacional de las redes migratorias) la decisión política más o menos valiente acaba estando en la manos de los gobiernos locales.

Referencias bibliográficas

BELUSCHI FABENI, Giuseppe (2013), *Roma Korturare entre Transilvania y Andalucía: procesos migratorios y reproducción cultural*, Granada, Universidad de Granada.

BEREMÉNYI, Bálint-Ábel; MIRGA, Anna (2012) (coord.), *¿Perdido en la acción? Evaluación de los seis años del Plan Integral del Pueblo Gitano en Cataluña*, Barcelona, FAGiC/EMIGRA.

CESCR – COMMITTEE ON ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL RIGHTS (1992), *General Comment No. 4: The Right to Adequate Housing (Art. 11 (1) of the Covenant) – E/1992/23*, [Consult. on 25.03.2014]. Available at: <http://www.refworld.org/docid/47a7079a1.html>.

– (1997), *General Comment No. 7: The Right to Adequate Housing (Art.11.1): Forced Evictions – E/1998/22*. [Consult. on 25.03.2014]. Available at: <http://www.refworld.org/docid/47a70799d.html>.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION (2009), "Council Conclusions on Inclusion of the Roma", *in 2947th Employment, Social Policy, Health and Consumer Affairs Council Meeting*, Luxembourg, Council of the European Union, 8 June 2009.

DUBOIS, Vincent (2009), "Towards a Critical Policy Ethnography: lessons from fieldwork on welfare in France", *Critical Policy Studies*, 3 (2), pp. 221-239.

EUROPEAN COMMISSION (2011), *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. An EU Framework for National Roma Integration Strategies up to 2020 – COM(2011) 173/4*, Brussels, European Commission.

FERNÁNDEZ, María Luisa de la Flor (2009), "El Programa de Solidaridad de Los Andaluces. El Ingreso Mínimo de Solidaridad", *Temas Laborales*, II (100/2009), pp. 487-514.

FUNDAMENTAL RIGHTS AGENCY (2009), *The Situation of Roma EU Citizens Moving to and Settling in Other EU Member States*, Luxembourg, Fundamental Rights Agency.

GAMELLA, Juan Francisco (2007), "La inmigración ignorada: Romá/gitanos de Europa oriental en España, 1991-2006", *Gazeta de Antropología*, 23, pp. 1-25.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS (2011), *Vademecum. Improving Housing Conditions for Marginalized Communities, Including Roma in Bulgaria, Czech Republic, Hungary, Romania and Slovakia through the Absorption of ERDF. Methodological Guidance*, Budapest, Metropolitan Research Institute.

OSCE – ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE (2000), *Report on the Situation of Roma and Sinti in the OSCE Area*, Hague, Organization for Security and Co-operation in Europe.

PIASERE, Leonardo (1991), *I Popoli Delle Discariche*, Roma, CISU.

PIEMONTESE, Stefano (2011a), *Alumnado rumano gitano y dinámicas de participación en el sistema educativo local en tres escuelas de Granada*, Osnabrück, Universität Osnabrück.

– (2011b), *The Access to Housing of Romanian Roma in Andalusia. Public Practices and Family Strategies in the Area of Granada*, Master thesis in Internationale Migration und Interkulturelle Beziehungen, Osnabrück, Universität Osnabrück.

– (2013), "Roma Migration and the Gitano Policies in Spain" in Stefano Piemontese (ed.), *"Roma migrants" in five European Countries. Policy Contexts and National Integration Strategies*, Segundo informe del proyecto REdHNET, Sevilla, Taller – ACSA, pp. 30-47.

Legislación

Decreto 11/1992, de 28 de enero, por el que se establecen la naturaleza y prestaciones de los servicios sociales comunitarios, Boletín Oficial de la Junta de Andalucía, número 17, 25 de febrero 1992.

Decreto 2/1999, de 12 de enero, por el que se regula la creación del Programa de Solidaridad de los andaluces para la erradicación de la marginación y la desigualdad, Junta de Andalucía, Boletín Oficial de la Junta de Andalucía, número 16, 6 de febrero 1999.

Decreto 149/2003, de 10 de junio, por el que se aprueba el Plan Andaluz de Vivienda y Suelo 2003-2007, y se regulan las actuaciones contempladas en el mismo, Boletín Oficial de la Junta de Andalucía, número 117, 20 de junio 2003.

Ley Orgánica 2/2007, de 19 de Marzo, de Reforma del Estatuto de Autonomía para Andalucía.

Stefano Piemontese (autor de correspondencia). PhD Student. Universitat Autònoma de Barcelona, grupo de investigación EMIGRA (Barcelona, España). Taller ACSA – Taller de Antropología y Ciencias Sociales Aplicadas (Granada, España). Central European University,

Center for Policy Studies (Budapest, Hungría). Dirección de correspondencia: 1051 Budapest, Nador utca 11, office 318, Central European University, Budapest – Hungary; Taller ACSA – Taller de Antropología y Ciencias Sociales Aplicadas, Calle Luz Casanova 3, 21, 1º D, 18011 Granada – Spain. *E-mail*: piemonteses@ceu.hu.

Giuseppe Beluschi Fabeni. PhD. Taller ACSA – Taller de Antropología y Ciencias Sociales Aplicadas. Universidad de Granada (Granada, España), MigRom project. E-mail: beluschi@ugr.es, gbf@taller-acsa.org.

Artigo recebido a 1 de julho de 2014. Publicação aprovada a 19 de novembro de 2014.

New methodological approaches in the anthropological demography of Romani groups. An example from the study of the evolution of the infant and child mortality of the Gitanos or *Calé* of Spain (1871-2007)

Juan F. Gamella
Universidad de Granada

Elisa Martín Carrasco-Muñoz
Universidad de Granada

Alejandro Quesada Garrido
Universidad de Granada

Abstract

Probably the most important change that affected the Gitano people of Spain in its recent history has been the rapid decline in their infant and child mortality patterns. There is however an almost complete absence of studies on this process. Data is difficult to obtain, as ethnic affiliation is usually not recorded in parish or civil records, and the base population is generally unknown. In this paper we will describe the methods we followed to overcome those problems in the genealogical and family reconstitution of the Gitano population of 22 contiguous localities of Andalusia, which includes data on over 19,000 people. From this database we produced annual time series that show a differentiated model of mortality decline occurring between 1950 and 1975.

Keywords: infant and child mortality; Roma/gypsies/gitanos; historical demography.

Resumo

A recente história da mortalidade infantil e juvenil dos Ciganos e Calé de Espanha (1871-2007): Fontes de dados, problemas metodológicos e resultados preliminares

Provavelmente a mudança mais importante vivida pelo povo Gitano em Espanha na sua história recente tenha sido o rápido declínio nos padrões de mortalidade infantil, que teve lugar na segunda metade do século XX. Há, porém, uma ausência quase completa de dados, estudos e modelos sobre este processo. Os dados são difíceis de obter, como a filiação étnica que geralmente não é registrada nas paróquias ou no Registo Civil, e na maioria dos casos também é difícil apurar qual a população cigana global residente. Neste artigo descrevemos os métodos que mobilizamos para superar esses problemas através de uma reconstituição genealógica e familiar da população cigana de 22 localidades contíguas da província de Granada, o que inclui dados sobre mais de 19.000 pessoas. A partir desta base de dados produzimos séries de tempos anuais que espelham um modelo diferenciado de declínio de mortalidade ocorrido entre 1950 e 1975.

Palavras-chave: mortalidade infantil e juvenil; ciganos; demografia histórica.

Résumé

Nouvelles méthodes dans la anthropologíe demographique des populations roms. Un exemple derivé de l'etude de la mortalité infantile dans la minorité gitane or calé d'Espagne (1871-2007)

Le changement le plus important qui affecta les Gitans d'Espagne, au cours de leur histoire récente, fut, probablement, le rapide déclin de la mortalité infantile et juvénile. L'étude de l'histoire de la mortalité est délicate et ces difficultés sont aggravées, dans ce cas, par l'absence de données sur la filiation ethnique dans les registres officiels, et par la méconnaissance de la taille de la population. Dans cet article nous présentons les méthodes employées pour résoudre ces problèmes qui font appel à la reconstitution généalogique et familiale de la population gitane de 22 localités contigües d'Andalousie. Cette reconstitution, qui met en œuvre les méthodes de l'ethnographie et de la démographie historique, prend en compte plus de 19.000 personnes, et mis en évidence une declin definitive de la mortalité entre 1950 et 1975.

Mots-clés: mortalité infantile et juvénile; Roma/Gitans; démographie historique.

Resumen

Nuevos métodos en la antropología demográfica de los grupos romaníes. Un ejemplo derivado del estudio de la evolución de la mortalidad infantil y juvenil en la minoría gitana española (1871-2007)

Seguramente el más importante cambio vivido por los Gitanos españoles en su reciente historia derive de la caída de la mortalidad infantil y juvenil que ha experimentado esta minoría. Sin embargo, resalta la falta de interés y de estudio sobre este tema. La investigación histórica de la mortalidad plantea complejos problemas que se agravan aquí por la ausencia de datos desagregados por etnicidad y por el desconocimiento de la población de partida. En este artículo presentamos los métodos que hemos seguido para resolver estos problemas en una reconstrucción familiar y genealógica de la población gitana de 22 municipios andaluces que incluye a unas 19.000 personas, y que permite avanzar un modelo diferenciado de declive definitivo entre 1950 y 1975.

Palabras clave: mortalidad infantil y juvenil; Romá/Gitanos; demografía histórica.

1. Introduction[1]

Perhaps the most important change experienced by the Gitano people of Spain in its recent history has been the rapid decline in the infant (under-one) and child (under-five) mortality patterns that took place in the second half of the twentieth

[1] Acknowledgements: the elaboration of this paper was partially suported by Grant Number P11-SEJ-8286- *Proyectos de Investigación de Excelencia* of the Consejería de Economía, Innovación y Ciencia of the Junta de Andalucía. We also want to thank Mercedes Alba, Mari Luz Flores, Ana Núñez Negrillo and all the Gitano friends from Guadix and Montes Orientales for their help and support all these years. Two anonymous reviewers made important suggestions as well.

century[2]. This process induced or facilitated most of the remarkable transformations experienced by this minority in the last decades. Thus, as fertility remained high, the survival of a higher proportion of children resulted in an accelerated population growth that multiplied several times the size of Gitano population. Additionally, in the 1960s and 1970s the population expansion favored a Gitano migratory wave from rural to urban areas and from Andalusia and Extremadura to other more prosperous and industrialized regions of Spain. In this period, many *Calé*[3] also migrated to Germany, France and Switzerland, in search for better-paid jobs and a chance to improve their lives, not unlike to other Spaniards.

The rise in surviving children also generated growth in the size of Gitano households. Eventually this also brought about the expansion of kin networks that included living siblings, cousins and other collateral relatives in numbers previously unknown. This, in turn, facilitated an increase in consanguineous marriages (Martín and Gamella, 2005; Gamella and Martin, 2008), and in the generation of large viri-patrilocal groups considered to be crucial actors in the political organization and the internal conflicts of Gitano society (San Roman, 1976, 1997; Gay Blasco, 1999).

Hereafter, the fall in infant and child mortality facilitated a decline in fertility that has become generalized since the late 1980s. The intentional control and reduction of fertility completes the demographic transition of this minority, a process that has enormous consequences both for the community itself and for its social inclusion in the Spanish society. It is worth underscoring that, as the burden of reproduction falls disproportionately on women, generalized child survival has resulted in crucial long-term effects on the lives, the life-projects and the mentalities of Gitano women and on the gender arrangements within the minority (Gamella, 2011, 2000).

The death of children was a very common experience in the homes of Gitano people until recently. This is a topic that frequently emerges both in the discourse of

[2] In this paper we considered both infant mortality, the death of a child less than one year of age (Q0) and child mortality for the death of children between their first and fifth birthdays (4Q1). Their sum will produce rates of childhood mortality, that is, before the child's fifth birthday.

[3] "Gitano" is the term most Spanish Romani people use to refer to themselves both in private and public settings. In Spain it is also the term most frequently used by minority leaders. For instance, when naming public institutions such as the *Instituto de Cultura Gitana*. Here it is used to denote an ethnic minority that lives mostly in Spain. The term is partly synonymous with the English term "Gypsy". Many members of groups who were previously referred to as "Gypsies" reject today this term as derogatory and prefer to be identified by their own ethnonyms, such as *Roma*, *Sinti*, *Kalé*, etc. In Spain, *Caló* (plural *Calé* or *Calós*) is also a term that many Gitanos use to refer to themselves, although less frequently.

Gitano women and analyses of civil or parish records. Infant and child mortality was also common among the majority population, but the higher fertility rates of Gitano women resulted in higher numbers of infantile deaths even with similar mortality rates and hence a more drastic experience. Thus, in our sample there are many examples of Gitano women that experienced the loss of a very high number of children.

1.1. Lack of data and lack of interest

Child mortality is a crucial index of the health and living conditions of a population. Its decline is often considered one of the first signs of social and economic development, as well as of the advance of demographic and epidemiological transitions. The reduction of child mortality is one of the United Nations Millennium Development Goals, hence a priority for all policy interventions (Guillot, Gerland, Pelletier and Saabneh, 2012).

However, it seems that the dominant representations of Romani groups have ignored or took for granted the evolution of childhood mortality. This is especially remarkable as demographic differences are among the most salient aspects of the ethnocultural difference between Romani populations and mainstream majorities everywhere. The decline of infant and child also seems to have occurred in other countries of Central and Eastern Europe, such as Romania, Hungary, Slovakia and Bulgaria, which have large and varied Romani populations (Kohler and Preston, 2011; Burlea, 2012). But we do not know much about it or whether the processes have diverged from those occurring among neighboring majority populations.

In the large and rapidly increasing literature on Rom/Sinti/Gitanos very few publications are devoted to child mortality, much less from a historical perspective. References to infant and child mortality are scattered throughout publications concerning health status and access to health care or surveys on living conditions (Cook *et al*., 2013; Ringold, Orenstein and Wilkens, 2005; Kalibová, 2000; Costarelli, 1993). It is rarely treated as the monograph at the core of other epidemiological, social and economic transformations. Even in important papers on the anthropological demography of Romani groups there are no references to infant mortality (Durst, 2002, 2011). Moreover, in the best ethnographic monographs available there is little attention to the issue of the death of children and its history, even if the experience, remembrance and celebration of death is a crucial topic in most of them (Okely, 1983;

Sutherland, 1975, 1986; Williams, 1993; Stewart, 1997).

There may be several reasons for this neglect. To begin with, the study of the history of mortality presents substantive complexities and severe data problems, even for larger and better-known populations (Corsini and Viazzo, 1997: xvii). Moreover, to assess the long-term structural dynamics of mortality shifts during childhood is a difficult task in itself. Still in 1991, an important review of the topic concluded that the understanding of the patterns of historical mortality in Europe, their causes and consequences was still in "its infancy" (Schofield, Reher and Bideau, 1991).

Besides, concerning Romani peoples, these problems are aggravated since in most of the countries where they live demographic data is not usually coded for ethnicity and cannot be easily disaggregated according to ethnic affiliation. Where such information is collected, there are serious problems of under-registration and coverage (Kohler and Preston, 2011). Hence, there is a paucity of reliable demographic data concerning Romani groups.

Despite all these difficulties, the neglect of this and other critical demographic topics cannot be justified. Studies might have used ethnographic or micro-demographic methods, considered selected families or groups, or at least described the mayor outlines of the process of demographic transition. Moreover, these topics need to be considered in ethnographic, sociological and even political descriptions; yet, child mortality has been almost uniformly ignored, even despite the prominence of death in ceremonial and ritual accounts.

The scholarly representation of Romani people appears to have suffered from considerable exoticization, orientalism and androcentrism. Anthropologists and "Gypsyologists" have contributed considerably to this practice. Bloch stressed decades ago the "professional malpractice of anthropologists" and the ingrained tendency "to exaggerate the exotic character of other cultures" (Bloch, 1977: 285). In few cases has this been more prevalent than in the study of Romani peoples. On the other hand, most ethnographies emphasize permanence, continuity and unity. Social, ideological and even demographic change, variation and heterogeneity are rarely at the core of anthropological descriptions of Romani groups, even when they are studied in the midst of profound transformations and divisions.

In sum, as Masseria and her collaborators concluded recently in their review of the health literature on Romani peoples, the literature on demographic processes and

demographic history "is very limited in content and scale" (Masseria, Mladovsky and Hernández-Quevedo, 2010: 549). The use of demographic ideas or models in the cultural and historical analyses of Romani groups arguably is ignored or even resented by scholars in the field. Our goal is to apply this insight to the study of the Gitanos or *Calé* of Spain.

In this paper we will review the methods and techniques we have applied to the study of the childhood mortality among Spanish Gitanos or *Calé* in a region of Andalusia where they have been living for centuries, constitute the main ethnic minority and their presence is very notable. We will describe the main problems of this research and the strategies attempted to overcome them. Thus, the research questions addressed in this paper are primarily methodological. They consider how it is possible to study the demographic history of Roma populations of Europe and what are the main obstacles to this study. However, these questions are approached in an applied form, by analyzing a complex case study. Hence, the preliminary results offered here try to show the potential and the limitations of the methods and techniques used when ethnographic methods are combined with those of historical demography in the study of Romani populations. This kind of synthesis has been designed as "anthropological demography" (Kertzer and Fricke, 1997) and we find it extremely relevant for the study of ethnic or cultural minorities. The example analyzed deals with the structural dynamics of long-term changes in mortality patterns of Gitano children through a micro-demographic study of a relatively large area. We have tried to generate reliable time-series data on infant and child mortality based on local civil registration and parish data for a 22 contiguous localities in a region where Gitanos have lived permanently for over four centuries.

1.2. The Gitanos of Spain

The Gitanos or *Calé* of Spain are an ethnic minority related to other Romani groups in Europe and America, such as the *Roma*, *Sinti*, Finnish *Kale*, Portuguese *Ciganos*, etc. All these groups, notwithstanding a common remote origin, have adapted to the surrounding cultures and yet show some resemblance within a gamut of sociocultural variation (Piasere, 2004; Fraser, 1992; Acton, 1979). The Gitanos come from the first migratory waves of Romani groups into Western Europe, which are documented in the fifteenth century. Their customs are the product of a long

coexistence with local Spanish populations. The history of *Calé* has been marked by persecution, stigmatization and discrimination, but also cooperation, hybridization and the appropriation of conceptions by the minority and their transformation and *detournement* (Pym, 2007; Gómez Alfaro, 1999; Leblon, 1985; Gamella, Gómez Alfaro and Pérez, 2014).

Today most Gitanos are proud of their ethnic identity, although they consider themselves autochthonous Spaniards. Gitanos speak the languages and dialects of the regions where they live. Most have Spanish as their mother tongue. The original Hispanoromani dialect they may have spoken would have been lost in most regions by the eighteenth century. However, they developed a mixed language known as *caló* or *romanó*, by inserting a Romani lexicon into Spanish morphosyntax (Gamella, Fernández, Nieto and Adiego, 2011).

Throughout the twentieth century, Gitanos lost or transformed most of their traditional trades and occupations. They also practiced the majority religion, Catholicism, although in their own ways. In sum, there is no coherent religious, linguistic or "racial" (based on the socially constructed use of real or putative phenotypical differences) difference between the Gitano minority and the majority population. Gitanos, however, have developed other differences that reaffirm their collective identity (San Román, 1997; Gay Blasco, 1999; Lagunas, 2005; Gamella, 2000, 2011, 2013). For instance, the recent proliferation of a Gitano Pentecostal religious denomination has offered new opportunities for feeling, interpreting and constructing ethnic difference through the experience of conversion (Cantón, 2004).

The *Calé* have contributed considerably to Spanish culture and folklore. Perhaps in no other part of Europe has such cultural fusion occurred as in Spain and especially Andalusia, where many of the symbols and practices that identify the region to the world (such as flamenco singing and dancing) have a crucial Gitano component (Leblon, 2003; Pasqualino, 1998).

The Spanish Romani are sedentary; they have lived in the same towns and counties for generations and often have a strong attachment to their places of birth or residence, defining themselves as Andalusians, Catalans or even *sevillanos* and *granadinos*, that is, as coming from specific provinces or cities. In the last century, Gitanos followed migration patterns similar to those of other Spaniards. Thus, we find Gitanos from Extremadura and western Andalusia in Madrid, those from Old Castile

in the Basque Country and Gitanos from eastern Andalusia in Catalonia, the Levant and the Balearic Islands. Many Gitanos migrated in the 1960s and 1970s to Germany, Switzerland and France as guest workers. Some of them returned later to the Spanish towns and cities of their ancestors.

The best estimates place the size of the Spanish *Calé* population in the range of 450 thousand to 600 thousand, around 1.5% of the total Spanish population (FSG, 2008). A large proportion of Gitanos currently is concentrated in the urban peripheries. But there are important groups of Gitanos living in localities of different sizes and geographical structures, from industrial towns of the Basque Country to tourist resorts of the Mediterranean, as well as rural areas of Andalusia, Extremadura or Murcia. The varied geographic distribution is often linked to a varied sociocultural and economic integration. The Spanish Gitanos have often been discriminated against, segregated and prosecuted (Leblon, 1985; Gómez Alfaro, 1993). But there are also many cases in which Gitanos have contributed greatly to local communities and received acceptance by their neighbors. Integration of Gitano families in local communities and economies has a secular history mostly in Andalusia, but also in other regions (Lagunas, 2005; Pasqualino, 1998; Gamella, 2006).

Since 1978, within the new political context brought about by democracy and decentralization of the Spanish state, Gitanos have improved their status considerably: they have gained access to free and universal health care, public education, public subsidies and pensions, as well as public housing and housing aids. However, they remain overrepresented in the poorer and most needy sectors of Spanish society. In the last decades, large sectors of the *Calé* minority have been marginalized and re-segregated through shantytowns and slums, some of recent construction. New and old social problems, such as alcoholism, imprisonment, illegal drug dealing and dependence, have taken a great toll among some groups. Even if these problems affect a limited number of Gitanos, their impact may be disproportionate when adequate comparisons are established (MSPS, 2009).

Today the Gitano population is increasingly heterogeneous in terms of income, education and sociocultural orientation. The demographic structure of the Gitano population differs significantly from that of the Spanish population at large. Gitanos are generally younger and their groups include more children and young people, while having a smaller proportion of elderly people. This is due to the different demographic

history of the Gitano minority, which started their demographic transition some decades later than the dominant population (Gamella, 2011; MSPS, 2009). According to our data, fertility decline among Gitanos started in the mid 1980s and was very rapid. From 1985 to 1999, the Total Fertility Rate (TFR) dropped from around 5,5 to around 2,5 children per woman. These and other developments are transforming the cultural and social life of the Gitano community, for instance, in terms of the widespread access to pensions in old age, the almost universal schooling of Gitano children, and an increase in mixed marriages, especially among the more prosperous and educated sectors (Gamella, 2011).

Still, a large sector of the Gitano population has health problems associated with poor and excluded minorities. These include a greater vulnerability to accidents, infectious diseases and degenerative illnesses such as diabetes, hypertension and cardiovascular disorders, resulting in a shorter life expectancy. When controlled comparisons can be applied, Gitanos – particularly women – report worse health and a higher rate of chronic diseases. Although health care is free and universal in Spain, barriers to equal access still remain and Gitanos tend to make less use of preventive programs and resources in exchange for a higher use of emergency facilities (MSPS, 2009). Moreover there is a lack of epidemiological and clinical studies of the health status and problems of the Gitano minority, as well as culturally informed programs tailored to their needs.

2. Methods and sources of data

As mentioned previously, even for larger and better-documented populations, the study of mortality decline is difficult. When reviewing the available data on the decline of infant and child mortality in Spain, Reher and his collaborators concluded that most available data "are woefully inadequate for unravelling the dynamics of change" and "Spain is not alone on this count" (Reher, Pérez-Moreda and Bernabeu-Mestre, 1997: 36). Considerable progress, however, has been made in the last two decades thanks to the work of Gómez Redondo (2005, 1992), Dopico and Reher (1998), Ramiro-Fariñas and Sanz-Gimeno (2000) and others.

In the case of Gitanos there are several reasons for these difficulties. First, since 1783 the mention of ethnic identity has been prohibited in Spanish public

records. Although this prohibition has been followed irregularly[4], official data does not allow for direct demographic studies of this minority or comparisons with other groups.

Moreover, most experts have worked from the premise that Gitanos have never registered births, deaths or marriages until recently (San Román, 1997). This would make demographic research unfeasible or worthless. This assumption has often coincided with the characterization of Gitanos as nomads, itinerants or at least a group that has low and uncertain territorial and local links. Our research in Andalusia contradicts both assumptions. In the parish and civil registries of this region, Gitano families have inscribed the births and deaths of their relatives by the eighteenth century and, in some cases, long before. This trend was accentuated with the establishment of the Civil Registry in 1871 and became more extensive in the twentieth century, especially since the 1920s.

Besides, there is a continuity of residence among most Gitano families in the same towns and counties, which often extends across generations. Thus it is possible to link many Gitano individuals living today with people born in the eighteenth and nineteenth centuries in the same area. In our genealogical research we have been able to verify this in thousands of cases.

2.1. The area of study

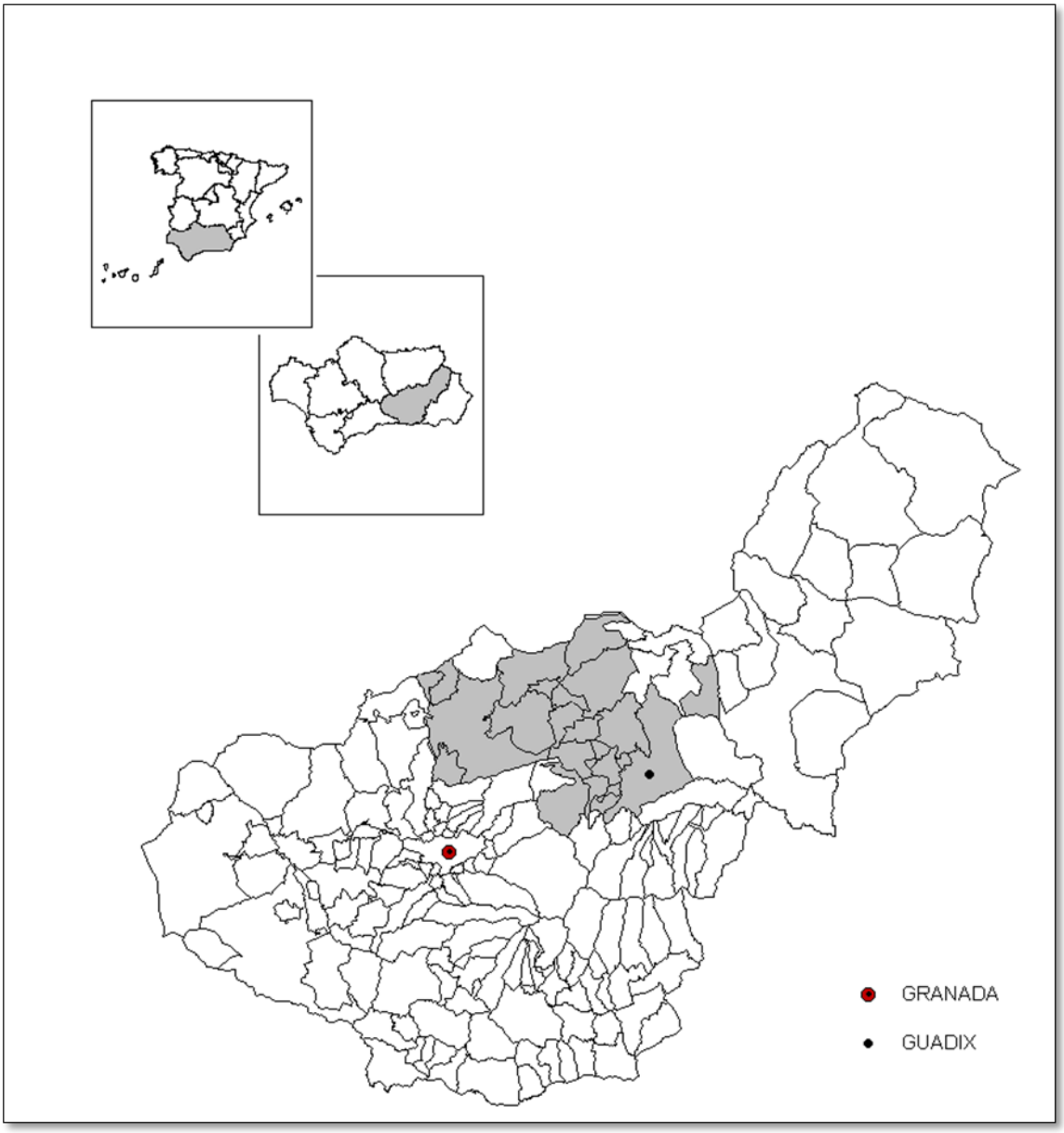
This research was carried out in 22 contiguous localities of the province of Granada in Southern Spain (see Map 1). These localities range in population from about 400 to 22 thousand, including the city of Guadix, the largest of the localities studied.

Gitano families have lived in this area continuously at least since the seventeenth century, when they were identified in parish records as *castellanos nuevos*, the euphemistic phrase use to denote Calé used as early as the sixteenth century and, more rarely, as *jitanos*. Around 6 500 Gitanos live today in these 22 towns and villages, out of a total population of about fifty thousand. Thus, they comprise about 13% of the local population. The proportion of Calé in the different localities has been usually high. By the end of the twentieth century, it ranged around

[4] We found the euphemistic expression "*castellano nuevo*" and the name "*jitano*" itself both in parish and civil registry entries well until the 1920s.

between 4% and 30% in different towns and villages (Gamella, 1996, 2011).

Map 1
Area of study: 22 contiguous municipalities of the province of Granada in Southern Spain



2.2. Gitano identity: who is who

We have considered Gitanos those persons who defined themselves as such; they were also recognized as Gitanos by their relatives and neighbors. Self-ascription has been the primary criterion for ethnic identification in our study. However, Gitano use filiation and descent (Scheffler, 2000) as the crucial emic criteria for identification and membership. These criteria are mostly expressed through the symbol of the

common blood, and thus, they are inherited through consanguinity. According to this ideology, one becomes Gitano by birth from Gitano parents. It is an ideology that uses kinship or relatedness based on shared common biogenetic substance as the key identity and membership trait. A similar ideology of shared substance is also central to the understanding of kinship relations by non-Gitanos or "Payos" as by other modern populations (Schneider, 1968). But it is not used as a key categorial principle of descent and ethnic identity as in the case of Gitanos.

The main contradiction to this ideology, however, derives from intermarriages, unions that produce persons of mixed ancestry whose ethnic identity may be in doubt. Until recently many descendents of mixed marriages married Gitano spouses and their descendents became fully integrated in the minority. Others, however, became incorporated into the majority population and their ethnic difference disappeared in following generations. We have included mixed marriages in our genealogies and their descendents are counted based on whether they continued to live in the area and married within the Gitano population. In the cases we have known personally, they tend to identify with the minority group, but this is obviously open to personal variation.

Gitanos generally are aware of the multiple forms in which Gitano customs and values are converging with those of their fellow citizens. This relative convergence has made the criteria of filiation and descent even more decisive. As some of our informants repeated in what clearly was a shared common representation: "Customs change, but blood remains" (Gamella, 2013).

2.3. Gathering and processing archival data

A central problem in this project, therefore, has been to discern who can be considered Gitano in the historical records reviewed. Today Gitano persons often do not differ in appearance, dress, language or religion from their neighbors. However, locally, Gitano identity is a public, salient and conspicuous phenomenon, part of the shared local knowledge. There is little confusion or hesitation concerning Gitano identity in the localities studied. This applies both to Gitano and non-Gitano people.[5]

[5] Gitano identity in Spain is perhaps less contested than in other European countries. For instance, the confusion so often reported concerning "travellers" and "Gypsies" in the UK (Okely, 1983; Matras, 2003) is not so relevant in Spain.

The meanings of these identification processes vary according to personal, family and even contextual circumstances. Thus, the experience of ethnic differentiation is here, as elsewhere, relational, contextual and heterogeneous, even when viewed as unchanging, univocal and fixed by the actors themselves.

In each locality we gained the help and cooperation of Gitano neighbors in a prolonged ethnographic study that was initiated in 1994 and has become more regular since 2001. In our ethnographic fieldwork we established rapport with many Gitano residents and, in this way, were able to generate a detailed knowledge base of the local Gitano populations, the major family lines and the personal and family names of the present individuals and their ancestors.[6]

We then systematically reviewed the civil registries of births, marriages and deaths of the 22 localities of the research area and used the findings to establish complete genealogies that were codified for anonymity. Old local censuses and parish records were also consulted when available.

The Spanish naming system is especially well fitted to this task. According to the custom of Spanish speaking countries (Gamella, Gómez Alfaro and Pérez, 2014), every entry includes the personal name and two surnames (the father's and the mother's first surnames) not only of the persons whose birth, death of marriage is recorded, but also their parents and, often, of their four grandparents as well. Thus, each entry provides information about seven or eight people from two or three generations. In addition to three-part names, also places and dates of birth (or ages) are generally included. All this information allowed us to locate people in the genealogical grid and to clarify mistakes related to people with similar names and ages.

It also allowed us to create a dense genealogical grid that goes back from nine to even fourteen generations in the best-known cases. We introduced the data in a *gedcom* program, which permitted us to keep track of all the bonds established. The genealogical grid was very useful in confirming descent and thus ethnic identity and the correct attribution of demographic data. Many relatives from one village or town can be traced in the registries of neighboring towns and villages.

We connected ascendants and descendants in growing genealogies, which

[6] Moreover, one of the authors was born, has lived and worked in the area for decades. We also received assistance from Gitano and non-Gitano undergraduate and graduate students who were born and lived in the selected villages and towns.

sometimes included thousands of individuals. The genealogical reconstruction also helped to confirm data about each person in every kin network. The triangulation process confirmed that data about the local Gitano population from the civil registries was usually accurate. Our reconstruction includes over nineteen thousand persons born between 1720 and 2007. Most of them were found in Civil Records, although Parish Records were useful for triangulation and confirmation, and to extend some genealogies to the early eighteenth century. Our analysis here considers only births occurred after the Civil Register was in place, that is, after 1871.

When family lines are followed backwards to the turn of the twentieth century and earlier, references to ethnic identity start to appear in the records themselves. Thus, most genealogies began with references to persons who were identified as "*castellanos nuevos*" or even as "*jitanos*". This allowed us to verify the identities of whole lines of descendants and offered a complementary means of identity verification within our project.

To limit the problems associated with the use of genealogies (Bideau and Poulain, 1984; Hollingsworth, 1976; Jette and Charbonneau, 1984), we also checked the civil and parish registries forward, beginning in some cases in the early eighteenth century, and searched for references or clues that might confirm the affiliation of our subjects. Very often in these early records, ancestors of present Gitanos were referred to as "*castellanos nuevos*".

Records also included references to trades and occupations associated with Gitanos, such as *esquilador* (shearer), *chalán* (horse dealer), *canastero* (basket maker) or *herrero* (blacksmith), as well as streets and neighborhoods where *Calé* were known to live almost exclusively at the time (such as the *Cañada de los Gitanos*). Spatial segregation of Gitanos in particular neighborhoods or areas was the norm until the 1980s and 1990s, when they began to spread out and have access to broader housing opportunities.

Thus, we were able to create ascendant and descendant genealogies, most of which merge at some point, and some of which have a depth of up to fourteen generations. Thus, we were able to collect information about individuals who disappeared from a particular locality long ago either due to death or migration. We traced genealogical connections from the available sources by using birth, marriage and death records for the entire local *Calé* population, not just specific families.

Therefore, we successfully produced a demographic reconstruction of a population that resided in one region during a specific period. It includes patrilineal and matrilineal links of equal depth, since both mothers' and fathers' names appear equally in Spanish records.

Under-registration of unimportant people (Post, Van Poppel, Van Imhoff and Kruse, 1997) was not a problem, since the recorded genealogies include every individual. Children who died at an early age were also recorded, as well as unmarried males and females. By including the entire local population extracted from registry records, some of the problems of using genealogies were avoided (Henry, 1956: 16).

Our data was codified to maintain anonymity and all given and family names were eliminated (Gamella, 2000; Gamella and Martin, 2008). All data we use and cite, especially concerning people born after 1900, is anonymous. In illustrations we use pseudonyms for the names of people born after that period.

The cross-references of entries were very frequent and provided many opportunities for checking the reliability of the data. This has been a lengthy and laborious task and some of our graduate students assisted with the collection of archival data. However, the authors did most of the archival research themselves (working in all 22 localities) and situated all the cases one by one in the genealogical and family reconstitution, and triangulated and cross-checked information for all of the entries (over forty thousand).

During ethnographic fieldwork in the Gitano homes and communities, we conversed with many of the people whose ancestors were included in the genealogies. We verified the validity and reliability of our data and also the situation of many of those who had migrated out of the region to the city of Granada and other provinces of Spain. We developed a deepened understanding of the meanings that these links have for Gitano persons themselves.

2.4. Data problems

Our data presents three main concerns in relation to infant and child mortality. The first obstacle concerns the relatively small size of the population studied. It took us over a decade to gather this data and organize it into a genealogical and family reconstitution. Despite this, we have reliable data concerning only 12,409 births of Gitano children in the study area, of which we confirmed the death of 805 infants

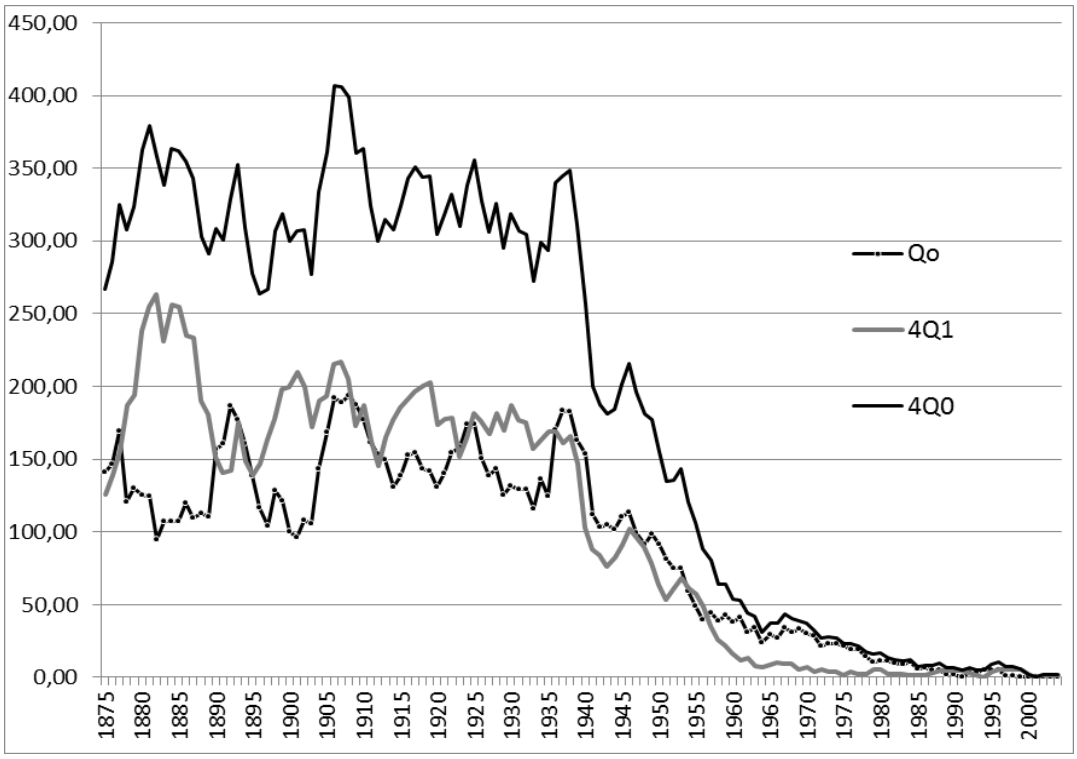
before their first birthdays. The low number of deaths recorded has meant a considerable fluctuation of annual rates. This fluctuation is somehow corrected when 3- or 5- year averages are used (see Figures 2 to 5).

Table 1
Adjusted Infant and Child Mortality rate of the Gitano population of 22 contiguous Andalusian localities. 5-year averages of annual rates, 5-year periods (1871-2007)

	Births	Deaths<1	Deaths 1-4	Q0B	4Q1B	4Q0B
1871 to 1874	128	11	16	90.79	150.50	241.29
1875 to 1879	146	23	17	140.71	125.88	266.59
1880 to 1884	163	21	31	125.08	237.88	362.96
1885 to 1889	163	18	34	107.56	254.47	362.03
1890 to 1894	160	26	20	156.73	151.73	308.46
1895 to 1899	180	25	19	138.71	138.79	277.50
1900 to 1904	209	21	32	99.92	199.68	299.60
1905 to 1909	217	36	32	168.39	193.12	361.51
1910 to 1914	252	43	34	176.98	193.65	370.63
1915 to 1919	276	39	42	138.47	185.51	323.98
1920 to 1924	313	40	43	131.04	173.55	304.59
1925 to 1929	378	64	50	174.17	181.15	355.32
1930 to 1934	437	58	64	131.43	187.15	318.58
1935 to 1939	475	60	66	124.48	169.13	293.61
1940 to 1944	389	62	33	153.59	103.03	256.62
1945 to 1949	509	54	38	110.40	90.83	201.23
1950 to 1954	610	55	31	91.38	63.78	155.15
1955 to 1959	746	36	37	48.72	57.69	106.41
1960 to 1964	826	31	12	37.94	16.22	54.16
1965 to 1969	852	25	7	29.08	8.28	37.37
1970 to 1974	785	24	6	30.23	7.28	37.51
1975 to 1979	729	16	1	21.77	1.44	23.21
1980 to 1984	782	9	4	11.48	5.21	16.69
1985 to 1989	649	4	1	6.11	1.27	7.38
1990 to 1994	567	1	3	1.65	5.03	6.68
1995 to 1999	595	3	2	5.08	3.82	8.91
2000 to 2004	557	0	1	0.00	1.92	1.92
2005 to 2007	316	0	1	0.00	1.82	1.82
Total	12,409	805	677			

Deaths<1: Children who died before 1 year of age in the year considered
Deaths 1-4: Children who died at 1 to 4 years in the corresponding year
Q0B: Adjusted infant mortality rate calculated by formula B, Shryock and Siegel (1976: 237)
4Q1B: Adjusted child (1 to 4 years of age) mortality rate, calculated by formula B, (Shryock and Siegel, 1976: 238)
4Q0B: Adjusted mortality rate, less-than-five years of age

Figure 1
Adjusted Infant (Q0B), Child (4Q1B) and under-five (4Q0B) mortality rates of the Gitano population of 22 contiguous Andalusian localities. 5-year averages of annual rates per year (1875-2004)



Sources: Time series developed form the database of the genealogical reconstitution (see Table 1).

The second important problem is the under-registration of Gitano births, marriages and deaths. This trend clearly decreased in the twentieth century, especially since the 1920s (Martín, 1999; Martín and Gamella, 2005). Besides, the death of infants was less likely to be registered than the death of older children and adults. Birth records, however, may also suffer from some under-registration as a result of pertaining to a poor and often discriminated minority. But there were many opportunities for the registration of surviving persons, such as marriage, the birth of their children and even their deaths as adults. Therefore births had a higher likelihood of being recorded, especially those of persons surviving childhood. Thus, all our calculations most likely underestimate child mortality. In this sense, ethnographic fieldwork and interviews with elderly Gitano men and women confirmed that there are cases in which some of the children whose births were inscribed died in childhood, even if their deaths were not recorded in the registries we studied.

The third major problem of our sample relates to the role of residential mobility and migration, especially in the central decades of mortality decline, that is,

the 1960s and 1970s. Some of those who left may have died elsewhere. Even in many cases in which deaths that occurred in other localities were annotated on the margins of the birth certificates, there are gaps and discontinuities in the death records of those who died outside of the study area. Hence, one cause of under-registration derives from the mobility and migration patterns of this population. Many of the Gitanos of the Guadix region spent several months of each year away from their homes and many migrated permanently after the 1960s. Intense seasonal or definitive migration patterns can affect the data records and, in our case, infant and child mortality records. All estimations and results must be considered in the light of these limitations.

2.5. Variables considered and methods of calculation

We have calculated conventional and adjusted infant mortality rates. The conventional infant mortality rate, Q0A (see Figures 2 and 3) measures the death of children in one year divided by the number of children born that year (Shryock and Siegel, 1976: 236, formula A). Generally only conventional rates can be calculated with the data available. And they offer an approximation to the probability of dying between birth and attainment of the first birthday for the year on which the deaths are considered. Hence, conventional infant mortality has been "widely used as an indicator of the health conditions of a community and, hence, of its level of living" (Shryock and Siegel, 1976: 235). However, adjusted rates are "more akin to true probabilities" (Shryock and Siegel, 1976: 235) and thus they should be preferred. The adjusted infant mortality rate (Q0B) considers how many of the children who died before their first birthday in one year were born in that same year and how many were born in the previous year. Hence calculations of adjusted rates a bit more complicated, as annual deaths of infants or children have to be distributed in two groups according to their year of birth. For this paper the adjusted rate of infant mortality was calculated by the formula B proposed by Shryock and Siegel (Shryock and Siegel, 1976: 237):

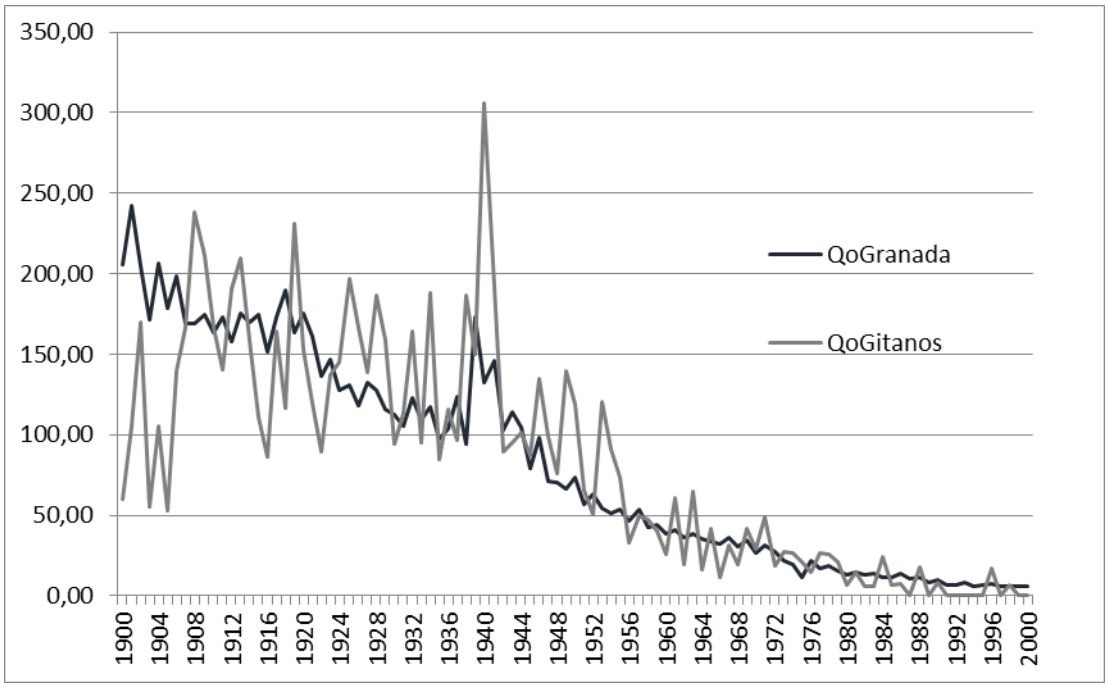
$$Q_oB = \frac{D'_y}{B_y} + \frac{D''_y}{B_{y-1}}$$

We then applied the same method to the calculation of adjusted rates of mortality for children dying at one, two, three and four years of age, to calculate

adjusted child mortality rates (4Q1B) considering both the year of birth and the year of death of children at these different ages. To calculate under-five mortality rates (4Q0B) we added both infant and child adjusted rates, as they were calculated in a homogeneous form. All mortality rates were calculated for a one-year period. We then calculated simple moving averages for 3- and 5- year periods. In table 1 and figure 1 we present the 5-year moving averages of adjusted rates calculated in this form for the Gitano population studied.

However, in order to compare the results about the Gitano population with those that obtain among the Spanish population at large or the population of the province of Granada we had to use conventional rates of infant mortality, as these are the only ones that can be calculated with the available data.[7] In figures 2 and 3 the results are based on conventional rates both for the Gitano population of the area studied and the total population of the province of Granada.

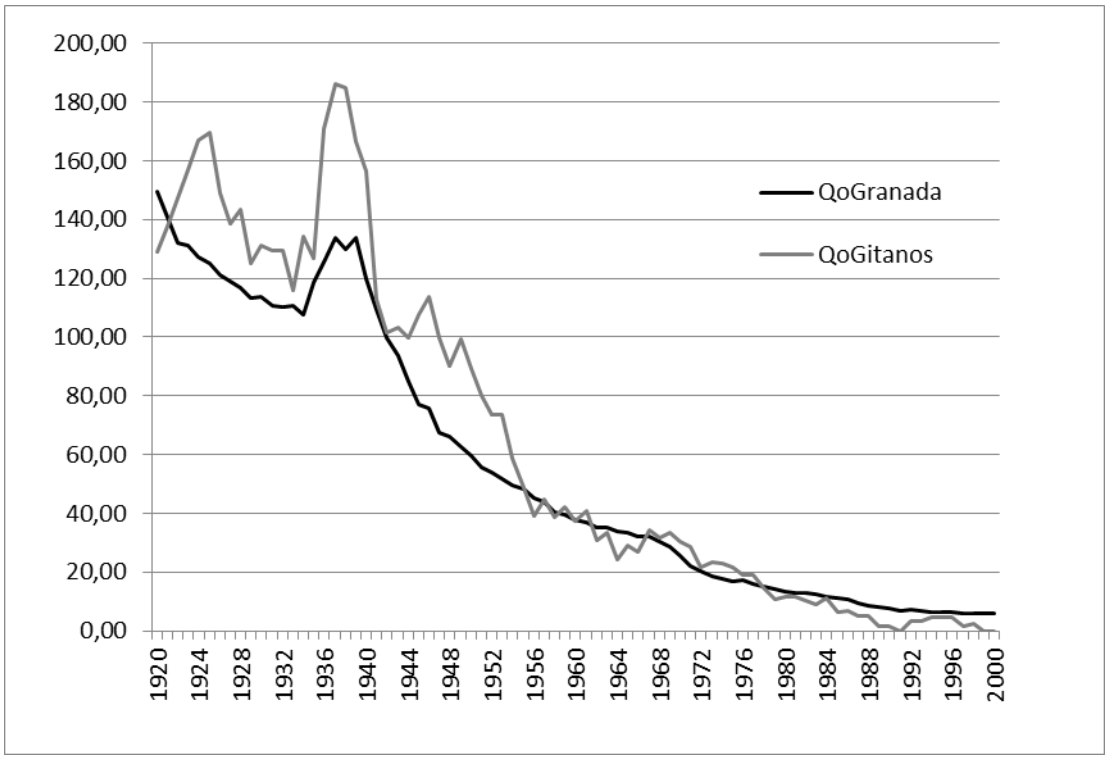
Figure 2
Conventional infant mortality rate (Q0A) of the population of the province of Granada (Q0Granada) and the Gitano population of 22 contiguous localities of this province (Q0Gitanos), 1920-2000. Annual rates.



Sources: Data for QoGranada: Instituto Nacional de Estadística (www.INE. es), consulted June 30, 2013.
Data for QoGitanos: Time series developed form the database of the genealogical reconstitution.

[7] www.INE.es.

Figure 3
Conventional infant mortality rate of the population of the province of Granada (QoGranada) and the Gitano population of 22 contiguous localities of this province (QoGitanos), 1920-2000. Five year moving averages of annual rates.



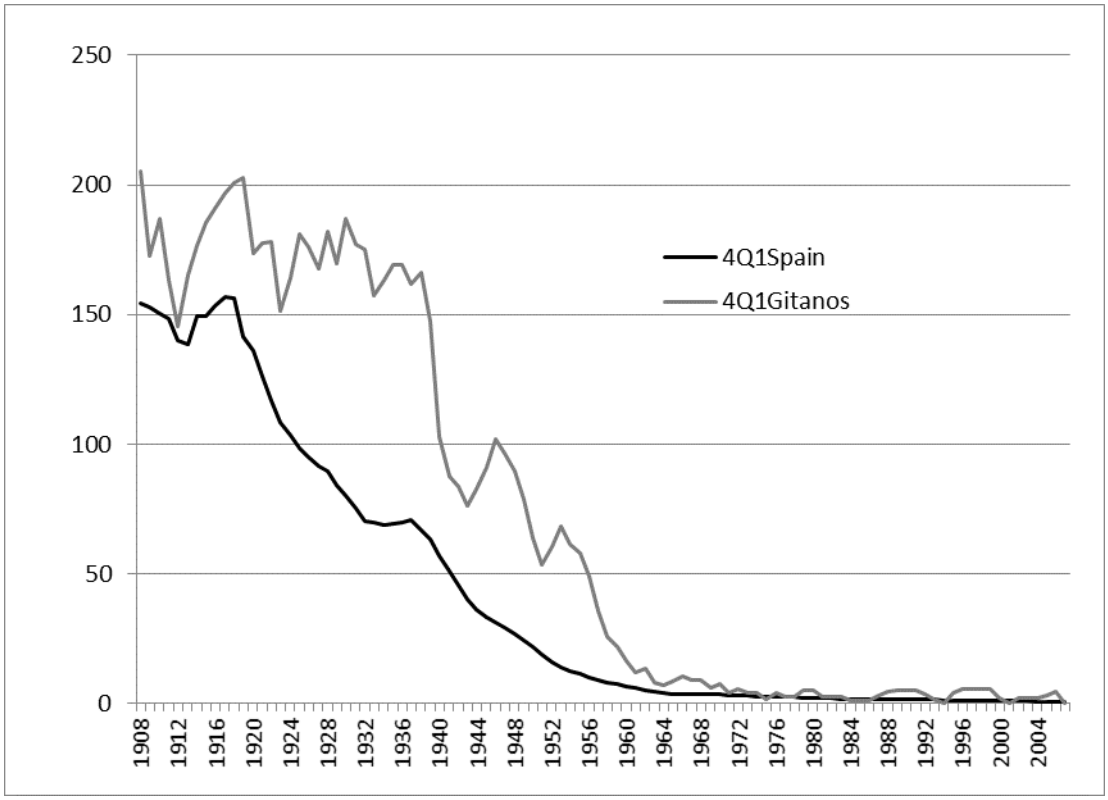
Sources: Data for QoGranada: Instituto Nacional de Estadística (www.INE.es).
Data for QoGitanos: Time series developed form the database of the genealogical reconstitution.

As can be seen in figure 3, there is considerable annual oscillation in infant mortality rates. This figure offers a view of the methodological problems and shortcomings of our sample and the registers themselves. However, these problems are reduced when using moving averages and concentrating on the period after 1920 (Figure 4). It is important to consider that, when establishing chances of dying in infancy, "the accuracy of the approximation varies from one situation to another but depends in general on the annual fluctuations in the number of births" (Shryock and Siegel, 1976: 235). In this same sense, "the relative error from this formula is small unless there are extremely sharp changes in the annual numbers of births" (Shryock and Siegel, 1976: 237). In our final sample of births and deaths, the number of births oscillates much less than the number of deaths. Therefore, the results we obtain seem to offer a valid and reliable picture of the decline of infant mortality in the minority

population studied, although some understimation may apply.

Concerning child mortality rates, the situation is a bit more complicated. For the Gitano population studied we used adjusted rates with a similar calculation to the one explained before. But we could not find comparable data for the general population of Granada. So we have used data for the whole of Spain (see figure 4), obtained from the Human Mortality Database, which uses life tables for its calculations.[8] Thus, the comparison between the child mortality of Gitanos and the majority of the population (see figure 4) is more approximate and has to be honed with further research.

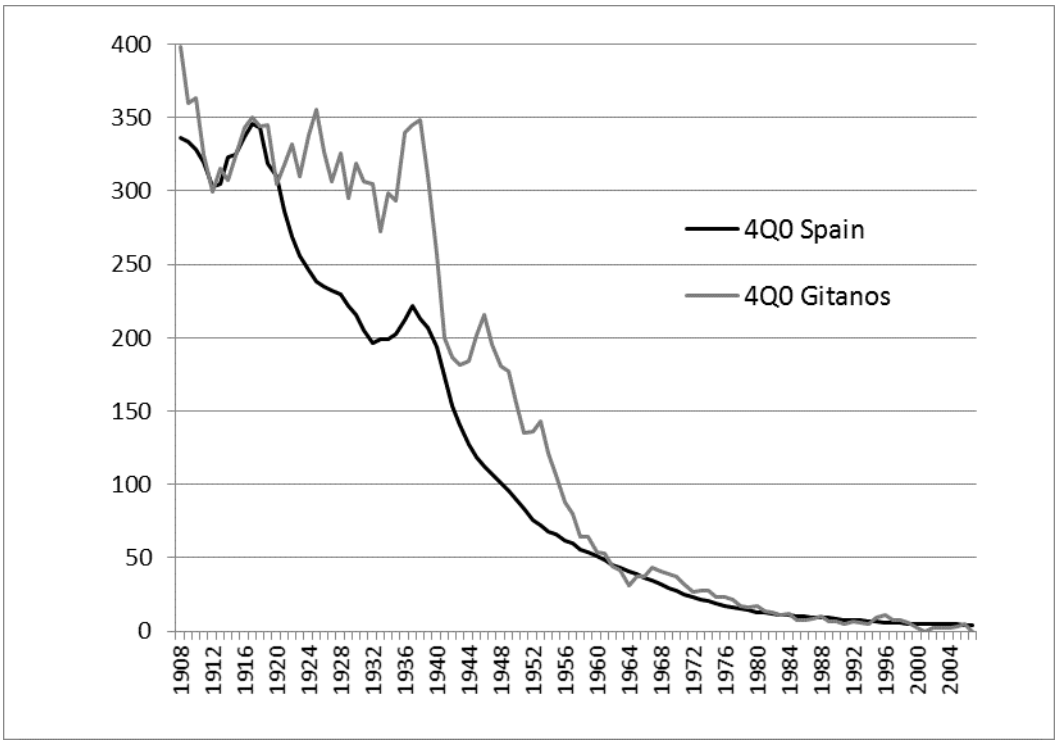
Figure 4
Adjusted Child (1 to 4 years of age) mortality rates of the Spanish population (4Q1 Spain) and the Gitano population (4Q1 Gitanos) of 22 contiguous localities of the province of Granada (1916-2007). Five-year moving averages



Sources: Data for 4Q1Spain: Human Mortality Database (www.mortality.org), consulted Dec. 1, 2013.
Data for 4Q1Gitanos: Time series developed form the database of the genealogical reconstitution. Calculations of adjusted child mortality rate by formula B (see Methods).

[8] See www.mortality.org.

Figure 5
Under-five (4Q0) mortality rates of the total Spanish population and the Gitano population of 22 contiguous localities of the province of Granada. Five-year averages of annual rates (1908-2007)



Sources: Data for 4Q0 Spain: Human Mortality Database (www.mortality.org), consulted Dec.1. 2013.
Data for 4Q0 Gitanos: Time series developed form the database of the genealogical reconstitution. Calculations of adjusted child mortality rate by formula B (see Methods).

3. Preliminary results and discussion

The main result that emerges from our analysis is the confirmation that it is possible to study the crucial processes of demographic and family change of the Romani populations of Europe using a multidisciplinary approach. In this approach, an ethnographic and ethno historical perspective is required as local, situated knowledge about the historical and actual communities is indispensible. Therefore, although these results are preliminary, the decline of both infant and child mortality among the Gitano population studied is well supported by the data collected from archival and ethnographic research. The main contours of the process seem well profiled in the time series of infant and child mortality that our reconstitution has produced.

The results offered here must be seen as an illustration of the feasibility of our methodological approach. The detailed analysis of these results, including the onset of the definitive fall of infant and child mortality, the phases of these processes and the

epidemiological and sociopolitical context in which they happened will be the subject of further publications.

Table 1 and the associated Figure 1 show the evolution of the annual series of infant, child and under-five mortality rates. They are aggregated using 5-year averages to facilitate their presentation and understanding. These data show that for about the 75 first years of the period studied, since 1871 to the mid 1940s, the childhood (under-five) mortality rate of Gitanos almost always surpassed the mark of three hundred deaths per thousand, with periods in which it exceeded the mark of four hundred deaths per thousand. Moreover, these results should be considered conservative, as the under-registration of deaths was significant for the minority population in the early decades of the Civil Registry. Some of the peaks found in this period may be related to local or national epidemics or even to larger pandemics. For instance, the epidemic of cholera in 1885 affected dramatically the province of Granada (Montero, 1885) and the population under study. In other cases, the fluctuations visible in the figures are more difficult to explain and may be due partially to the limitations of the data. In this sense, Figure 2 confirms the important annual oscillation of rates that can be attributed to the small population studied. In the decades before 1920, there are also clear signs of under-registration. As was stated in the methods and sources section, only during that decade and thereafter we found an increasingly complete registration of the deaths of local Gitano people, including infants and children.

Nevertheless, when the analysis focuses on the period 1920-1999 and the data for Gitanos is compared with data for the whole population of Granada's Province (Figures 3, 4 and 5), the divergences and convergences seem to be significant. Concerning infant mortality (Figure 3) and more clearly child mortality (Figure 4), the mortality crisis caused by the Flu Pandemic (1918-1919) and its aftermath, as well as the terrible traumas of the Civil War (1936-39) and the postwar years seem to have affected more severely the minority population. There are also bulges and peaks in the 4Q1 rates of the Gitano population in the 1940s and early 1950s that indicate a higher mortality among Gitano children. These higher rates cohere with ethnographic and ethno-historical data on the special poverty and exclusion suffered by Gitanos in the period.

In sum, the late 1940s and early 1950s seem to be crucial years for the definitive decline of childhood mortality in the *Calé* minority. Setbacks, however, are

not completely ruled out until the period of 1953-57, especially in the case of child mortality (see Figure 4 and Figure 5). Ethnographic and ethno-historical data on the social and familiy history of the minority population under study could help explain these differences in such vital indicators (Gamella, 2000; Gamella and Martín, 2008).

Since the mid 1950s, coinciding with the general "modernization" and internalization of the Spanish economy, a "more effective" system of reproductive health seems to have gained ground among the Gitano population. By this we simply mean that less pregnancies and young lives ended prematurely, and the huge effort of Gitano mothers and fathers was accompanied by success as more children survived childhood.

In sum, childhood (under-five years of age) mortality among Gitano children seems to have experienced a period of gradual decline since the beginning of the twentieth century in parallel with the Spanish population at large, with important trend reversals in the 1918-1921 period and, especially, during the Civil War and the immediate postwar period. In the late 1940s, a sharper decline began that has not had significant interruptions. The decade of the 1950s was crucial for this downward transition. The most relevant difference seems to be the higher levels of Gitano infant, especially child mortality, and the time lag of the onset of the definitive downward trend.

The context of the onset of the definitive decline in childhood mortality was the improvement of local conditions after the post-war years. Some of these improvements were generalized and reached all the lower levels of the population, including Gitanos. The time series in this period cohere with data from ethnographic interviews. The post-war period was very hard for most of the poor, and Gitanos have largely been overrepresented among Spain's most needy people. Elderly Gitano men and women in the area of study remember the 1940s as terrible "years of hunger", while the 1950s – especially the second half – are described as "years of need, but at least you could eat".

In structural terms this was not very different to what has been described for the Spanish population at large. In Spain, the decline of childhood mortality started in several regions before the turn of the twentieth century, but experienced recurrent reversals. In the 1920s, however, "the pace of mortality reduction increased substantially, and trend reversals were no longer significant until the influenza

epidemic of 1918-1919 and the Civil War and its aftermath (1936-1940)" (Reher, Pérez-Moreda and Bernabeu-Mestre, 1997: 43). However, concerning Gitano people there seems to be an important time lag of five to ten years – both in infant and child mortality – that requires further study, including the systematic review of the recorded causes of death. Additionally, further attention needs to be paid to the differences between infant and child mortality, as there is evidence that their relationship may differ from that found in the majority populations.

It is important to note, however, that similar or convergent rates of child mortality meant something very different for this minority, due to their higher fertility rates. Basically it meant that individual Gitano families tended to experience the loss of children more frequently and repeatedly. These losses are very prominent in the discourses of elder Romani women and may have been neglected or ignored in most ethnographic and historical representations.

Nevertheless, crucial aspects of the decline of the mortality of Gitano children remain to be explored. First, the process of decline has to be delineated carefully; then the socioeconomic and epidemiological circumstances in which it took place have to be identified, analyzed and integrated in a causal model. Among the main motives for change, we find a betterment of living conditions for Gitanos and other disadvantaged Spanish populations since the early 1950s. These entailed better nutrition and housing, increasing access to safer drinking water, sanitation and to modern health care, including the spread of vaccination and of antibiotics that slowly permeated to all sectors of population. We also see new sources of income and the chance better jobs in the cities and in other areas of Spain and Europe that alleviated the local labor market; and so forth. We must also learn about the household and community conditions surrounding the mother and the children in their first years of life. In this sense, we must explore the agency of Gitano people themselves, especially Gitano women, in their efforts to increase child survival. In these sets of factors, the comparison has to be, first, between Gitano communities themselves and then with their non-Gitano neighbors who shared similar living conditions. Then, an international comparison of different Romani groups should be undertaken. Therefore, there is still much to do in this project and we plan to deal with these issues and others concerning the demographic transition of Spanish Romani in further publications.

In sum, this paper shows that the main contours of a complex historical

transformation can be ascertained by micro-demographic research that uses local knowledge obtained through ethnography. This is a promising form of collaboration that may offer important insights about ignored dimensions of social change. Even if limited in its results, our case can be useful in the necessary comparison with the demographic history of other Romani groups. The main problems encountered in this case seem common throughout the different European countries, but in diverse forms that require careful comparison. We hope this paper may contribute a bit to this larger endeavor.

Bibliographical references

ACTON, Thomas A. (1979), "Academic success and political failure: a review of modern social science writing in English on Gypsies", *Ethnic and Racial Studies*, 2, p. 231-252.

BIDEAU, Alain; POULAIN, Michel (1984), "De la genealogie a la demographie historique: Genealogie ascendante et analyse demographique", *Annales de demographie historique*, 1984, p. 55-68.

BLOCH, Maurice (1977), "The past and the present in the present", *Man* (N.S.), 12, p. 278-291.

BURLEA, Ana-Maria (2012), "Multilevel Analisis of Infant Mortality in Romania", *Revista de cercetare si interventie sociala*, 39, p. 100-116.

CANTÓN, Manuela (2004), *Gitanos pentecostales. Una mirada antropológica a la Iglesia Filadelfia en Andalucía*, Sevilla, Signatura.

COOK, Benjamin *et al*. (2013), "Revisiting the evidence on health and health care disparities among the Roma: a systematic review 2003–2012", *International journal of public health*, 58 (6), p. 885-911.

CORSINI, Carlo A.; VIAZZO, Pier Paolo (eds.) (1997), "The Decline of Infant and Child Mortality: The European Experience, 1750-1990", The Hague, Kluwer Law International.

COSTARELLI, S. (ed.) (1993), *Children of Minorities: Gypsies. Innocenti Insights*, Florence, United Nations Children's Fund/International Child Development Centre/ERIC Clearinghouse.

DOPICO, Fausto; REHER, David S. (1998), *El declive de la mortalidad en España 1860-1930*, Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza.

DURST, Judith. (2002), "Fertility and childbearing practices among poor Gypsy women in Hungary: the intersections of class, race and gender", *Communist and Post-Communist*

Studies, 35, p. 457-474.

– (2011), "'What makes us Gypsies, who knows…?!' Ethnicity and reproduction", *in* Michael Stewart, Marton Rovid and M. Rton R. Vid (eds.). *Multi-disciplinary approaches to Romany studies*, Budapest, Central European University Press, p. 13-35.

FRASER, Angus. M. (1992), *The Gypsies*, Oxford, Blackwell.

FSG – FUNDACIÓN SECRETARIADO GITANO (2008), *Mapa sobre Vivienda y Comunidad Gitana en España, 2007*, Madrid, Fundación Secretariado Gitano.

GAMELLA, Juan Francisco (1996), *La población gitana en Andalucía. Un estudio exploratorio de sus condiciones de vida*, Sevilla, Consejería de Trabajo y Asuntos Sociales/Junta de Andalucía.

– (2000), *Mujeres gitanas. Matrimonio y género en la cultura gitana de Andalucía*, Sevilla, Junta de Andalucía.

– (2006), "Oficios gitanos tradicionales en Andalucía (1837-1959)", *Gitanos: Pensamiento y Cultura*, 32-33, p. 64-73.

– (2011), *Historias de éxito. Modelos para reducir el abandono escolar de la adolescencia gitana*, Madrid, IFIIE/Ministerio de Educación.

– (2013), "'Sangre y costumbres'. Change and permanence in the constitution of a cultural minority: the Gitanos of Spain", *in* Maria Manuela Mendes and Olga Magano (eds.), *Ciganos Portugueses. Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição*, Lisboa, Mundos Sociais, p. 17-35.

GAMELLA, Juan Francisco; FERNÁNDEZ, Cayetano; NIETO, Magdalena; ADIEGO, Ignasi-Xavier (2011), "La agonía de una lengua. Lo que queda del caló en el habla de los gitanos. Parte 1. Métodos, fuentes y resultados generales", *Gazeta de Antropología*, 27, p. 1-45.

GAMELLA, Juan Francisco; GÓMEZ ALFARO, Antonio; PÉREZ, Juan (2014), "Nominal assimilation. The national and ethnic identity of the Gitanos of Spain in the 1783-85 census", *Names*, 62 (3), p. 147-164.

GAMELLA, Juan Francisco; MARTIN, Elisa (2008), "Vien avec moi cousine. Le mariage entre cousins germains chez le Gitans Andalous", *Etudes Tsiganes*, 30, p. 110-151.

GAY BLASCO, Paloma (1999), *Gypsies in Madrid. Sex, Gender and the Performance of Identity*, Oxford, Berg.

GÓMEZ ALFARO, Antonio (1993), *The Great Gypsy Round-up. Spain: The General Imprisonment of Gypsies in 1749*, Madrid, Presencia Gitana.

– (1999), "Tipologías. Matrimonios mixtos y mestizajes gitanos en los censos históricos andaluces", *Demófilo*, 30, p. 30-52.

GÓMEZ REDONDO, Rosa (1992), *La mortalidad infantil española en el siglo XX*, Madrid,

Siglo XXI/CIS.

– (2005), "La mortalidad en España durante la segunda mitad del siglo XX: evolución y cambios". *Papeles de Economía Española*, 104, p. 37-56.

GUILLOT, Michel; GERLAND, Patrick; PELLETIER, Francois; SAABNEH, Ameed (2012), "Mortality Estimation: A Global Overview of Infant and Child Mortality Age Patterns in Light of New Empirical Data", *PLOS Medicine*, 9 (8), e1001299.

HENRY, Louis (1956), *Anciennes familles genevoises. Etude démographique: XVI-XX siécle*, Paris, PUF.

HOLLINGSWORTH, T. H. (1976), "Genealogy and historical demography", *Annales de demographie historique*, 1976, p. 167-170.

JETTE, René; CHARBONNEAU, Hubert (1984), "Généalogies descendantes et analyse demographique", *Annales de demographie historique*, 1984, p. 45-54.

KALIBOVÁ, Květa (2000), "The Demographic Characteristics of Roma/Gypsies in Selected Countries in Central and Eastern Europe", *in* Werner Haug, Paul Compton and Youssef Courbage (eds.), *The Demographic Characteristics of National Minorities in Certain European States*, Estrasburg, Council of Europe.

KERTZER, David I.; FRICKE, Thomas Earl (eds.) (1997), *Anthropological demography: Toward a new synthesis*, Chicago, University of Chicago Press.

KOHLER, Iliana V.; PRESTON, Samuel H. (2011), "Ethnic and religious differentials in Bulgarian mortality, 1993–98", *Population studies*, 65 (1), p. 91-113.

LAGUNAS, David (2005), *Los tres cromosomas. Modernidad, identidad y parentesco entre los gitanos catalanes*, Granada, Ed. Comares.

LEBLON, Bernard (1985), *Les Gitans d'Espagne, le prix de la différence*, Paris, Presses Universitaires de France.

– (2003), *Gypsies and Flamenco: The Emergence of the Art of Flamenco in Andalusia*, new edition, Hatfield, University of Hertfordshire Press.

MARTÍN, Elisa (1999), "La estructura de la población gitana andaluza: notas introductorias", *Demófilo*, 30, p. 89-105.

MARTÍN, Elisa; GAMELLA, Juan F. (2005), "Marriage practices and ethnic differentiation: The case of Spanish Gypsies (1870-2000)", *The History of the Family*, 10, p. 45-63.

MASSERIA, Cristina; MLADOVSKY, Philipa; HERNÁNDEZ-QUEVEDO, Cristina (2010), "The socio-economic determinants of the health status of Roma in comparison with non-Roma in Bulgaria, Hungary and Romania", *The European journal of public health*, 20 (5), p. 549-554.

MATRAS, Yaron (2003), "The Role of Language in Mystifying and Demystifying Gypsy Identity", *in* Nicholas Saul and Susan Tebbutt, *The Role of the Romanies. Images and*

Counter-Images of 'Gypsies'/Romanies in European Cultures, Liverpool, Liverpool University Press, p. 53-78.

MONTERO Vidal, José (1885), *El cólera en1885*, Madrid, Imprenta de Manuel G. Hernández.

MSPS – MINISTERIO DE SANIDAD Y POLÍTICA SOCIAL (2009), *Hacia la equidad en salud. Estudio comparativo de las Encuestas Nacionales de Salud a población gitana y población general de España, 2006*, Madrid, Ministerio de Sanidad y Política Social/Fundación Secretariado General Gitano.

OKELY, Judith (1983), *The Traveller-Gypsies*, Cambridge, Cambridge University Press.

PASQUALINO, Caterina (1998), *Dire le chant. Les Gitans flamencos d'Andalousie*, Paris, CNRS/Éditions de la maison des sciences de l'homme.

PIASERE, Leonardo (2004), *I rom d'Europa: una storia moderna*, Roma, GLF editori Laterza.

POST, Wendy; VAN POPPEL, Frans; VAN IMHOFF, Evert; KRUSE, Ellen (1997), "Reconstructing the extended kin network in the Netherlands with genealogical data: Methods, problems, and results", *Population Studies*, 51, p. 263-278.

PYM, Richard. J. (2007), *The Gypsies of Early Modern Spain, 1425-1783*, London, Palgrave Macmillan.

RAMIRO-FARIÑAS, Diego; SANZ-GIMENO, Alberto (2000) "Structural changes in childhood mortality in Spain, 1860–1990", *International journal of population geography*, 6 (1), p. 61-82.

REHER, David S.; PÉREZ-MOREDA, Vicente; BERNABEU-MESTRE, Josep (1997), "Assessing Change in Historical Contexts: Childhood Mortality Patterns in Spain during the Demographic Transition", *in* Carlo A. Corsini and Pier Paolo Viazzo (eds.), *The Decline of Infant and Child Mortality: The European Experience, 1750-1990*, The Hague, Kluwer Law International, p. 35-56.

RINGOLD, Dena; ORENSTEIN, Mitchell A.; WILKENS, Erika (2005), *Roma in an Expanding Europe. Breaking the Poverty Cycle*, Washington D.C., The World Bank.

SAN ROMÁN, Teresa (1976), *Vecinos gitanos*, Madrid, Akal.

– (1997), *La diferencia inquietante: viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos*, Madrid, Siglo XXi.

SCHEFFLER, Harold W. (2000), *Filiation and Affiliation*, New Haven, Yale University Press.

SCHNEIDER, David. M. (1968), *American Kinship: A Cultural Account*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

SCHOFIELD, R.; REHER, David. S.; BIDEAU A. (eds.) (1991), *The decline of mortality in Europe*, Oxford, Clarendon Press.

SHRYOCK, H. S.; SIEGEL, J. S. (1976). *The Methods and Materials of Demography*, New York, Academic Press.

STEWART, Michael (1997), *The time of the Gypsies*, Boulder, Westview Press.

SUTHERLAND, Anne (1975), *Gypsies. The hidden Americans*, Prospect Heights, Waveland Press.

– (1986), *Gypsies. The hidden Americans*, Prospect Heights, Waveland Press.

WILLIAMS, Patrick (1993), *Nous, on n'en parle pas. Les vivants et les morts chez les manouches*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme.

Juan F. Gamella (corresponding author). Departamento de Antropología Social, Universidad de Granada (Granada, Spain). Corresponding address: Departamento de Antropología Social, Universidad de Granada, 18071 Granada, Spain. *E-mail*: gamella@ugr.es.

Elisa Martín Carrasco-Muñoz. Departamento de Antropología Social, Universidad de Granada (Granada, Spain). *E-mail*: elisamc@ugr.es.

Alejandro Quesada. Departamento de Antropología Social, Universidad de Granada (Granada, Spain). *E-mail*: alejandro_quesada_garrido@hotmail.com.

Artigo recebido a 15 de maio de 2014. Publicação aprovada a 28 de outubro de 2014.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, 2014, pág. 205-229

Os ciganos do Rio Grande do Norte: caminhos e trânsitos

Lisabete Coradini
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Virgínia de Araújo Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Segundo os primeiros cadastros realizados por parcerias entre grupos de pesquisa e apoio, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN) e a Pastoral dos Nômades do Brasil, o estado do RN apresenta uma população cigana em torno de 5 400 pessoas. Essa população está distribuída em doze cidades do estado, sendo que 70% desse total são ciganos sedentários. Pretende-se com este trabalho apresentar uma cartografia inicial, traçando um panorama da situação em que se encontram. Para tanto, utilizou-se metodologia qualitativa, nomeadamente observação participante, como também entrevistas e registro audiovisual junto às comunidades ciganas na periferia da cidade de Natal e no interior do RN.

Palavras-chave: ciganos; Rio Grande do Norte; invisibilidade.

Abstract

Gypsies of Rio Grande do Norte: paths and transits

According to the first registers made by partnerships between research groups and support, such as the Federal University of Rio Grande do Norte (RN) and the Pastoral of the Nomads of Brazil (*Pastoral dos Nômades do Brasil*), the state of RN has a Gypsy population of around 5 400 people. This population is distributed in twelve cities in the state, where 70% of this total are sedentary Gypsies. The aim of this study is to provide an initial mapping, drawing a picture of the situation in which they are. For this, we used qualitative methods, including present observation, as well as interviews and audiovisual registration along with the Gypsy comunities on the periphery of the city of Natal and in the interior of RN.

Keywords: gypsies; Rio Grande do Norte; invisibility.

Résumé

Tsiganes de Rio Grande do Norte: les chemins et les transits

Selon les premiers recensements effectués par des groupes de recherche et soutien en association, tels que l´Université Fédérale de Rio Grande do Norte (RN) et la Pastorale des Nomades du Brésil (*Pastoral dos Nômades do Brasil*), l´État de RN présente une population tsigane d´environ 5 400 personnes. Cette population est distribuée sur douze villes de l´État, et 70% de ces gens sont tsiganes sédentaires. Ce travail prétend présenter un relèvement cartographique initial, traçant un panorama de la situation dans laquelle ils se trouvent. Pour ce faire, nous avons employé une méthodologie qualitative, essentiellement l´observation des participants, ainsi que des entrevues et registre audiovisuel auprès des communautés tsiganes en périphérie de la ville de Natal et à l´intérieur de l´État de RN.

Mots-clés: tsiganes; Rio Grande do Norte; invisibilité.

Resumen

Gitanos de Rio Grande do Norte: caminos y trânsitos

Según los primeros registros realizados por sociedades entre grupos de investigación y apoyo, como la Universidad Federal de Río Grande do Norte (RN) y la Pastoral de los Nómades de Brasil (*Pastoral dos Nômades do Brasil*), el estado de RN presenta una población gitana de aproximadamente unas 5 400 personas. Esa población está distribuída en doce ciudades del estado, siendo que 70% de ese total son gitanos sedentarios. Este trabajo tiene como objetivo presentar un mapa demográfico, trazando un panorama de la situación en que se encuentran. Para ello, se utilizó metodologia cualitativa a partir de la observación de los participantes, así como entrevistas y registro audiovisual junto a las comunidades gitanas en la periferia de Natal y ciudades del interior de RN.

Palabras clave: gitanos; Rio Grande do Norte; invisibilidad.

Introdução

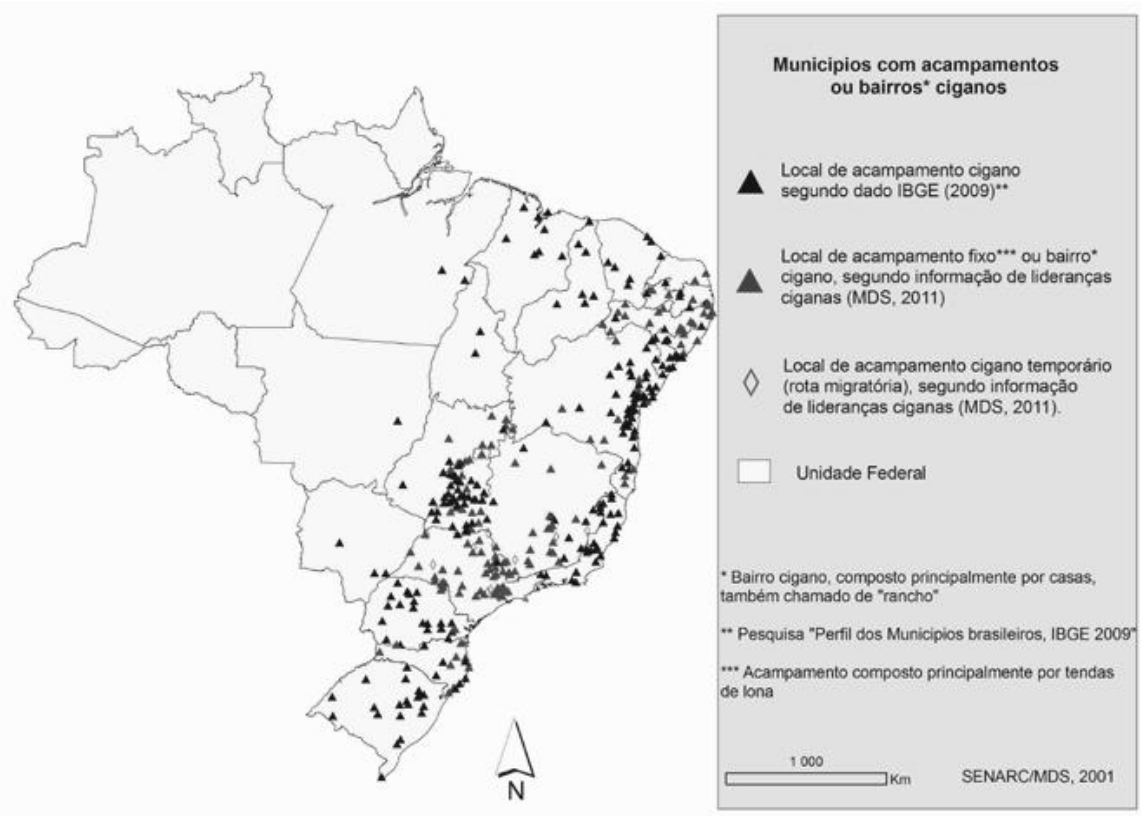
Há uma carência de dados oficiais sobre os povos ciganos e poucos trabalhos acadêmicos sobre o tema. No entanto, nos últimos anos tem aumentado o interesse e a curiosidade por essa temática. Atualmente no Brasil encontram-se pesquisadores e grupos de estudos preocupados com questões de identidade, habitação e escolaridade. No Nordeste destacam-se os trabalhos de investigação de pesquisadores da área de Antropologia e Ciências Sociais dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte (Goldfarb, 2004; Silva, 2010; Silva, 2012).

De acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011, foram

identificados 291 acampamentos ciganos, localizados em 21 estados, sendo que os estados com maior concentração de acampamentos ciganos são: Bahia (53), Minas Gerais (58) e Goiás (38). Segundo esse levantamento, os municípios com vinte a cinquenta mil habitantes apresentam a mais alta concentração de acampamentos. Desse universo de 291 municípios que declararam ter acampamentos ciganos em seu território, 40 prefeituras afirmaram que desenvolviam políticas públicas para os povos ciganos, o que corresponde a 13,7% dos municípios que declararam ter acampamentos. Em relação à população cigana total, estima-se que há mais de meio milhão no Brasil.

Apesar desses dados da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), não é possível dizer se são quinhentos mil ou um milhão. Nenhum dos índices do censo ajuda a recortar os ciganos, pois não há uma categoria no censo demográfico que permita contar como os ciganos se identificam. Na verdade, não existe legislação do ponto de vista de direitos especiais que leve em conta sua particularidade.

Figura 1
Mapa das comunidades ciganas, por município – Brasil, 2011



Fonte: Brasil Cigano – Guia de políticas públicas para os povos ciganos (2003).

Desse modo, as sociedades são construídas por diversos grupos sociais que se diferenciam entre si. Nesse caso, o grupo cigano, que também não é homogêneo entre si, está ganhando terreno nos estudos científicos, assim como vem travando lutas por reconhecimento no âmbito político nacional. E no estado do Rio Grande do Norte isso não é adverso.

Segundo os primeiros cadastros realizados por parcerias entre grupos de pesquisa e apoio, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Pastoral dos Nômades do Brasil, o estado do Rio Grande do Norte apresenta uma população cigana em torno de 5 400 pessoas. Essa população está distribuída em doze cidades do estado, sendo que 70% desse total são ciganos sedentários. Pretende-se, com este trabalho, apresentar uma cartografia inicial e apontar os primeiros contatos com a população local, traçando um panorama da situação em que se encontram, bem como mostrar os movimentos relacionados à criação da Pastoral dos Nômades, órgão vinculado à Igreja Católica, as rodas de conversas sobre comunidades ciganas realizadas nessas cidades e a busca da criação de um Centro de Referência do Cigano no Estado.

1. Ciganos no Brasil

Em 1574, João de Torres e sua esposa Angelina são condenados ao degredo e enviados ao Brasil. A partir de 1686, a documentação da deportação dos ciganos é mais precisa e a orientação desse decreto é que, ao desembarcarem, fossem enviados ao Maranhão (Teixeira, 2000). Inicia-se a trajetória dos ciganos Calons do Brasil. São esses Calons que hoje povoam quase todos os municípios do Rio Grande do Norte e estão em todos os estados do Nordeste.

A etnia Calon, cuja origem é a Península Ibérica, chega, através do projeto colonizador, às colônias para o assentamento, para o cumprimento de penas (todas fundadas no preconceito e na exclusão social), iniciando, dessa forma, o processo pelo qual se determinou a história dos ciganos no Nordeste do Brasil e a mobilidade a que se submeteram os grupos desde o fim dos cassacos e a invasão das empresas norte-americanas no Nordeste até a sedentarização imposta pelo capitalismo e pelas estruturas urbanas nas cidades construídas para o progresso, nos fins do século XX.

De domadores de cavalos a negociante de feiras, estava o cigano inserido na História do Brasil. Disse certa vez um cigano a um construtor de barragens e açudes:

"Cigano não come orelha de jumento", afirmando dessa forma que a troca tinha volta e era essa volta que dava e ainda dá o sustento de famílias ciganas até os dias de hoje.

Os ciganos fazem parte dos grupos ditos minoritários. No Brasil, esses grupos, desde o século XIX, são constantemente encarados como objeto da pesquisa social. São pessoas que sofrem com o preconceito por serem identificadas pelas suas crenças, gênero, etnia, aspeto físico, moral, entre outros aspetos. Esses grupos ditos minoritários apresentam características diferentes em relação à sociedade dita majoritária: a "branca", econômica e politicamente dominante. Visto que esses grupos minoritários são numericamente maiores.

No imaginário *gadjó*, isto é, não cigano, os ciganos são representados de diversas maneiras, através de imagens paradoxais. A imagem do cigano pode representar liberdade, alegria e tradição, ou, por outro lado, "indolência", "marginalidade", "parasitismo" e "vagabundagem". Ainda há aqueles que acreditam que hoje não existem mais ciganos, pois para eles cigano tem que ser nômade. Apenas é surpreendente notar que a organização cigana diverge da organização da sociedade dita majoritária. Para entendê-la, é necessário buscar, dentro de nós pesquisadores, elementos como a paciência, a vontade de aprender, a persistência e o entusiasmo.

Dessa maneira, a reflexão sobre os grupos ciganos precisa situar-se em relação às formas de interação social entre estes e a população não cigana. É preciso não esquecer que esses grupos se reorganizam face à sedentarização ou semisendetarização e às transformações ocorridas no seu modo de vida, analisando como grupos herdeiros de um tempo coletivo (Goldfarb, 2004). Apesar de estarem semisedentários, pois mesmo possuindo uma residência fixa, eles apresentam indícios da característica nômade, seja em situação de morte na qual mudam de cidade ou de casa, como também em casos de doença em que necessitem procurar outra cidade para tratamento e toda a família vai com o doente, ou até mesmo em situações em que exercem seus traços diacríticos em relação às atividades econômicas: a troca e venda de mercadorias como também a leitura de mãos e *fazer a feira* (pedir em outras cidades), eles não foram expropriados do direito de recordar e viver, de recuperar e reelaborar valores culturais que jamais deixaram de existir em suas formas de sociabilidade.

No dia 24 de maio é comemorado no Brasil o Dia do Cigano, como um desafio às políticas públicas contemporâneas. O decreto de 25 de maio de 2006, assinado pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, institui o Dia Nacional do

Cigano. Porém, essa data apenas representa um marco de reconhecimento nacional sobre a existência desses grupos étnicos, o que não quer dizer que ela representa garantias de políticas e o cumprimento dos direitos humanos perante esses grupos que sofreram desde a colonização brasileira e ainda sofrem com preconceitos, estigmas e discriminações. Desse modo, são muitos os órgãos e associações que estão travando lutas pelo reconhecimento legal nas demandas associadas às ações políticas na promoção e no desenvolvimento sustentável dessas sociedades ditas tradicionais.

Colocar a temática da população cigana nas prioridades da agenda institucional tem sido um processo longo e com contornos diversos face aos diferentes níveis de decisão política: nacional e local. A longevidade desse processo e o formato que assume naqueles níveis são inseparáveis da forma como determinados problemas sociais se configuram em problemas públicos, pois inerentes a essa configuração encontram-se as modalidades desejadas para o seu tratamento. Ou seja, colocar o tema cigano na arena pública parece pressupor a opção por determinado tipo de solução para os problemas enunciados. As controvérsias em torno dessa questão parecem traduzir os dramas políticos de sociedades em que a igualdade e o pluralismo são sua parte integrante e nas quais a designação e a descrição do problema para o resolver implica um processo de etiquetagem e de atividade coletiva.

A produção de trabalhos acadêmicos sobre grupos ciganos no Brasil ganha destaque a partir do final da década de 80. Muitos desses trabalhos foram realizados por historiadores e cientistas sociais. Na historiografia, o trabalho desenvolvido pelo historiador Rodrigo Corrêa Teixeira (2000) intitulado *História dos Ciganos no Brasil*, realizado no núcleo de Estudos Ciganos de Recife, é um retrato possível da história dos ciganos no país. Ele discorre desde a chegada do primeiro cigano ao Brasil até o século XIX, se utilizando da coleta de dados em documentos históricos e em trabalhos já realizados sobre ciganos. Faz, assim, uma retrospetiva da entrada destes nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ainda tenta caracterizá-los pelas representações sociais acerca da sua economia, religião e aparência física.

Em um artigo intitulado "Os Ciganos do Catumbi", os autores Mello, Veiga, Couto e Souza (2009: 79-92): discutem a participação dos ciganos Calon no comércio de escravos africanos e no poder judiciário carioca desde a corte de D. João VI, analisando as práticas comerciais e a formação de redes de organizações e relações informais.

Outro aspeto comum encontrado nos trabalhos sobre ciganos no Brasil e na literatura estrangeira diz respeito à busca de traços culturais originários. Dentre os pioneiros dessa fase estão: Mello Moraes Filho (2004 [1886/1885]), José Batista d'Oliveira China (1936) e João Dornas Filho (1948). Dentre estes se destacam o nomadismo, a língua ou o dialeto, as vestimentas coloridas, as festas, a música ou as danças e as relações endogâmicas. Além disso, a ausência destes elementos tende a significar uma perda da identidade cultural, dos costumes ou da tradição, portanto, da substância que define tal identidade, o que diz respeito à tentativa de apreendê-los por meio de traços culturais característicos. Portanto, é a própria ideia de aculturação como um elemento chave e definidor da perda de uma identidade.

Já interessados na compreensão da identidade cigana num contexto urbano, principalmente no Nordeste do Brasil, cujas relações são permeadas por contextos interacionais com um mundo não-cigano, temos os trabalhos desenvolvidos por Silva (2000), Goldfarb (2004), Senna (2005) e Silva (2010). O primeiro diz respeito a um trabalho monográfico do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulado *Ciganos Calon na cidade de Natal*, o qual se norteará pela construção da identidade cigana junto às interações/discriminações com a metrópole norte-riograndense. Posteriormente, vem o trabalho de Goldfarb (2004) desenvolvido em Sousa (Paraíba), cuja análise principal se assenta na construção identitária cigana. Titulado *O tempo de atrás: um estudo da construção da identidade cigana em Sousa* – PB – Tese de doutorado pela Universidade Federal da Paraíba, leva em consideração os elementos presentes dentro do próprio grupo como a língua calé e a memória de um passado nômade, assim como a relação destes com os não ciganos num processo de diferenciação social. Essa diferenciação, baseada num contexto contrastivo, permitiu a análise de categorias presentes no grupo cigano como forma de repensar e construir uma ciganidade.

O trabalho de Senna (2005) – *A seda esgarçada: configuração sócio-cultural dos ciganos de Utinga* – aborda as características presentes no grupo de ciganos da cidade de Utinga (Bahia). O autor discorre sobre o imaginário popular acerca da visão tida dos ciganos, reconstruindo, por outro lado, a necessidade da resistência com o intuito de preservar os valores e hábitos, que são à base da identidade do grupo. Se diferenciando dos trabalhos anteriores – *"Aqui, todo mundo é da mesma família": parentesco e relações étnicas entre os ciganos na cidade alta*, (Limoeiro do Norte –

Ceará), desenvolveu uma abordagem que reflete a rede familiar de um grupo de ciganos na cidade de Limoeiro do Norte. Através dessa base familiar, o grupo passa a se identificar como um grupo étnico, buscando num passado comum as diretrizes que fundamentam sua condição enquanto grupo cigano.

Tendo como base a teoria de Pierre Bourdieu sobre o poder simbólico, Fazito (2000) traz para a cena dos trabalhos sobre ciganos a ideia de transnacionalismo e etnicidade como uma construção simbólica da identidade cigana. Este trabalho versa a compreensão dos processos de construção do Romanesthàn (Nação Cigana), através das representações simbólicas e práticas cotidianas daqueles diversos grupos rotulados por um mesmo termo ciganos. A partir desta discussão sobre a organização social da comunidade cigana, é abordada a questão da etnicidade, da formação de grupos étnicos e de suas fronteiras e identidades no contexto de globalização.

A nossa reflexão sobre os grupos ciganos no Estado do Rio Grande do Norte perpassa pela análise de uma possível homogeneização global (só há um tipo cigano?) e resistência local frente à movência e fixação espacial dos grupos no estado, por meio de uma etnografia em rede. A expressão "etnografia em rede" nos remete a pensar uma abordagem metodológica que leva em conta os diversos sujeitos e seus respetivos grupos como mantenedores de relações intrínsecas. Ou ainda aborda a própria conceção de relação social para pensar os diversos grupos ciganos existentes no estado do Rio Grande do Norte como uma rede extensa de filiações e alianças. A questão teórica que guia a reflexão dos dados de campo situa-se no campo da construção de identidade/alteridade do grupo em relação à sociedade gadje (não-cigana). Vale lembrar que o contato com esse grupo de ciganos já foi estabelecido em 2008. A partir desse período começamos a observar e participar de diferentes atividades relacionadas aos ciganos no Rio Grande do Norte (reuniões, rodas de conversas, audiências públicas, congressos, eventos científicos). Esta pesquisa se baseia em três grandes fontes de informação: pesquisa de campo, pesquisa documental (jornais, *blogs*, *sites*, legislação específica) e registro audiovisual.

De acordo com Castro (2010), encontramo-nos, assim, perante três níveis de análise distintos: i) a alocação da atenção pública sobre a problemática; ii) a modalidade de construção do problema em torno do dilema da diferença; e iii) as soluções que o desafio da diferença coloca aos poderes públicos. Relativamente ao primeiro nível de análise enunciado, constata-se que, contrariamente aos problemas sociais, os problemas

públicos estão em competição na arena governamental e captar a atenção para o tema cigano parece assumir certas especificidades. Como bem refere Vitale, não são as características internas ao objeto problemático, nem a sua extensão e intensidade sobre a população designada, mas sim as formas como se mobilizam e interagem entre si os atores interessados em dar crédito público ao problema (Vitale, 2009: 72).

O segundo nível referenciado traduz-se na diversidade de versões que assume o problema em função da diversidade dos seus modos de construção (Cefaï, 1996: 47). Independentemente do nível de decisão política (mais central ou local) e pensando em alguns países europeus, a temática cigana pode assumir-se como um "problema de ordem pública" ou como um problema de privação de recursos e de acesso igualitário ao sistema de oportunidades.

Quando se chega ao terceiro nível de análise, entra-se no campo das soluções, que, estando relacionado com a forma como se construiu o problema, assume duas tendências: ou se entra pela versão securizante para combater os problemas de ordem pública ou se questiona os modelos de integração em curso, abrindo-se à possibilidade de "inovação social" nesse domínio. Na primeira situação, e apesar de se negarem direitos fundamentais, as formas de atuação tendem a contornar a lei e impedem a aplicação de sanções. No segundo caso, e como alertam alguns autores, incrementa-se o debate em torno da necessidade de políticas dirigidas a grupos específicos, sobretudo quando o projeto político parece ameaçado ou a expressão de práticas culturais é potencialmente portadora de dificuldades.

Parte-se, assim, para a discussão de dois modos de conceber os processos de integração que desde os anos 80 têm liderado os debates. Um, assente no princípio da universalidade da cidadania, vê os problemas de integração decorrentes de fragilidades econômicas e sociais, secundarizando a dimensão étnico-cultural. Como efeito perverso dessa posição, tendem a desenvolver-se políticas de inserção que promovem a assimilação. O outro posicionamento, assente no duplo reconhecimento da igualdade cívica e da diversidade cultural, defende que a inserção social implica o respeito das particularidades étnico-culturais. Essa atitude se expressa no desenvolvimento de políticas multiculturais que, quando levadas ao extremo, podem desembocar numa espécie de diferencialismo estigmatizante (Schnapper, 1998).

Demarcar a identidade social corresponde à delimitação de fronteiras, bem como a construção de representações dos ditos outros. Nesse ponto, a existência de relações

contrastivas permite o estabelecimento de legitimação de ideias e de estereótipos que tendem a excluir grupos sociais dos processos de interação cotidianos (Oliveira, 1976).

Notamos que mesmo havendo a negação do preconceito quando questionado aos não-ciganos, o discurso afirma a contradição, ou seja, quando dizem "não tenho, mas eles lá e eu aqui" ou "não viver misturada com eles" revelam que não há preconceito, na medida em que não deve existir o contato com os ciganos. Dessa forma, os ciganos podem ser pensados por meio da categoria de indesejáveis, na medida em que o não desejo de interagir com os mesmos nos permite ver a linha demarcatória entre o campo de oposições do "eu" e do "outro". Vale mencionar que tais representações se destacam dentro de um processo de estigmatização. Os ciganos são definidos pela sociedade local por meio de categorias depreciativas e estereotipadas. As categorias mais recorrentes se ligam à uma ideia de cigano sujo, preguiçoso e vingativo.

O estigma, nas situações de interação entre ciganos e população majoritária, como trabalhado por Goffman (1988), passa a ser visualizado como um atributo de desvalorização ao indivíduo. Assim, o olhar do "outro" nas relações sociais acompanha e classifica essa "diferença" estigmatizante. No entanto, há ainda a manipulação do estigma, muitas vezes adotada por essas pessoas que se sentem estigmatizadas, que se relaciona às expectativas normativas em relação à conduta ou ao caráter dos "outros". Neste caso, os estigmas são fundamentais para as interpretações e representações coletivas dos não ciganos sobre os ciganos, e servem para o controle social de um grupo sobre outro.

As fronteiras, nesse ponto, se tornam bem delimitadas. Se por um lado há representações estigmatizantes, por outro ocorreram mudanças pelo próprio convívio cotidiano dos grupos já sedentarizados com a população majoritária. A exemplo de empregos e acesso a algumas políticas públicas como o Bolsa Família[1]. No entanto, se hoje as coisas mudaram foi porque "eles já convivem no meio da gente", afirma uma depoente não cigana. Ou seja, eles convivem, mas não deixam de ser ciganos. E, para ela, os ciganos são desconfiados, não confiam nos não-ciganos.

[1] O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R$ 70 a R$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

A nosso ver, a problemática relativa à inclusão/exclusão dos ciganos é uma discussão complexa e abrangente. Os ciganos são grupos em situação de exclusão (escola e educação, emprego e formação, habitação, saúde, justiça), paralelamente às situações referidas sofrem discriminação racial e xenofobia. Por este motivo, Boaventura de Sousa Santos (1999: 44) é enfático quando nos chama para o envolvimento e ação nas comunidades no apelo a cidadania "devemos lutar pela igualdade sempre que a diferença nos inferioriza, mas devemos pela diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza"[2].

2. Os ciganos no Rio Grande do Norte

No Brasil, vivem cerca de 1 milhão de pessoas ciganas, distribuídas em três grupos: Calon, Rom e Sinti. Os dados foram repassados pelo cigano Zarco Fernandes, presidente do Centro de Cultura Cigana de Minas Gerais, que esteve em Natal, em 2010, com a perspetiva de coordenar a criação de um Centro de Referência do Cigano no estado.

No entanto, desde a criação do decreto de 25 de maio de 2006, pouco se tem de "garantias" sobre a questão cigana no Rio Grande do Norte. As demandas e as necessidades se fazem presentes em cada comunidade (rancho) cigana visitada em todos os municípios do estado do Rio Grande do Norte. De acordo com pesquisas realizadas pelos diversos setores apontados acima, como a UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Pastoral dos Nômades e a UCIRN (União Cigana do Rio Grande do Norte), o estado do RN (Rio Grande do Norte) possui doze cidades com presença cigana. São elas: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Serra Caiada, Tangará, Currais Novos, Cruzeta, Florânia, São Vicente, Caicó, São Rafael e Apodi.

Os ciganos Calons no RN são moradores de áreas demarcadas pela linha de pobreza e geralmente marginalizada, sem saneamento básico e assistência à saúde, apresentam baixos índices de escolaridade, sentem a carência de documentação completa e não possuem vínculo empregatício, convivendo à margem de grupos sociais estabelecidos em um mundo de cultura de consumo que explora e marginaliza quem é destituído de riquezas. Atualmente, em sua grande maioria, os Calon, especialmente os do Nordeste, são extremamente pobres e destituídos de qualquer instrução ou educação

[2] Para aprofundar a discussão sobre exclusão/inclusão ver Magano (2010).

formal. Normalmente "desempregados", preservam sua cultura de serem "bons comerciantes", como eles dizem, fazem biscates ou pequenos empreendimentos, como conserto de automóveis ou compra e venda de artigos usados.

Na pesquisa etnográfica e documental (jornais, *sites*, *blogs*, legislação específica) constatamos ainda que não há órgãos governamentais, nem mesmo legislação específica que atenda os interesses dessa minoria étnica. Não obstante, pode-se contar com a aplicação da analogia, utilizando-se toda a legislação aplicável a outras minorias.

No entanto, vale ressaltar o empenho do Ministério da Cultura, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), da Secretaria dos Direitos Humanos (SDH) e da Pastoral dos Nômades, que estão empenhados em promover parcerias com a comunidade cigana. No RN, observa-se o trabalho de sensibilização e mobilização, desde 2007, da Secretaria Estadual de Educação, em parceria com a Pastoral dos Nomâdes, para garantir a inclusão dos ciganos na escola e o direito à educação a todos os ciganos no Rio Grande do Norte, inclusive trabalhando para garantir uma política pública de educação para os ciganos no estado, respeitando os princípios de educação integral (educação em/para os direitos humanos) e para o cumprimento imediato da lei que garante a itinerância.

Em 2010, dois ciganos Calons do Rio Grande do Norte foram contemplados com o Prêmio João de Torres, promovido pelo Ministério da Cultura. Dois projetos foram selecionados com publicação do Governo Federal. Duas escolas foram fundadas com o apoio do Projeto Mova Brasil e do Instituto Paulo Freire (que se pretende fundar em outros municípios), parceiros agregados como o CRDH (Centro de Referência em Direitos Humanos) e a Pastoral dos Nômades[3].

A historiadora Carla Lemos tem como projeto um relatório histórico que possibilite um território para a construção de uma "Cidade Cigana", que tem como objetivo a promoção da própria cultura cigana no estado e a inclusão plena de todos os ciganos potiguares[4] em todos os projetos sociais e políticos do Rio Grande do Norte.

[3] O Ministério da Cultura, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, a Secretaria dos Direitos Humanos e a Pastoral dos Nômades do Brasil lançaram em 2007 a 1ª e em 2010 a 2ª edição do Prêmio Culturas Ciganas. Para maiores detalhes ver: "Brasil Cigano. Guia de politicas públicas para os povos ciganos". Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/.arquivos/guia-de-politicas-publicas-para-povos-ciganos/view>. Acesso em junho de 2012.

[4] Expressão dada a todos aqueles que nascem no estado do Rio Grande do Norte.

Nas palavras de Lemos (2012): "Todos esses andamentos têm o sujeito cigano como protagonista e não coadjuvante, dessa forma a luta se justifica, se legitima e se materializa, isto é, reverte o conhecimento em ações participativas sociais. E esse é o objetivo"[5].

A luta dos ciganos do Brasil e especificamente do Rio Grande do Norte, cuja bandeira se faz pela demanda de uma ação política voltada para uma afirmação identitária dentro de um sistema capitalista excludente e de uma omissão histórica vergonhosa e, principalmente, pela falta de uma política pública voltada para essas comunidades, é uma luta legitimada pela própria Constituição Brasileira, uma luta justa e relevante para uma sociedade que se quer valorar pela perspetiva de uma cidadania plena, democrática e igualitária.

Outro movimento surge em 2011. Dá-se início a União Cigana do Rio Grande do Norte (UCIRN). A União Cigana surge quando a ACIPRA (Associação dos Ciganos Calons de Cidade Praia), situada no bairro Cidade Praia na Zona Norte de Natal/RN, já tentava pleitear algumas reivindicações para a comunidade, como o cartão de saúde da AME – Assistência Médica em Nova Natal.

Figura 2
Logomarca

ASSOCIAÇÃO DOS CIGANOS CALONS DE CIDADE PRAIA

Fonte: rorararniblogspot.com

[5] Entrevista publicada no *Jornal de Hoje*, 24/05/2012.

Figura 3
Logomarca união cigana do RN

Fonte: rorararniblogspot.com

Com a criação da União Cigana do RN, a questão cigana começou a ganhar visibilidade nos palcos públicos e políticos do estado. A representante Diana[6] se faz presente em todos os eventos e debates cujos assuntos girem em torno da etnia cigana e através dela as condições dos grupos vão sendo disseminadas.

Muitos grupos ciganos ainda vivem em extrema pobreza, em meio ao lixo, sem saneamento básico e moradia própria. E o que eles reinvidicam são apenas direitos básicos como qualquer outro cidadão. Não se advoga o reconhecimento de um estatuto particular para a população cigana, pois se admite que essa fórmula coloca as famílias em uma alteridade definitiva que reforça, a longo prazo, o seu isolamento, traduzido por um fechamento no polo da identidade cultural como a única garantia de assegurar a manutenção ou reprodução do grupo e repercutindo-se uma inadaptação crescente à mudança. O fechamento dos ciganos no polo da identidade cultural, em detrimento da sua participação na vida econômica e social e na sua capacitação para serem atores da sua própria vida, pode explicar-se por ser a única via ou a via mais fácil de construção da identidade pessoal, sobretudo para aqueles que não se podem definir por aquilo que fazem.

Trata-se de assumir a existência de diferenças sociais e culturais e de "defender um entendimento mais alargado da noção de integração social que não associe a

[6] Diana é autodenominação que a representante dos ciganos no estado utiliza para se relacionar com os *gadjes*. Ela mantém um blog no qual é apresentado todos os eventos e reuniões que participa. Para mais detalhes consultar <http://rorarani.blogspot.com.br>.

pertença a uma sociedade, a um modelo salarial de inserção social" (Marques, 2005: 87), sobretudo quando se adota uma leitura da noção de exclusão, dificilmente aplicável à população cigana, traduzida no acesso ao rendimento por via do emprego e colocando a tônica na crise das solidariedades informais (Marques, 2005: 79-80). O mesmo é dizer que não se pode associar a noção de integração à subordinação daquelas diferenças a um grupo social e cultural maioritário, mas ela tem de ser encarada como um processo horizontal, não isento de conflito, de influências recíprocas entre todos os grupos sociais (Casa-Nova, 2002: 41).

Perante a constatação dessas diversidades socioculturais, torná-las politicamente significativas exige que se deixe de pensar a igualdade no interior de uma conceção lobal de injustiça que reenvia a uma situação estrutural de dominação e de exploração, para se passar para uma conceção de justiça social enquanto igualdade de oportunidades. Trata-se de assegurar uma participação igualitária no seio da competição social e de reter a noção de equidade que reconhece a pertinência política das especificidades culturais dos indivíduos, aceitando a ideia de um tratamento diferencial dos membros dessas coletividades, a partir do conhecimento da sua situação e dos contextos e processos que produzem as desigualdades.

Nesse viés, outras ações estão sendo realizadas em parcerias entre a Secretaria, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Pastoral dos Nômades. A primeira iniciativa nesse sentido foi uma audiência pública no ano de 2010, promovida pela professora Lisabete Coradini, junto à Câmara de Vereadores de Natal, que contou com o apoio do vereador George Câmara. Naquela ocasião reuniram-se representantes de diferentes comunidades ciganas do estado, representantes de secretarias e demais instituições vinculadas com direitos humanos e cidadania. A audiência pública intitulada "Os povos nômades de Natal: a situação dos ciganos" teve como principal objetivo descortinar a atual realidade porque passam os povos ciganos "residentes" em Natal. A falta de acesso às necessidades básicas como moradia (local para estadia), saúde, escola, registro de nascimento, etc. O principal debate realizado foi referente aos preconceitos por que passam esse grupo social. A Constituição Brasileira veda expressamente qualquer forma de preconceito ou discriminação, em razão de "origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação" (art. 3º, inciso IV). Mas o que se vê são casos de exclusão da cidadania plena.

Figura 4
Audiência pública na câmara de vereadores de Natal/RN

Fonte: Lisabete Coradini.

É o caso das rodas de conversa sobre grupos ciganos que são realizadas nas cidades onde a presença cigana é registrada. Já foram realizadas duas rodas de conversas. A primeira foi concretizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2012, organizada pelos professores e pesquisadores Flávio José de Oliveira e Lisabete Coradini. A finalidade da roda de conversa é formar uma conscientização sobre o povo cigano e discutir ações de políticas públicas, juntamente com membros da sociedade civil organizada para auxiliar nas necessidades básicas para a sobrevivência do povo e da cultura cigana. Esta primeira roda foi feita no Centro de Convivência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde há um fluxo intenso de pessoas. Nesse dia, o professor Flávio de Oliveira realizou uma mostra de fotografia de comunidades ciganas por ele visitadas. Compareceram diversas pessoas entre

representantes ciganos de Natal e outras cidades do estado, pesquisadores, admiradores da cultura cigana, políticos e representantes da Pastoral dos Nômades.

Figura 5
I Roda de conversa sobre "Ciganos: memória, identidade e resistência"

Fonte: Virgínia Souza.

A segunda roda foi realizada na cidade de Florânia/RN em 2013. Ela foi organizada em uma escola pública da cidade, na qual estava sendo realizada a semana pedagógica. Quando chegamos à escola, muitos professores já estavam lá. Desse modo, cada um que queria falar sobre a questão cigana, principalmente aquela voltada à educação. Iam falando e tirando suas dúvidas tanto com a representante da UCIRN como com pesquisadores da cultura cigana que se fizeram presentes. Foi também uma experiência ímpar, embora não houvesse nenhum cigano da cidade participando do evento. Estavam lá apenas a representante da UCIRN e duas jovens ciganas da cidade de São Vicente.

Figura 6
II Roda de conversa – Município de Florânia/RN

Fonte: Virgínia Souza.

Outro parceiro nas lutas pelos direitos da etnia cigana no Brasil e no estado do RN é a Pastoral dos Nômades. É um órgão vinculado à Igreja Católica. Nas palavras do jornalista Severo (2012):

> "A Pastoral dos Nômades é um serviço da Igreja Católica em prol dos povos nômades do Brasil e do mundo, que vivem em condição de exclusão social e sem os direitos básicos. Além disso, tem a missão de promover a evangelização no meio dessa classe, que tenta implantar a importância do campo religioso para os mesmos. Diante dessa circunstância, os nômades no Brasil estão, diretamente, voltados para os parquistas, circenses e ciganos. Continuando na linha da pastoral, o fato histórico que marca o início dessa missão está presente numa aclamação do Papa Paulo VI, que na ocasião milhares de ciganos estavam na Praça de São Pedro no Vaticano em 1975. No Brasil teve seus primeiros passos em 1985, mas somente dois anos após estariam dentro das diretrizes da CNBB, sendo oficializada como Pastoral Nacional a partir de 1987. Os grandes protagonistas desse evento foram o bispo de Caixas do Sul, dom Benedito Zorzi e o padre Renato Rosso. O objetivo eixo da pastoral é passar a conhecer a cultura sem retirar suas raízes, promovendo

meios educacionais, direitos fundamentais, diálogo entre as comunidades ciganas e não ciganas em contexto familiar".[7]

3. Ser cigano é ser estrangeiro, sujo e vingativo

Analiticamente, os atributos tomados pelos não ciganos para definir os ciganos foram mobilizados pelos agentes sociais para classificar os seus "outros" de maneira que os ciganos aparecem como "estrangeiros", "estranhos" ou "diferentes". Com a observação participante e as entrevistas realizadas, esses atributos se tornaram recorrentes ao falar sobre o significado de ser cigano para os não ciganos. Assim, os ciganos representariam pessoas que, diante de "nós", são diferentes e buscam maneiras também divergentes para sobreviverem. Porém, é preciso distinguir o viajante do estrangeiro. O estrangeiro, para Simmel (2005 [1908]), é aquele que chega e não vai embora logo, não é um mero viajante. É a figura que se muda de um lugar para outro, para ali residir, e não o turista.

Figura 7
Residência cigana em Cruzeta/RN

Fonte: Virgínia Souza.

[7] Disponível em: <http://jornaldehoje.com.br/pastoral-dos-nomades-por-herbton-severo/>.

Como ele é estrangeiro, sua posição em relação ao grupo é marcada pelo facto de não pertencer ao grupo desde o início do mesmo ou desde que nasceu. O estrangeiro tem uma posição ambígua em relação ao grupo. Ele é um elemento do grupo, mesmo que não se veja como um ou que não seja visto como parte dele pelos demais membros do grupo. No entanto, o estrangeiro tem, ao mesmo tempo, uma relação de proximidade e de envolvimento com o grupo, de um lado, e, de outro, uma relação de distância e de indiferença. Ele vive cotidianamente próximo e envolvido com ele. Contudo, como com frequência é tratado tal qual um "de fora" e se sente à parte do grupo, pode muitas vezes desenvolver um sentimento de distância e indiferença. O estrangeiro e, portanto, o estranho, seria um portador de sinais de diferença, como a língua, os costumes, as alimentações, os modos e as maneiras de se vestir. Ele não partilha certos preconceitos do grupo e não se sente forçado a agir como um dos membros. Segundo Simmel (2005 [1908]: 265):

> "Não se usa aqui, destarte, a noção de estrangeiro no sentido habitual, em relação àquele que vem hoje e amanhã se vai, mas como o que vem hoje e amanhã pode permanecer – porque era possível se mover e, embora não siga adiante, ainda não superou completamente o movimento do ir e vir. Fixo dentro de um determinado raio espacial, onde a sua firmeza transfronteiriça poderia ser considerada análoga ao espaço, a sua posição neste é determinada largamente pelo fato de não pertencer imediatamente a ele, e suas qualidades não podem originar-se e vir dele, nem nele adentrar-se. A unidade de proximidade e de distância que contêm cada relação entre os seres humanos, então, pode ser o mais resumidamente possível assim formulada: a distância nas relações significa que o próximo está remoto, e o ser estrangeiro ou o estranho, contudo, seria aquele que se encontra mais perto do distante. Porque é um elemento natural de relações completamente positivas e, também, porque é uma forma de interação específica. Nesse sentido, os habitantes de Sirius não nos são realmente estrangeiros, pelo menos, não no sentido da palavra enquanto categoria sociológica. Os Sirius, porém, não existem absolutamente para nós, eles se colocam para nós a partir de uma distância e, de forma estrita, estão além".

Na definição dos ciganos pela população cruzetense também é recorrente a presença de estigmas que se relacionam com determinadas imagens sobre o corpo e sobre o comportamento desses sujeitos. De acordo com Goldfarb (2004: 70), estudiosos nos mostraram que foram várias as tentativas de grupos sociais dominantes em restringir, reprimir ou reformar os comportamentos de grupos dominados, tentativas que, sobretudo, voltam-se para os corpos.

A limpeza é tão associada à distinção que pesa sobre a própria palavra "limpo", visto que aquilo que é "limpo" se define especialmente pelo aparato externo. De tanto qualificar um exterior distinto, a palavra limpeza passa a qualificar a própria distinção. Mas limpeza também é uma maneira e para incluir-se nela são necessários vestimentas, adereços, cheiros, etc. É preciso adicionar aparência ao asseio, pois um mesmo adjetivo acaba por qualificá-los (Douglas, 1966).

Figura 8
Cigana de Cruzeta/RN

Fonte: Virgínia Souza.

Desse modo, as lutas que hoje se fazem necessárias perpassam os próprios grupos ciganos, como também aqueles que percebem o quanto esses grupos sofreram e sofrem injustiças e exclusões, tanto da sociedade civil quanto das políticas públicas, pelo simples facto de serem vistos como diferentes.

(In)conclusões

Abordar a questão cigana é visualizar que esse grupo performatiza suas ações do dia a dia para torná-las mais prazerosas e palpáveis aos olhos dos que teimam em chamar de "vida de cigano". Uma vida que, para além da superficialidade, nos revela uma organização complexa, mas repleta de sentimentos. O que muitos consideram como "errado", "feio", "sujo", "sem sentido" possui uma aceção bem mais intricada e profunda que um simples "olhar por cima" não permite enxergar. A rede familiar do grupo Calon do Rio Grande do Norte é um exemplo do que podemos chamar de complexidade, não relativa ao difícil, mas como um aspeto completo cheio de imbricações que perpassam para além do simples parentesco. Assim, notamos como a política, a economia e a religião constituem pontos que transcorrem por essa rede familiar cigana.

E para concluir segue um trecho do poema "Viagem infinita", de Helena Kolody (1999: 39) que expressa a condição do homem peregrino em permanente viagem: "Estou sempre em viagem. O mundo é a paisagem que me atinge de passagem".

O "estar em viagem" aponta para a condição itinerante do ser humano. Assim, a viagem simboliza a busca da verdade, da paz, da imortalidade, da procura e da descoberta de um centro espiritual. Se a viagem infinita representa a busca do plano transcendente, o mundo apresenta-se como uma morada transitória dos homens, pois ele é só uma "paisagem" que atinge o sujeito lírico de "passagem". Quem sabe todos os seres humanos de maneiras diversas não estão vivendo essa viagem numa busca comum? Por que então atribuir esse eterno nomadismo apenas aos ciganos e por isso discriminá-los?

Referências bibliográficas

BRASIL CIGANO/SEPIR (2013), *Guia de políticas públicas para os povos ciganos*, Brasil Cigano/SEPIR, Brasília, [Consult. a 10.05.2013]. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/.arquivos/guia-de-politicas-publicas-para-povos-ciganos>.

CASA-NOVA, M. J (2002), *Etnicidade, género e escolaridade: estudo em torno das socializações familiares de género numa comunidade cigana da cidade do Porto*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

CASTRO, Alexandra (2010), *Ciganos e desigualdades sociais: contributos para a inflexão de políticas públicas de cariz universalista*, Fórum Sociológico [*Online*], 20 [Consult. a 21.04.2013]. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/139>.

CEFAÏ, D. (1996), "La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques", *Réseaux*, 14 (75), pp. 43-66. DOI: 10.3406/reso.1996.3684.

CHINA, J. d'Oliveira (1936), "Os ciganos do Brasil", *Revista do Museu Paulista*, Tomo XXI, pp. 323-669.

DORNAS FILHO, J. (1948), "Os ciganos em Minas Gerais", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol. III, pp. 138-187.

DOUGLAS, Mary (1966), *Purity and Danger: an analysis of concepts of pollution and taboo*, London, Routledge.

FAZITO, Dimitri (2000), *Transnacionalismo e etnicidade: a construção simbólica do Romanesthàn (Nação Cigana)*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Belo Horizonte, Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

GOFFMAN, Erving (1988), *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, 4.ª ed., Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes (2004), *O "tempo de trás": um estudo da construção da identidade cigana em Sousa-PB*, Tese de Doutorado em Sociologia da Cultura, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.

KOLODY, Helena (1999), *Viagem no espelho*, 5.ª ed., Curitiba, Editora da UFPR.

LEMOS, Carla (2012), "A História dos ciganos Calon no RN", *Jornal de Hoje*, [Consult. a 25.05.2012]. Disponível em: <http://jornaldehoje.com.br/a-historia-dos-ciganos-calons-no-rn-por-carla-alberta-gonzalez-lemos/>.

MAGANO, O. (2010), *"Tracejar vidas normais": estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Universidade Aberta.

MARQUES, A. S. (2005), "O trabalho e o acesso ao rendimento entre os ciganos. Virtualidades e limitações das leituras da noção de exclusão social na compreensão da situação dos ciganos", *Cidades, Comunidades e Territórios*, 10, pp. 73-89.

MELLO, M. A. S.; VEIGA, F. B.; COUTO, P. B.; SOUZA, M. A. (2009), "Os Ciganos do Catumbi", *Cidades, Comunidade e Territórios*, 18, pp. 79-92.

MELLO, Moraes Filho (2004 [1886/1885]), *Os ciganos no Brasil & Cancioneiro dos ciganos*, *in* Ático Vilas-Boas de Mota (org.), *Ciganos: antologia de ensaios*, Brasília, Thesaurus, pp. 19-39.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (1976), *Identidade, etnia e estrutura social*, São Paulo, Pioneira.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1999), "O todo é igual a cada uma das partes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, pp. 5-14.

SCHNAPPER, D. (1998), *La Relation à l'autre*, Paris, Gallimard.

SENNA, Ronaldo de Salles (2005), *A seda esgarçada: configuração sócio-cultural dos ciganos de Utinga/BA*, Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana.

SEVERO, Herbton (2012), "Pastoral dos Nômades", *Jornal de Hoje*, [Consult. a 24.05.2012]. Disponível em: <http://jornaldehoje.com.br/pastoral-dos-nomades-por-herbton-severo>.

SILVA, Flavio José de Oliveira (2012), *Das tendas as telhas: a educação escolar das crianças ciganas da Praça Calon-Florânia/RN*, Dissertação em Mestrado em Educação, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Lailson Ferreira de (2010), *Aqui, todo mundo é da mesma família: parentesco e relações étnicas entre os ciganos na Cidade Alta, Limoeiro do Norte/CE*, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Mardes Pereira da (2000), *Ciganos Calon na cidade de Natal*, Monografia de graduação em Ciências Sociais, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SIMMEL, Georg (2005 [1908]), "O Estrangeiro", *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 4 (12), pp. 265-271.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa (2000), "História dos ciganos no Brasil", *Núcleo de Estudos Ciganos*, 2, [Consult. a 22.04.2007]. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/ciganos>.

VITALE, T. (2009), "Sociologia dos conflitos locais contra os Rom e Sinti em Itália: pluralidade de contextos e variedade de instrumentos políticos", *Cidades, Comunidades e Territórios*, 19, pp. 65-80.

Outras referências

Blog de Diana Rorarani: <rorarani.blogspot.com.br>.

Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Brasília, DF, Senado.

Decreto n.º 5209, de 17 de setembro de 2004.

Lei n.º 10836, de 9 de janeiro de 2004.

Lisabete Coradini (autora de correspondência). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Rio Grande do Norte, Brasil). Endereço de correspondência: UFRN-CCHLA – Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal RN, Brasil. CEP 59072-970. *E-mail*: lisabetecoradini@hotmail.com.

Virgínia de Araújo Souza. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Rio Grande do Norte, Brasil). *E-mail*: virginiaaraujo@ymail.com.

Artigo recebido a 23 de abril de 2014. Publicação aprovada a 26 de agosto de 2014.

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, recensões, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. A ***Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*** **(RS)** aceita textos de diversa natureza: artigos; recensões; notas de investigação; ensaios bibliográficos.

2. A **RS** publica por ano um número temático. Poderão ser apresentadas propostas nesse sentido, que serão sujeitas a avaliação.

3. Os textos apresentados terão de ser originais, assumindo os autores que não foram publicados, qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação. Excecionalmente o Conselho de Redação da **RS** poderá aceitar trabalhos já publicados, desde que considerados relevantes cientificamente.

4. Os autores devem indicar a natureza do seu texto (artigos, recensões, notas de investigação e ensaios bibliográficos).

5. Os textos poderão ser apresentados em português, francês, espanhol e inglês.

6. Os textos serão sujeitos a um processo de avaliação com vista à sua possível publicação. A direção da **RS** efetuará uma avaliação inicial que tomará em conta a pertinência do texto face à linha editorial, a qualidade e o cumprimento integral das normas formais de apresentação estipuladas no presente documento. Posteriormente, os textos serão submetidos à avaliação de *referees*, na qualidade de especialistas, em regime de duplo anonimato.

7. Se necessário, aos autores poderá ser solicitada a revisão dos textos de acordo com as avaliações realizadas. A decisão final da publicação será da responsabilidade do Conselho de Redação. Aos autores será comunicada a decisão final sobre a publicação do seu texto.

8. Devem ser apresentadas duas versões dos textos devidamente corrigidas: uma que corresponde ao que o autor propõe que seja publicado; outra anónima e em que estão suprimidas todas as referências que possibilitem a identificação do autor, sendo esta a versão submetida a avaliação.

9. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto

telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).

10. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.

11. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 carateres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As recensões não devem ultrapassar os 8.000 carateres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 carateres, incluindo espaços.

12. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 carateres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.

13. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco. Estes elementos devem vir no texto e de modo separado, com o título e fontes respetivos, em formato JPEG. As imagens não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

14. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A **RS** não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

15. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al*. (2004).

16. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

17. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.

18. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

19. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) Livro: APELIDO, Nome próprio (ano), *Título do Livro*, Local de edição, Editor (ev. ref. da primeira edição).
b) Artigo em publicação periódica: APELIDO, Nome próprio (ano), "Título do artigo", *in Nome da publicação periódica*, volume (número), páginas.
c) Textos em coletâneas/Contribuições em monografias: APELIDO, Nome próprio (ano), "Título do texto/contribuição", *in* Nome próprio e apelido (org.), *Título da Coletânea/Monografia*, Local de edição, Editor, páginas (ev. ref. da publicação original da contribuição).
d) Publicações *online*: APELIDO, Nome próprio (ano), "Título do texto", Nome da publicação, [Consult. a dia-mês-ano]. Disponível em (colocar o URL).
e) Teses: APELIDO, Nome próprio (ano), *Título da Tese. Tese de mestrado ou doutoramento (indicar uma delas)*, Local, Instituição de ensino.
f) Legislação: Indicação do diploma legal (Exemplo: Decreto-lei nº , de).

20. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

21. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

22. Os autores cedem à **RS** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados. Os textos inseridos na **RS** não poderão ser utilizados em outras publicações, salvo autorização expressa do Conselho de Redação.

23. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para revistasociologia@letras.up.pt ou revsociologiaflup@gmail.com